

	Índice geral	Página
SUMÁRIO EXECUTIVO		5
1. INTRODUÇÃO		31
1.1. Contexto do estudo		31
1.2. Objectivos		31
1.3. Metodologia		32
1.3.1. Os questionários		32
1.3.2. As amostras		32
1.4. Estrutura do relatório		35
2. CONTEXTO REGIONAL E INDICADORES NACIONAIS		36
3. GOVERNAÇÃO E DESEMPENHO DO SECTOR PÚBLICO		39
3.1. Principais problemas do país		39
3.2. Recrutamento, gestão e remuneração do pessoal no sector público		45
3.3. Processo de decisão no sector público, orçamento e procurement		49
3.4. Compreensão dos objectivos, papel e responsabilidades institucionais pelos funcionários		51
3.5. Avaliação da qualidade dos serviços pelos funcionários		53
3.6. Experiência e percepção dos utentes e funcionários sobre os serviços públicos		60
4. CORRUPÇÃO NO SECTOR PÚBLICO		78
4.1. As percepções sobre a corrupção		78
4.2. Subornos nos serviços públicos		82
4.3. O impacto diferenciado da corrupção		92
4.4. Mecanismos de denúncia da corrupção		94
4.5. Combate à corrupção		96
4.6. Empresas e financiamento político		99
4.7. A visão dos funcionários sobre a corrupção		102
4.8. Nota breve sobre os custos da corrupção		105
5. GOVERNAÇÃO E CORRUPÇÃO		106
5.1. Relação entre governação e corrupção		106
5.2. Indicadores de governação e corrupção por província e por instituição		109
6. CONCLUSÕES		113

7. REFERÊNCIAS	115
ANEXO 1 – DESENHO DA AMOSTRA DOS AGREGADOS FAMILIARES	116
ANEXO 2 – DESENHO DA AMOSTRA DAS EMPRESAS	127
ANEXO 3 – DESENHO DA AMOSTRA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	136
ANEXO 4 – VARIÁVEIS DE GOVERNAÇÃO E ÍNDICES DE CORRUPÇÃO	140
ANEXO 5 – TABELAS DE GOVERNAÇÃO E DESEMPENHO DO SECTOR PÚBLICO	142
ANEXO 6 – TABELAS DE CORRUPÇÃO DO SECTOR PÚBLICO	190
ANEXO 7 – OS QUESTIONÁRIOS	226

Lista das figuras e quadros	Página
Fig. 1 – Controlo da Corrupção (África Austral – 2002)	36
Fig. 2 – Indicadores de Moçambique (2002)	37
Fig. 3 – Indicadores de Moçambique (2002, 1998, 1996, de cima para baixo)	38
Fig. 4 – Opinião sobre vários problemas sociais	40
Fig. 4 A – Os três principais problemas	41
Fig. 4 B – Os seis principais problemas, por área de residência	41
Fig. 5 – Problemas do país (Agregados Familiares)	42
Fig. 6 – Problemas do país (Funcionários)	43
Fig. 7 – Problemas do país (Empresas)	44
Fig. 8 – Decisões de gestão do pessoal (funcionários)	45
Fig. 9 – Decisões de gestão do pessoal por região (funcionários)	46
Fig. 10 – Decisões de gestão do pessoal em três Ministérios (funcionários)	47
Fig. 11 – Decisões respeitam as regras financeiras (funcionários)	49
Fig. 12 – Excesso nos gastos orçamentais por tipo de despesa (funcionários)	50
Fig. 13 – Existência de documento com a missão e objectivos da instituição (funcionários)	51
Fig. 14 – Identificação com a estratégia e objectivos da instituição (funcionários)	52
Fig. 15 – Existência de padrões de desempenho nas instituições (funcionários)	53
Fig. 16 – Instituições são acessíveis, por região (Funcionários)	54
Fig. 17 – Acesso por instituição (funcionários)	55
Fig. 18 – As instituições são acessíveis aos pobres (funcionários)	56
Fig. 19 – Nível de Centralização (funcionários)	57
Fig. 20 – Medidas para melhorar o desempenho institucional (funcionários)	58
Fig. 21 – Prioridades (funcionários)	59
Fig. 22 – Honestidade das instituições (Agregados Familiares)	61
Fig. 23 – Honestidade das instituições (Funcionários)	62
Fig. 24 – Honestidade das instituições (Empresas)	63
Fig. 25 – Uso de serviços públicos	64
Fig. 26 – Uso de serviços públicos por área (Agregados Familiares)	65
Fig. 27 – Classificação dos serviços públicos pelos Agregados Familiares (por área)	66
Fig. 28 – Qualidade dos serviços de educação (Agregados Familiares)	66
Fig. 28 A - Qualidade dos serviços de educação (famílias)	67
Fig. 29 – Qualidade dos serviços de saúde (Agregados Familiares)	67
Fig. 29 A – Qualidade dos serviços de saúde (famílias)	68
Fig. 30 – Três principais razões para desistir de recorrer a um serviço (famílias)	69
Fig. 31 – Obstáculos a uma boa educação (famílias)	70
Fig. 32 – Avaliação do sistema de justiça	71
Fig. 33 – Obstáculos no recurso aos tribunais	72
Fig. 34 – Qualidade dos serviços (Empresas)	73
Fig. 35 – Qualidade dos serviços por região (Empresas)	74
Fig. 35 A – Qualidade de alguns serviços seleccionados (empresas)	74
Fig. 36 – Qualidade dos serviços públicos (Empresas SARL e por quotas)	75
Fig. 37 – Governo toma em conta preocupações das empresas	76
Fig. 38 – O governo toma em consideração as preocupações das empresas	76
Fig. 39 – Percepção geral da corrupção (funcionários)	78
Fig. 40 – Gravidade da corrupção no sector público	79
Fig. 41 – Gravidade da corrupção pública	79
Fig. 42 – Gravidade da corrupção (Agregados Familiares)	80
Fig. 43 – Gravidade da corrupção por província	80
Fig. 44 – Pagamento de subornos (Agregados Familiares)	82

Fig. 45 – Pagamento de subornos (Empresas)	82
Fig. 46 – Pagamento de suborno por área (famílias)	83
Fig. 47 – Percentagem de empresas que pagam subornos (empresas)	83
Fig. 48 – Possibilidade de recorrer a outro funcionário sem pagar suborno e receber o serviço (Empresas)	84
Fig. 49 – Possibilidade de recorrer a outro funcionário sem pagar suborno e receber o serviço (Agregados Familiares)	84
Fig. 50 – Pagamento de suborno resulta em melhor serviço (empresas)	85
Fig. 50A - Pagamento de suborno resulta em melhor serviço (empresas, por forma jurídica)	85
Fig. 50B - Pagamento de suborno resulta em melhor serviço, por região (empresas)	86
Fig. 51 – Suborno garante prestação do serviço (Agregados Familiares)	86
Fig. 52 – Impacto de algumas formas de corrupção nas actividades dos inquiridos	87
Fig. 52A – Impacto de algumas formas de corrupção nas actividades dos inquiridos (empresas)	88
Fig. 52B – Impacto de algumas formas de corrupção nas actividades dos inquiridos (famílias)	88
Fig. 53 – Parte do rendimento disposto a pagar para eliminar a corrupção	89
Fig. 54 – Grau de influência sobre o Estado	89
Fig. 54A – Grau de influência sobre o Estado por província (famílias)	90
Fig. 54B – Grau de influência sobre o Estado por região (empresas)	91
Fig. 54C – Grau de influência sobre o Estado por província (funcionários)	91
Fig. 55 – Parte do rendimento pago em subornos pelas famílias	92
Fig. 56 – Parte do rendimento pago em subornos pelas empresas	93
Fig. 57 – Factores de não denúncia da corrupção (Empresas)	94
Fig. 58 – Razões para não denunciar a corrupção	95
Fig. 59 – Sentimento sobre a corrupção (Agregados Familiares)	96
Fig. 60 – Papel das instituições no combate à corrupção (Agregados Familiares)	97
Fig. 61 – Papel das instituições no combate à corrupção (Funcionários)	98
Fig. 62 – Contribuições políticas (empresas)	99
Fig. 63 – Parte do volume de negócios paga a partidos (empresas)	99
Fig. 64 – Pagar para acabar com a corrupção (empresas)	100
Fig. 65 – Cobranças políticas antes e depois de 1999 (empresas)	100
Fig. 66 – Percepções sobre a corrupção por região (empresas)	101
Fig. 67 – Modo de pagamento do suborno	102
Fig. 68 – Causas da corrupção (funcionários)	103
Fig. 69 – Sectores mais afectados pela corrupção	104
Fig. 70 – Qualidade das regras e corrupção	106
Fig. 71 – Respeito das regras e corrupção	107
Fig. 72 – Meritocracia e corrupção	107
Fig. 73 – Auditoria e corrupção	108
Fig. 74 – Voz dos cidadãos e corrupção	108
Quadro 1- Os dez principais problemas	39
Quadro 2 – As instituições menos honestas	60
Quadro 3 – As instituições mais honestas	60
Quadro 4 – Indicadores de Governação por Instituição	102
Quadro 4A – Indicadores de Corrupção por Instituição	103
Quadro 5 – Indicadores de governação e corrupção por província	104

SUMÁRIO EXECUTIVO

O estudo

O estudo foi baseado em três inquéritos paralelos, dirigidos às famílias, empresas e funcionários. Foram inquiridas 2447 famílias, 486 empresas e 992 funcionários, distribuídos por todo o território nacional.

Os questionários visavam recolher informação sobre a percepção dos cidadãos sobre os serviços públicos, as suas experiências e a avaliação sobre o grau de honestidade desses serviços, assim como uma avaliação mais geral sobre os problemas do país. O questionário das empresas dava para além disso uma atenção especial ao ambiente de negócios e o dos funcionários a aspectos relativos à gestão do pessoal, dos orçamentos e contratos nas instituições públicas.

A informação recolhida e organizada em base de dados destina-se a alimentar um processo de avaliação sobre as fraquezas de governação e a corrupção nas instituições públicas e de identificação das possíveis causas, como base de um trabalho de parceria entre o governo e organizações da sociedade civil na definição de uma estratégia concertada e eficiente para melhorar a qualidade e o desempenho do sector público e combater a corrupção, a Estratégia Global da Reforma do Sector Público.

A qualidade da informação obtida é muito variável, havendo notoriamente uma maior liberdade de expressão na capital do país. Comparando os três grupos de inquiridos, são os funcionários que se destacam em termos de maior liberdade de expressão, mas também aqui se observa a mesma variação regional. Esta situação, torna delicada a interpretação dos dados nalguns casos e justifica uma grande prudência em relação às conclusões.

Principais resultados

Moçambique no contexto regional

De acordo com os indicadores produzidos pelo World Bank Institute sobre o controle da corrupção e tendo como referência a região da África Austral, Moçambique situa-se entre os piores países em termos de controlo da corrupção (fig.I). Apenas Angola e o Zimbabwe apresentam scores mais baixos.

A análise de alguns indicadores a nível do país, mostra, por outro lado, que o problema não se restringe ao controlo da corrupção. Com efeito, apenas um indicador, a estabilidade política, se situa ligeiramente acima de 50/100, registando todos os restantes valores abaixo dos 50/100, sendo de destacar para além do controlo da corrupção a fraqueza do Estado de direito (rule of law), da qualidade das leis (fig.II).

Fig. I – Controlo da Corrupção (África Austral – 2002)

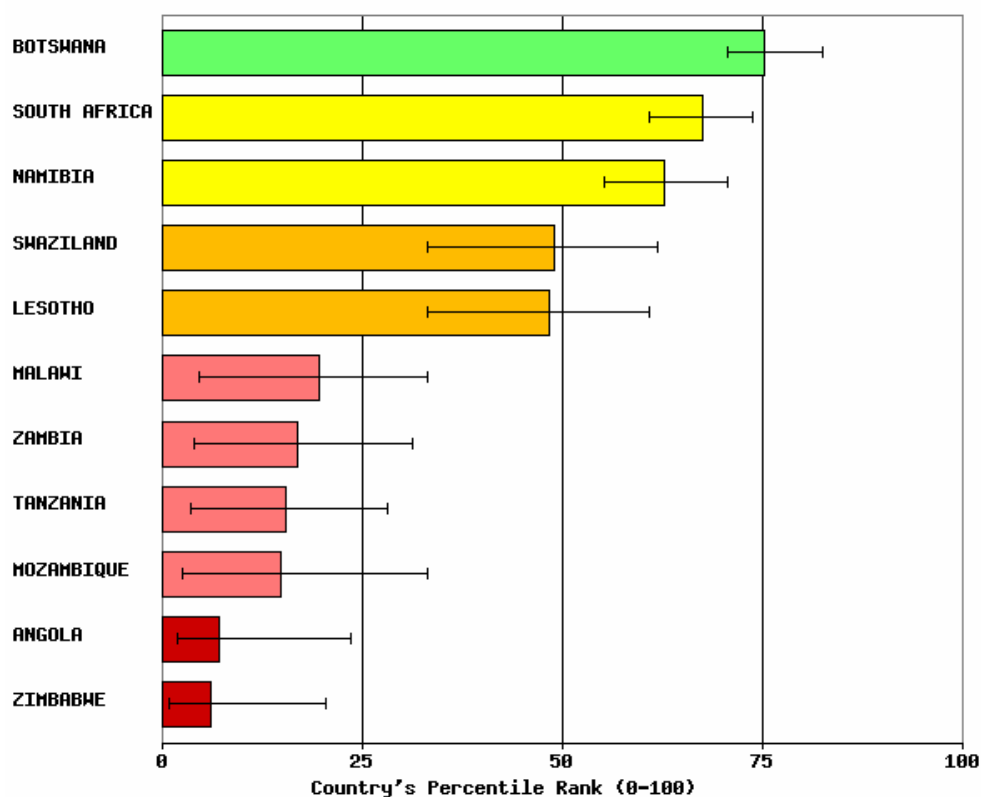
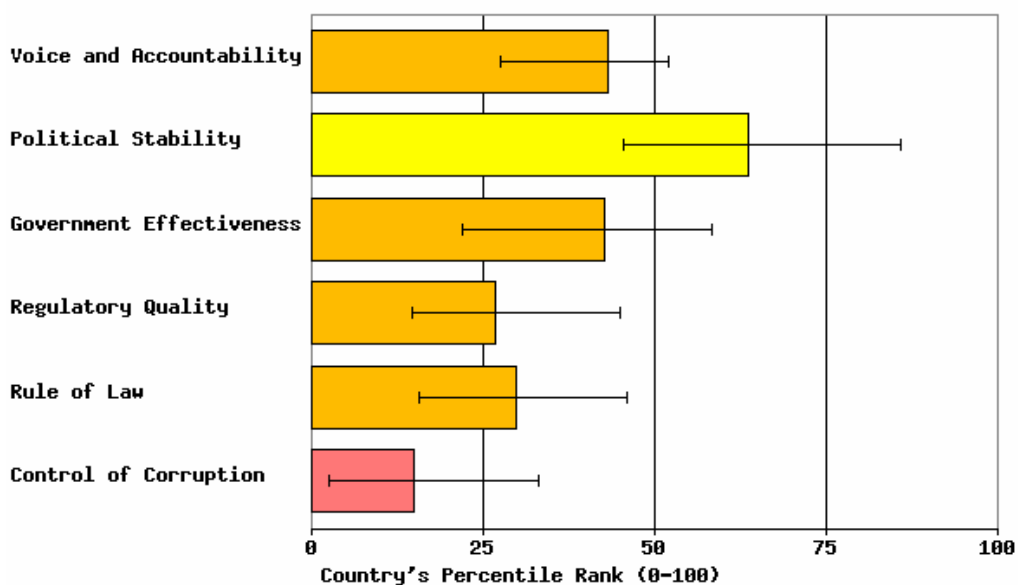


Fig. II – Indicadores de Moçambique (2002)



Considerando a evolução nos últimos anos (1996 a 2002) o indicador de controle da corrupção é o único em que se regista uma evolução negativa, isto é, que a situação tende a piorar. Esta tendência é confirmada pelos dados do inquérito junto dos cidadãos. Com efeito, a maioria dos inquiridos apontou para um crescimento da corrupção desde 1999 até hoje.

A corrupção e os principais problemas do país

A análise dos dados permite constatar que há uma quase unanimidade nos três grupos de inquiridos sobre os problemas mais prementes no país. Embora haja uma coincidência quase perfeita na enumeração dos dez problemas mais graves (todos aparecem numa lista de doze), há algumas diferenças notórias na classificação. Isto está sintetizado no quadro 1, que apresenta os dez principais indicados por cada um dos grupos.

	Famílias	Empresas	Funcionários
Desemprego	1	2	1
Custo de vida	2	3	2
Inflação	3	7	4
Água	4	8	8
Comida	5		9
Estradas	6	4	
Crime	7	1	3
Corrupção pública	8	5	10
Assistência médica	9	9	
Droga	10		5
Saneamento		6	6
Habitação		10	7

A grande diferença entre as empresas e os outros dois grupos é que estas consideram a criminalidade como sendo o problema mais grave, enquanto o mesmo aparece ainda em lugar de destaque para os funcionários (terceiro lugar) mas numa posição bem mais baixa para as famílias (sétima).

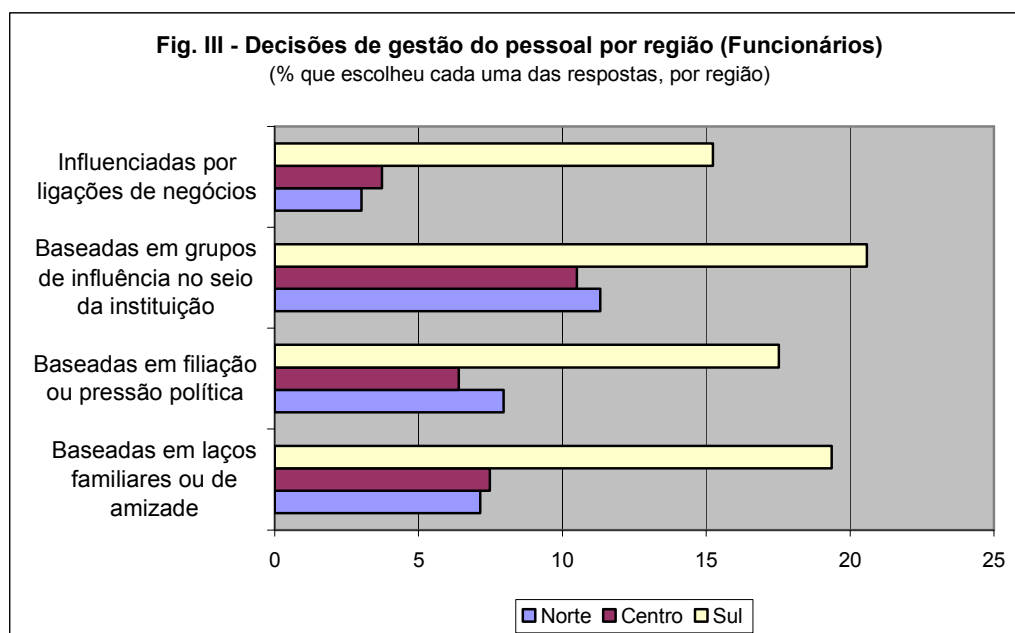
È de salientar que a corrupção aparece com uma importância reduzida, em especial para as famílias, oitava posição na hierarquia dos problemas, e para os funcionários (décima posição). Já para as empresas ela aparece com mais importância, ainda que ainda numa posição intermédia (quinta).

Recrutamento, gestão e remuneração do pessoal no sector público

De acordo com os inquiridos, as práticas de recrutamento e gestão de pessoal no sector público não parecem constituir um problema de vulto.

Os funcionários inquiridos no Sul têm uma visão ligeiramente distinta dos restantes e referem em maior percentagem a existência de grupos de influência nas instituições, de práticas nepotistas e de influência política na gestão do pessoal (fig. III).

Por outro lado, o facto de haver uma grande diferença nas respostas dos funcionários da região Sul, onde um grande número trabalha nas instituições centrais, nomeadamente em relação à questão da influência de ligações de negócios (15% contra 3% para o Norte e 4% para o Centro, responderam que esse tipo de ligações interferia frequentemente, a maior parte das vezes, ou sempre, nas decisões) parece indicar a existência de uma relação pouco sã entre as administrações públicas e o mundo dos negócios.



A segurança do emprego reconhecida por 86% dos funcionários inquiridos e a confiança em manter o posto e mesmo obter uma promoção manifestada por 81% parecem ser elementos de estabilidade que se conjugam com o recurso a actividades extras. De salientar que a posição num serviço público pode por si só constituir a base para a obtenção de uma “renda” proveniente de práticas ilícitas ou corruptas.

Apesar de não parecer haver uma ideia que a transferência dos funcionários para o sector privado seja um fenómeno muito intenso, há, na opinião dos inquiridos, da parte do pessoal técnico uma maior tendência para abandonar o sector público em favor do sector privado. Enquanto quase 25% responderam em relação à tendência dos técnicos abandonarem o sector público que isso acontecia frequentemente (10%), a maior parte das vezes (10%), ou sempre (5%), foi registado um valor de apenas 16% em relação ao pessoal administrativo e de 12% para o pessoal de direcção.

O facto de haver uma tendência relativamente elevada na perda de quadros técnicos pelo sector público pode ser um entrave ao seu desenvolvimento harmonioso e coloca a questão da capacidade dos serviços públicos responderem adequadamente à sua missão em condições de fraqueza técnica. Isto é tanto mais preocupante, quanto a designação de “técnico” é essencialmente aplicada a quadros com formação superior que não ocupam posições de chefia de alto nível, ou seja, aqueles que pela natureza do seu trabalho mais directamente contribuem para a qualidade do serviço.

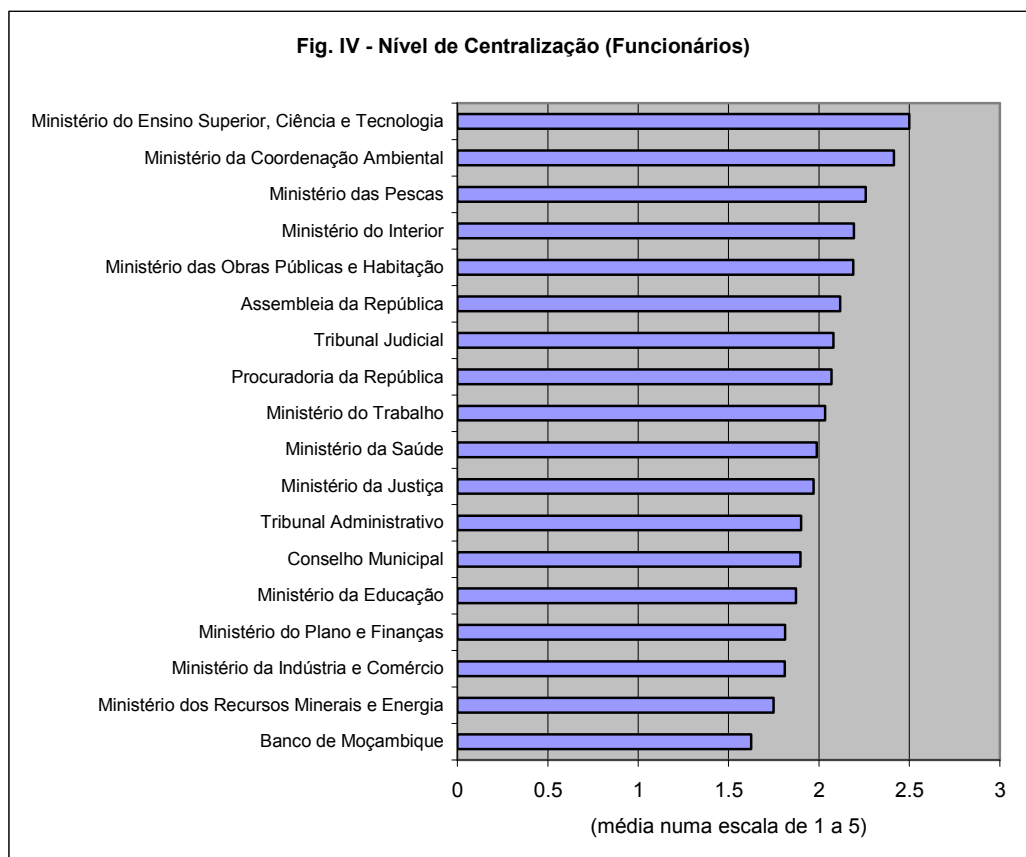
Centralização nas instituições públicas

O sector público em Moçambique tem uma longa experiência de centralismo e autoritarismo que ainda hoje se reflecte no seu modo de funcionamento, não só em termos da participação interna na decisão, mas também na relação dos serviços públicos com os utentes. Uma indicação da fraca “accountability” dos serviços públicos e dos seus responsáveis é o facto de apenas 28% dos funcionários inquiridos concordarem plenamente que as pessoas mais afectadas pelas decisões do sector público sejam as primeiras a serem informadas

Não obstante uma maioria de 61% declarar que o pessoal é sempre informado quando são tomadas decisões importantes nas suas instituições, é claro que isso não significa um alto nível de participação da sua parte na formação dessas decisões, pois apenas 37% afirmaram que as opiniões dos subordinados são sempre tomadas em consideração pelos responsáveis.

A excessiva centralização dos serviços públicos tem um impacto negativo no seu desempenho porque tende a desresponsabilizar os níveis mais baixos e a reduzir o seu envolvimento na procura de soluções para os problemas. Ora, são precisamente os funcionários destes níveis que, em geral, se encontram na primeira linha de contacto com os utentes.

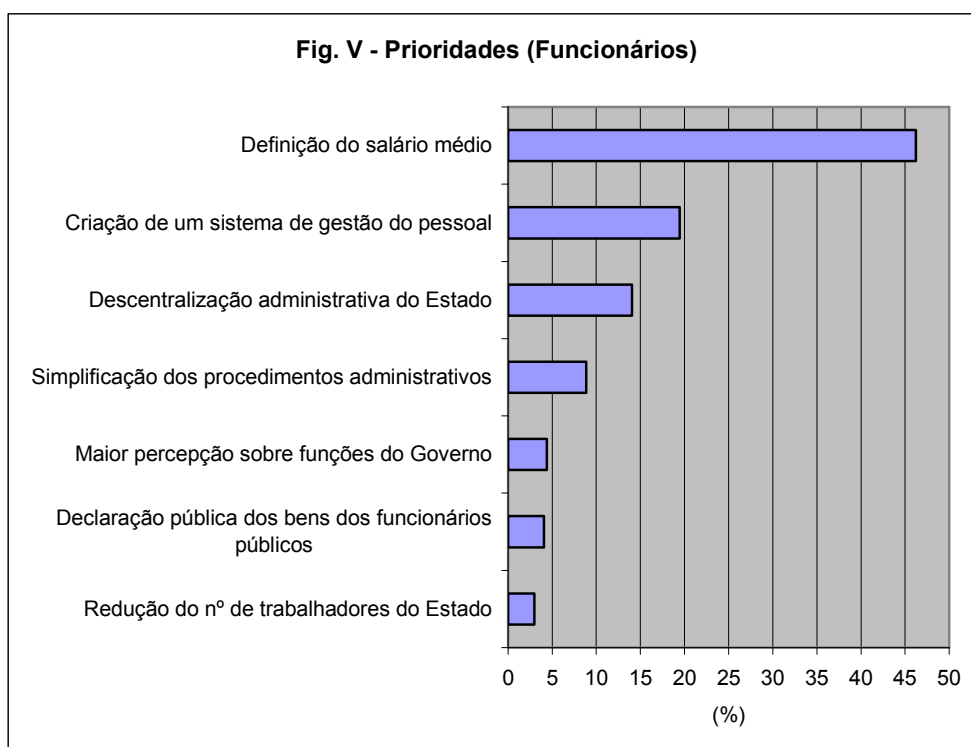
A fig. IV mostra o resultado de um indicador de centralização por serviço, construído a partir das respostas dos respectivos funcionários.



Para melhorar o desempenho institucional, as medidas que recolhem maior apoio dos funcionários são:

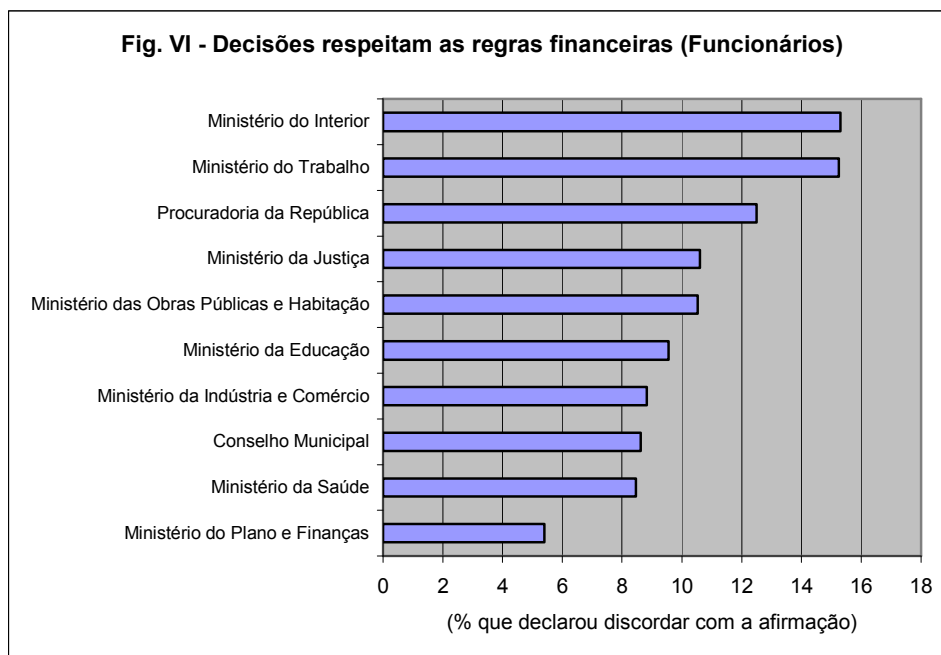
- melhor capacidade para detectar e punir a corrupção (o que sublinha o grau de consciência sobre a importância do fenómeno e dos seus efeitos negativos no serviço público),
- pessoal melhor formado,
- mais e melhor equipamento,
- mais recursos orçamentais, e
- melhor comunicação entre o pessoal.

Embora a questão salarial não apareça destacada em termos das medidas de reforma que foram postas à consideração, foi a que mereceu maior consenso entre os funcionários em termos de prioridades.



Orçamento e contratos públicos

Há alguns sectores onde a percentagem de funcionários inquiridos que declararam que as regras financeiras não eram respeitadas é superior a 10%. Neste grupo, três das cinco instituições onde a situação parece pior fazem parte do sector da justiça (numa concepção ampla), ou seja aqueles que mais directamente são responsáveis pelo respeito da lei: o Ministério do Interior, mas também o Ministério da Justiça e a Procuradoria da República.



Ainda em termos de orçamento, 22% dos inquiridos declara ter havido excesso de despesas em relação ao estabelecido no ano anterior. É na rubrica de bens e serviços que parece acontecer mais sistematicamente o desrespeito dos montantes orçamentados, pois enquanto nos casos dos salários e investimentos apenas cerca de 30% dos inquiridos dizem haver desrespeito do orçamento, esse valor sobe para quase 70% quando se trata de bens e serviços.

A fraqueza dos mecanismos de controle e monitoria das despesas orçamentadas é notória. De acordo com 15% dos inquiridos a eficácia do controle orçamental é nula ou quase e só 35% declararam que ela era totalmente eficaz.

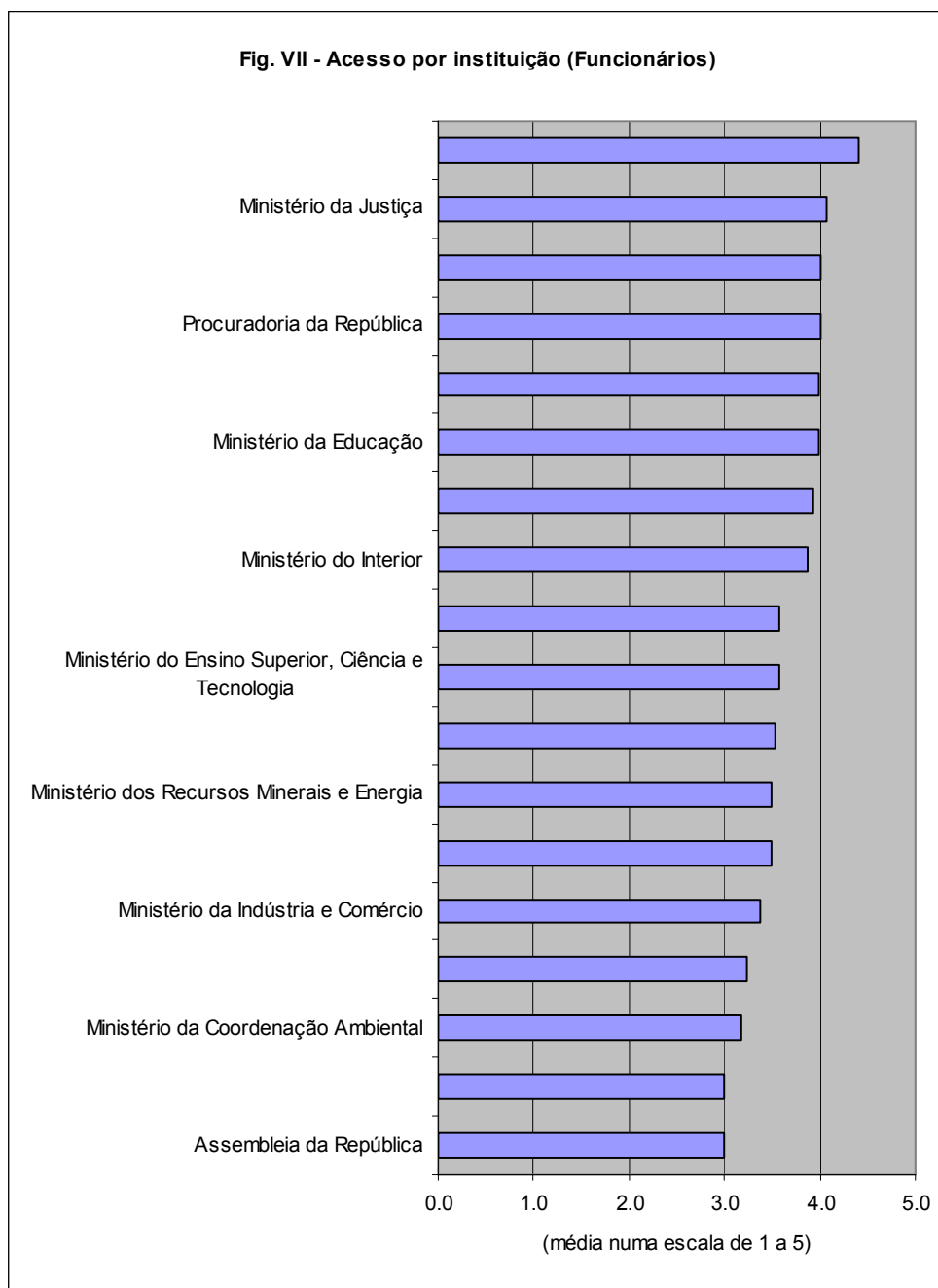
A ideia de que há dificuldades no controle do orçamento é reforçada pelo facto de apenas 62% dos funcionários terem declarado que as decisões na área do procurement eram sujeitas a auditoria regular pelos serviços de inspecção interna. As regras dos concursos públicos são frequentemente desrespeitadas. Apenas 37% dos funcionários declararam nunca ter acontecido o desrespeito de regras relativas aos concursos públicos, havendo por outro lado 12% que consideram que tal prática acontece em mais de metade das vezes, ou sempre.

Acesso

O acesso dos cidadãos aos serviços públicos é uma das dimensões mais relevantes para avaliar se estes assumem devidamente a função que lhes cabe. Deste ponto de vista, embora a opinião dos utentes seja o elemento fundamental, a percepção dos funcionários também é relevante, na medida em que exprime a sua consciência sobre a relação do sector público com os cidadãos.

Dentre os funcionários inquiridos, 97% declararam que a sua instituição lidava directamente com o público. Em termos de acesso dos cidadãos, especialmente os mais pobres, as percepções dos funcionários são relativamente contrastadas. É assim que, se há por um lado 46% que concordam

plenamente que a instituição é acessível aos pobres, há ao mesmo tempo 12% que discordam completamente e são 20% aqueles que colocam em dúvida a acessibilidade fácil da sua instituição aos cidadãos pobres.



Destaca-se a péssima classificação da Assembleia da República, um órgão que deveria ser pela sua natureza dos mais acessíveis aos cidadãos que elegem os deputados e sobre cujo voto se baseia a legitimidade da instituição. Os próprios Conselhos Municipais, que também fundam a sua legitimidade directamente no voto dos cidadãos não ocupam um lugar de relevo em termos de

acesso. Para além destes dois casos especiais, é ainda de salientar a fraca posição ocupada pelos tribunais judiciais.

Experiência e percepção dos utentes sobre os serviços públicos

Tal como em relação aos problemas do país, também há um razoável consenso dos diferentes grupos sobre a integridade das instituições, tanto as mais honestas, como as menos honestas.

Considerando as seis instituições menos honestas referidas por cada um dos grupos de inquiridos, existe uma classificação praticamente unânime que coloca a polícia (polícia em geral e polícia de trânsito) como a instituição menos honesta do sector público. Constata-se igualmente que a opinião sobre os partidos políticos como organizações pouco honestas também é unânime. Três outras instituições são apontadas entre as seis menos honestas por dois grupos de inquiridos. Em primeiro lugar as alfândegas, seguidas pelos governos municipais e pela EDM.

Quadro 2 - As instituições menos honestas

	Agregados Familiares	Funcionários	Empresas
Polícia	1	2	1
Polícia de Trânsito	2	1	2
Alfândegas	3	4	
DNA	4		
Partidos políticos	5	3	3
EDM	6	6	
Governo Municipal		5	4
Correios			5
Tribunais Judiciais			6

Assim como para o caso das menos honestas, também há uma relativa unanimidade quanto às duas instituições mais honestas: os *Media* e as Instituições Religiosas. As ONGs são igualmente reconhecidas por todos como honestas. Três outras instituições são apontadas entre as seis mais honestas por dois grupos de inquiridos. Em primeiro lugar o Conselho de Ministros, seguindo-se os governos provinciais e, por último, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

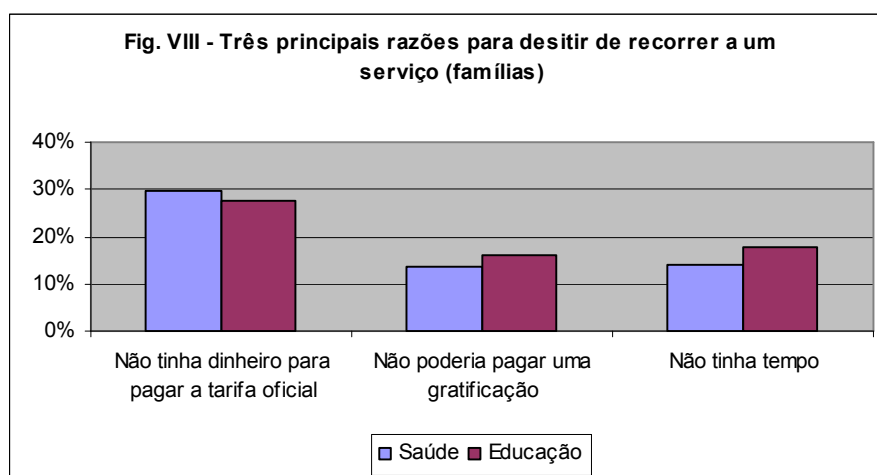
Quadro 3 - As instituições mais honestas

	Agregados Familiares	Funcionários	Empresas
Media	1	2	1
Instituições religiosas	2	1	2
ONGs	3	6	4
Forças Armadas	4		
Ministério da Educação	5		
MADER	6	5	
Conselho de Ministros		3	3
Governo Provincial		4	5
TDM			6

O número de cidadãos inquiridos que declararam ter pretendido tratar de algum assunto num serviço público tendo depois desistido é muito baixo. Apenas nos sectores da saúde e da educação

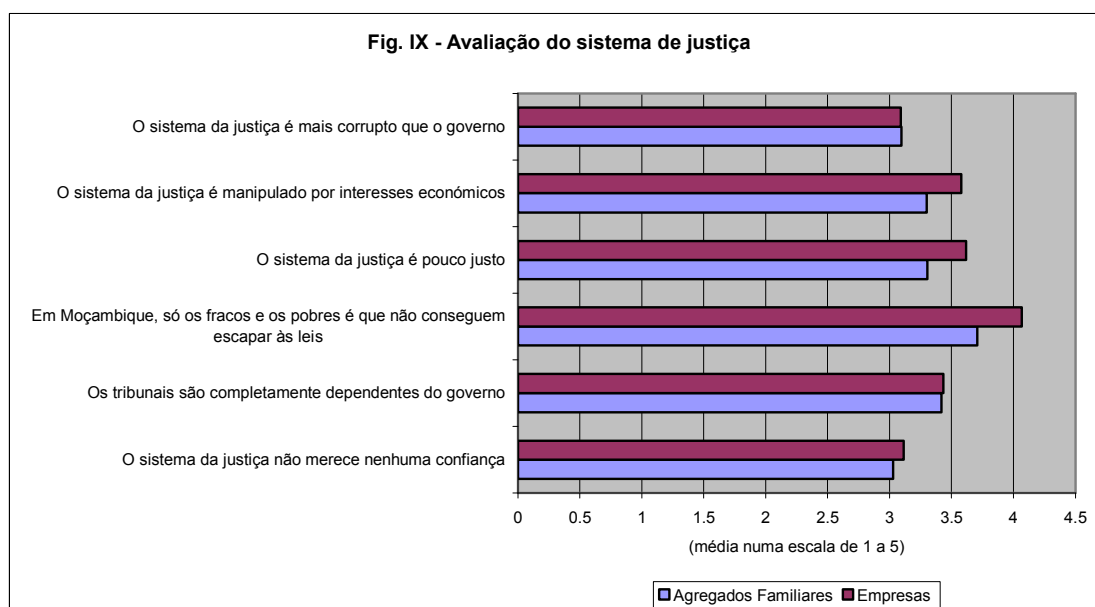
há um mínimo de respostas que podem justificar uma análise estatística, respectivamente 217 e 156 casos, ou seja, apenas 9% e 6% da amostra.

A figura VIII mostra as três principais razões de desistência referidas pelos inquiridos, sendo de destacar em primeiro lugar a importância do custo dos serviços. No entanto, os custos de corrupção também são referidos com destaque.



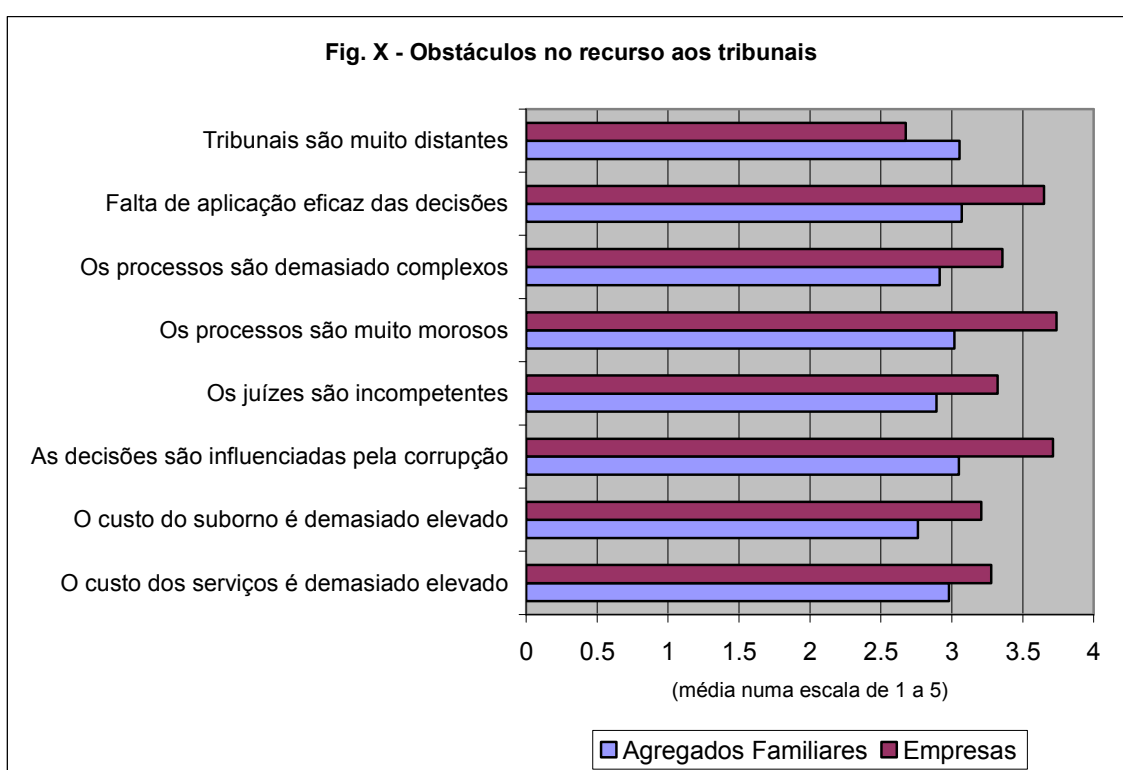
O sector da justiça

O sistema de justiça suscita basicamente a mesma avaliação negativa por parte dos agregados familiares e das empresas. A única diferença observada é que nalguns aspectos a opinião das empresas tende a ser ligeiramente mais negativa. É o caso em relação à relação às afirmações segundo as quais: só os fracos e pobres é que não conseguem escapar à lei; o sistema da justiça é pouco justo; o sistema da justiça é manipulado por interesses económicos.



No caso dos agregados familiares, destaca-se o facto de haver 39% que concordam totalmente que só os fracos e os pobres é que não conseguem escapar às leis e 27% que concordam totalmente que os tribunais são completamente dependentes do governo. Nas restantes afirmações as percentagens extremas são menos importantes. No caso das empresas, há 59% que responderam concordar totalmente que só os fracos e os pobres não escapam à lei.

Em ambos os casos, houve 20% que concordaram totalmente que o sistema de justiça é mais corrupto que o governo. Embora não apareça directamente expressa com muita veemência, parece ser uma percepção dominante nos dois grupos que o sistema de justiça moçambicano é especialmente vulnerável à corrupção. Esta interpretação é suportada pela análise que se pode fazer da hierarquização estabelecida no que diz respeito aos obstáculos no recurso aos tribunais.



As médias registadas mostram que há uma relativa consistência entre a opinião das empresas, sempre mais crítica, e a dos agregados familiares. A única excepção refere-se à distância dos tribunais como obstáculo. Dada a maior concentração das empresas nas zonas urbanas onde estão instalados os tribunais, isso é um menor obstáculo para elas que para os agregados familiares.

Há no entanto algumas diferenças na apreciação entre os dois grupos sobre a importância dos diferentes obstáculos enumerados. Considerando apenas as respostas que identificaram o obstáculo como muito importante, a hierarquia difere entre agregados familiares e empresas. Para os agregados familiares a distância é o factor mais referido como muito importante (29%), seguido do custo (23%) e da corrupção (21%), enquanto para as empresas a ordem de importância começa

com a demora nos processos (38%), vindo depois a corrupção (32%) e a não aplicação eficaz das decisões judiciais (30%).

As empresas e o governo

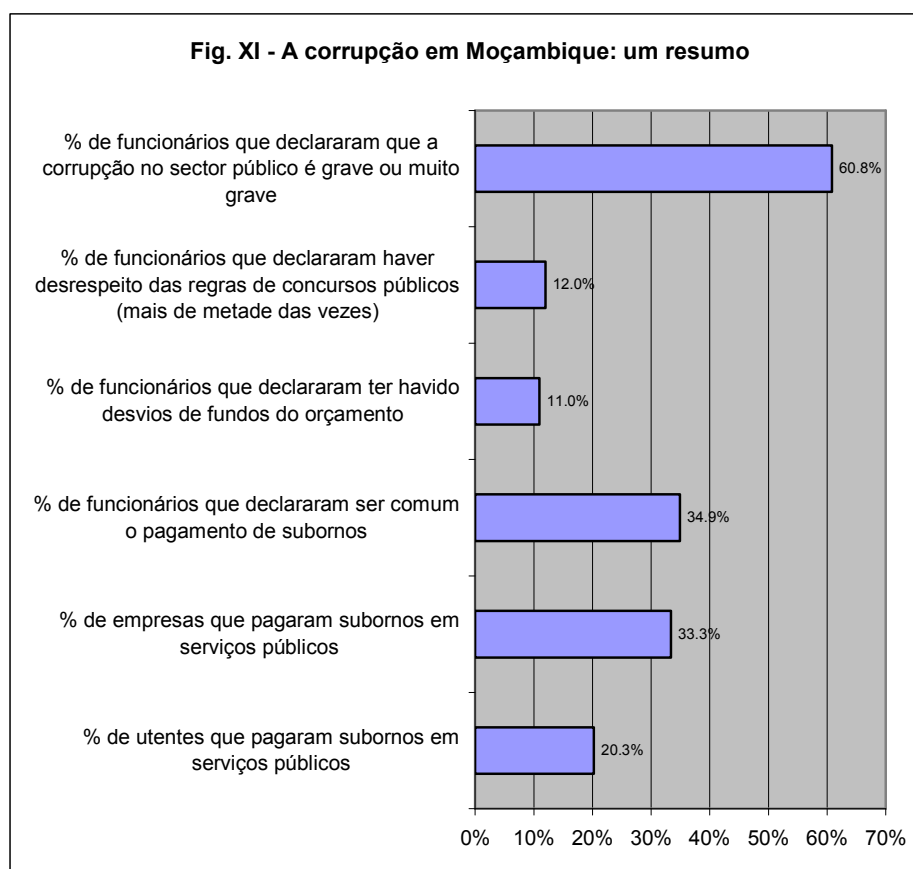
A atenção dada pelo governo aos problemas das empresas é um aspecto essencial no ambiente de negócios e um elemento que pode ter uma influência de peso no desenvolvimento da actividade económica. A percepção das empresas é que o governo não toma em conta as suas preocupações, pois são 61% as que respondem que isso “raramente”, ou “nunca”, acontece, contra apenas 12% que respondem “muitas vezes”, ou “sempre”.

A opinião em relação ao desinteresse do governo é especialmente marcada em Nampula, na Cidade de Maputo, em Tete, na Zambézia e na província de Maputo.

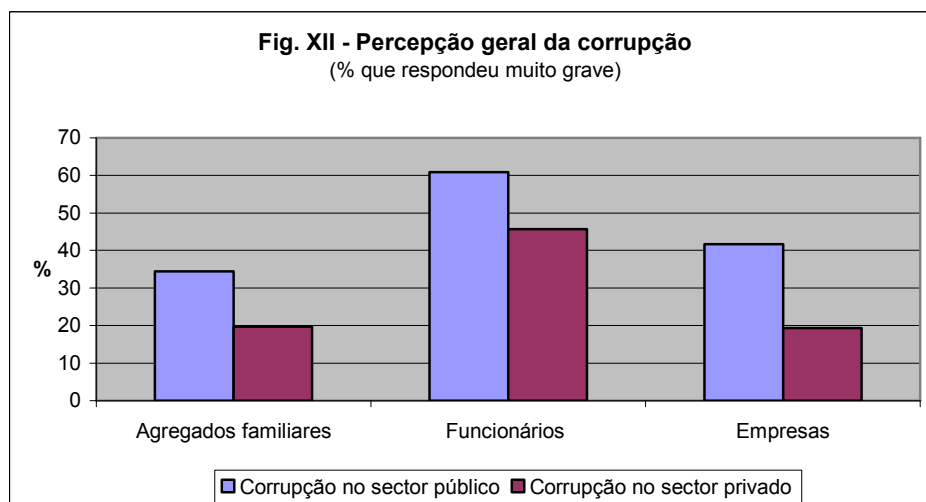
Esta percepção muito negativa em relação à atenção dada pelo governo aos problemas das empresas vai a par da opinião dominante segundo a qual as mudanças nas leis e regulamentos que afectam os negócios são totalmente, ou relativamente, imprevisíveis.

As percepções sobre a corrupção

A figura XI dá uma ideia sumária da situação da corrupção no país.

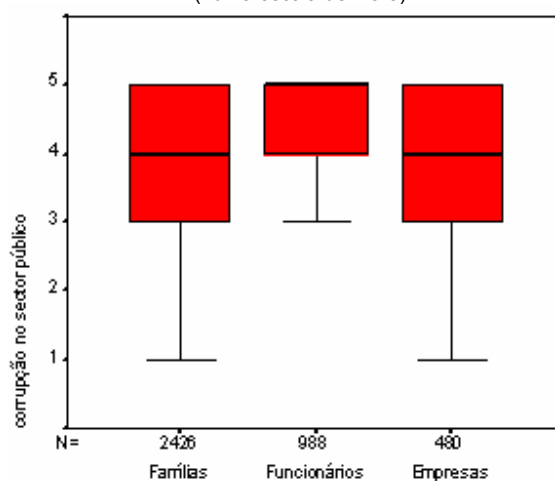


Uma primeira constatação sobre a percepção da corrupção é que todos os grupos consideram a corrupção no sector público como sendo a mais grave. Os funcionários dão mais importância à corrupção privada que os dois outros grupos de inquiridos, mas a corrupção no sector privado é sempre classificada abaixo da corrupção pública em termos de gravidade.

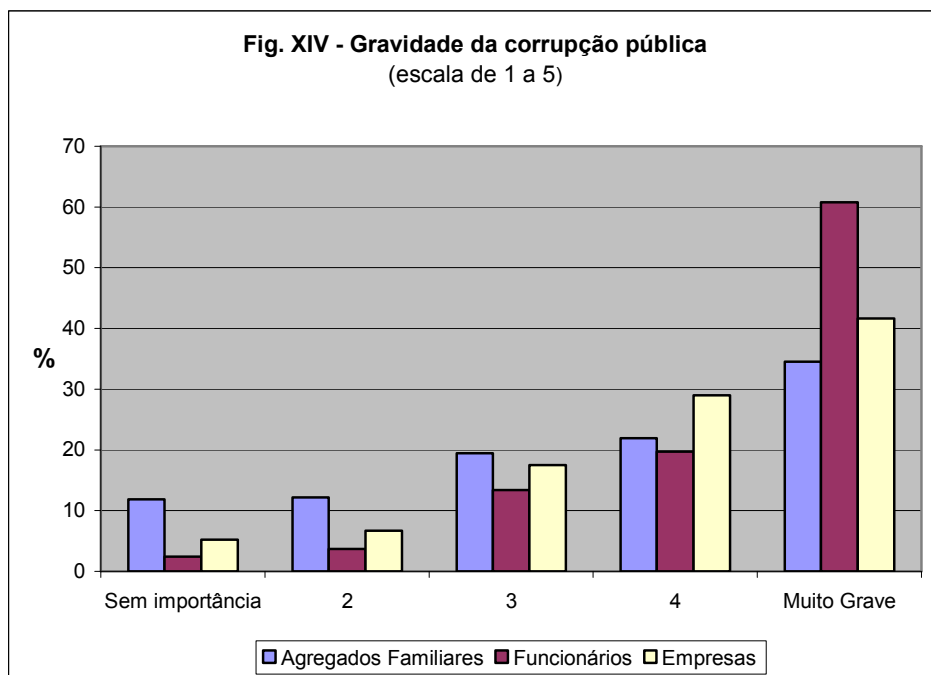


Uma segunda constatação é a gravidade da corrupção pública para os inquiridos. A percentagem de inquiridos que a considera como sendo grave (4 e 5 numa escala de 1 a 5), é muito superior à percentagem dos que a consideram pouco grave (1 e 2, na mesma escala).

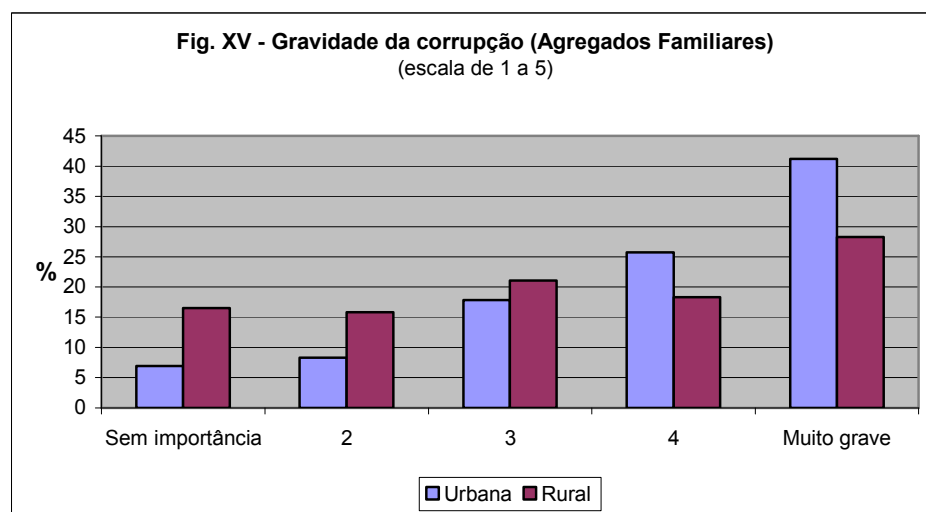
Fig. XIII – Gravidade da corrupção no sector público
(numa escala de 1 a 5)



Há uma certa concordância entre os valores observados para os funcionários e as empresas (respectivamente 81% e 71% nos valores mais altos da escala de gravidade), apresentando os agregados familiares um menor grau de preocupação em relação à corrupção. Dentre estes últimos, há 24% que não lhe atribuem grande importância (valores 1 e 2 na escala de 1 a 5).



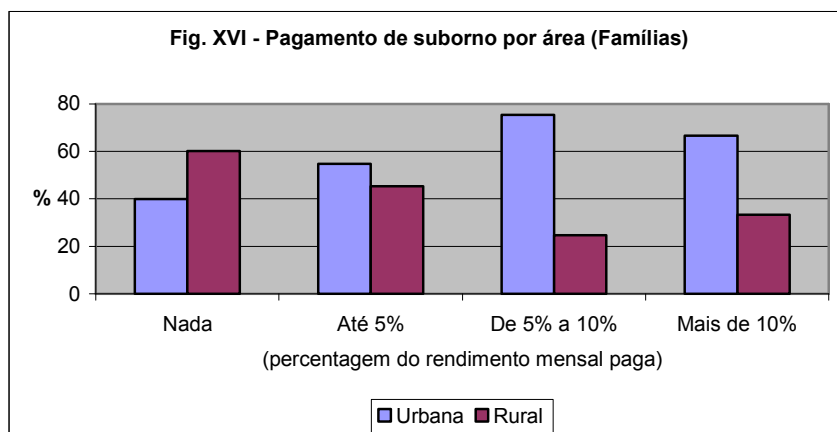
A constatação de que a corrupção é fundamentalmente uma preocupação e um problema para as empresas e os funcionários é reforçada pelo facto dela ser principalmente um problema urbano.



Considerando todos os inquiridos em conjunto, verifica-se que o sentimento de maior gravidade da corrupção (a percentagem dos que responderam 4 e 5 numa escala de 1 a 5) é particularmente notório na Cidade de Maputo e na província de Nampula, seguindo-se depois as províncias de Maputo e de Sofala. A província de Gaza destaca-se como aquela onde a percentagem dos que consideraram o problema da corrupção menos grave (29%) é a maior.

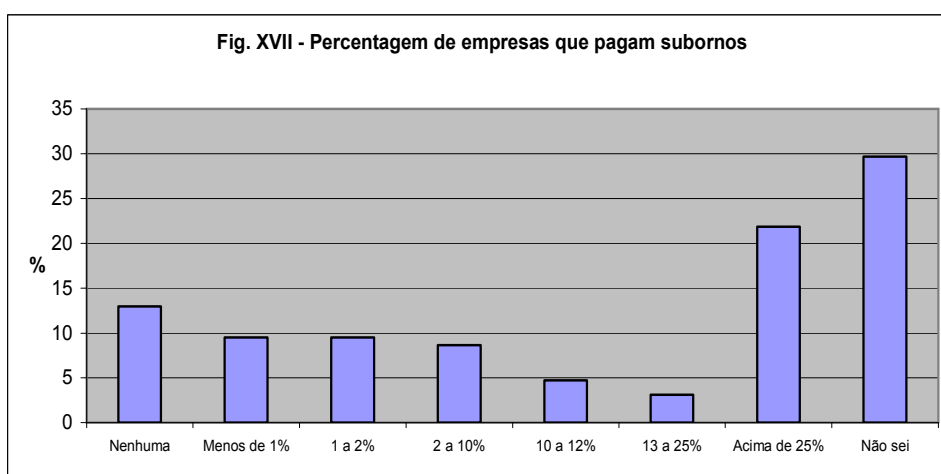
Subornos nos serviços públicos

Perto de metade dos inquiridos (49%) pensam que as famílias não pagam nada de subornos, havendo no entanto 23% que pensam que o pagamento de subornos atinge um valor até 5% do rendimento, 12% entre 5% e 10% e 16% mais de 10%. Porém a incidência é diferenciada em termos de área, sendo as famílias urbanas mais sujeitas ao pagamento de suborno. Com efeito, aos 40% de urbanos que não pagariam nada, correspondem nas áreas rurais 60%.

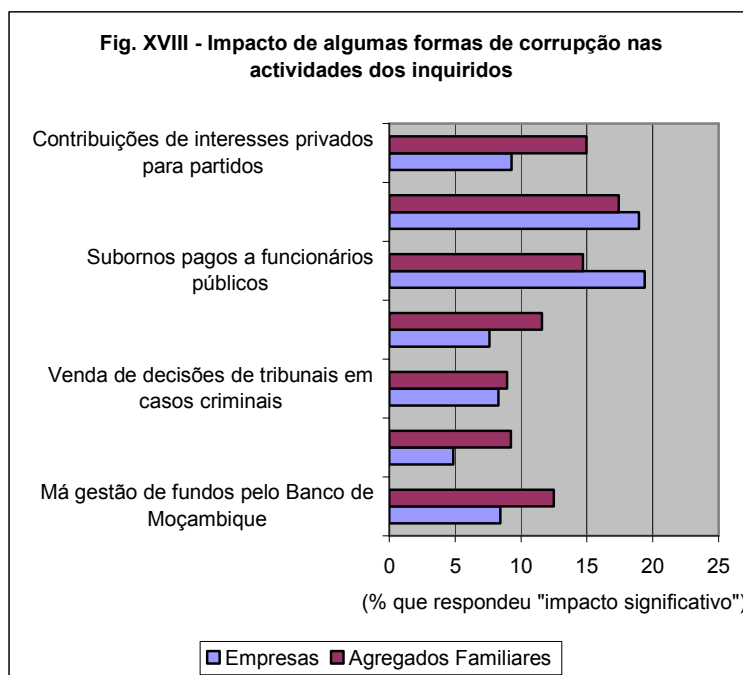


De acordo com os dados obtidos junto das empresas, estas são particularmente vulneráveis nas áreas dos pedidos de licenças (16% declaram que é sempre, ou a maior parte das vezes, necessário pagar gratificações) e de questões fiscais (15%). Sobre a proporção de empresas que pagam gratificações, houve 30% que responderam “não sei”. Porém, das restantes 70%, houve 22% que responderam acima de 25% e só 13% responderam “nenhuma”.

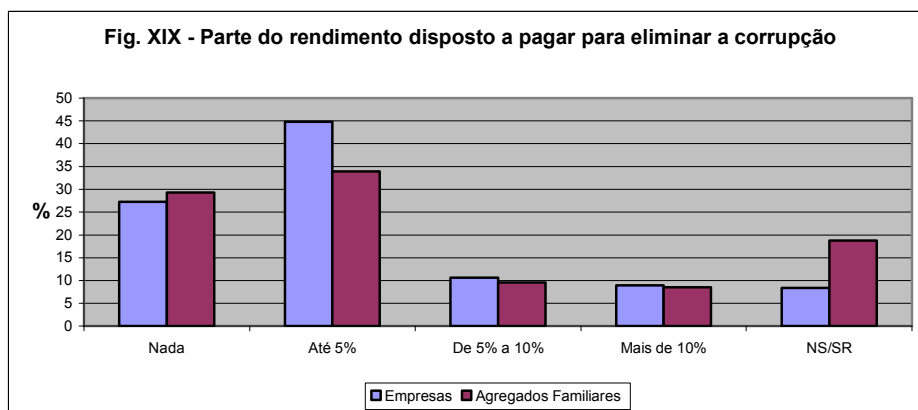
Na área de procurement, para além de 60% das empresas que declaram que a percentagem de contratos com suborno é nula, há quase 18% que consideram que o suborno acontece em mais de 10% dos contratos.



As formas de corrupção que são consideradas mais graves pelos inquiridos, tanto empresas como famílias, são os subornos pagos aos funcionários e o nepotismo. No caso das famílias aparece ainda com um certo destaque a contribuição para partidos políticos, o que deixa a entender que poderá haver em algumas áreas cobranças mais ou menos forçadas em favor de algum partido. Enquanto a média nacional de respostas nesta categoria (impacto significativo) é de 15%, há três províncias onde os valores observados são bastante superiores: Nampula, Niassa e Cabo Delgado (as três províncias do Norte), com 24%, 22% e 21%, respectivamente.

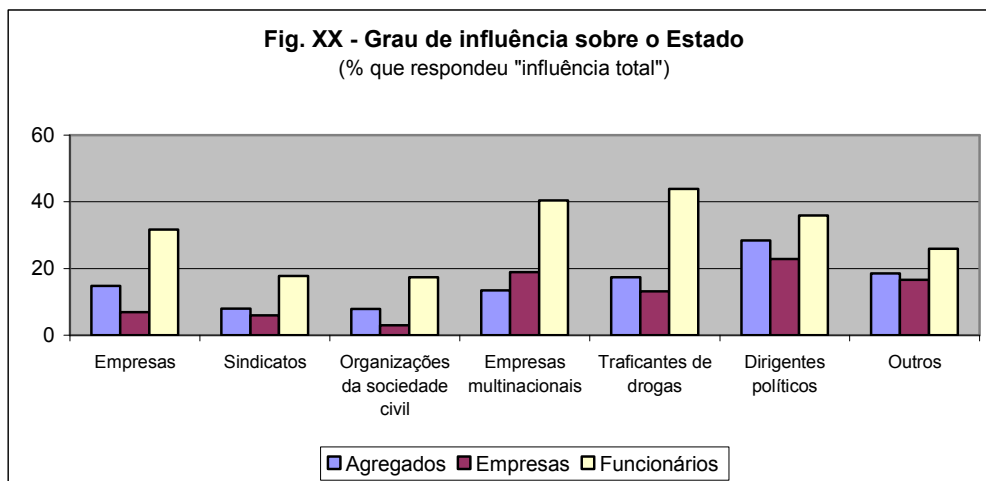


A fig. 52 mostra que existe uma maior disponibilidade por parte das empresas para sacrificarem parte do seu rendimento em favor da eliminação da corrupção, o que se compreende pelo obstáculo que esta pode representar no desenvolvimento dos negócios (tabelas 25.1 e 25.3). É de sublinhar no entanto que a diferença não é muito significativa, pois a percentagem que não está disposta a sacrificar nada do seu rendimento é praticamente idêntica nos dois grupos e apenas há uma diferença para mais na percentagem dos que estariam dispostos a pagar até 5%.



Controle sobre o Estado

A percepção sobre a influência de determinados grupos sobre o Estado em benefício próprio, apesar de bastantes pontos comuns, apresenta também algumas diferenças entre agregados familiares, empresas e funcionários.



Para os agregados familiares há dois grupos que se destacam do ponto de vista da influência que exercem sobre o Estado para daí tirarem vantagens: os próprios dirigentes políticos (50% dos inquiridos respondeu que tinham “grande influência” ou “influência total”) e, depois, as empresas multinacionais (leia-se, estrangeiras) (36%). Os traficantes de droga aparecem em terceiro lugar nesta ordem (32%), mas ocupam o segundo lugar, à frente das multinacionais, em termos de “influência total”. As empresas apresentam uma visão semelhante aos agregados familiares, mas mais marcada: dirigentes políticos (54% em “grande influência” ou “influência total”), empresas multinacionais (46%) e traficantes de droga (37%). Finalmente, os funcionários colocam em primeiro lugar as empresas multinacionais (66%), logo seguidas dos traficantes de droga (64%) e dos dirigentes políticos (60%).

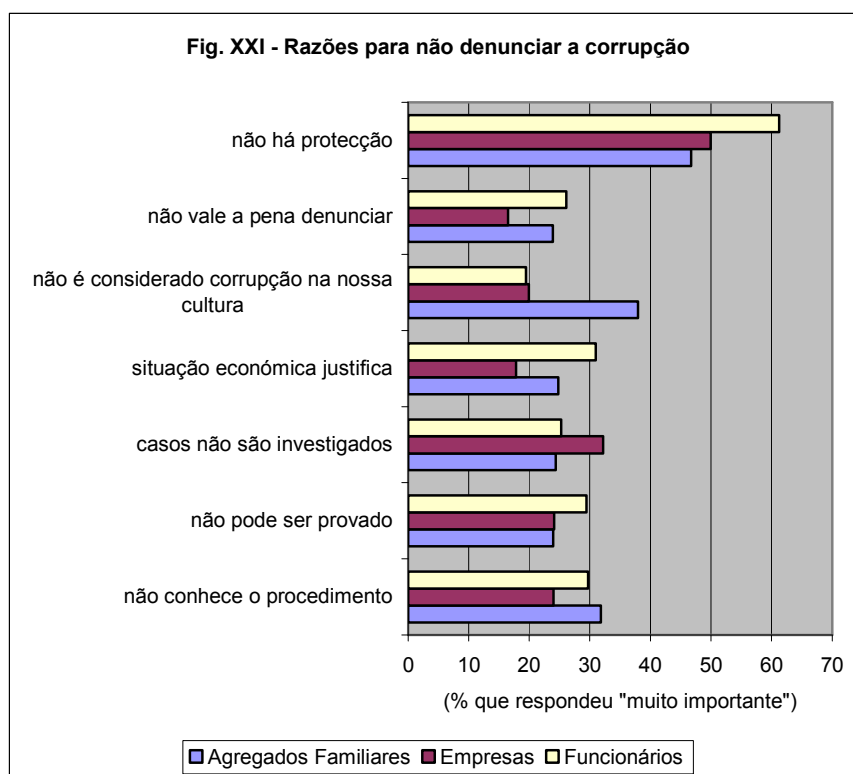
É, pois, muito marcada a percepção comum de agregados familiares, empresas e funcionários, que os dirigentes políticos usam o seu poder para benefício próprio e que, ao mesmo tempo esse Estado que eles dirigem, está à mercê de grupos que se dedicam a actividades criminosas.

A denúncia da corrupção

Não obstante a condenação clara da corrupção, a denúncia dos actos corruptos é uma prática visivelmente pouco enraizada entre as famílias, as empresas e os funcionários. Dos agregados familiares inquiridos, a grande maioria (90%) não sabe como denunciar um acto de corrupção e apenas 8% disseram que um membro da família teria feita uma denúncia ao longo dos dois últimos anos. Embora o número de respostas não seja estatisticamente significativo, é curioso notar que a eficácia da denúncia é julgada fraca (35% contra 14% que a consideraram eficaz).

Dentre os factores que influenciam a decisão de não fazer a denúncia de actos de corrupção, destaca-se como “extremamente importante” – 61% na opinião dos funcionários, 50% na opinião

das empresas e 47% para as famílias - o facto de não haver protecção em relação a eventuais represálias.



Breve nota sobre os custos da corrupção

O fenómeno da corrupção tem efeitos negativos na vida económica do país na medida em que, ao criar um ambiente de negócios caracterizado pela incerteza, pode ser um forte desincentivo para o investimento, tanto nacional como estrangeiro. Por outro lado, há indicações que o seu impacto é diferenciado em termos de custos directos para as empresas e as famílias. Os dados disponíveis são insuficientes para uma análise profunda dos custos directos da corrupção, mas parecem indicar a tendência para um impacto relativamente mais importante sobre as famílias com menores rendimentos.

No caso da famílias, pode-se ver que, embora em termos absolutos a média do custo de suborno apurado pelo inquérito seja o mais baixo das três categorias consideradas (baixo, médio e alto rendimento), ele representa 11% de um salário de referência de 1 milhão de meticais, uma percentagem um pouco mais elevada que os 7% e 9% apurados respectivamente para os grupos de médio e alto rendimento.

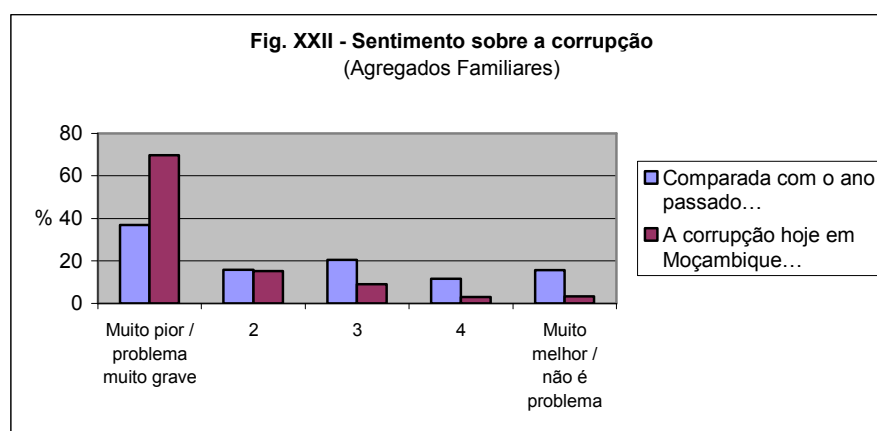
	Baixo rendimento	Médio rendimento	Alto rendimento
Custo médio do suborno pago pelas famílias (Mt)	110 745	248 069	901 818
Custo médio do suborno como % de um salário de referência*	11.1%	7.1%	9.0%

* 1 000 000 Mt para o baixo rendimento, 3 500 000 Mt para o médio e 10 000 000 Mt para o alto.

Uma das implicações desta situação é que a corrupção é, evidentemente, um dos obstáculos a ter em consideração na formulação de qualquer política de redução da pobreza.

Combate à corrupção

Ainda que a corrupção não apareça entre os primeiros problemas que afectam os cidadãos, do ponto de vista da hierarquia que eles próprios estabelecem, existe a consciência de que se trata de um problema grave, pois 70% dos inquiridos classificou-a como sendo “um problema muito grave”. Para além disso, a opinião dominante é que a corrupção não tem vindo a diminuir, pois dentre os inquiridos o grupo mais numeroso (37%) pensa que a corrupção aumentou desde o ano passado.



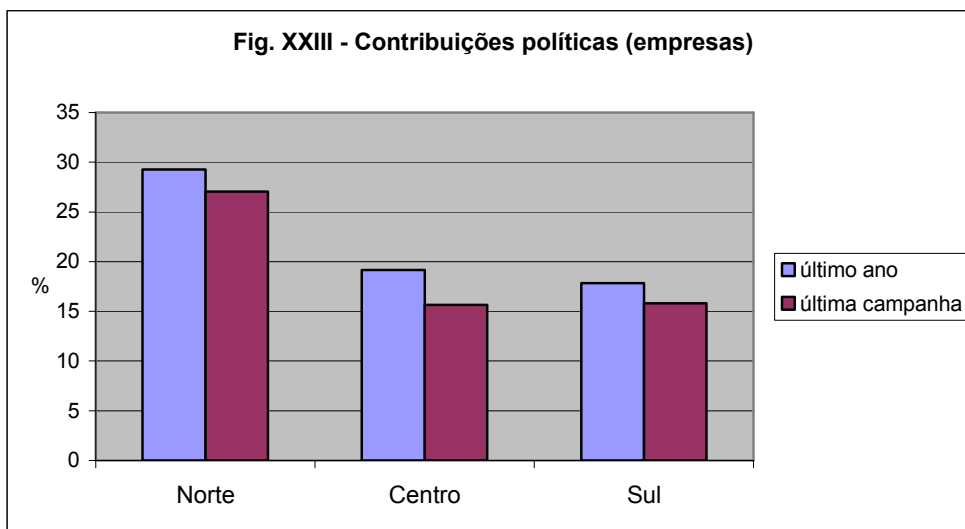
A maioria dos inquiridos é de opinião que a corrupção é principalmente promovida pelos políticos e funcionários públicos (41%), havendo no entanto 13% que pensam que ela é principalmente promovida pelos cidadãos e empresas (tabela 28.3). Ao mesmo tempo, 42% concordam que o governo tem um desejo sincero de combater a corrupção e 56% parecem convencidos que se o governo fizer uma campanha contra a corrupção, esta seria muito eficaz.

Não obstante esta aparente confiança no governo, os inquiridos reconhecem um papel de maior relevo no combate à corrupção a instituições que são independentes dos poderes políticos. É assim que apenas os *media* e as ONGs se destacam com valores superiores a 30% de respostas concordando que ajudaram muito.

As instituições que deveriam estar na primeira linha da luta contra a corrupção encontram-se entre as que os cidadãos consideram não ter ajudado nada com os valores percentuais mais altos, destacando-se a polícia com 26% (uma percentagem que é mesmo superior à dos que declararam que a polícia ajudou muito) e os tribunais judiciais com 18%.

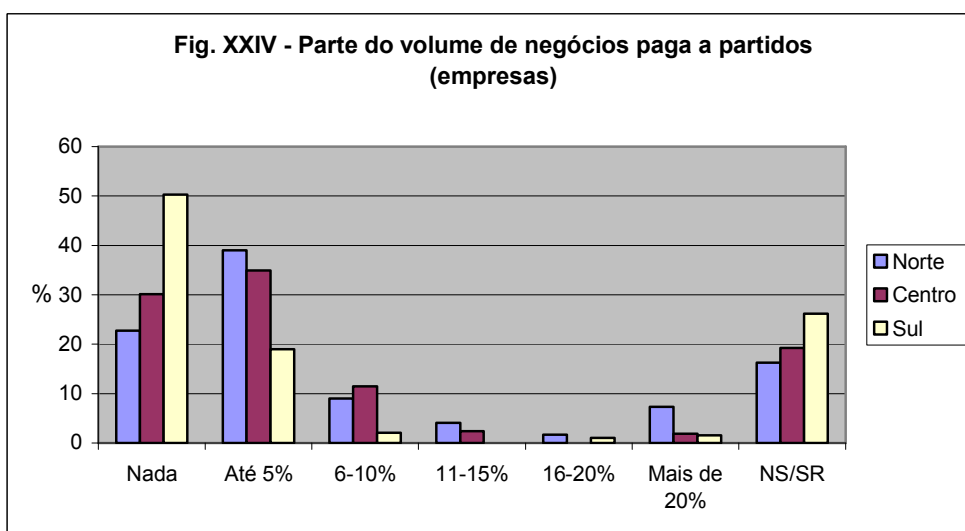
Empresas e financiamento político

De acordo com os resultados do inquérito, 21% das empresas inquiridas foram solicitadas a contribuir para um partido nos doze meses anteriores ao inquérito e 19% foram solicitadas durante a última campanha eleitoral.



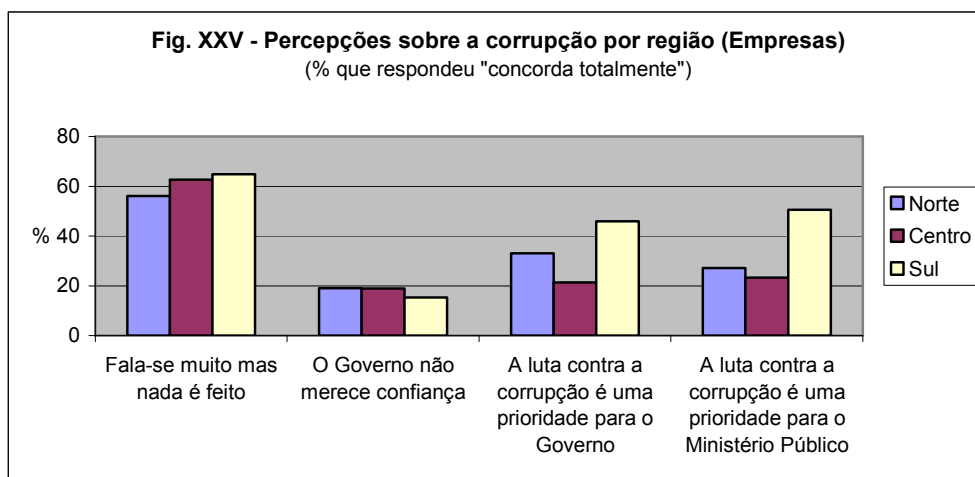
As empresas da região Norte são particularmente atingidas por este fenómeno, o que reforça uma indicação que já aparecia no sentido da existência de uma “cobrança de imposto político” junto dos cidadãos na mesma região.

A gravidade da situação deste tipo de cobranças pode ser avaliada pelo facto de haver uma percentagem relativamente alta de empresas que declaram perder uma parte superior a 10% do seu volume de negócios em favor de partidos.



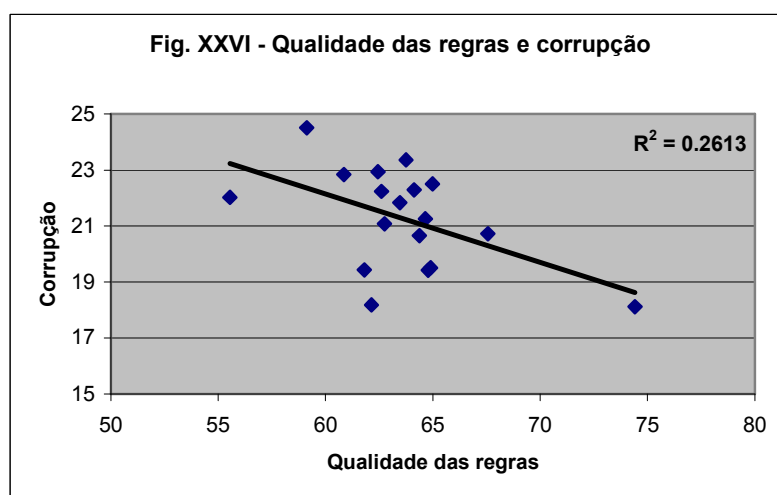
A opinião sobre se a luta contra a corrupção é uma prioridade para o governo e para o Ministério Público, é bastante dividida. Não obstante haver uma relativa concordância entre todas as regiões, mesmo com um valor ligeiramente superior para o Sul, que “se fala muito, mas nada é feito”, o Sul

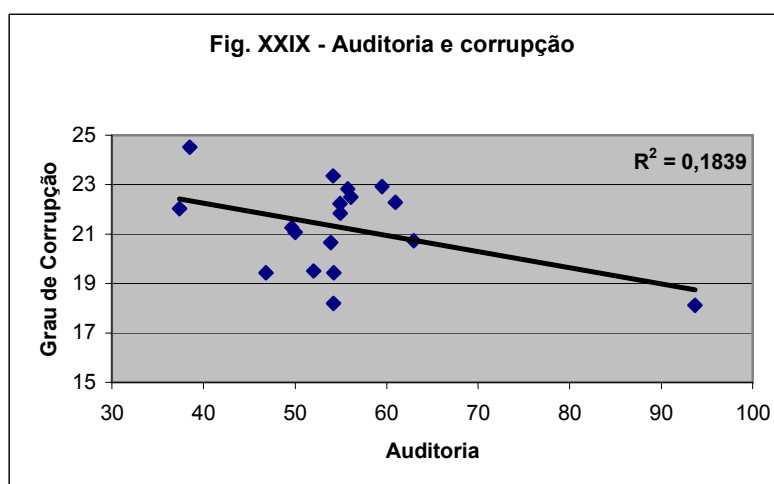
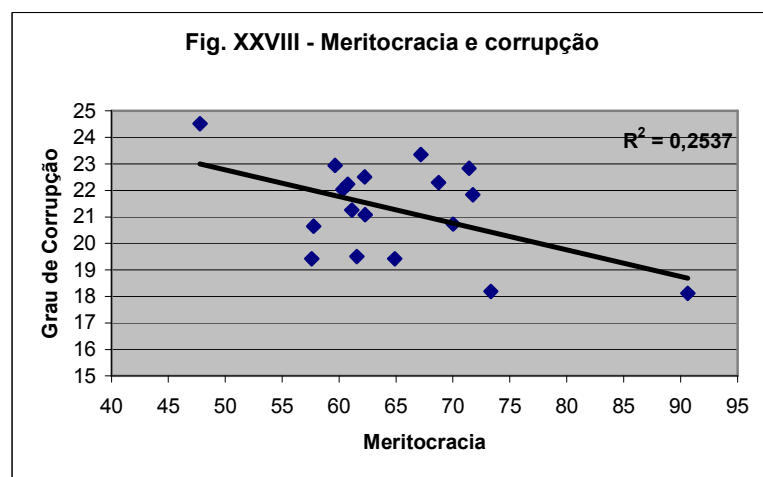
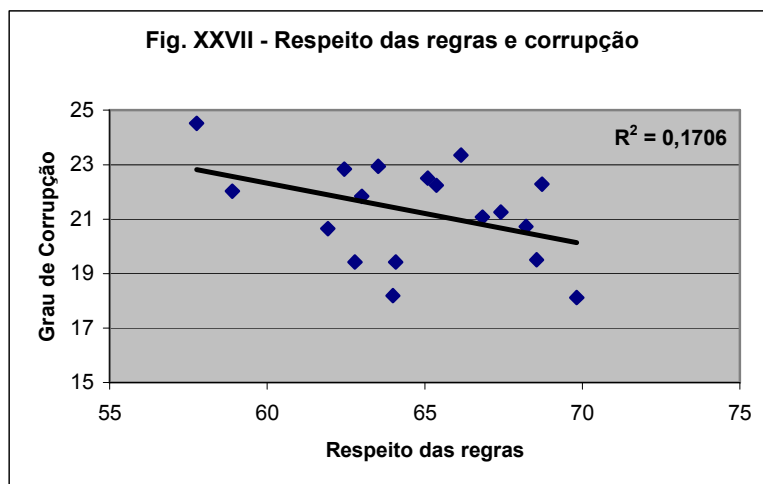
destaca-se no reconhecimento de que a luta contra a corrupção é uma prioridade, tanto do governo como do Ministério Público, opinião que é bastante menos seguida nas duas outras regiões.

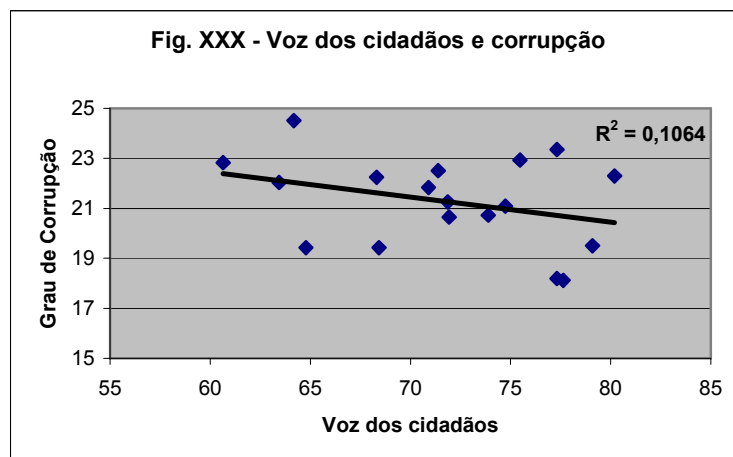


Relação entre governação e corrupção

Existe uma correlação evidente entre a qualidade da governação (aqui considerada na base de uma série de variáveis construídas a partir do questionário aplicado aos funcionários públicos) e a corrupção. As figuras apresentadas a seguir mostram para as 19 instituições abrangidas pelo inquérito, que o grau de corrupção tende a ser menor quando o indicador de governação é melhor.







Indicadores de governação e corrupção por província e por instituição

Nos quadros que se seguem são apresentados onze indicadores de governação e os índices de corrupção calculados para as instituições e as províncias.

A linha “total” dá o valor médio dos indicadores para o país e pode ser usada como referência para avaliar o desvio em cada caso. Para facilitar a leitura dos quadros referentes às instituições, foram assinaladas a verde as situações em que o indicador se situa pelo menos mais de dois pontos acima da média e a vermelho quando se situa pelo menos mais de dois pontos abaixo da média. No caso do quadro referente às províncias foram simplesmente assinalados a vermelho os valores dois pontos abaixo da média para os indicadores de governação (excepto a politização) e dois pontos acima da média para os índices de corrupção.

Quadro 4 - Indicadores de Governação por Instituição

	ACESSO*	AUDIT.	RESPEITO DAS REGRAS	RECURSOS	VOZ DOS CIDADÃOS	MERIT.	MISSÃO	POLITIZ.	SATISF. SALARIAL	ABERTURA	TRANSP.
Ministério do Interior	72	54	66	53	77	67	83	11	33	65	68
Ministério das Pescas	73	55	65	53	68	61	78	15	25	60	69
Ministério da Ind. e Comércio	59	52	69	49	79	62	84	11	29	61	70
Ministério da Coord. Ambiental	54	37	59	42	63	60	72	10	28	58	58
Ministério do Trabalho	75	54	62	51	72	58	83	10	29	64	67
Ministério do Plano e Finanças	56	63	68	63	74	70	79	8	41	73	73
Ministério das O. P. e Habitação	63	54	64	51	68	58	75	12	27	59	66
Ministério da Saúde	85	59	64	52	75	60	84	8	33	61	59
Ministério da Educação	74	55	63	48	71	72	80	9	27	64	66
Ministério dos R. M. e Energia	63	54	64	52	77	73	81	10	34	70	72
Ministério da Justiça	77	50	67	48	75	62	82	13	31	59	67
Ministério do E. S. C. e Tecnologia	64	56	62	52	61	71	70	38	27	63	71
Banco de Moçambique	50	94	70	71	78	91	88	13	81	72	94
Procuradoria da República	75	50	67	47	72	61	77	12	36	65	68
Tribunal Judicial	63	47	63	56	65	65	83	4	33	66	68
Tribunal Administrativo	75	61	69	66	80	69	83	10	58	70	83
Conselho Municipal	64	56	65	51	71	62	75	17	32	61	63
Assembleia da República	50	39	58	54	64	48	78	37	38	54	56
Total	70	54	65	52	73	64	80	11	32	63	66

* Os indicadores situam-se numa escala de 0 a 100. Quanto maior é o valor, melhor é o indicador de governação, excepto no caso do indicador "politização" que é um indicador negativo.

Quadro 4A - Indicadores de Corrupção por Instituição

	C GLOBAL*	C GERAL	C PESS	C ORÇ	C CONT
Ministério do Interior	23	42	22	8	14
Ministério das Pescas	22	45	30	3	10
Ministério da Indústria e Comércio	20	40	22	6	8
Procuradoria da República	21	42	23	6	11
Tribunal Judicial	19	40	22	5	8
Ministério da Coordenação Ambiental	22	41	25	5	13
Ministério do Trabalho	21	43	22	6	11
Ministério do Plano e Finanças	21	41	21	4	16
Ministério das Obras Públicas e Habitação	19	41	22	3	11
Conselho Municipal	23	47	26	8	11
Ministério da Saúde	23	44	22	4	18
Ministério da Educação	22	43	24	6	13
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	18	37	21	4	13
Ministério da Justiça	21	39	20	5	15
Assembleia da República	25	41	28	10	14
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	23	42	28	7	17
Banco de Moçambique	18	40	27	0	6
Tribunal Administrativo	22	37	19	18	15
Total	21	42	23	6	13

* Os indicadores situam-se numa escala de 0 a 100. Quanto maior for o valor, pior é o indicador de corrupção.

C GLOBAL = corrupção global; C GERAL = corrupção em geral; C PESS = corrupção na gestão do pessoal;

C ORÇ = corrupção na gestão do orçamento; C CONT = corrupção nos contratos públicos

Quadro 5 - Indicadores de governação e corrupção por província

	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cid. Maputo	Total
ACESSO*	75	74	66	76	65	84	72	69	66	70	63	70
AUDITORIA	69	58	57	59	58	69	60	43	43	41	51	54
TRANSPARÊNCIA	69	66	71	71	65	71	71	67	60	57	65	66
ABERTURA	74	65	63	66	64	73	67	69	50	53	62	63
SATISFAÇÃO SALARIAL	36	27	25	31	29	33	39	32	31	34	36	32
RESPEITO DAS REGRAS	72	67	68	67	64	68	66	65	61	59	61	65
QUALIDADE DAS REGRAS	66	61	66	66	60	67	65	63	62	60	63	64
RECURSOS	49	45	61	46	46	48	54	51	56	50	54	52
VOZ DOS CIDADÃOS	72	77	72	73	69	80	70	76	71	73	70	73
MERITOCRACIA	71	62	64	62	58	68	62	69	64	58	68	64
MISSÃO	87	79	77	81	87	94	84	76	81	77	76	80
POLITIZAÇÃO	7	5	14	4	14	4	8	10	12	16	18	11
C GLOBAL	19	17	21	18	21	20	23	20	19	25	25	21
C GERAL	39	37	42	39	41	42	48	41	39	44	46	42
C PESS	18	18	23	20	24	19	25	19	17	30	27	23
C ORÇ	4	3	3	3	4	2	6	4	5	10	10	6
C CONT	12	10	11	10	13	13	14	12	15	15	16	13

* Os indicadores situam-se numa escala de 0 a 100. Quanto maior é o valor, melhor é o indicador de governação, com excepção da politização que é um indicador negativo. No caso dos indicadores de corrupção, quanto maior é o valor, pior é o indicador.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto do estudo

Moçambique está empenhado num amplo processo de reforma do sector público que, entre outras actividades, pretende desenvolver as práticas de boa governação e combater a corrupção. A reforma do sector público, tal como está definida na Estratégia Global da Reforma do Sector Público, pretende atingir as seguintes metas: organizações públicas efectivas com estruturas racionalizadas e procedimentos desburocratizados, organizações públicas descentralizadas, transparentes e dotadas de legislação actualizada. O processo de reforma do sector público foi previsto para ser realizado em duas fases, sendo a primeira (2001 a 2004) dedicada à criação das condições básicas para a transformação do sector através da execução de programas e projectos experimentais, e a segunda (2005 a 2011) dedicada à aplicação, revisão e desenvolvimento desses programas e projectos.

São ainda muito poucos os estudos existentes sobre a corrupção em Moçambique. Dentre as iniciativas no sentido de identificar os contornos do fenómeno da corrupção e as vias mais adequadas para desenvolver um programa de combate eficaz, são de destacar a pesquisa levada a cabo pela Ética Moçambique, a iniciativa de um *fórum* organizado pela Assembleia da República em parceria com o PNUD e um estudo sobre o clima de investimento na província de Inhambane. A Ética Moçambique promoveu um inquérito em três províncias, Maputo, Sofala e Nampula, e publicou o primeiro relatório com dados estatísticos sobre o assunto.¹ Por seu lado, o *fórum*² que reuniu parlamentares, representantes do governo, académicos, jornalistas e outros representantes de organizações da sociedade civil, permitiu um primeiro debate mais amplo sobre instrumentos e estratégias para o combate à corrupção. O estudo sobre Inhambane consistiu num inquérito junto de empresas comerciais, industriais e de turismo em três locais da província, a cidade de Inhambane, Maxixe e Vilanculos.³

Desenvolver o conhecimento do fenómeno da corrupção nas condições específicas de Moçambique, embora fundamental para formular um programa de combate adaptado às circunstâncias, não é suficiente. O elemento decisivo será sempre a vontade política de seguir a estratégia identificada e realizar efectivamente as reformas necessárias, assim como de envolver no processo o maior número possível de parceiros sociais.

1.2. Objectivos

A pesquisa nacional sobre governação e corrupção pretende, através de três inquéritos paralelos dirigidos aos agregados familiares, aos funcionários e às empresas, produzir informação empírica sobre as percepções na sociedade em relação à governação, às práticas corruptas e à qualidade dos serviços prestados pelo sector público. A informação e o conhecimento produzidos pela pesquisa, acrescentados à posterior exploração complementar da informação empírica recolhida, destinam-se a sustentar o debate e a colaboração entre o Governo, a Sociedade Civil e o Sector Privado na

¹ Ética Moçambique, 2001.

² Assembleia da República e PNUD, 2003.

³ Berlin University of Technology & German Technical Cooperation Agency, (2004 ?).

formulação e implementação de políticas e programas concebidos para melhorar a acção governativa e reduzir a corrupção no quadro da Estratégia Global da Reforma do Sector Público.

1.3. Metodologia

A metodologia seguida neste estudo, desenvolvida pelo World Bank Institute, tem vindo a ser usada em vários países⁴ e tem como base a aplicação de um conjunto de três questionários dirigidos às famílias, ou utentes dos serviços públicos, às empresas e aos funcionários. A fase de trabalho de campo decorreu no período de Março e Abril de 2004. A análise preliminar dos dados e a redacção do presente relatório foi feita em Junho/Julho de 2004.

1.3.1. Os questionários

Os questionários comportam uma série de questões comuns e várias questões específicas, destinadas a cada um dos grupos inquiridos.⁵ O questionário aos utentes destina-se a recolher informação sobre a percepção destes sobre os serviços públicos, as suas experiências de contacto e a avaliação sobre o grau de honestidade desses serviços, assim como uma avaliação mais geral sobre os problemas do país. No caso do questionário das empresas, é dada uma atenção especial ao ambiente de negócios, às experiências de contacto e percepções sobre os serviços públicos. Os funcionários são inquiridos em particular sobre aspectos relativos à gestão do pessoal, dos orçamentos e dos contratos nas instituições públicas.⁶

1.3.2. As amostras

A metodologia usada no desenho das amostras dos agregados familiares e das empresas está apresentada nos anexos 1 e 2, respectivamente. Ao contrário das anteriores, por falta de uma base amostral conveniente e porque havia interesse em concentrar os questionários num número limitado de instituições, a amostra dos funcionários públicos foi feita de uma forma parcialmente deliberada. Em primeiro lugar foram escolhidas dezanove instituições onde seria desenvolvido o inquérito, tendo depois sido atribuídas quotas de funcionários a entrevistar em cada uma delas nas diferentes províncias. Para cada instituição foi definido um certo número de dirigentes e quadros de chefia, bem como de funcionários técnicos e administrativos e a sua escolha foi feita localmente por um método aleatório, com base na listagem do pessoal.⁷

Agregados Familiares

Dos 2475 agregados familiares estabelecidos pela amostra, foram inquiridos 2447 através do seu chefe, ou de um outro membro na sua ausência, distribuídos geograficamente da seguinte forma:

⁴ Para uma ideia de conjunto do modelo de análise usado pelo World Bank Institute e aceder à numerosa literatura já produzida com base nesta metodologia, consultar: <http://www.worldbank.org/wbi/governance/capacitybuild/diagnostics.html#guide>.

⁵ Os questionários podem ser vistos em: <http://www.worldbank.org/wbi/governance/mozambique/tools.html>

⁶ Os três questionários aplicados em Moçambique encontram-se no anexo 7.

⁷ No caso da Polícia, não foi possível numa parte das províncias ter acesso à listagem do pessoal existente, pelo que nesses casos foi usado um método *ad-hoc* de selecção.

	n previsto	n realizado
Niassa	180	181
Cabo Delgado	180	182
Nampula	420	416
Zambézia	360	354
Tete	180	182
Manica	180	173
Sofala	210	201
Inhambane	180	180
Gaza	180	182
Maputo Província	180	184
Maputo Cidade	225	210
S/ indicação		2
TOTAL	2475	2447

Um pouco mais de metade foram inquiridos nas áreas rurais (52%) e os restantes 48% em zonas urbanas. Em termos de tamanho da família, 68% tinham entre 3 e 7 membros. A idade média foi de 39 anos, tendo 58% dos inquiridos idade inferior a 40 anos. Os homens constituíram 55% dos entrevistados e as mulheres 45%.

Empresas

Das 500 empresas previstas pela amostra, foram inquiridas 486, distribuídas por todo o país como se pode ver a seguir:

	n previsto	n realizado
Niassa	40	36
Cabo Delgado	41	42
Nampula	47	45
Zambézia	45	42
Tete	39	38
Manica	42	39
Sofala	50	48
Inhambane	39	40
Gaza	46	46
Maputo Província	46	70
Maputo Cidade	65	40
TOTAL	500	486

Em termos de forma jurídica, as empresas da amostra distribuem-se da seguinte maneira:

Tipo de Empresa	n	%
SARL	57	12
Sociedade por quotas	100	21
Empresa individual	248	51
Cooperativa	23	5
Empresa estatal	6	1
Empresa pública	8	2
ONG	23	3
Outra	17	5
S/ indicação	4	
Total	486	100

Em termos de número de trabalhadores a tempo inteiro, havia 323 (68%) com 10 trabalhadores ou menos. 44 (9%) entre 10 e 20 trabalhadores, 23 (5%) entre 20 e 30 trabalhadores, 26 (5%) entre 30 e 50 trabalhadores, 32 (7%) entre 50 e 100 trabalhadores e 28 (6%) com mais de 100 trabalhadores. Apenas 6% destas empresas iniciaram a sua actividade antes da independência (1975).

Funcionários

Dos 1000 funcionários previstos na amostra, foram inquiridos 992. A amostra dos funcionários inclui 68% de homens e 32% de mulheres, com uma idade média de 40 anos (13% com idade inferior a 30 anos) distribuídos por 19 instituições da seguinte forma:

	nº
Ministério do Interior	98
Ministério das Pescas	31
Ministério da Indústria e Comércio	69
Procuradoria da República	66
Tribunal Judicial	48
Ministério da Coordenação Ambiental	23
Ministério do Trabalho	59
Ministério do Plano e Finanças	76
Ministério das Obras Públicas e Habitação	58
Conselho Municipal	58
Ministério da Saúde	130
Ministério da Educação	138
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	30
Ministério da Justiça	66
Assembleia da República	17
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	16
Banco de Moçambique	4
Tribunal Administrativo	5
Total	992

A distribuição destes funcionários por província é a seguinte:

	n previsto	n realizado
Niassa	60	64
Cabo Delgado	80	78
Nampula	140	135
Zambézia	110	110
Tete	70	67
Manica	50	49
Sofala	80	75
Inhambane	60	59
Gaza	60	61
Maputo Província	70	120
Maputo Cidade	220	172
S/ indicação		2
TOTAL	1000	992

Os funcionários distribuem-se da seguinte forma em termos de nível:

	n	%
Dirigentes	241	25
Técnicos	311	32
Administrativos	432	43
S/ indicação	8	
Total	992	100

Em termos de formação académica, 259 tinham formação superior (bacharelato, 39, licenciatura, 183 e pós-graduação, 37), 416 tinham o ensino médio, 258 o secundário e 54 o primário. A distribuição por níveis foi a seguinte: 139 a nível nacional, 623 a nível provincial e 219 a nível distrital ou municipal.

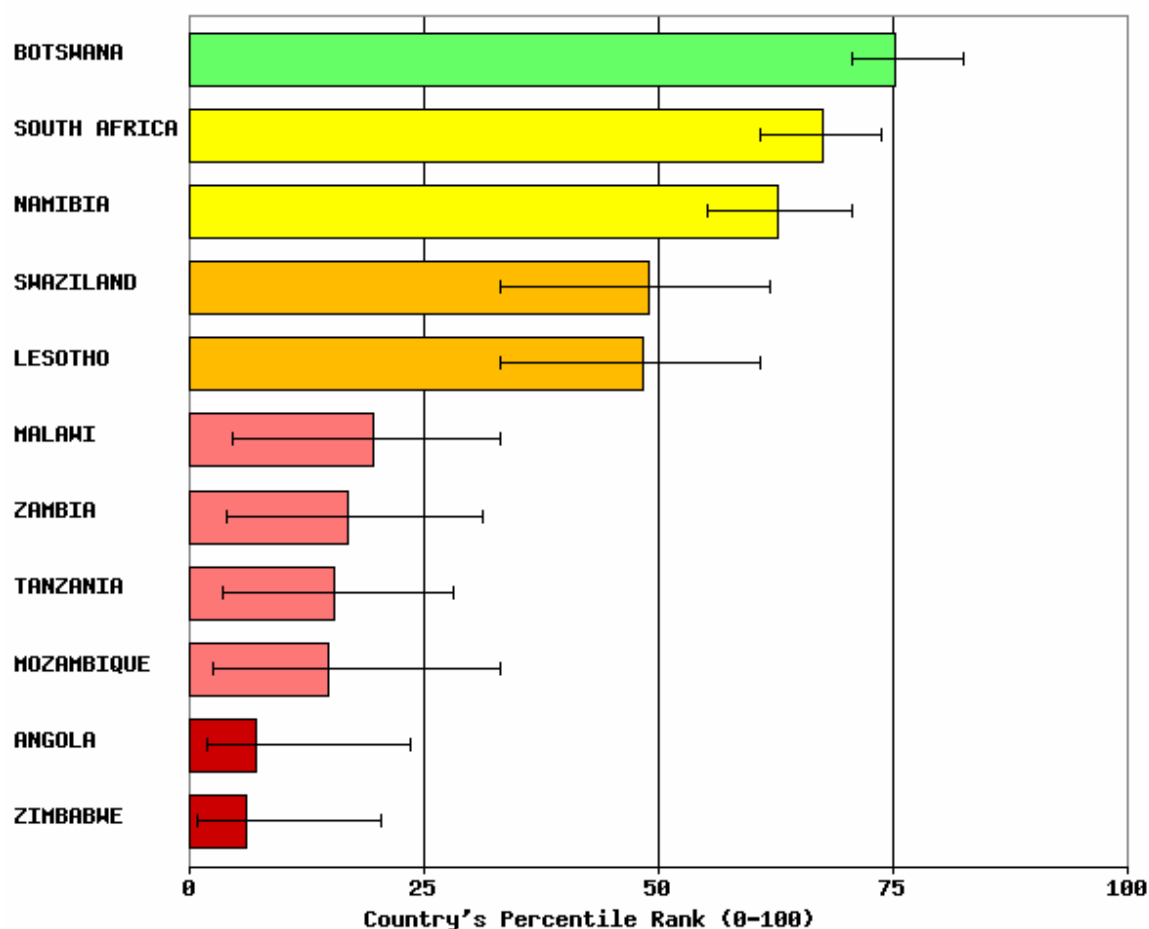
1.4. Estrutura do relatório

O relatório está organizado em cinco capítulos. Para além desta introdução, há um primeiro capítulo onde é brevemente apresentada a situação de Moçambique no contexto da região da África Austral, no que diz respeito a alguns indicadores de governação e corrupção. Um segundo capítulo é consagrado à análise e apresentação dos resultados do inquérito em aspectos relacionados com a governação e o desempenho do sector público. Aqui são identificados os principais problemas do país de acordo com os inquiridos, analisada a informação sobre aspectos da gestão do pessoal, do orçamento e dos contratos das instituições públicas, o conhecimento e compreensão dos funcionários sobre a missão, estratégia e objectivos dos serviços, a avaliação da qualidade dos serviços pelos funcionários e as experiências e percepções dos utentes. O capítulo seguinte é dedicado aos dados relativos à corrupção no sector público. Para além das percepções sobre a corrupção, são aqui analisados os subornos nos serviços públicos, o impacto diferenciado da corrupção nas famílias e empresas, os obstáculos à denúncia das práticas corruptas e o combate à corrupção. Ainda neste capítulo é analisada a questão do financiamento político pelas empresas e a visão dos funcionários sobre a corrupção. O capítulo “governação e corrupção” dá uma visão rápida e sintética da situação de governação e corrupção nas instituições e por província a partir de indicadores construídos com base em perguntas do questionário aos funcionários. A conclusão destaca alguns dos aspectos mais relevantes encontrados na análise dos dados.

2. CONTEXTO REGIONAL E INDICADORES NACIONAIS

De acordo com os indicadores produzidos pelo World Bank Institute⁸ e tendo como referência a região da África Austral, Moçambique situa-se entre os piores países em termos de controlo da corrupção. Como se pode ver na fig.1, apenas Angola e o Zimbabwe apresentam estatísticas mais desfavoráveis. Pode ver-se igualmente que, não obstante a margem de erro relativamente importante (marcada na figura pelos segmentos de recta incrustados em cada uma das barras que correspondem ao países), a distância em relação aos três melhor classificados neste aspecto (Botswana, África do Sul e Namíbia) é muito grande.

Fig. 1 – Controlo da Corrupção (África Austral – 2002)



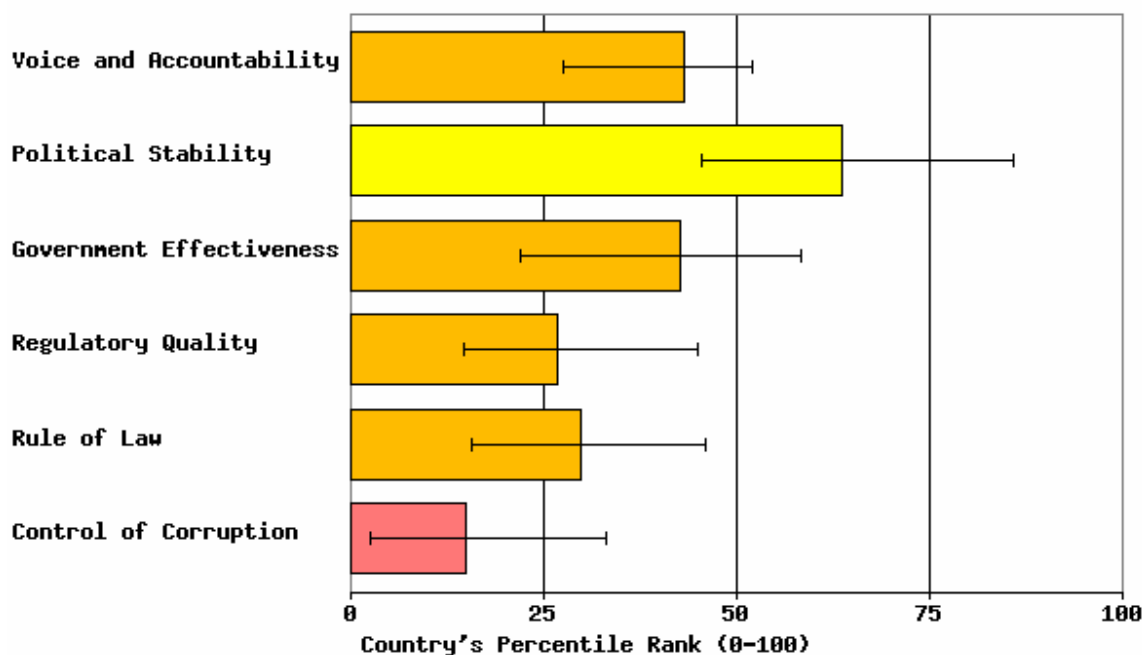
Fonte: D. Kaufmann, A. Kraay and M. Mastruzzi, 2003: Government Matters III: Governance Indicators for 1996-2002 (<http://www.worldbank.org/wbi/governance/pubs/govmatters3.html>)

A análise de alguns indicadores a nível do país, mostra, como se pode observar na fig.2, que o problema não se restringe ao controlo da corrupção. Com efeito, apenas um indicador, a

⁸ Para uma visão de conjunto da metodologia usada pelo World Bank Institute em termos de avaliação da governação, ver D. Kaufmann, F. Recanatini e S. Biletsky, 2002.

estabilidade política, se situa ligeiramente acima de 50/100, registando todos os restantes valores abaixo dos 50/100, sendo de destacar a fraqueza do Estado de direito (rule of law), da qualidade das leis (regulatory quality) e, especialmente, do controlo da corrupção.

Fig. 2 – Indicadores de Moçambique (2002)



Fonte: D. Kaufmann, A. Kraay and M. Mastruzzi, 2003: Government Matters III: Governance Indicators for 1996-2002 (<http://www.worldbank.org/wbi/governance/pubs/govmatters3.html>)

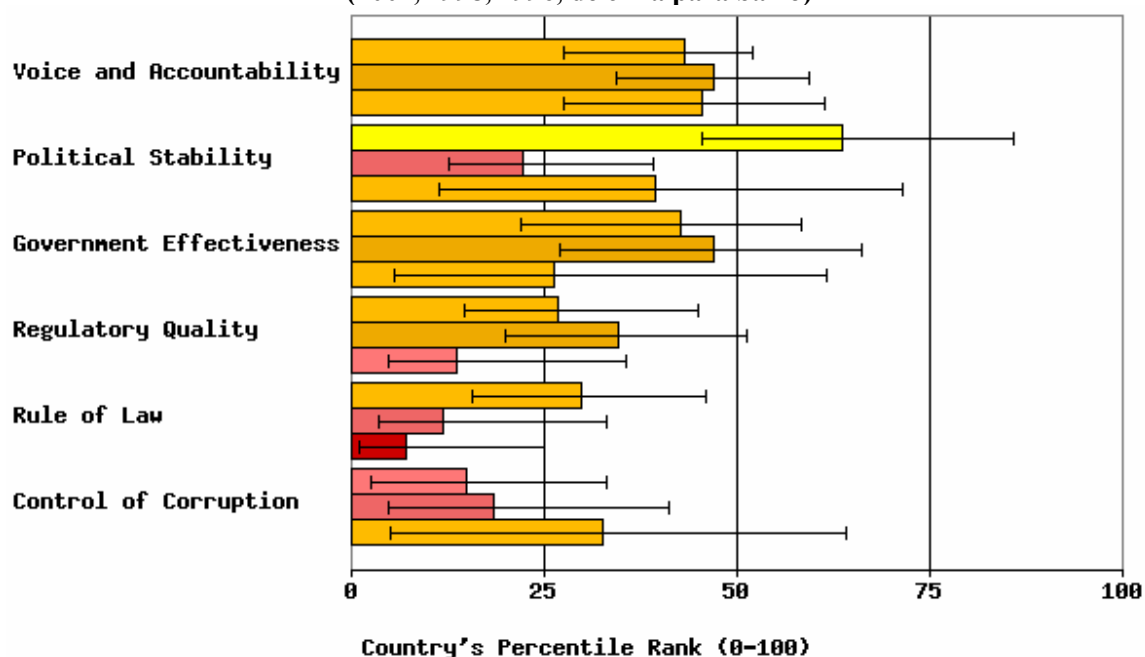
Para além dos valores registados em 2002, interessa ver qual é tem sido tendência do país ao longo dos últimos anos. A fig.3 mostra que, entre 1996 e 2002, há:

1. uma certa estabilidade no valor relativo ao indicador “voz dos cidadãos”;⁹
2. uma oscilação grande no indicador de estabilidade política;¹⁰
3. uma tendência para a melhoria no indicador de efectividade do governo;
4. um crescimento significativo nos indicadores da qualidade das leis e do Estado de direito;
5. um agravamento do indicador do controlo da corrupção.

⁹ A expressão “voice and accountability” (aqui traduzida por “voz dos cidadãos”) refere-se à capacidade dos cidadãos fazerem valer as suas opiniões junto do governo, por um lado, e, por outro, ao facto deste ser responsável perante os cidadãos.

¹⁰ Embora haja um nítido crescimento em 2002, deve-se ter em conta que o valor de 1998 reflecte o clima de instabilidade sentido por altura das eleições gerais de 1999. O ambiente político de desconfiança e as acusações de fraude que têm acompanhado os períodos eleitorais (antes e depois da proclamação dos resultados) são obviamente um grande factor de instabilidade, que provavelmente se fará sentir de novo com as eleições gerais que se aproximam (2004).

**Fig. 3 – Indicadores de Moçambique
(2002, 1998, 1996, de cima para baixo)**



Fonte: D. Kaufmann, A. Kraay and M. Mastruzzi, 2003: Government Matters III: Governance Indicators for 1996-2002 (<http://www.worldbank.org/wbi/governance/pubs/govmatters3.html>)

Não obstante toda a reserva que se deve ter em relação à validade e rigor destes indicadores, o facto dos dados relativos ao controlo da corrupção apresentarem uma tendência inversa ao conjunto dos restantes indicadores de governação¹¹, mostra que a situação da corrupção no país tende a piorar e que a acção do governo e dos órgãos judiciais neste campo tem sido incapaz de reverter a tendência negativa.¹²

¹¹ Esta tendência é de certa forma contraditória com os desenvolvimentos registados na área da qualidade das leis e do Estado de direito, cuja melhoria se deveria obviamente reflectir num combate mais eficaz à corrupção.

¹² Estes dados são anteriores à criação da Unidade Anti-Corrupção na Procuradoria Geral da República, cujos efeitos só poderão ser avaliados posteriormente.

3. GOVERNAÇÃO E DESEMPENHO DO SECTOR PÚBLICO

Neste capítulo são apresentados alguns dos resultados do inquérito aos agregados familiares, às empresas e aos funcionários públicos relacionados com as suas visões, percepções e experiências dos problemas do país e em particular dos serviços públicos.

3.1. Principais problemas do país

A análise dos dados (tabelas¹³ 1.1 a 1.3) permite constatar que há uma quase unanimidade nos problemas considerados mais prementes nos três grupos de inquiridos. Embora haja uma coincidência quase perfeita na enumeração dos dez problemas mais graves (todos aparecem numa lista de doze), há algumas diferenças notórias na classificação. Isto está sintetizado no quadro 1, que apresenta os dez principais indicados por cada um dos diferentes grupos inquiridos.

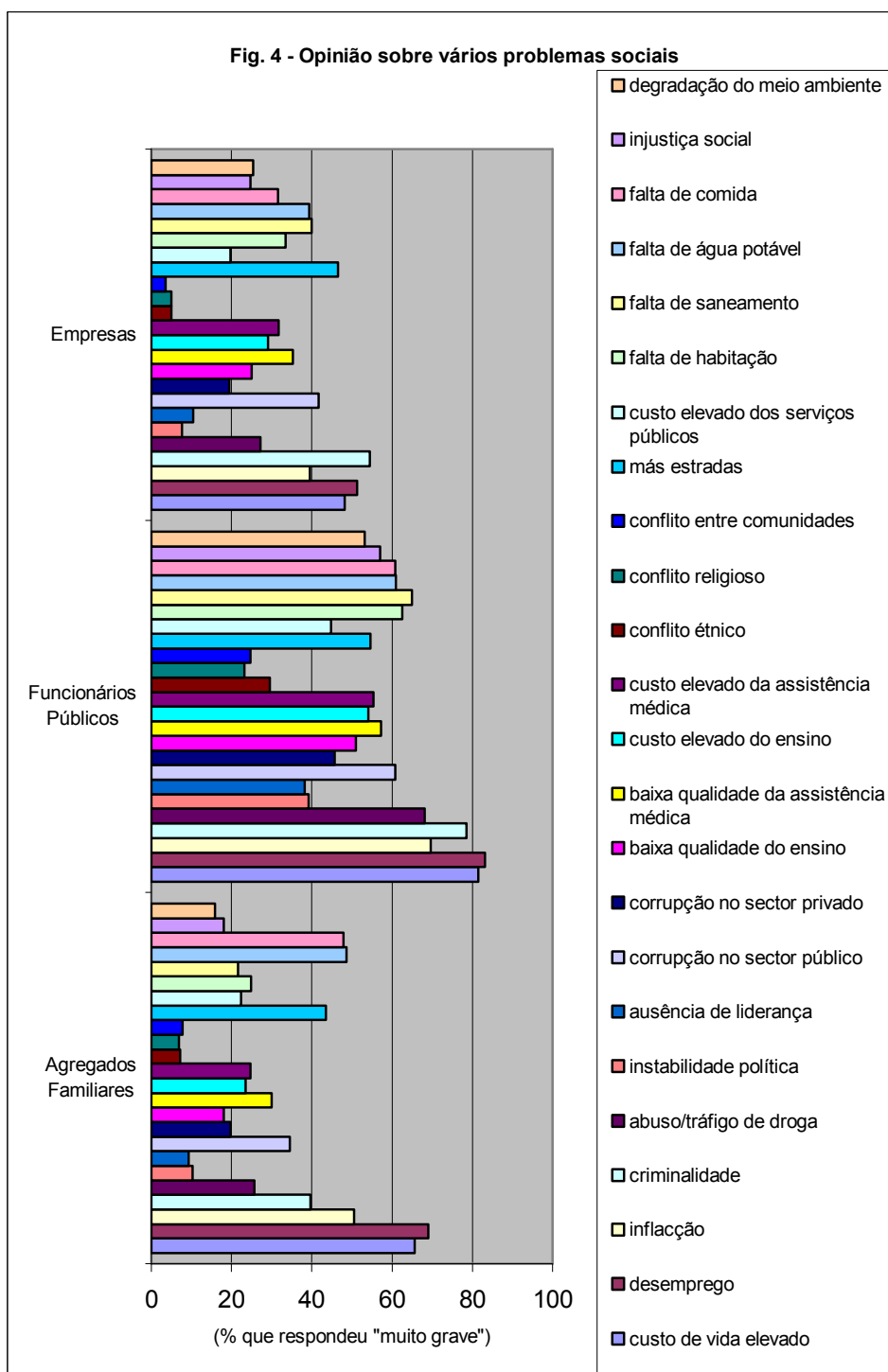
	Famílias	Empresas	Funcionários
Desemprego	1	2	1
Custo de vida	2	3	2
Inflação	3	7	4
Água	4	8	8
Comida	5		9
Estradas	6	4	
Crime	7	1	3
Corrupção pública	8	5	10
Assistência médica	9	9	
Droga	10		5
Saneamento		6	6
Habitação		10	7

Aqui se pode ver que há claramente um consenso sobre o desemprego como o problema principal do país, classificado em primeiro lugar pelas famílias e funcionários e em segundo lugar pelas empresas (os números que aparecem dentro de cada casa indicam a ordem na importância dos problemas para cada grupo de inquiridos, correspondendo 1 ao mais importante). Vê-se igualmente que o custo de vida ocupa um lugar de destaque reconhecido mais ou menos no mesmo nível por todos (segundo problema para as famílias e os funcionários e terceiro para as empresas). A grande diferença entre as empresas e os outros dois grupos é que estas consideram a criminalidade como sendo o problema mais grave, enquanto o mesmo aparece ainda em lugar de destaque para os funcionários (terceiro lugar) mas numa posição bem mais baixa para as famílias (sétima).

Como se pode ver na fig. 4, independente da variação de intensidade (medida pela percentagem de respostas classificando o problema de “muito grave”), há apenas pequenas variações na ordenação entre os três grupos de inquiridos.

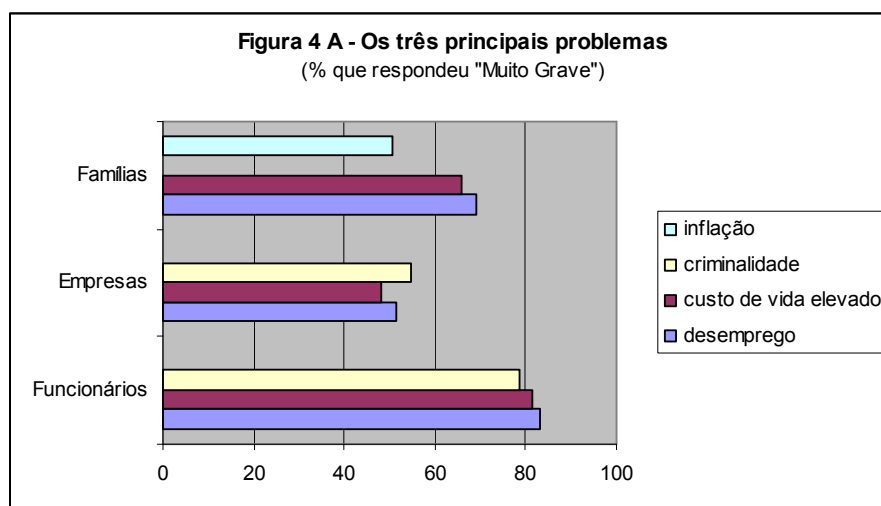
¹³ As tabelas referidas neste capítulo são apresentadas no Anexo 5.

È de salientar que a corrupção aparece com uma importância reduzida, em especial para as famílias e os funcionários. Já para as empresas ela aparece numa posição intermédia (quinta).



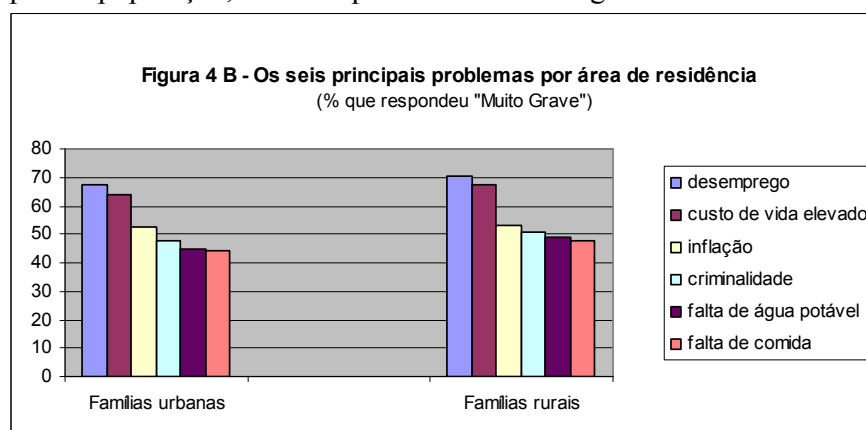
Um dos aspectos que ressalta da leitura do gráfico apresentado é que, não obstante o padrão comum na hierarquização dos problemas, comparando com os agregados familiares e as empresas, os funcionários públicos apresentam uma tendência muito mais marcada para os avaliar os como sendo muito graves. Tanto as empresas como os agregados familiares apresentam valores bastante mais baixos, numa série de casos inferiores a 20%, o que nunca acontece com os funcionários.

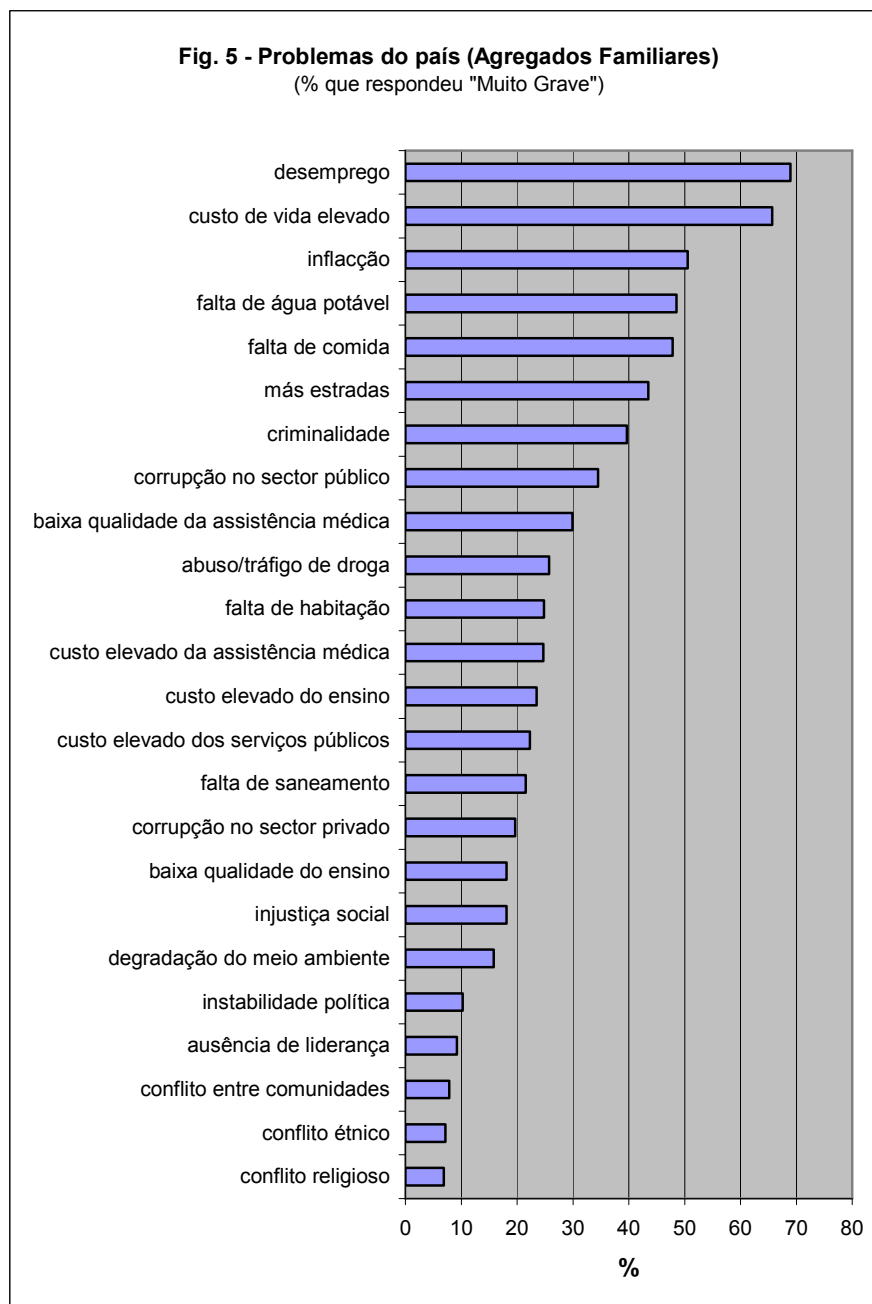
A figura 4 A mostra apenas os três principais problemas para cada um dos grupos inquiridos.



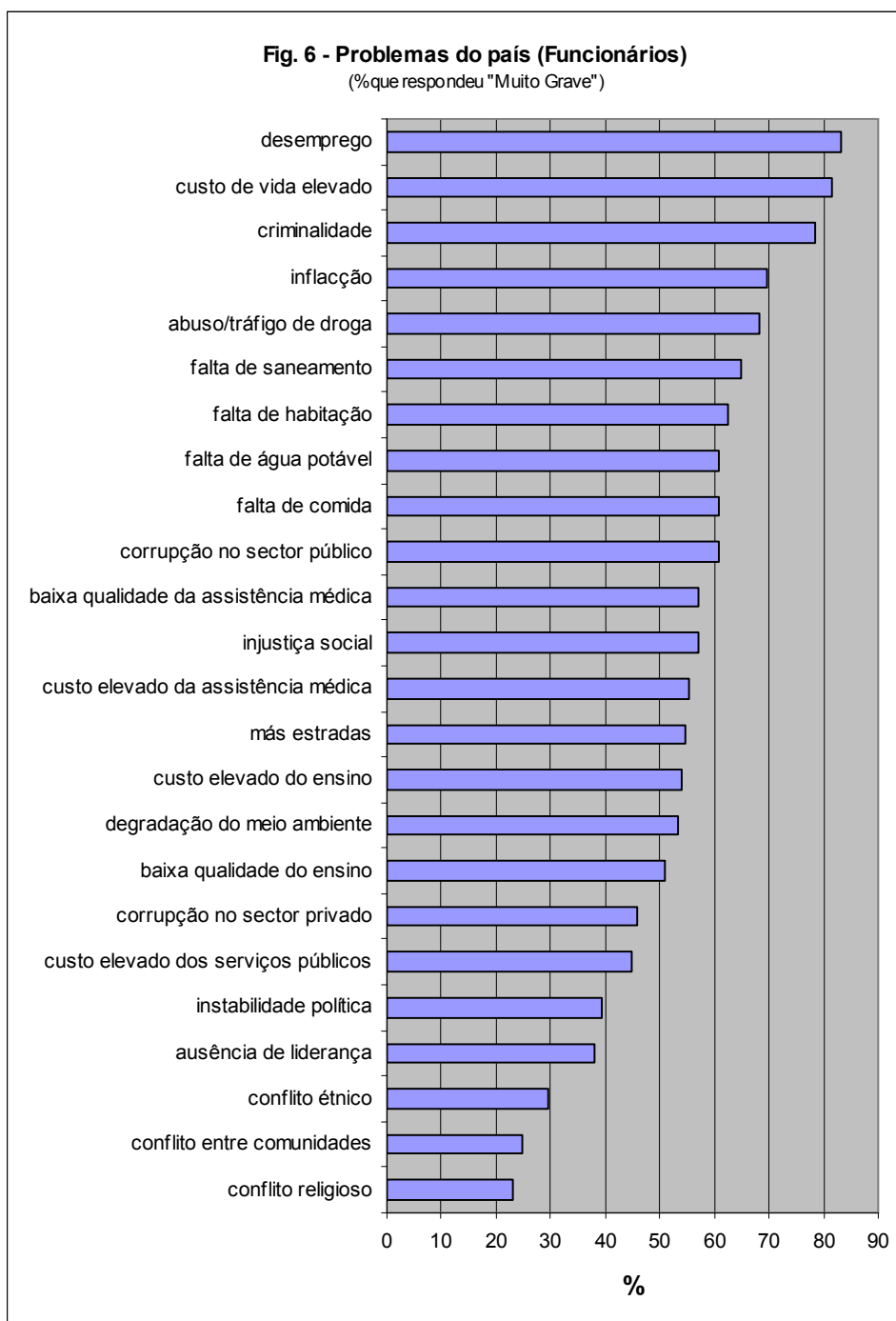
Para as famílias (figs. 4 A e 5), há dois problemas que se destacam o desemprego e o custo de vida (valores perto de 70%). A inflação (51%), que aparece em terceiro lugar, pode ser considerada como uma outra forma de referir o custo de vida. Há depois um grupo de problemas (entre 30% e 50%) que se podem classificar de segundo nível e que incluem a falta de água, o problema das estradas da criminalidade e a corrupção do sector público. Num terceiro grupo de problemas menos importantes para as famílias contam-se a maior parte dos que dizem respeito ao custo e qualidade dos serviços (15% a 30%).

A análise da classificação dos seis principais problemas segundo as diferentes áreas de residência (rural ou urbana) resulta na mesma hierarquização, não havendo, pois, diferenças significativas entre os dois tipos de população, como se pode verificar na figura 4 B.



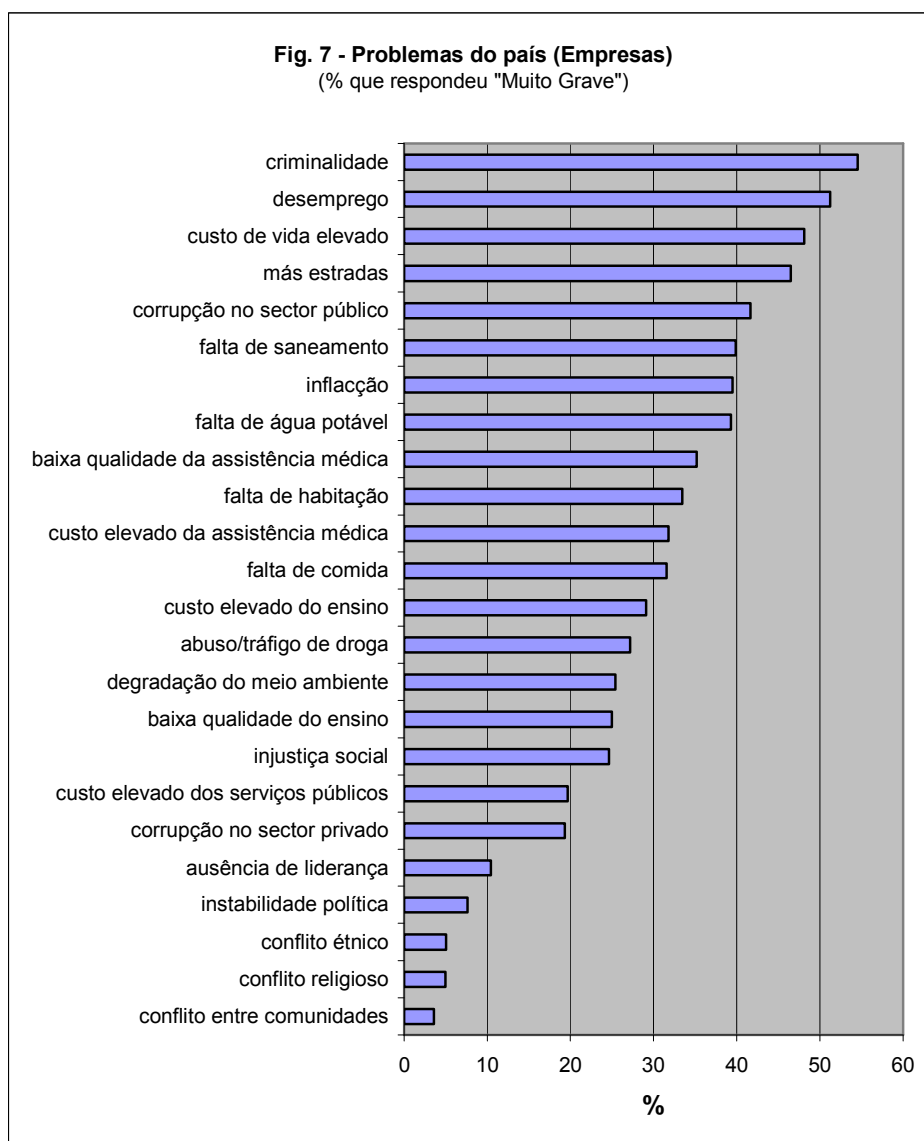


Os funcionários (fig. 6) também destacam o desemprego e o custo de vida (respectivamente 83%, e 82%), seguidos da criminalidade (79%) e da inflação (70%).



Para além disso, apresentam valores que oscilam entre os 45% e os 68% para a grande maioria dos restantes problemas, aparecendo ainda neste caso a qualidade e o custo dos serviços em posições intermédias.

A grande diferença das empresas está na importância que atribuem à criminalidade (55%), mas também às más estradas (47%).



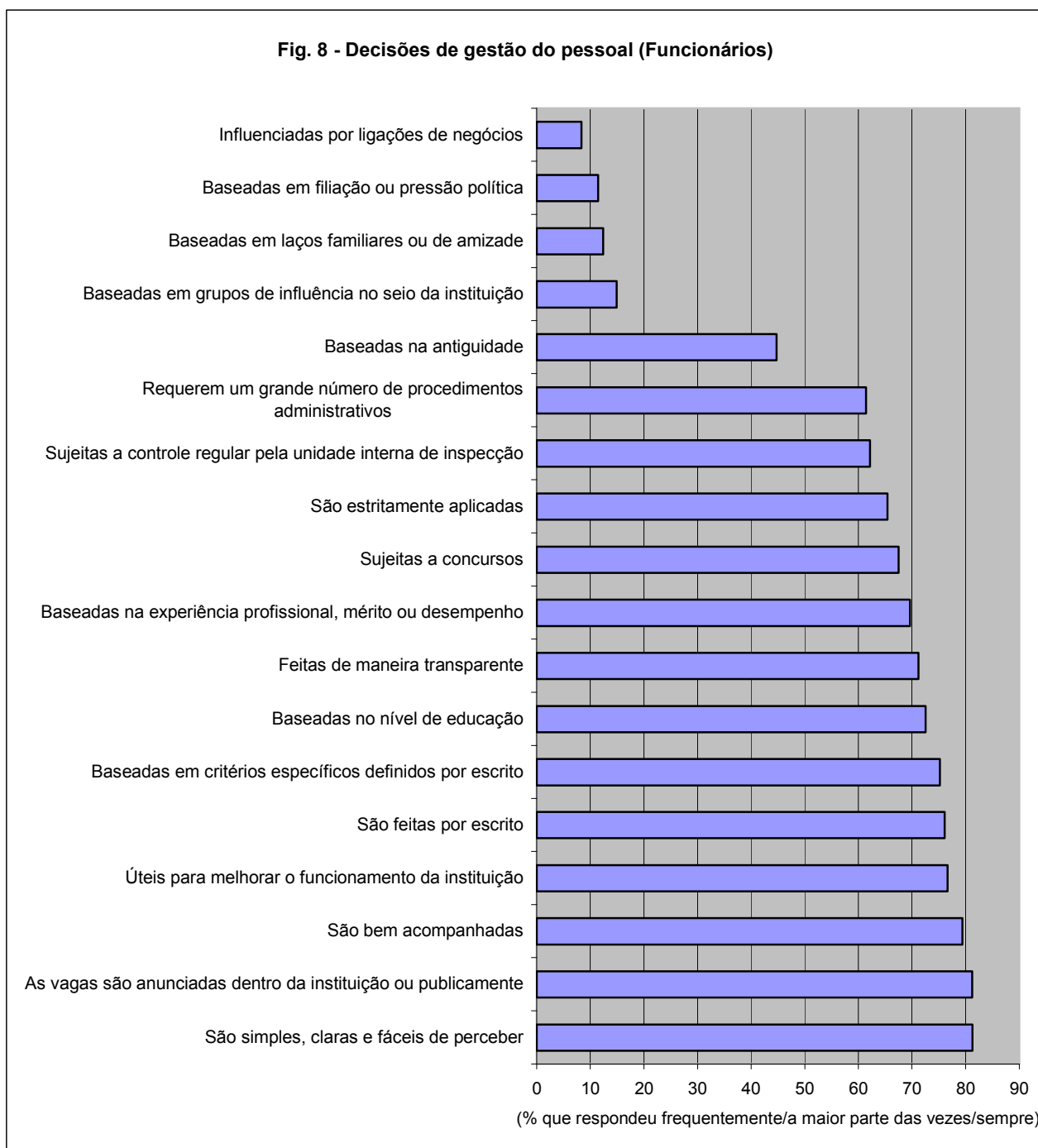
Esta hierarquização compreende-se na medida em que estes são dois factores que influenciam muito negativamente as condições, o ambiente e a segurança dos negócios. Dentro da mesma lógica é neste grupo que a corrupção do sector público aparece com mais destaque (42%).¹⁴

Existe igualmente uma unanimidade sobre os problemas menos importantes. A fraqueza de liderança e a instabilidade política, por um lado, e, por outro, os conflitos étnicos, religiosos ou entre comunidades são obviamente pouco relevantes na perspectiva da maioria dos inquiridos de todos os grupos.

¹⁴ Embora haja alguma variação ligeira de intensidade na apreciação das empresas públicas em relação às outras, a hierarquização dos problemas é idêntica. O mesmo já se tinha verificado no grupo dos funcionários entre dirigentes e técnicos e administrativos.

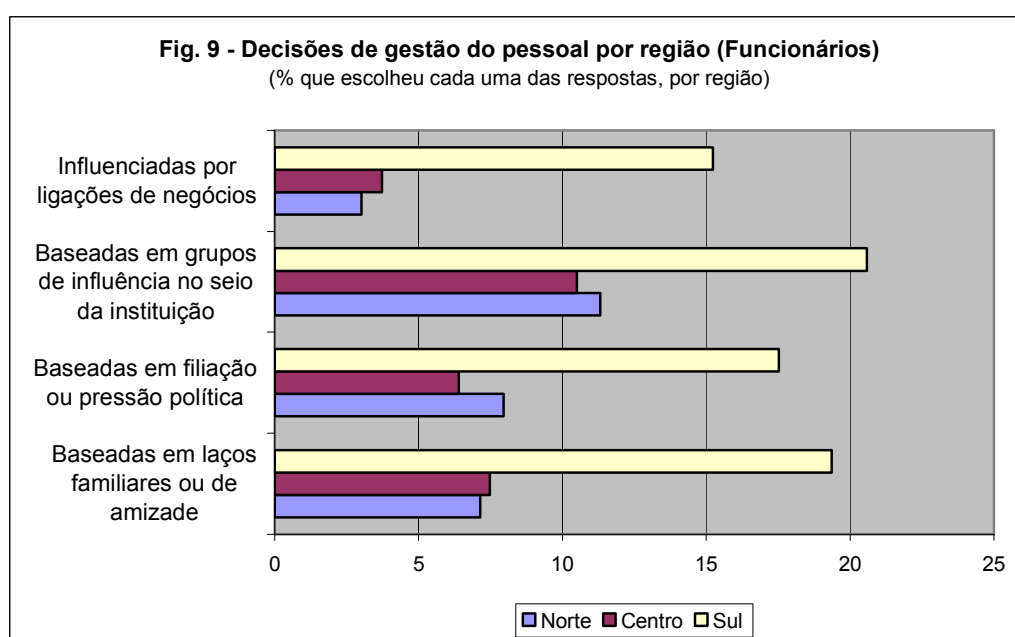
3.2. Recrutamento, gestão e remuneração do pessoal no sector público

De acordo com os inquiridos, como se pode ver na fig. 8, as práticas de recrutamento e gestão de pessoal no sector público não parecem constituir um problema de vulto.



Como se pode ver na tabela 2.1, apenas 12% apontaram que as decisões neste campo seriam frequentemente, a maior parte das vezes, ou sempre, baseadas em laços familiares ou de amizade e 11% em filiação ou pressão política. No entanto, esse valor sobe para 15% no que respeita a grupos de influência no seio das instituições.¹⁵

Se por um lado, não se observam variações significativas nestes valores quando se analisa separadamente os dirigentes e os restantes funcionários, já o mesmo não acontece quando a análise é feita segundo o critério da região¹⁶ onde trabalham. Assim, as tabelas 2.2 a 2.5 e a fig.9 revelam que os funcionários inquiridos no Sul têm uma visão ligeiramente distinta dos restantes sobre as práticas nepotistas e a influência política na gestão do pessoal.



Com efeito, 18% consideram que as decisões são frequentemente, a maior parte das vezes, ou sempre, baseadas na filiação ou pressão política, subindo esse valor para 19% quando se trata da influência de laços familiares ou de amizade e para 21% quando se trata da influência de grupos no seio das instituições.

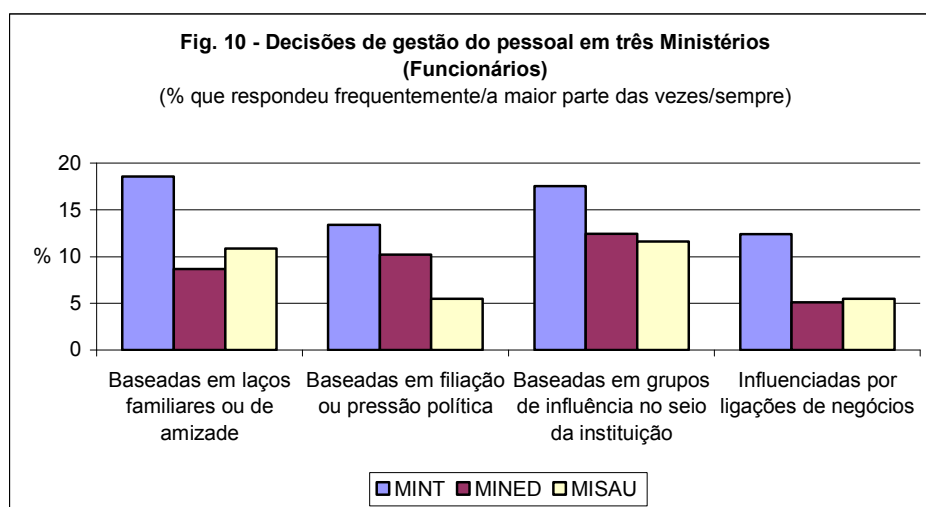
O facto de haver uma grande diferença nas respostas dos funcionários da região Sul, onde um grande número trabalha nas instituições centrais, nomeadamente em relação à questão da influência de ligações de negócios (15% contra 3% para o Norte e 4% para o Centro, responderam que esse tipo de ligações interferia frequentemente, a maior parte das vezes, ou sempre, nas

¹⁵ A análise usando as médias das respostas para cada item dá o mesmo padrão que se vê na fig. 8, apenas com variações insignificantes.

¹⁶ São consideradas aqui as três regiões em que habitualmente se divide o país: o Norte, englobando as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, o Centro, com as províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala, e o Sul, com as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo, para além da Cidade de Maputo.

decisões) parece indicar a existência de uma relação pouco sã entre as administrações públicas e o mundo dos negócios.

Uma análise comparativa das tabelas 3.1 a 3.12 aponta para uma situação de fraco desempenho no Ministério do Interior em termos de gestão do pessoal, pois as percepções dos seus funcionários são distintas e muito mais críticas que as recolhidas dos funcionários do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, como se pode observar na fig.10. Assim, 19% declaram que a gestão do pessoal é baseada em laços familiares ou de amizade, sendo 18% a dizer que ela se baseia em grupos de influência no seio da instituição e 13% em filiação ou pressão política. Há ainda 12% que pensam que as decisões são influenciadas por ligações de negócios.



Em termos salariais, a situação não parece ser crítica, apesar dos baixos salários praticados nos organismos estatais. Perto de 50% dos funcionários inquiridos têm um salário mensal igual ou inferior a 3.500.000,00 Mt (tabela 4.1). Ora, não obstante os salários serem baixos, só 62% dos inquiridos declarou estar insatisfeito com o salário e 58% com os benefícios ligados ao seu emprego (tabelas 4.2 e 4.3). Apenas 32% apontou ter recebido o salário com atraso em mais do que cinco ocasiões e só 12% indicaram que tinham recebido os salários em atraso mais de 10 vezes (tabela 4.4). Ao mesmo tempo, as respostas à questão sobre a frequência com que os funcionários recorrem a outros trabalhos e actividades extras para complementar o salário dão uma indicação de que há um processo de compensação que diminui a tensão sobre a questão salarial: 27% responderem que isso acontecia “sempre” (tabela 4.5).

A segurança do emprego reconhecida por 86% dos inquiridos (tabela 4.6) e a confiança em manter o posto e mesmo obter uma promoção manifestada por 81% (tabela 4.6.1) parecem igualmente ser elementos de estabilidade que se conjugam com o recurso a actividades extras. De salientar que a posição num serviço público pode por si só constituir a base para a obtenção de uma “renda” proveniente de práticas ilícitas ou corruptas.

Os funcionários dividem-se na sua opinião sobre se há incentivos para todos os níveis de funcionários (tabela 4.7), havendo 35% que concordam que existem incentivos para todos e 48% que discordam. Há uma certa diferença nesta avaliação que se manifesta em termos regionais:

enquanto no Sul há apenas 16% que concordam plenamente com a afirmação, este valor sobe para 26% no Centro e 25% no Norte (tabela 4.7.1).

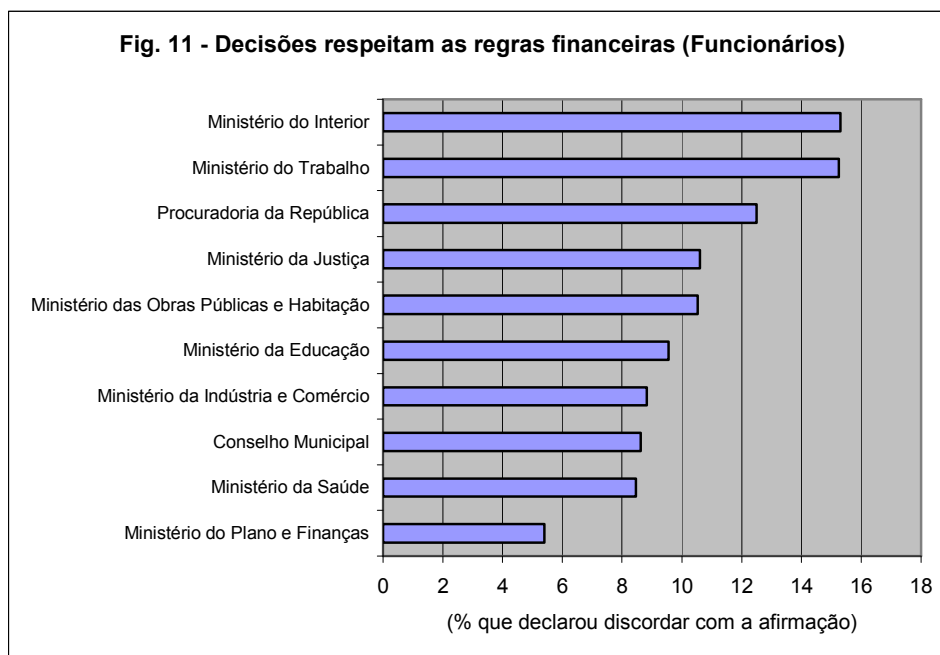
Os dados (tabelas 4.8 a 4.10) mostram por outro lado que, apesar de não parecer haver uma ideia que a transferência dos funcionários para o sector privado seja um fenómeno muito intenso, há, na opinião dos inquiridos, da parte do pessoal técnico uma maior tendência para abandonar o sector público em favor do sector privado. Enquanto quase 25% responderam em relação à tendência dos técnicos abandonarem o sector público que isso acontecia frequentemente (10%), a maior parte das vezes (10%), ou sempre (5%), foi registado um valor de apenas 16% em relação ao pessoal administrativo e de 12% para o pessoal de direcção. O facto de haver uma tendência relativamente elevada na perda de quadros técnicos pelo sector público pode ser um entrave ao seu desenvolvimento harmonioso e coloca a questão da capacidade dos serviços públicos responderem adequadamente à sua missão em condições de fraqueza técnica. Isto é tanto mais preocupante, quanto a designação de “técnico” é essencialmente aplicada a quadros com formação superior que não ocupam posições de chefia de alto nível, ou seja, aqueles que pela natureza do seu trabalho mais directamente contribuem para a qualidade do serviço.

3.3. Processo de decisão no sector público, orçamento e procurement

Não obstante uma maioria de 61% declarar que o pessoal é sempre informado quando são tomadas decisões importantes nas suas instituições (tabela 5.1), é claro que isso não significa um alto nível de participação da sua parte na formação dessas decisões, pois apenas 37% afirmaram que as opiniões dos subordinados são sempre tomadas em consideração pelos responsáveis¹⁷ (tabela 5.2).

O sector público em Moçambique tem uma longa experiência de centralismo e autoritarismo que ainda hoje se reflecte no seu modo de funcionamento, não só em termos da participação interna na decisão, mas também na relação dos serviços públicos com os utentes. Uma indicação da fraca “accountability” dos serviços públicos e dos seus responsáveis é o facto de apenas 28% dos funcionários inquiridos concordarem plenamente que as pessoas mais afectadas pelas decisões do sector público sejam as primeiras a serem informadas (tabela 5.3).

De acordo com os dados recolhidos, o desrespeito das regras financeiras que governam as instituições não parece ser um problema. No entanto, como se pode ver na fig.11¹⁸, há alguns sectores onde a percentagem de funcionários inquiridos que declararam que as regras financeiras não eram respeitadas é superior a 10%. Neste grupo, três das cinco instituições onde a situação parece pior fazem parte do sector da justiça (numa concepção ampla), ou seja aqueles que mais directamente são responsáveis pelo respeito da lei: o Ministério do Interior, mas também o Ministério da Justiça e a Procuradoria da República.

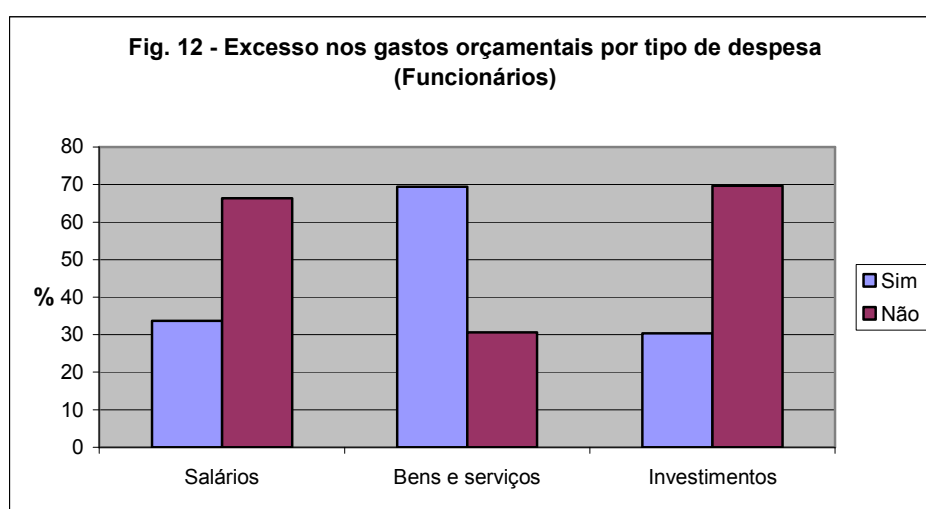


¹⁷ A mesma questão colocada em forma negativa dá praticamente o mesmo valor: 36% (discordam plenamente que “quando os responsáveis tomam decisões, não tomam em conta as opiniões dos subordinados”).

¹⁸ Foram excluídos deste gráfico os sectores onde o número de inquiridos foi inferior a 50.

Este valor concorda com os 11% (tabela 6.1) que declararam ter havido nos últimos dois anos fraude, desvio de aplicação ou outras irregularidades no uso do orçamento atribuídos às suas instituições.

Ainda em termos de orçamento, 22% dos inquiridos declara ter havido excesso de despesas em relação ao estabelecido no ano anterior (tabela 6.2). Como se vê na fig. 12, é nos bens e serviços que parece acontecer mais sistematicamente o desrespeito dos montantes orçamentados (tabelas 6.2.1 a 6.2.3), pois enquanto nos casos dos salários e investimentos apenas cerca de 30% dos inquiridos dizem haver desrespeito do orçamento, esse valor sobe para quase 70% quando se trata da rubrica de bens e serviços. Isto tanto pode ser resultado de uma má planificação, como de uma tendência para usar fundos numa área mais favorável à obtenção de comissões.¹⁹



Não há dúvida quanto à fraqueza dos mecanismos de controle e monitoria das despesas orçamentadas, pois de acordo com 15% dos inquiridos a eficácia do controle orçamental é nula ou quase (tabela 6.2.4) e só 35% declararam que ela era totalmente eficaz.

A ideia de que há dificuldades no controle do orçamento é reforçada pelo facto de apenas 62% dos funcionários terem declarado que as decisões na área do procurement eram sujeitas a auditoria regular pelos serviços de inspecção interna (tabela 6.2.5). Esta percentagem baixa para 55% em relação à realização de auditorias pelo Tribunal Administrativo (tabela 6.2.6).

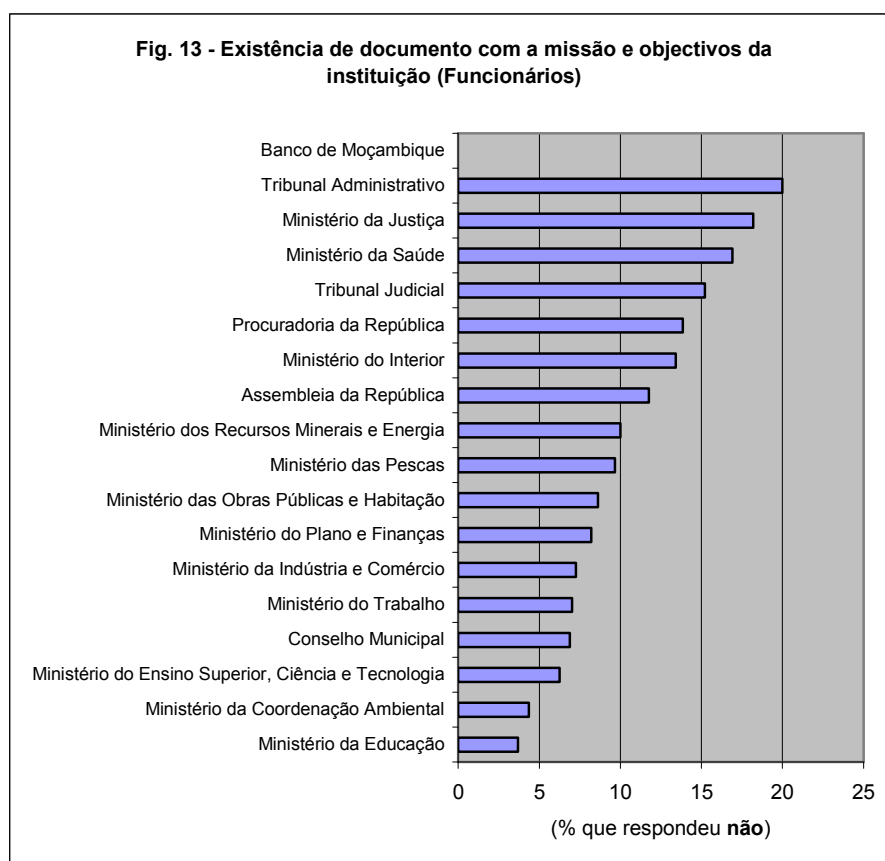
Parece claro que há casos frequentes de desrespeito das regras dos concursos públicos. Como se pode ver na tabela 6.6, apenas 37% declaram nunca ter acontecido o desrespeito de regras relativas aos concursos públicos, havendo por outro lado 12% que consideram que tal prática acontece em mais de metade das vezes, ou sempre. Houve ainda 24% dos inquiridos que não responderam à pergunta.

¹⁹ Não se registam grandes diferenças em termos de regiões, a não ser que na região Centro é bastante menor a percentagem dos que afirmaram ter havido excesso no pagamento de bens e serviços: Norte – 84%; Centro – 54%; Sul – 73%.

3.4. Compreensão dos objectivos, papel e responsabilidades institucionais pelos funcionários

A definição da missão e dos objectivos das instituições e o seu conhecimento pelos funcionários é um dos aspectos que participa nas condições de um bom funcionamento das organizações. Deste ponto de vista, como se pode ver na tabela 7.1, a grande maioria dos inquiridos (90%) afirmou que na sua instituição existia um documento de apresentação da missão e objectivos.²⁰

Olhando para a fig. 13, constata-se que nalguns sectores a proporção dos funcionários que desconhecem a existência duma formulação escrita da missão e dos objectivos das suas instituições é superior a 10%.



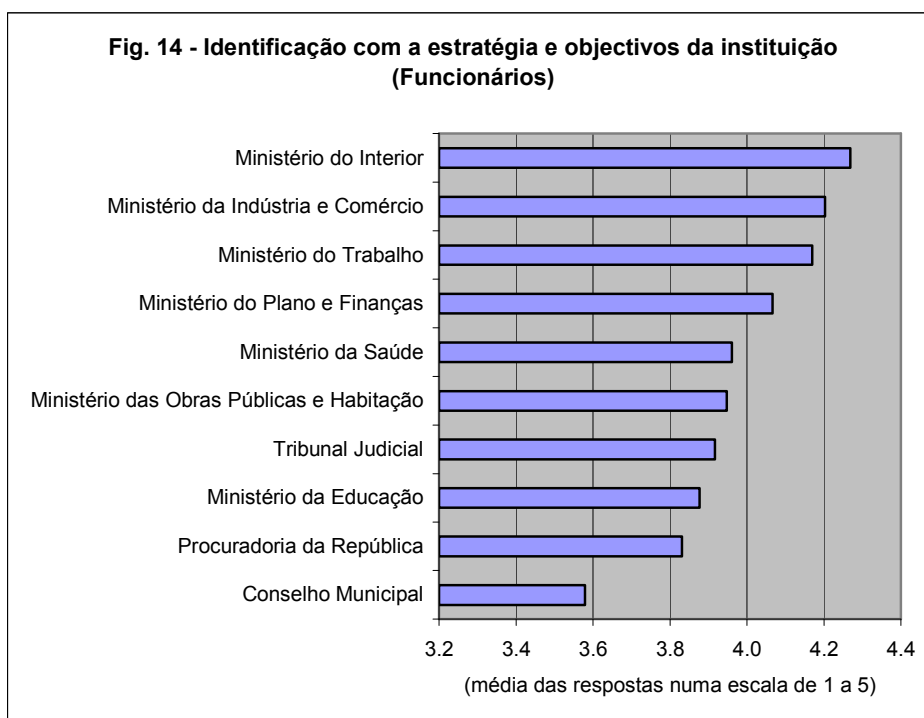
²⁰ Existem no entanto algumas variações que são de assinalar (tabela 7.1.1). Enquanto no Norte e no Centro são respectivamente 5% e 7% que dizem não existir tal documento, esse valor sobe para 16% no Sul. Ora, os funcionários do Sul são aqueles que estão mais próximos dos centros de decisão e não é credível que sobre um aspecto desta natureza os funcionários das partes mais distantes estejam melhor informados. A explicação mais óbvia para esta diferença é a falta de sinceridade nas respostas dos funcionários do Centro e Norte. Aliás esse é um factor que marca em geral todo o inquirido. Não serão, portanto, os funcionários do Sul que são mais críticos, mas apenas aqueles que respondem com maior liberdade e franqueza. Não pode deixar de se ver nesta diferença a manifestação do peso da tradição de relações autoritárias no Estado moçambicano e do consequente efeito em termos do uso sistemático do “discurso politicamente correcto” em situações de inquirido.

Neste grupo encontram-se sectores fundamentais para a vida quotidiana do cidadão como o Ministério da Saúde e o Ministério do Interior, mas também a própria Assembleia da República. No entanto, é de destacar a notória fraqueza do sector da justiça, pois, para além do Ministério do Interior, o Tribunal Administrativo, os Tribunais Judiciais, o Ministério da Justiça e a Procuradoria da República apresentam valores superiores a 10% de respostas negativas em relação à existência de uma missão e objectivos definidos por escrito e conhecidos dos funcionários.

O conhecimento claro das responsabilidades e tarefas individuais recolhe uma concordância de 93% dos funcionários questionados, sendo a concordância total de 76% (tabela 7.2). Existem variações entre as diferentes instituições que podem ser vistas na tabela 7.2.1.

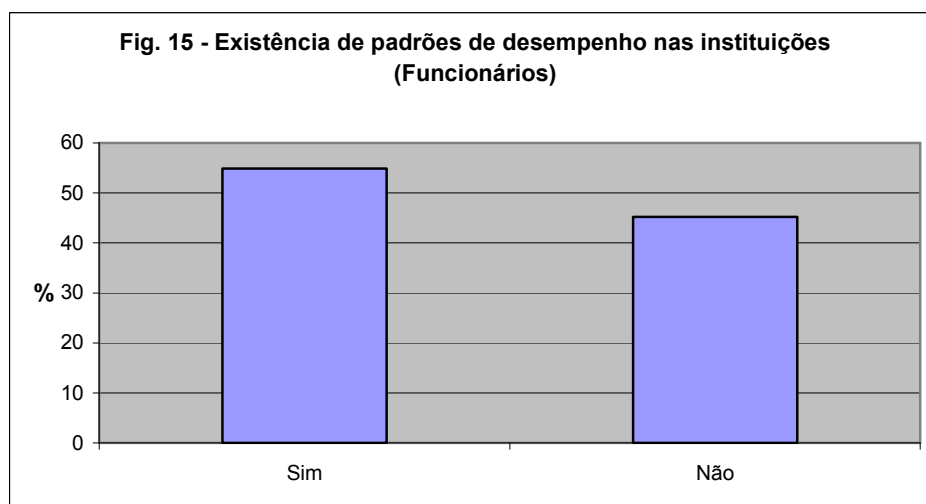
Porém, quando se trata de avaliar a identificação e o engajamento dos colegas na realização dos objectivos das instituições, o julgamento é relativamente severo. Com efeito, embora o nível de concordância seja de 71% (contra 12% de discordância), apenas 41% exprimiram uma concordância total (tabelas 7.3 e 7.3.1). Por outro lado, há 18% que discordam que todos os funcionários conheçam claramente os objectivos e a estratégia da instituição, sendo 63% que concordam e, destes, apenas 39% concordam plenamente (tabela 7.4).

Algumas instituições apresentam uma avaliação abaixo da média, como se observa na fig. 14. Estão neste caso o Ministério da Saúde, o Ministério das Obras Públicas e Habitação, os Tribunais Judiciais, o Ministério da Educação, a Procuradoria da República e os Conselhos Municipais. Curiosamente, o Ministério do Interior apresenta o melhor resultado neste campo, o que pode significar neste caso a manifestação de um forte espírito de corpo e solidariedade entre os seus funcionários.



3.5. Avaliação da qualidade dos serviços pelos funcionários

Um dos aspectos de maior relevo para a avaliação e melhoramento do desempenho do sector público é a existência de padrões de desempenho. Os dados recolhidos permitem constatar que esta não parece ser uma prática comum. A figura 15 mostra que as opiniões sobre a existência de padrões de desempenho se dividiram aproximadamente ao meio, havendo 55% dos inquiridos que responderam afirmativamente e 45% que disseram não existirem tais padrões (tabela 8.1).²¹



Embora uma maioria de funcionários tenha manifestado a opinião que os utentes teriam uma avaliação do serviço como sendo de alta qualidade, apenas 41% disseram concordar plenamente com isso (tabela 8.2). Este número baixa para 30%, quando se trata de dizer, considerando o orçamento, se o serviço é eficaz (tabela 8.3), ao mesmo tempo que o número dos que não concordam sobe para 22,6%. Mesmo assim, 55% declararam que o seu serviço era útil para reduzir a pobreza (tabela 8.4).

Uma outra dimensão fundamental no sector público é o seu relacionamento com os utentes. Deste ponto de vista, embora uma grande maioria diga em termos gerais que a instituição dispõe de mecanismos de consulta claramente definidos no que respeita às necessidades dos utentes (tabela 8.5), apenas 40% disseram que tais mecanismos existiam sempre, no processo de implementação das actividades ou prestação de serviços da sua instituição (tabela 8.6). Este valor sobe para 45% quando se trata de avaliar se a instituição dispõe de mecanismos para canalizar as reclamações (tabela 8.7).

Em termos de eficácia, os mecanismos de consulta são considerados muito eficazes por 38% dos inquiridos (tabela 8.8), baixando o valor para 35% quando se trata de avaliar a eficácia no que respeita à reclamação e solução de problemas (tabela 8.9).

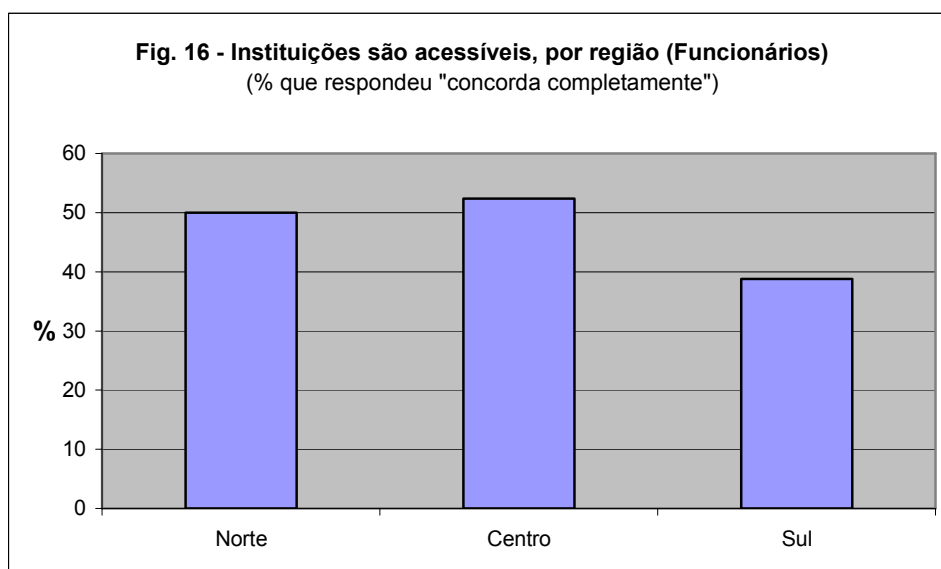
²¹ Só num caso, o Banco de Moçambique, houve uma clara e unânime afirmação confirmando a existência de padrões de desempenho. No entanto, mesmo aqui as respostas não são significativas, pois correspondem apenas a um número muito reduzido (quatro) de inquiridos.

Um alto nível de seguimento das queixas e reclamações em acções disciplinares ou medidas correctivas indicaria que de facto os serviços públicos estão profundamente engajados em relação aos utentes e atentos aos seus problemas. No entanto, a maioria dos funcionários confirma que tal não acontece. Como se constata da tabela 8.10, 22% dos inquiridos declararam que as reclamações nunca resultavam em acções disciplinares e 39% disseram que isso acontecia só algumas vezes.

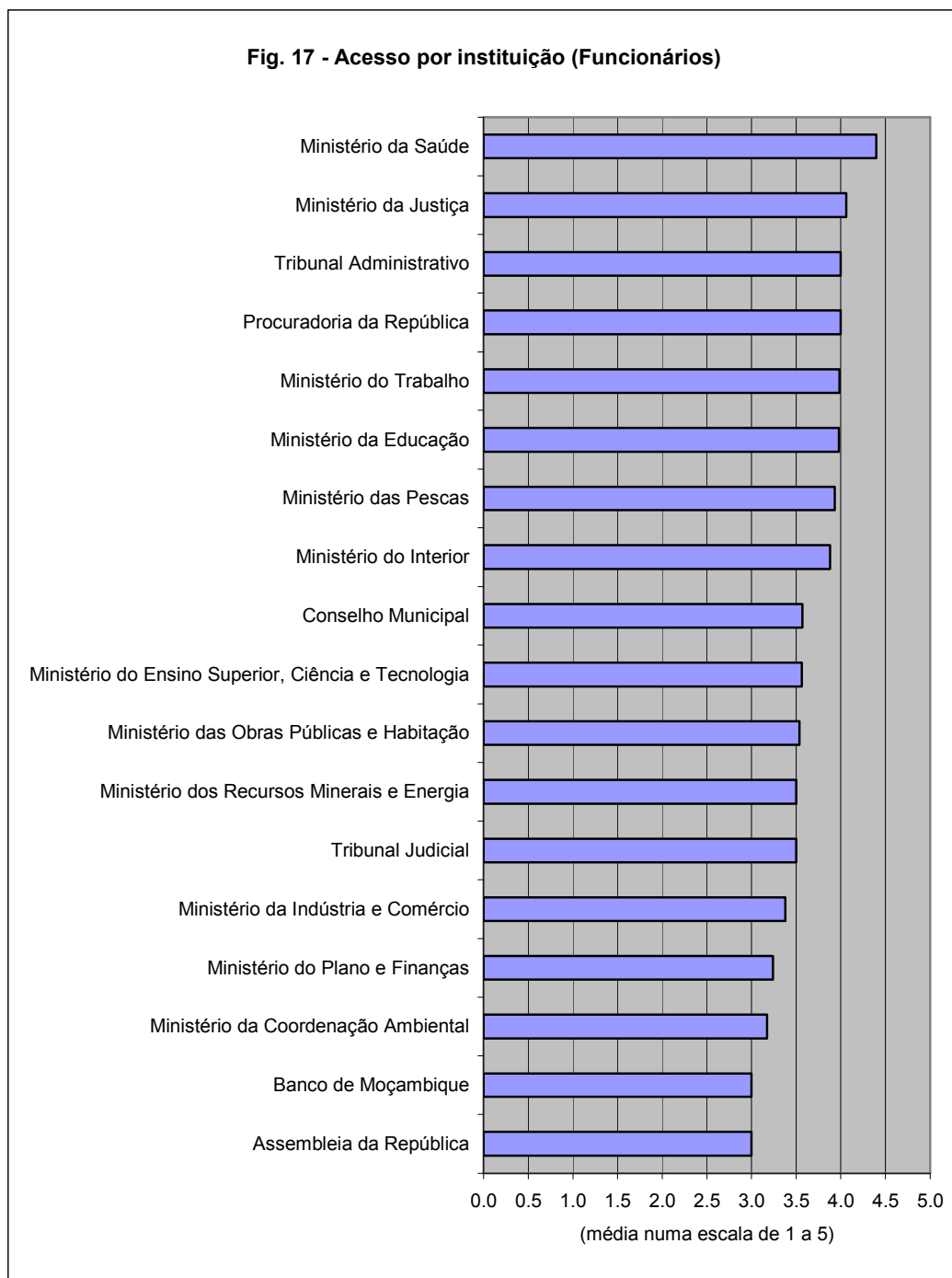
O acesso dos cidadãos aos serviços públicos é uma das dimensões mais relevantes para avaliar se estes assumem devidamente a função que lhes cabe. Deste ponto de vista, embora a opinião dos utentes seja o elemento fundamental, a percepção dos funcionários também é relevante, na medida em que exprime a sua consciência sobre a relação do sector público com os cidadãos.

Dentre os funcionários inquiridos, 97% declararam que a sua instituição lidava directamente com o público (tabela 9.1). Em termos de acesso dos cidadãos, especialmente os mais pobres, as percepções dos funcionários são relativamente contrastadas (tabela 9.2). É assim que, se há por um lado 46% que concordam plenamente que a instituição é acessível aos pobres, há ao mesmo tempo 12% que discordam completamente e são 20% aqueles que colocam em dúvida a acessibilidade fácil da sua instituição aos cidadãos pobres.

Uma análise por região (fig. 16) mostra que embora o Sul apareça com um valor mais baixo, a variação entre as três regiões é baixa, na ordem de pouco mais de 10% (tabela 9.3).

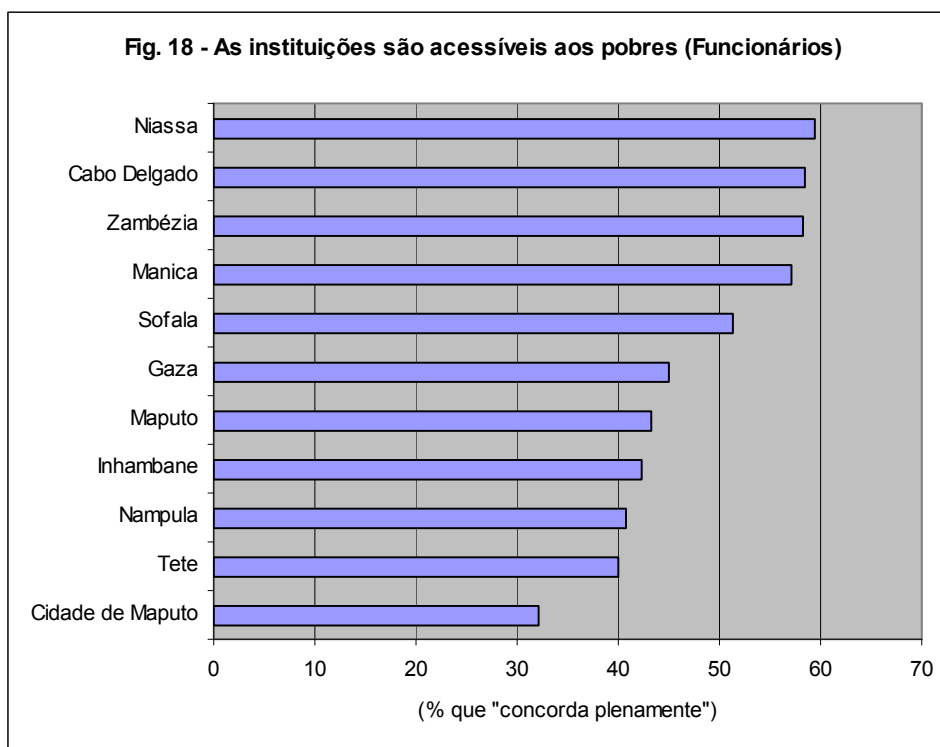


A fig. 17, que apresenta comparativamente a média das respostas obtidas em cada serviço, indica que apesar das médias aproximarem os resultados da avaliação aparece ainda nítida uma diferenciação entre os serviços (tabela 9.4).



É de destacar a péssima classificação da Assembleia da República, um órgão que deveria ser pela sua natureza dos mais acessíveis aos cidadãos que elegem os deputados e sobre cujo voto se baseia a legitimidade da instituição. Os próprios Conselhos Municipais, que também fundam a sua legitimidade directamente no voto dos cidadãos não ocupam um lugar de relevo em termos de acesso. Para além destes dois casos especiais, é ainda de salientar a fraca posição ocupada pelos tribunais judiciais.

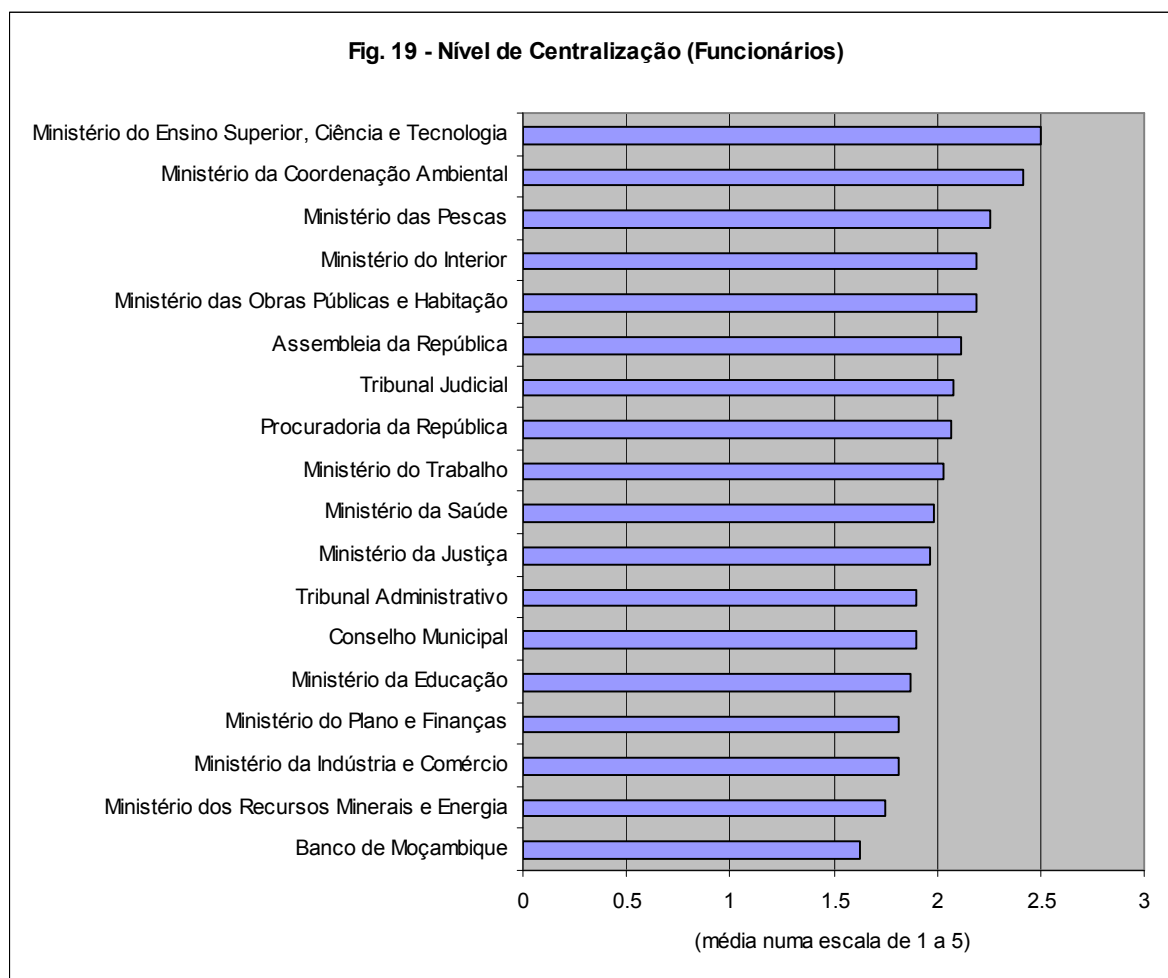
Quando os resultados do inquérito aos funcionários são analisados por província (fig. 18) observa-se que para além dos valores baixos para a Cidade de Maputo e as três províncias do Sul (o que constitui um padrão mais ou menos permanente em relação a todas as questões) há duas províncias, Tete e Nampula, onde também a percepção dos funcionários resulta em valores relativamente baixos de concordância total com a afirmação segundo a qual as suas instituições são acessíveis aos pobres.



A excessiva centralização dos serviços públicos tem um impacto negativo no seu desempenho porque tende a desresponsabilizar os níveis mais baixos e a reduzir o seu envolvimento na procura de soluções para os problemas. Ora, são precisamente os funcionários destes níveis que, em geral, se encontram na primeira linha de contacto com os utentes.

A fig. 19 mostra o resultado de um indicador de centralização por serviço, construído a partir das respostas dos respectivos funcionários.²²

²² O indicador foi obtido através do cálculo da média das respostas (em escala de 1 a 5) a duas questões. Uma em que se perguntava se o pessoal era informado sobre as decisões importantes na sua instituição e outra onde se questionava se quando as decisões são tomadas na instituição os responsáveis tomam em consideração as opiniões e sugestões dos subordinados (tabelas 10.1 e 10.2). Note-se que nalgumas instituições houve um número de inquiridos muito baixo, o que envia e limita o valor dos resultados aqui apresentados em relação a essas instituições. É de referir igualmente que a proporção de responsáveis e chefes, portanto com uma opinião tendencialmente diferente dos restantes funcionários sobre este e outros assuntos, na amostra é superior à realidade.



Para melhorar o desempenho institucional, a opinião dos funcionários (tabela 11.1) pode ser hierarquizada em três grupos, conforme se pode ver na imagem que dá a fig. 20.

O grupo de medidas que recolhe o maior apoio inclui:

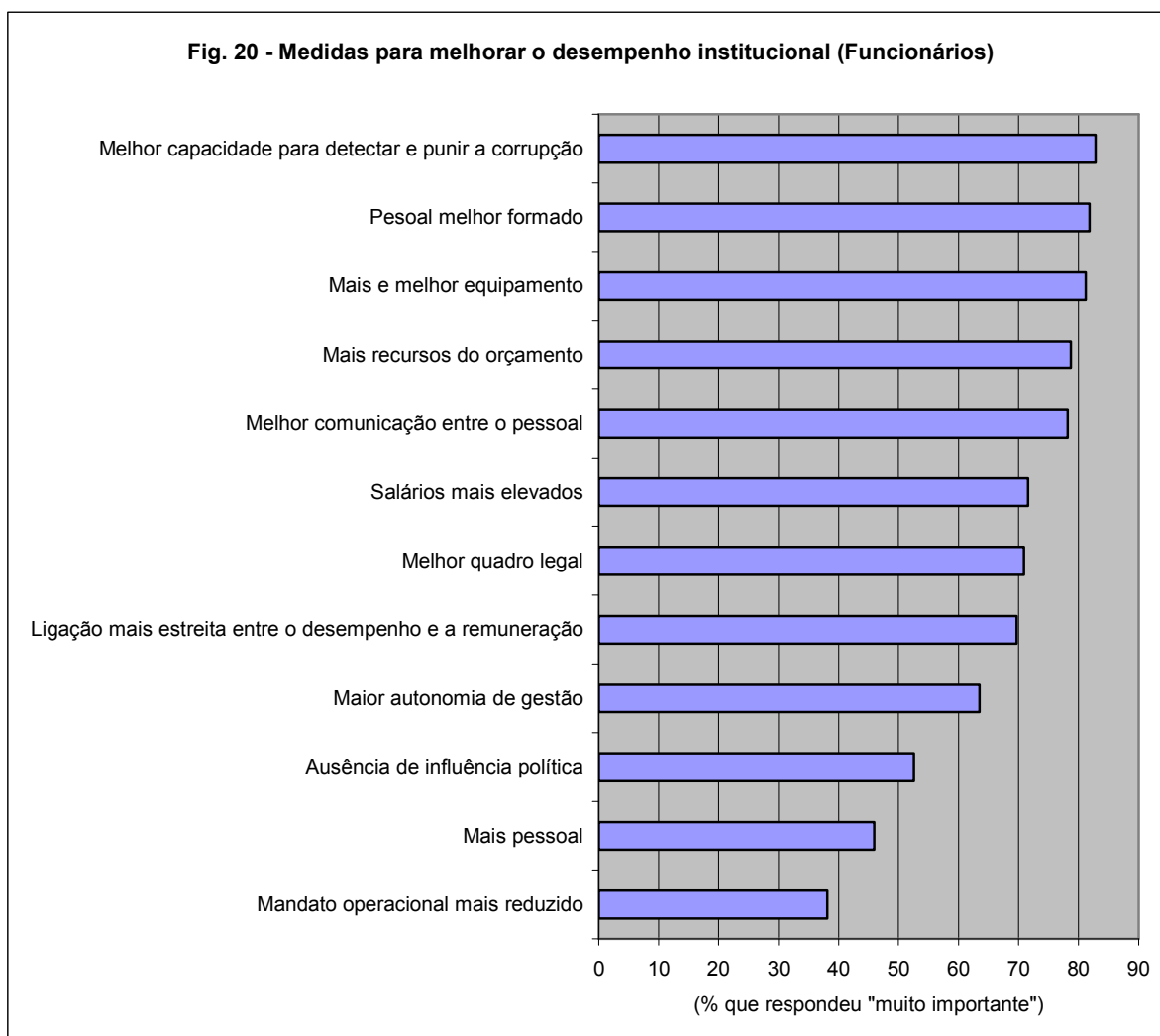
- melhor capacidade para detectar e punir a corrupção (o que sublinha o grau de consciência sobre a importância do fenómeno e dos seus efeitos negativos no serviço público),
- pessoal melhor formado,
- mais e melhor equipamento,
- mais recursos orçamentais, e
- melhor comunicação entre o pessoal.

Um segundo grupo pode ser construído agrupando as seguintes medidas:

- salários mais elevados,
- melhor quadro legal,
- ligação mais estreita entre o desempenho e a remuneração, e
- maior autonomia de gestão.

Num último grupo pode incluir-se:

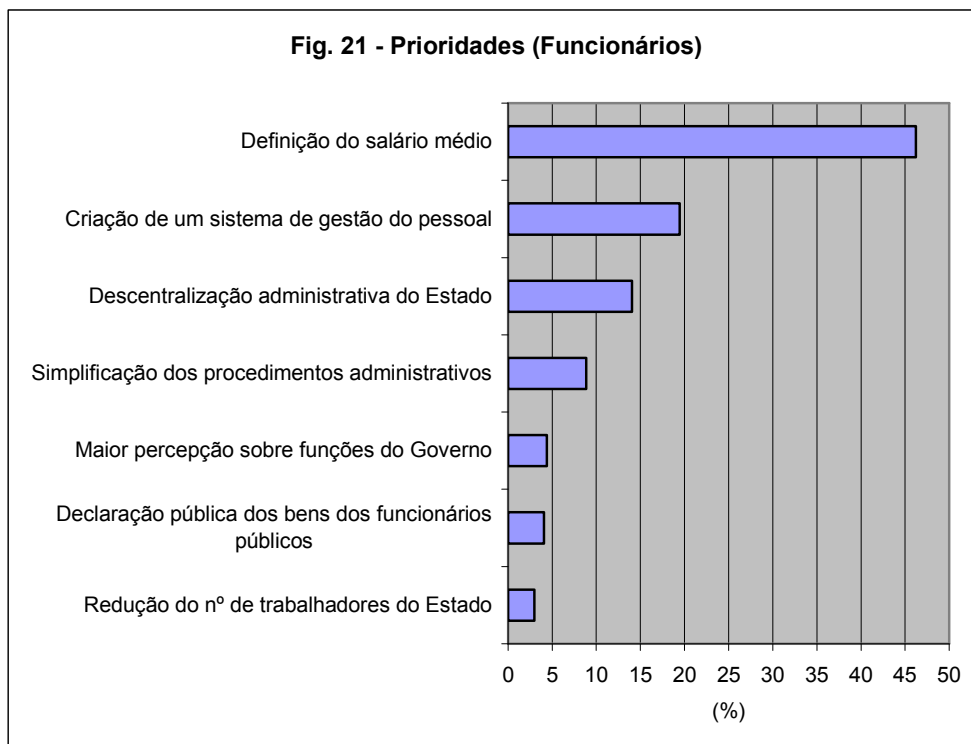
- ausência de influência política,
- mais pessoal, e
- mandato operacional mais reduzido.



Embora a questão salarial não seja a que aparece aqui com mais destaque, ou seja, não foi considerada como “muito importante” (o valor máximo numa escala de 1 a 5) pela maior percentagem dos funcionários, em termos de algumas medidas de reforma que foram postas à sua consideração foi essa que mereceu maior destaque (tabela 11.2).

Quase metade dos funcionários inquiridos (46%) referiram esta medida como sendo a prioridade em termos de reforma (fig.21), vindo a seguir a criação de um sistema de gestão do pessoal (20%) e depois a descentralização administrativa do Estado (14%). Reformas como a simplificação dos

procedimentos administrativos, maior percepção sobre as funções do governo pelo público e sociedade civil, a declaração pública regular dos bens dos funcionários e a redução do número de trabalhadores para permitir um aumento de salário e benefícios do restante pessoal, apenas foram escolhidas como prioritárias por uma minoria de funcionários (de 9% para a simplificação dos procedimentos até 3% para a redução de pessoal) (tabela 11.3).



3.6. Experiência e percepção dos utentes, empresas e funcionários sobre os serviços públicos

Tal como se viu anteriormente em relação aos problemas do país, também em relação à opinião dos diferentes grupos sobre a integridade das instituições há um razoável consenso, tanto em relação às mais honestas, como às menos honestas.

Como se vê no quadro 2, que apresenta as seis instituições menos honestas referidas por cada um dos grupos de inquiridos, existe uma classificação praticamente unânime que coloca a polícia (polícia em geral e polícia de trânsito) como a instituição menos honesta do sector público. Constata-se igualmente que a opinião sobre os partidos políticos como organizações pouco honestas também é unânime. Três outras instituições são apontadas entre as seis menos honestas por dois grupos de inquiridos. Em primeiro lugar as alfândegas, seguidas pelo Governo Municipal e pela EDM.²³

Quadro 2 - As instituições menos honestas

	Agregados Familiares	Funcionários	Empresas
Polícia	1	2	1
Polícia de Trânsito	2	1	2
Alfândegas	3	4	
DNA	4		
Partidos políticos	5	3	3
EDM	6	6	
Governo Municipal		5	4
Correios			5
Tribunais Judiciais			6

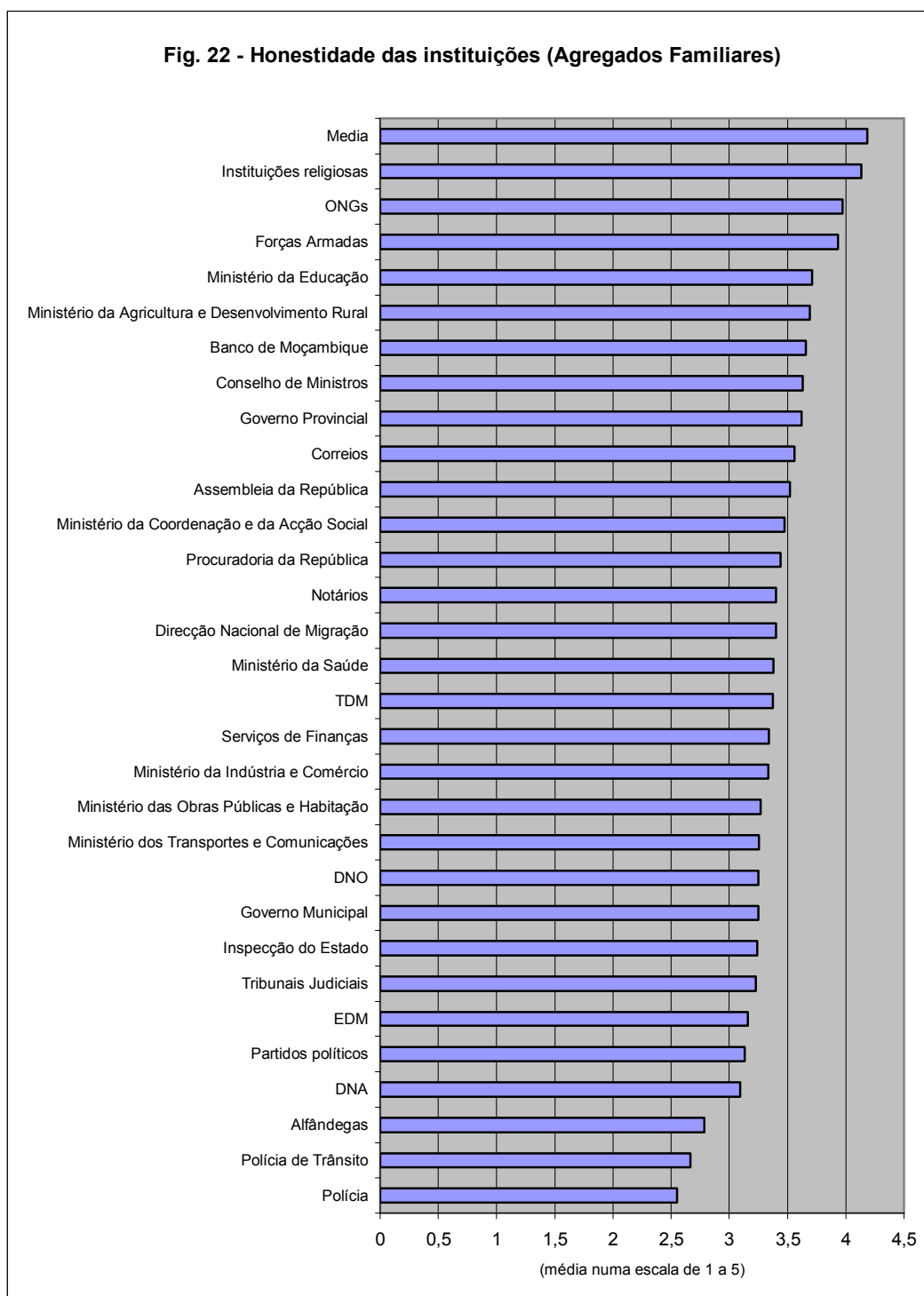
O quadro 3 regista as instituições mais honestas, de acordo com os resultados do inquérito. Tal como no caso das menos honestas, também aqui se verifica uma unanimidade quanto às duas mais honestas: os *Media* e as Instituições Religiosas. As ONGs são igualmente reconhecidas por todos como honestas. Três outras instituições são apontadas entre as seis mais honestas por dois grupos de inquiridos. Em primeiro lugar o Conselho de Ministros, seguindo-se o Governo Provincial e, por último, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Quadro 3 - As instituições mais honestas

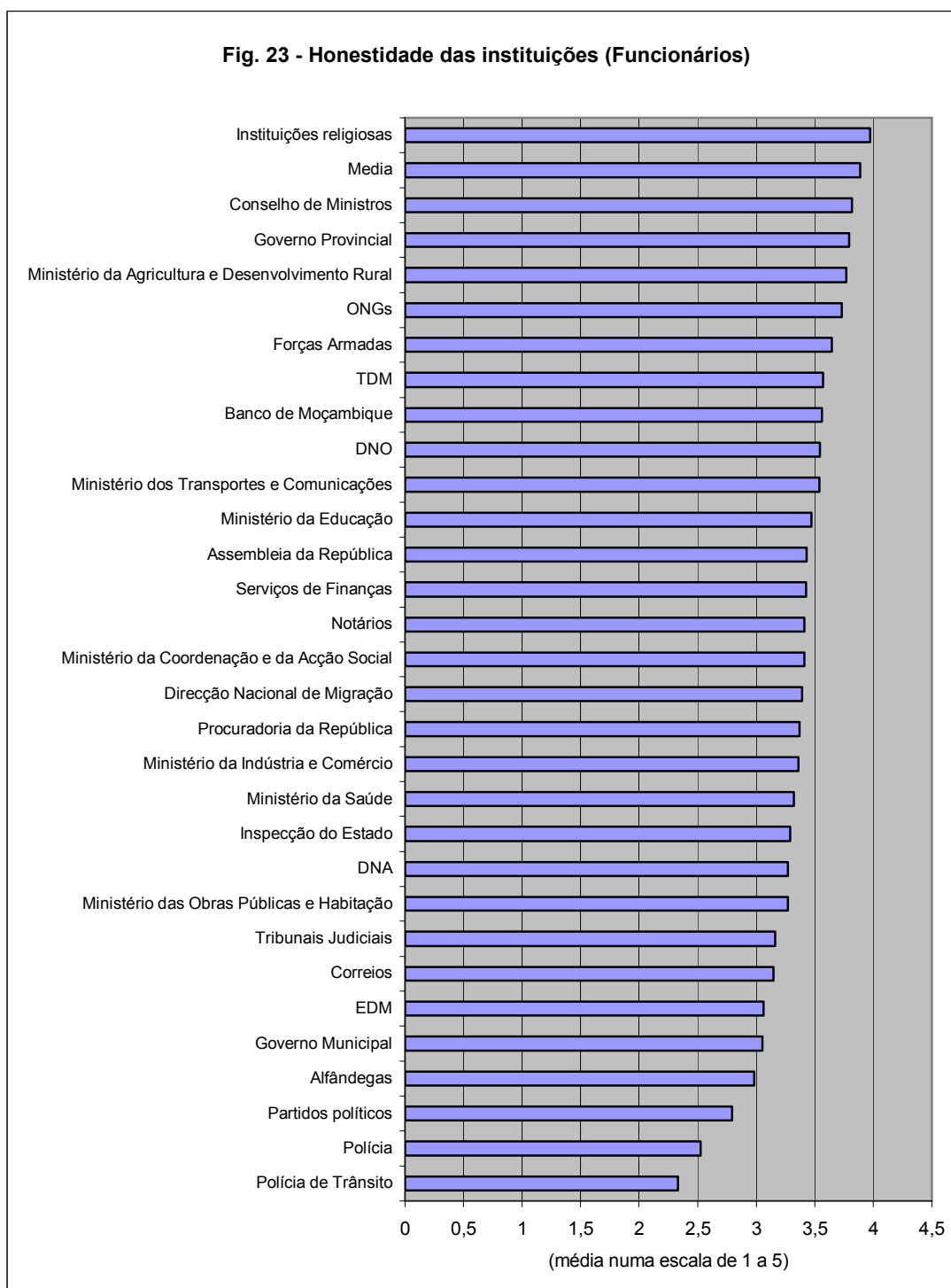
	Agregados Familiares	Funcionários	Empresas
Media	1	2	1
Instituições religiosas	2	1	2
ONGs	3	6	4
Forças Armadas	4		
Ministério da Educação	5		
MADER	6	5	
Conselho de Ministros		3	3
Governo Provincial		4	5
TDM			6

²³ As tabelas 12.1 a 12.3 ilustram a hierarquização feita por cada um dos grupos das instituições mais desonestas.

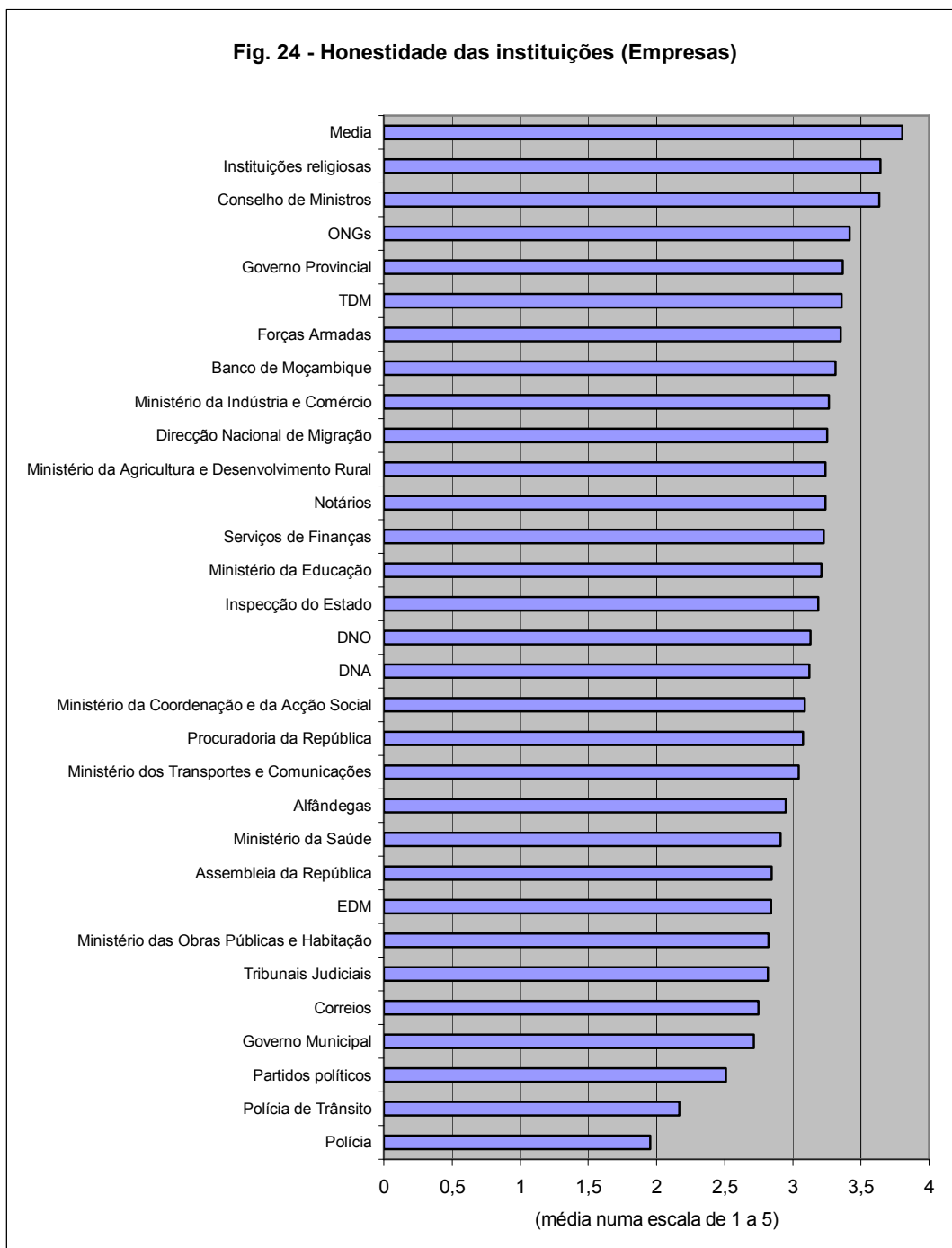
A fig. 22 dá uma representação gráfica da classificação de todas as instituições do ponto de vista dos Agregados Familiares (tabela 12.4). É de sublinhar aqui a péssima posição das Alfândegas, assim como a avaliação muito negativa da EDM e dos Tribunais Judiciais.



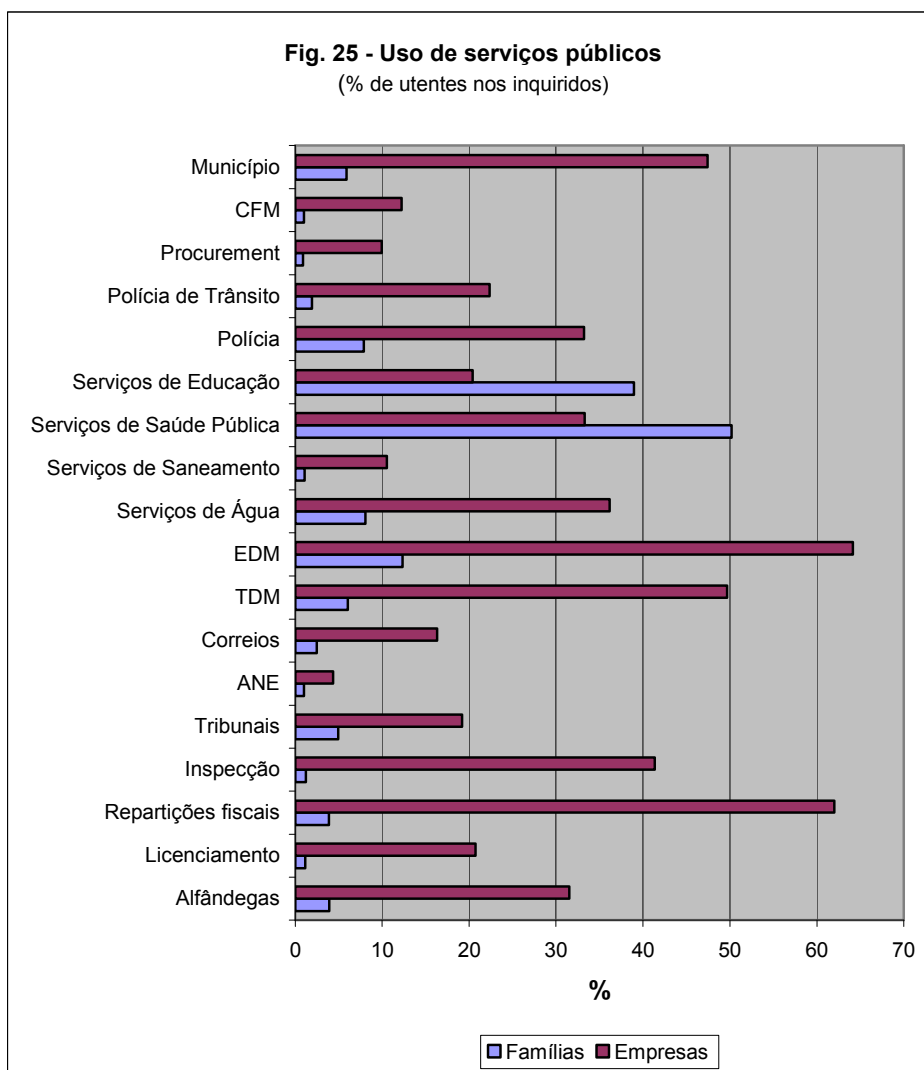
No caso dos funcionários (fig. 23), com pequenas excepções os resultados são muito próximos dos obtidos para os agregados familiares (tabela 12.5).



Quanto às empresas (fig. 24), o único aspecto mais saliente é a posição das alfândegas, que não obstante terem um papel central nas actividades comerciais e industriais das empresas, aparecem com uma classificação bastante melhor na hierarquia, quando comparada com a classificação atribuída tanto pelos agregados familiares como pelos funcionários (tabela 12.6).



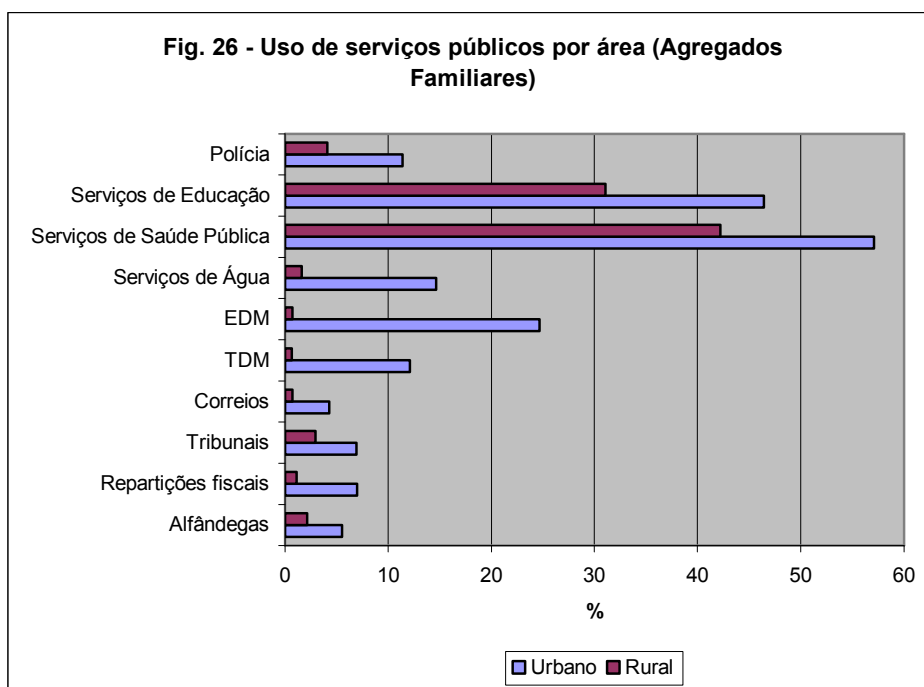
Quando se compara o uso ou contacto com os serviços públicos das famílias e das empresas (fig. 25) verifica-se que há grandes diferenças (tabelas 13.1 e 13.2). Os resultados do inquérito indicam que, no caso dos agregados familiares, apenas dois serviços, a Saúde e a Educação, apresentam uma percentagem de uso relativamente alta, de 50% e 39%, respectivamente. Dos restantes serviços só a EDM aparece com uma taxa de utilização ligeiramente superior a 10%.



As empresas têm um contacto muito mais intensivo com o sector público, sendo os serviços mais usados a EDM (64%), as repartições de finanças (62%), as TDM (50%), os serviços municipais (47%). Outros sectores que apresentam taxas um pouco superiores a 30% são: os serviços de inspecção, os serviços de saúde a polícia e as alfândegas.

Se por um lado a taxa de utilização registada deve ser tomada em consideração na análise dos resultados da avaliação feita por cada um dos grupos, ela, por si só e nalguns casos, ilustra a fraqueza do serviço público (nomeadamente na Educação, que apesar de ter a percentagem mais alta de contacto não chega a 40%, nos serviços de água, electricidade e comunicações) e a

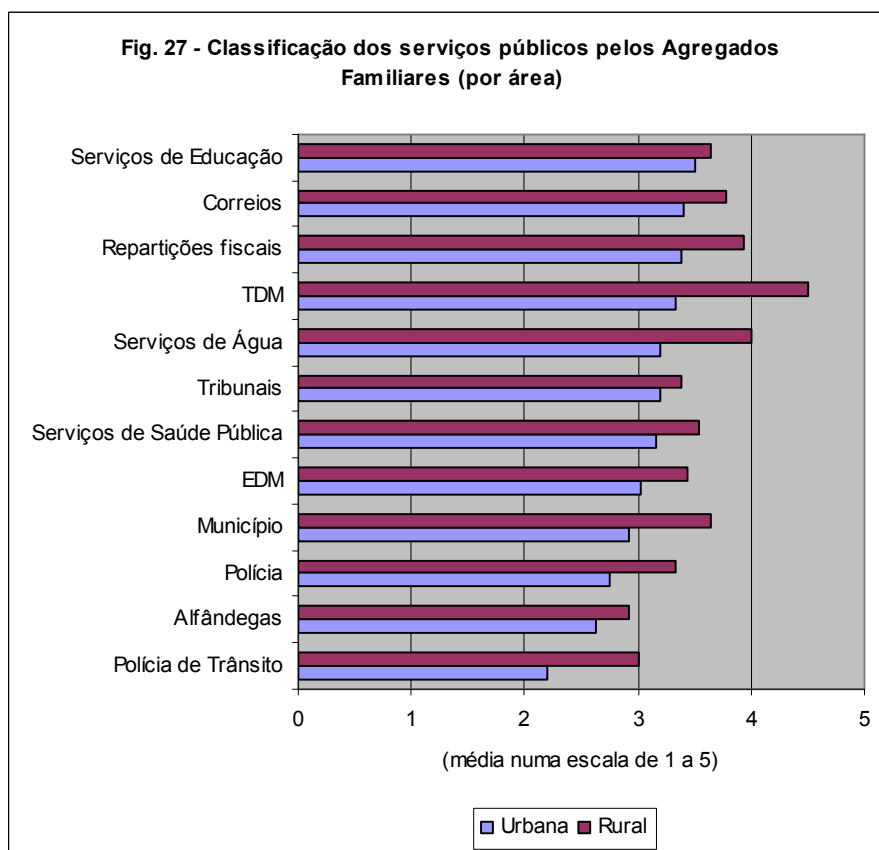
distância entre o Estado e a grande maioria dos cidadãos comuns, particularmente nas áreas rurais, mas não só.



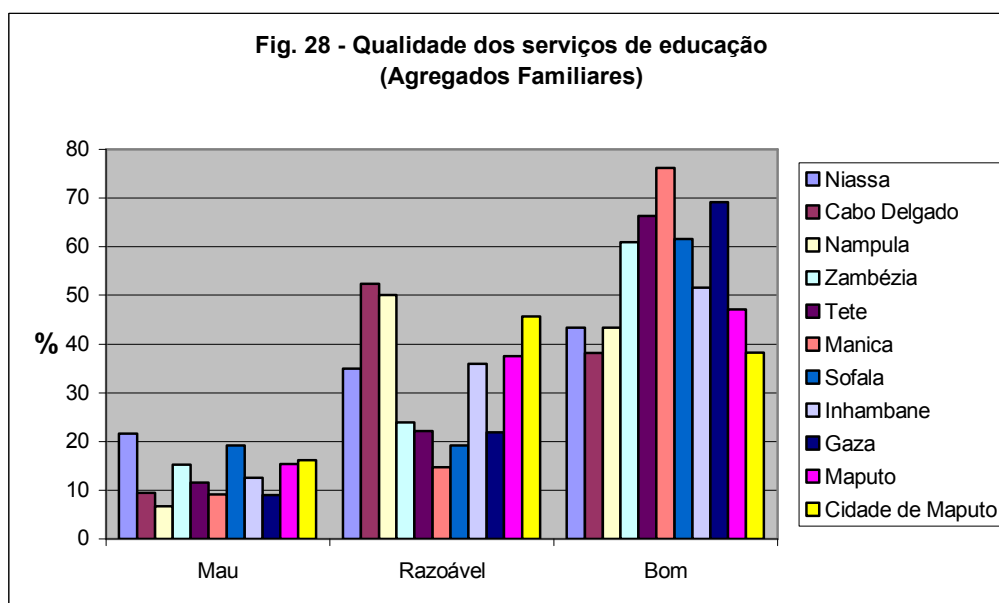
Como se pode ver na fig 26, na maior parte dos serviços listados a população rural tem um contacto quase insignificante com serviços básicos: água, electricidade, correios e telecomunicações (tabela 13.3).

Não obstante esta diferença, ou talvez por um efeito de valorização de uma oportunidade rara, os inquiridos rurais que tiveram experiência de contacto com os serviços públicos apresentam uma visão mais positiva que os urbanos (fig. 27).²⁴ O único serviço que se destaca em termos de qualidade na perspectiva dos agregados familiares é o das TDM. Para os agregados familiares rurais estão ainda praticamente no mesmo nível das TDM os serviços de educação, os correios e as repartições de finanças. Sem surpresa, a polícia e as alfândegas ocupam os piores lugares, tanto para os urbanos como para os rurais.

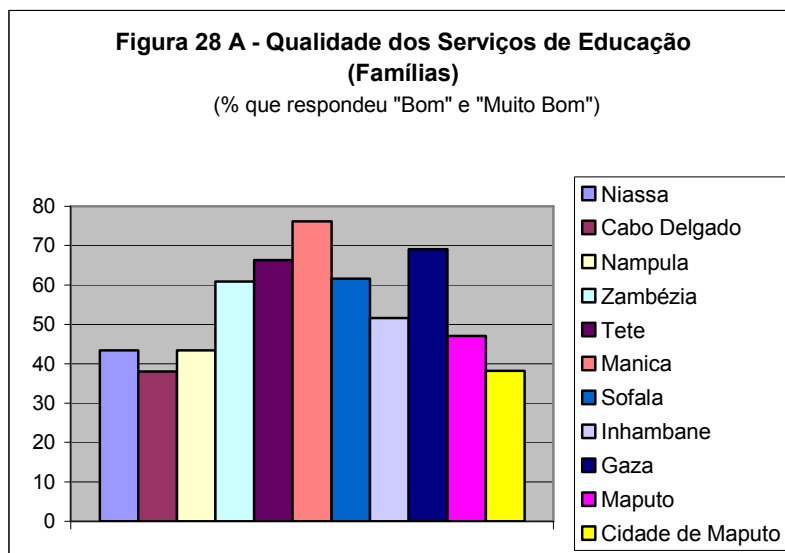
²⁴ Foram neste caso apenas considerados os serviços contactados por pelo menos 50 utentes. Para uma visão de conjunto sobre a qualidade do serviço recebido pelos agregados familiares, ver a tabela 13.4.



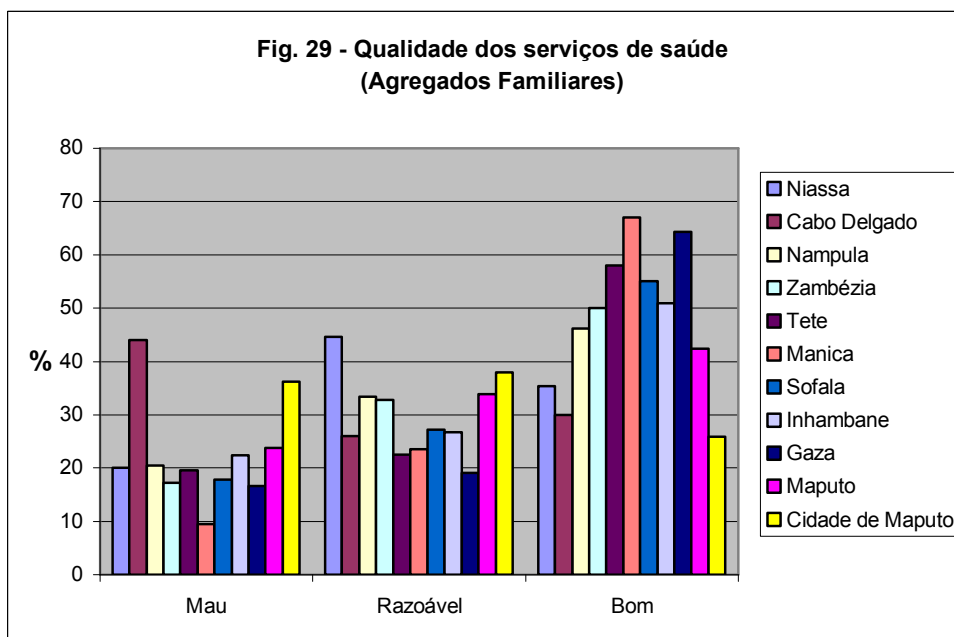
A avaliação dos dois principais serviços públicos usados pelos agregados familiares, a educação e a saúde, varia muito entre as províncias (figs. 28, 28 A, 29, 29 A e tabelas 13.5 e 13.6).



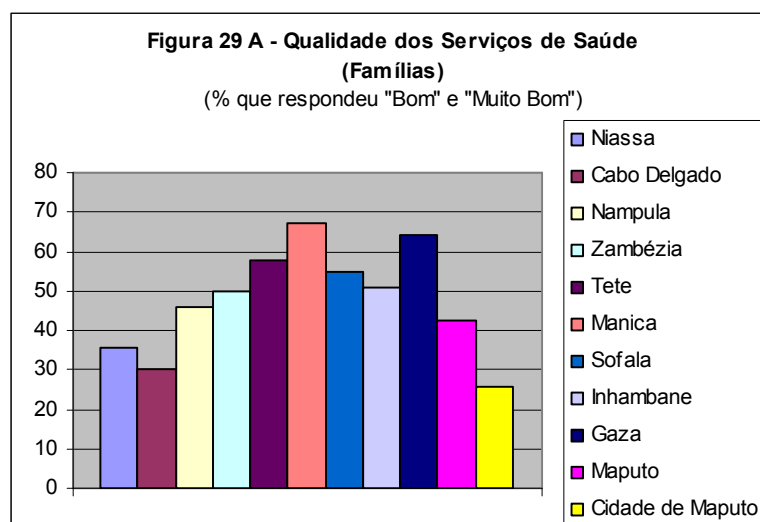
A Cidade e a província de Maputo, mas também as províncias de Cabo Delgado e Niassa são aquelas que menos classificam como boa a qualidade desses serviços.



Em relação à qualidade dos serviços de educação, a avaliação mais positiva é feita nas províncias de Manica, Gaza, Tete, Sofala e Zambézia, com valores que oscilam entre 60 % e 75%. Mas é também interessante notar que em algumas províncias as opiniões são muito polarizadas. Com efeito, é também em Sofala e Niassa que aparecem os maiores valores na classificação destes serviços como maus.



A percepção sobre os serviços de saúde apresenta a mesma estrutura básica da avaliação sobre a educação, apenas com algumas diferenças a salientar. As opiniões favoráveis são menos marcadas (apenas Manica e Gaza passam a barra dos 60% na avaliação positiva) e as opiniões desfavoráveis são mais importantes que no caso da educação, com valores que oscilam à volta dos 20% na maioria dos casos e dois valores extremos de 37% e 43% para a cidade de Maputo e Cabo Delgado, respectivamente.

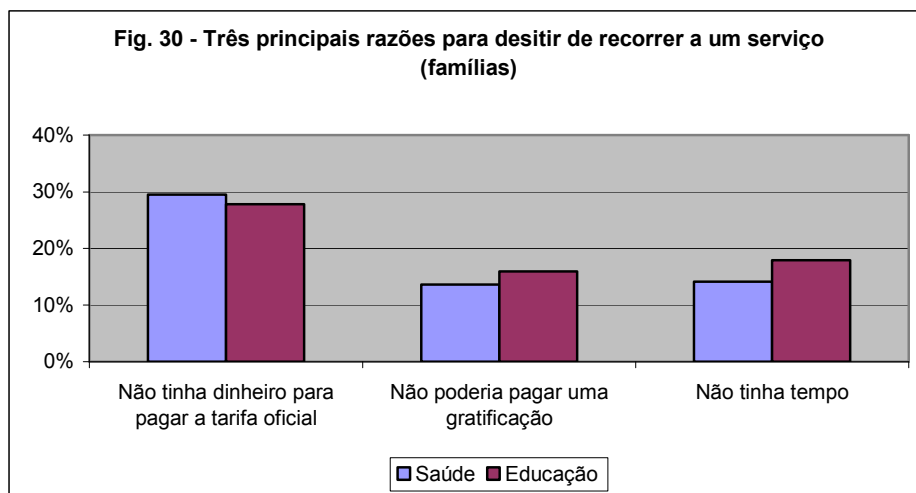


Neste caso é de sublinhar que a percentagem de agregados familiares que classificaram o serviço como mau em Maputo Cidade e em Cabo Delgado é superior à percentagem dos que classificaram como bom, o que denota uma visão muito crítica, mas que é muito significativa dado o facto da primeira constituir a maior concentração de população urbana no país e da segunda ter sido a província berço da luta pela independência.²⁵

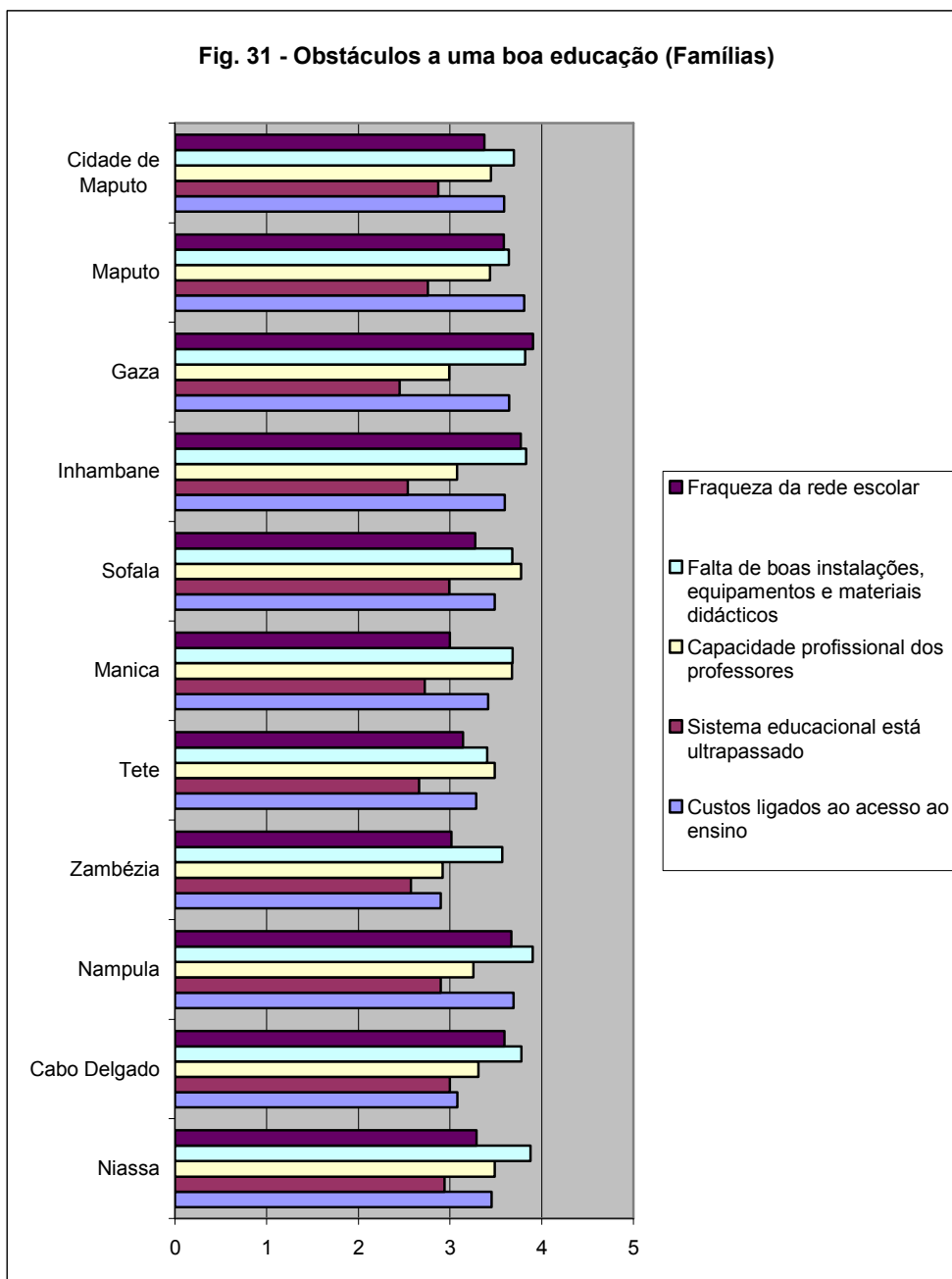
O número de cidadãos inquiridos que declararam ter pretendido tratar de algum assunto num serviço público tendo depois desistido é muito baixo. Apenas nos sectores da saúde e da educação há um mínimo de respostas que podem justificar uma análise estatística, respectivamente 217 e 156 casos, ou seja, apenas 9% e 6% da amostra.

A figura 30 mostra as três principais razões de desistência referidas pelos inquiridos, sendo de destacar em primeiro lugar a importância do custo dos serviços. No entanto, os custos de corrupção também são referidos com destaque.

²⁵ Esta província foi um bastião da Frelimo na luta pela independência e conheceu as primeiras “zonas libertadas”. Uma parte significativa da população identifica-se profundamente com este partido, mas ao mesmo tempo sente-se suficientemente livre para exercer o direito de crítica. Em termos práticos, isto significa que aqui não há receio de criticar o governo e de não usar um discurso “politicamente correcto”.

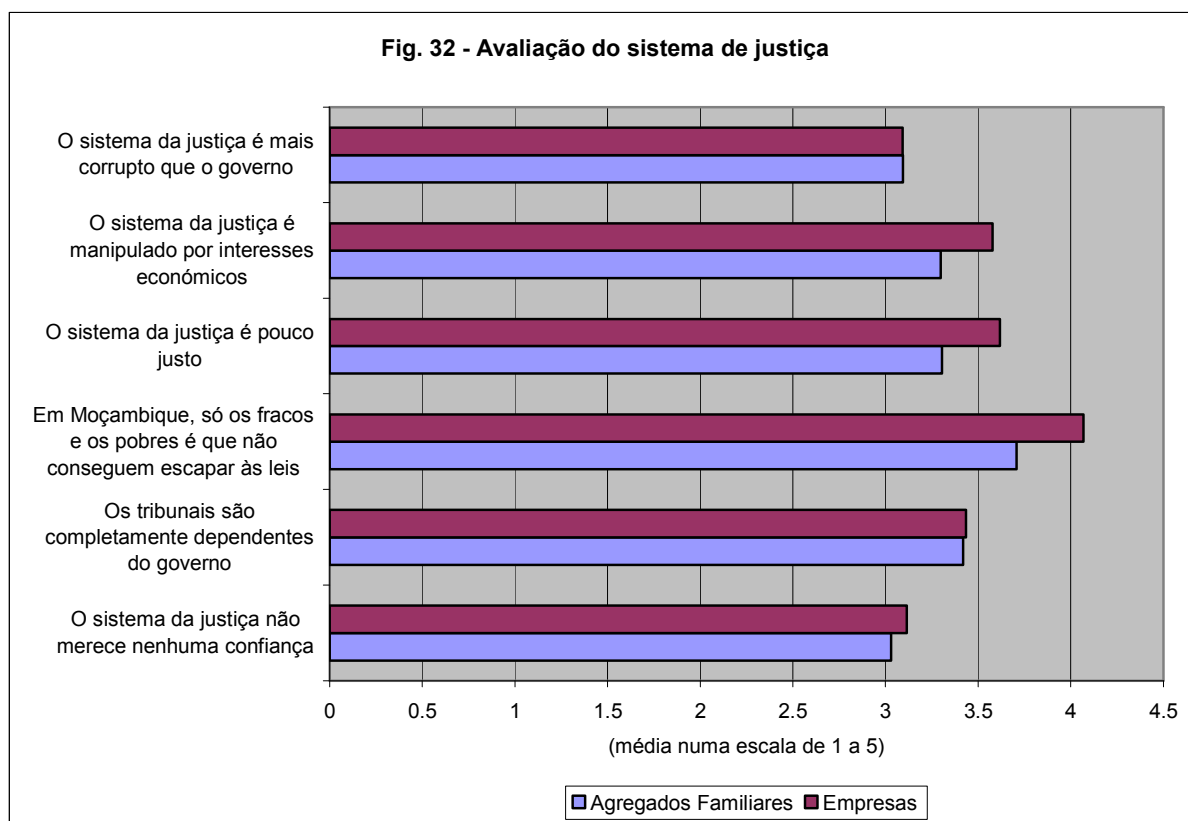


As tabelas 13.7 e 13.7.1 e a figura 31 apresentam a opinião dos agregados familiares sobre os obstáculos para uma boa educação. A opinião registada confirma que o acesso é privilegiado em relação à qualidade. De facto a prioridade da qualidade não faz muito sentido para os inquiridos, quando o problema que enfrentam mais imediatamente é o de dispor do próprio serviço.



A falta de boas instalações é o principal obstáculo apresentado pelos inquiridos (41% classificam-no de muito importante; 5 numa escala de 1 a 5). A fraqueza da rede escolar também apresenta um valor elevado, 31%, o que está em grande medida ligado com a falta de boas instalações. O custo de acesso ao ensino é o segundo maior obstáculo apontado pelos inquiridos (34%). Os aspectos relativos à capacidade dos professores e à desactualização do sistema educacional não aparecem constituir preocupação do mesmo nível das anteriores pois apresentam valores significativamente mais baixos (28% e 16%, respectivamente).

O sistema de justiça suscita basicamente a mesma avaliação (tabelas 18.1 e 18.2) por parte dos agregados familiares e das empresas, como se pode verificar na fig. 32.

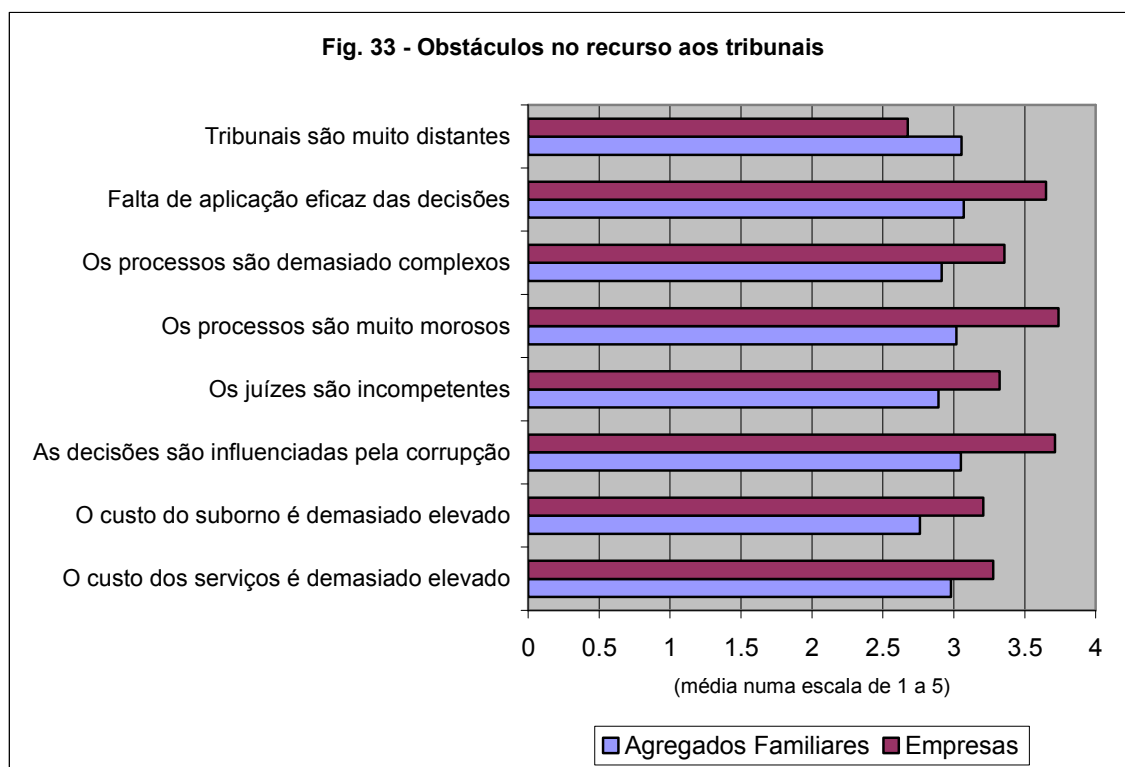


A única diferença que se observa é que nalguns aspectos a opinião das empresas tende a ser ligeiramente mais negativa. É o caso em relação à relação às afirmações segundo as quais: só os fracos e pobres é que não conseguem escapar à lei; o sistema da justiça é pouco justo; o sistema da justiça é manipulado por interesses económicos.

No caso dos agregados familiares, destaca-se o facto de haver 39% que concordam totalmente que só os fracos e os pobres é que não conseguem escapar às leis e 27% que concordam totalmente que os tribunais são completamente dependentes do governo. Nas restantes afirmações as percentagens extremas são menos importantes. No caso das empresas, há 59% que responderam concordar totalmente que só os fracos e os pobres não escapam à lei, havendo depois entre 31% e 34% de concordância total em relação ao sistema ser manipulado por interesses económicos, pouco justo e dependente do governo. Em ambos os casos, houve 20% que concordaram totalmente que o sistema de justiça é mais corrupto que o governo.

Embora não apareça directamente expressa com muita veemência, parece ser uma percepção dominante nos dois grupos que o sistema de justiça moçambicano é especialmente vulnerável à corrupção.

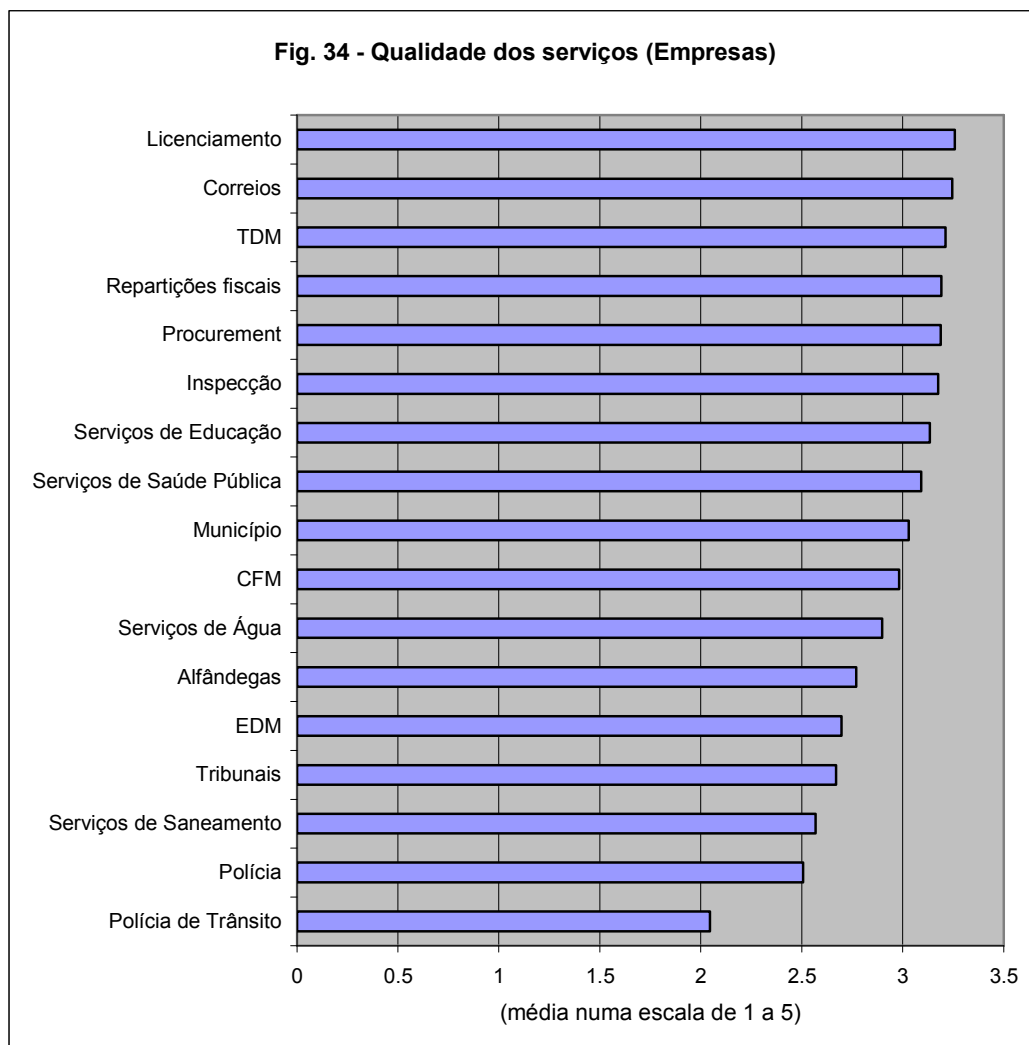
Esta interpretação é suportada pela análise que se pode fazer da hierarquização estabelecida no que diz respeito aos obstáculos no recurso aos tribunais (tabelas 18.3 e 18.4).



As médias apresentadas na fig.33 mostram que há uma relativa consistência entre a opinião das empresas, sempre mais crítica, e a dos agregados familiares. A única excepção refere-se à distância dos tribunais como obstáculo. Dada a maior concentração das empresas nas zonas urbanas onde estão instalados os tribunais, isso é um menor obstáculo para elas que para os agregados familiares.

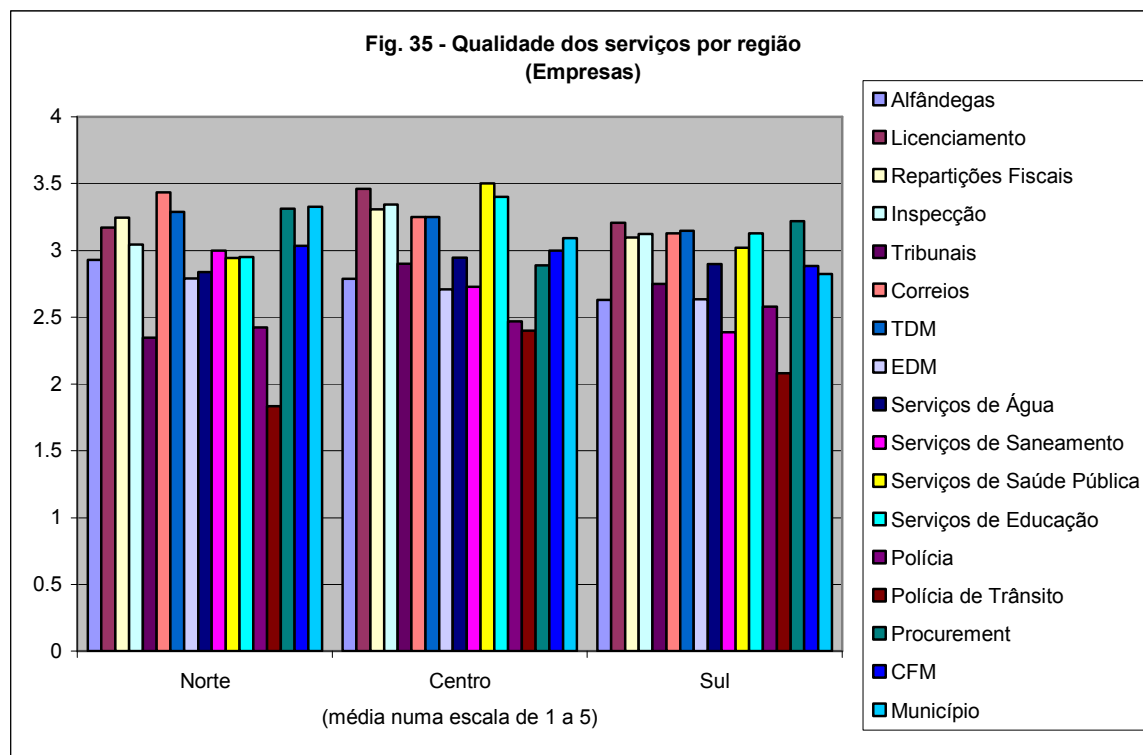
Há no entanto algumas diferenças na apreciação entre os dois grupos sobre a importância dos diferentes obstáculos enumerados. Considerando apenas as respostas que identificaram o obstáculo como muito importante, a hierarquia difere entre agregados familiares e empresas. Para os agregados familiares a distância é o factor mais referido como muito importante (29%), seguido do custo (23%) e da corrupção (21%), enquanto para as empresas a ordem de importância começa com a demora nos processos (38%), vindo depois a corrupção (32%) e a não aplicação eficaz das decisões judiciais (30%).

A avaliação média da qualidade dos serviços recebidos pelas empresas que se apresenta na fig. 34, mostra que a polícia, os serviços de saneamento, os tribunais, a EDM e as alfândegas ocupam as piores posições.

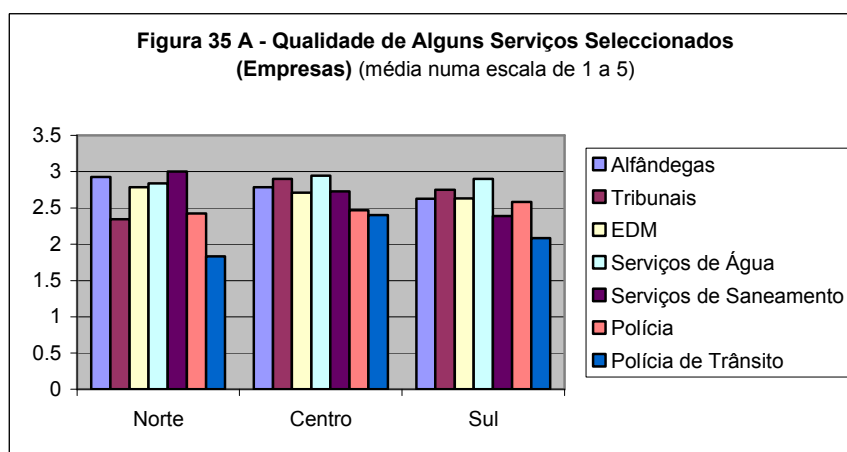


Para além desta visão geral, a tabela 19.1 permite identificar os serviços que mais opiniões desfavoráveis recolherem. Considerando os cinco piores serviços, a polícia de trânsito recolhe mais opiniões desfavoráveis (37%) (serviço classificado como muito mau), seguindo-se a polícia em geral (24%), os serviços de saneamento (22%), os tribunais (20%) e a EDM (17%).

Como se pode observar nas figs.33 e 35 A, em termos de avaliação média, não aparecem diferenças muito marcantes entre as três grandes regiões do país.



Apesar dos dados não serem estatisticamente significativos a este nível, a análise provincial por serviço (tabelas 19.1.1 a 19.1.11) dá algumas indicações sobre os sectores do serviço público considerados mais problemáticos pelas empresas.

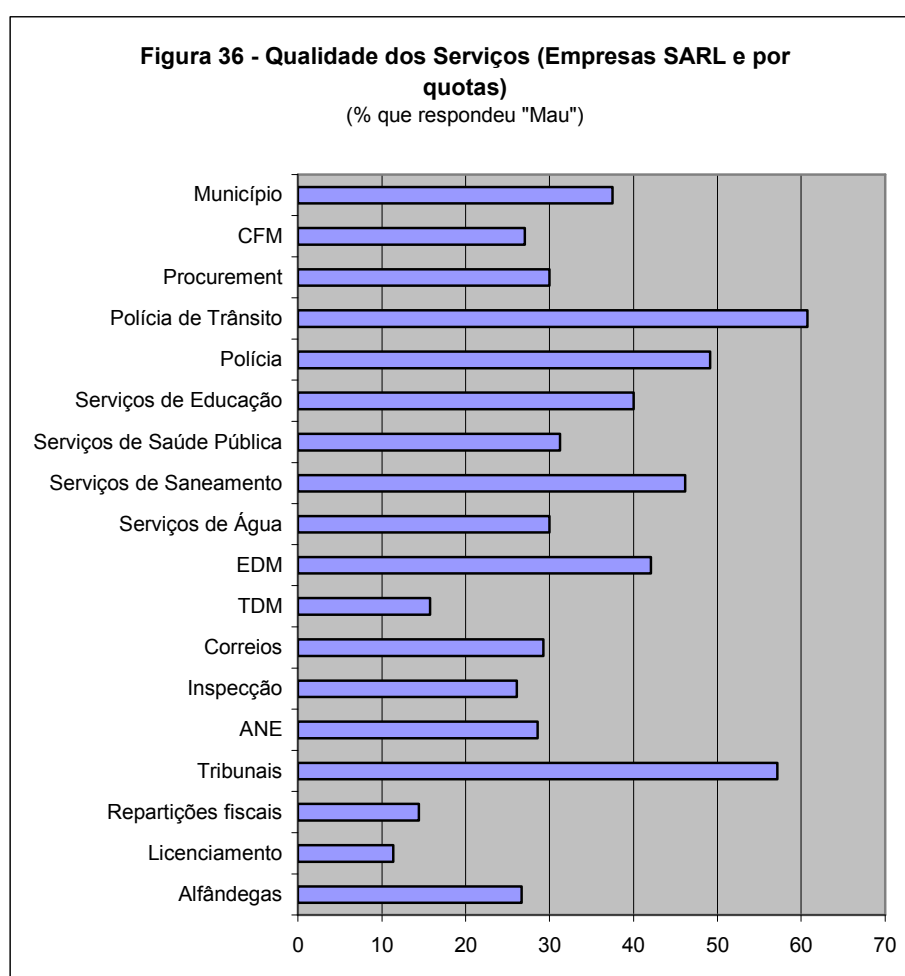


No caso de Niassa podem-se referir os tribunais e os CFM²⁶; em Cabo Delgado, os tribunais e a EDM, em Nampula, os tribunais, em Tete, os serviços de água, em Sofala, a EDM e o Município,

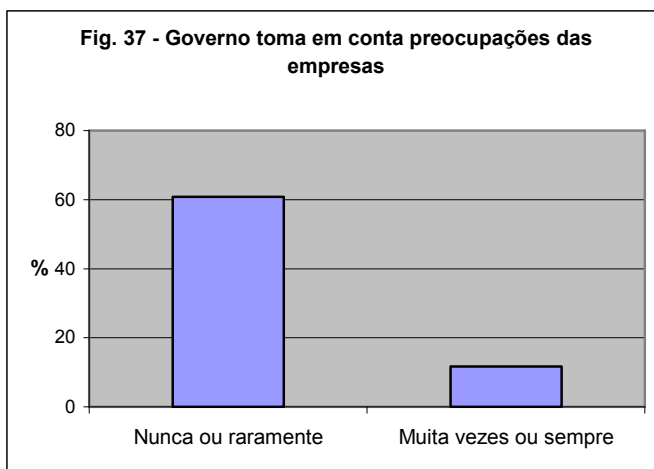
²⁶ Excluem-se nesta listagem os serviços de polícia, que recolhem por quase unanimidade os valores mais baixos de qualidade.

em Inhambane a EDM, em Gaza, as alfândegas, em Maputo, os serviços de saneamento, a ANE e a EDM, na Cidade de Maputo, os serviços de saneamento e os tribunais. A província de Manica é aquela onde, com excepção da polícia de trânsito, nenhum serviço se destaca como prestando muito mau, ou mau, serviço.

A tabela 19.3 e a fig. 36 dão uma ideia da avaliação dos serviços feita pelas empresas cuja forma jurídica é de sociedades anónimas de responsabilidade limitada ou de sociedades por quotas. A má avaliação dos tribunais é o traço que mais se destaca neste grupo. As TDM são o único serviço público onde as opiniões favoráveis são superiores às desfavoráveis. A sua avaliação é exactamente inversa à de um serviço comparável, a EDM.

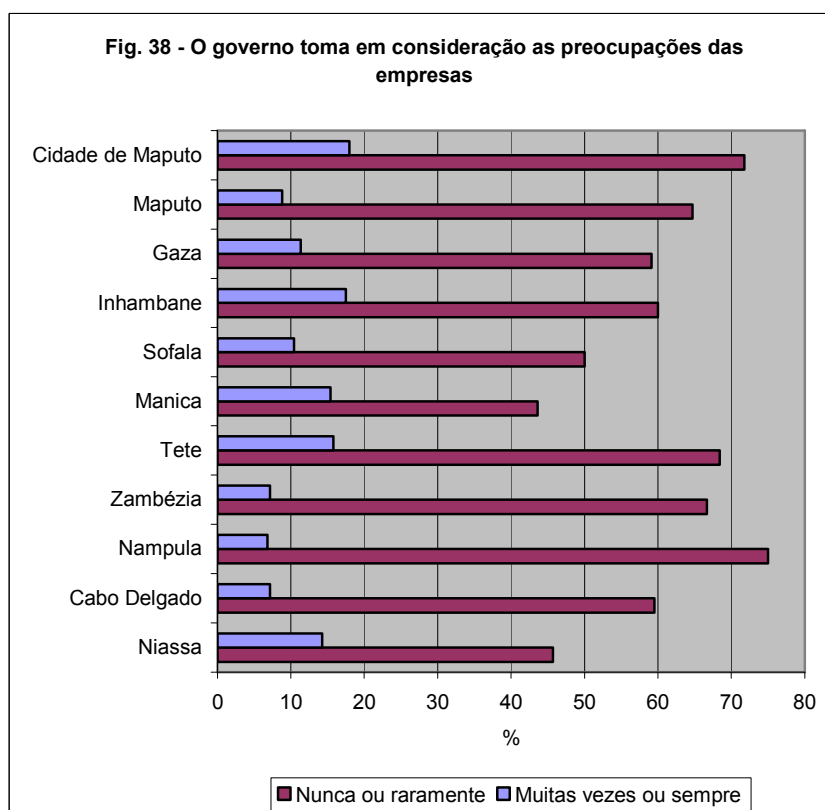


A atenção dada pelo governo aos problemas das empresas é um aspecto essencial no ambiente de negócios e um elemento que pode ter uma influência de peso no desenvolvimento da actividade económica.



Como se pode ver na fig. 37, a percepção das empresas é que o governo não toma em conta as suas preocupações (tabela 20.1), pois são 61% que respondem “nunca”, ou “raramente”, contra apenas 12% que respondem “muitas vezes”, ou “sempre”.

A opinião em relação ao desinteresse do governo é especialmente marcada em Nampula, na Cidade de Maputo, Tete, Zambézia e Maputo província, como se constata na fig. 38.



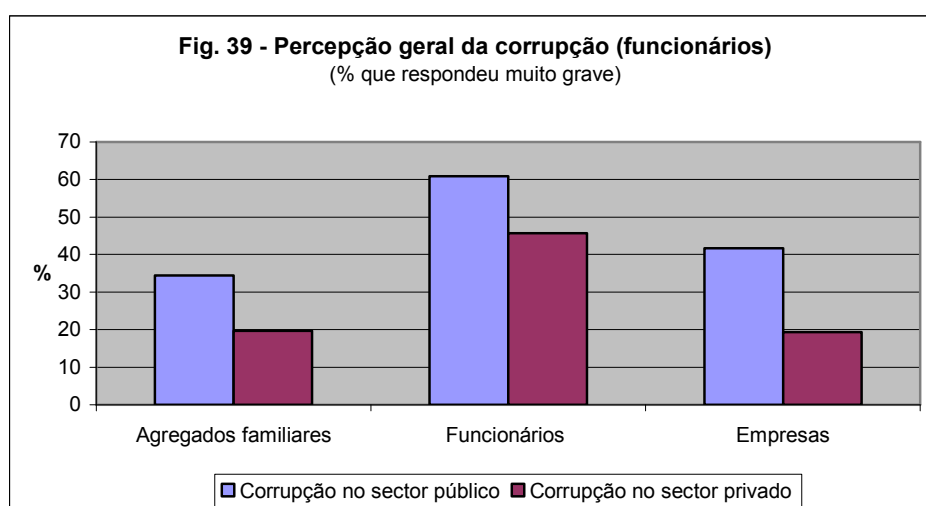
Esta percepção muito negativa em relação à atenção dada pelo governo aos problemas das empresas vai a par da opinião dominante segundo a qual as mudanças nas leis e regulamentos que afectam os negócios são totalmente, ou relativamente, imprevisíveis (tabela 20.2).

4. CORRUPÇÃO NO SECTOR PÚBLICO

Este capítulo é especialmente dedicado à apresentação dos resultados do inquérito sobre a percepção da corrupção e as suas causas, a experiência de corrupção dos utentes dos serviços públicos, o seu impacto nos diferentes grupos, os mecanismos de denúncia e aspectos relativos ao combate da corrupção, assimcomo sobre financiamento político pelas empresas e a visão dos funcionários.

4.1. As percepções sobre a corrupção

A primeira constatação sobre a percepção da corrupção (tabelas²⁷ 21.1 a 21.6) é que todos os grupos consideram a corrupção no sector público como sendo a mais grave, como se pode ver na fig. 39. Comparando os valores atribuídos a cada uma das duas formas de corrupção aqui consideradas, verifica-se que os funcionários dão mais importância à corrupção privada que os dois outros grupos de inquiridos. A corrupção no sector privado é sempre classificada abaixo da corrupção pública em termos de gravidade.

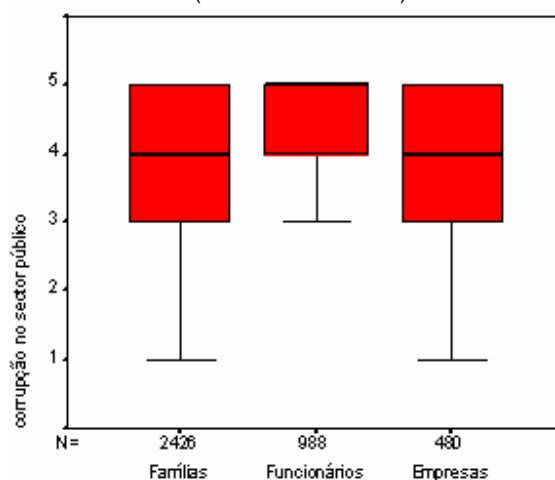


Uma segunda constatação é a gravidade da corrupção pública para os inquiridos. Como se pode observar na fig 40, que ilustra a distribuição da avaliação dos três grupos pela escala de gravidade, a percentagem de inquiridos que a considera como sendo grave (4 e 5 numa escala de 1 a 5), é muito superior à percentagem dos que a consideram pouco grave (1 e 2, na mesma escala).

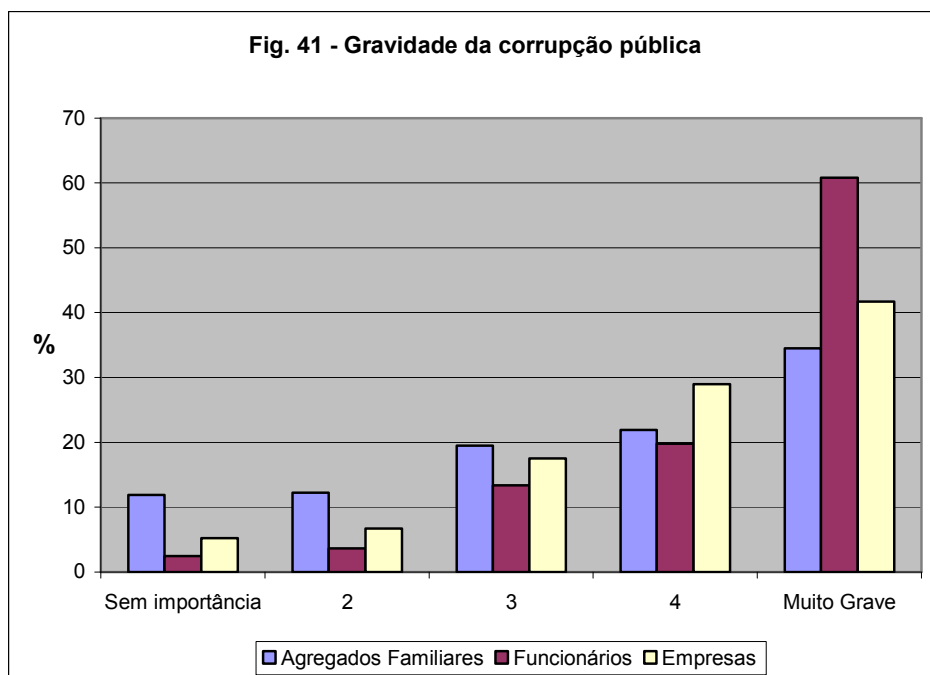
Os dados mostram por outro lado que a importância relativa da corrupção é diferenciada. Como se pode ver na mesma fig 40, os funcionários apresentam um padrão de avaliação distinto dos outros dois grupos, havendo 50% que atribuíram o valor máximo de gravidade à corrupção.

²⁷ As tabelas referidas neste capítulo são apresentadas no Anexo 6.

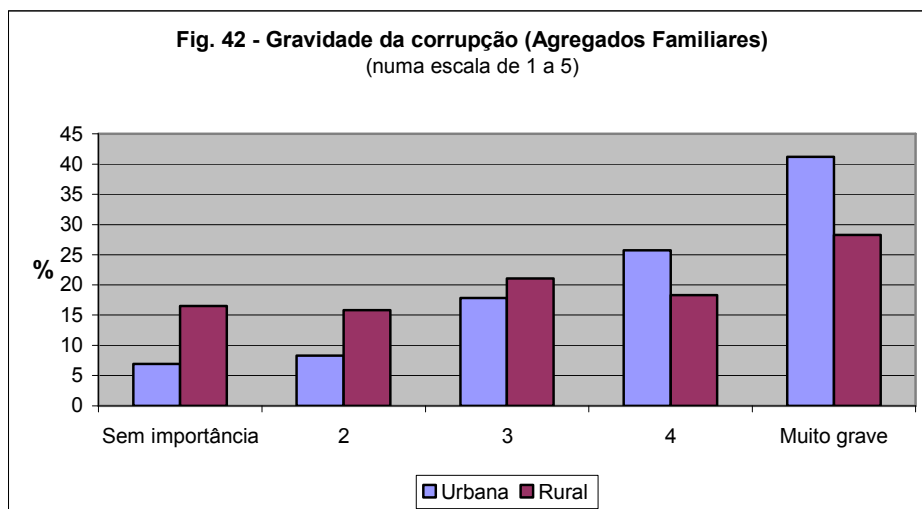
Fig. 40 – Gravidade da corrupção no sector público
(numa escala de 1 a 5)



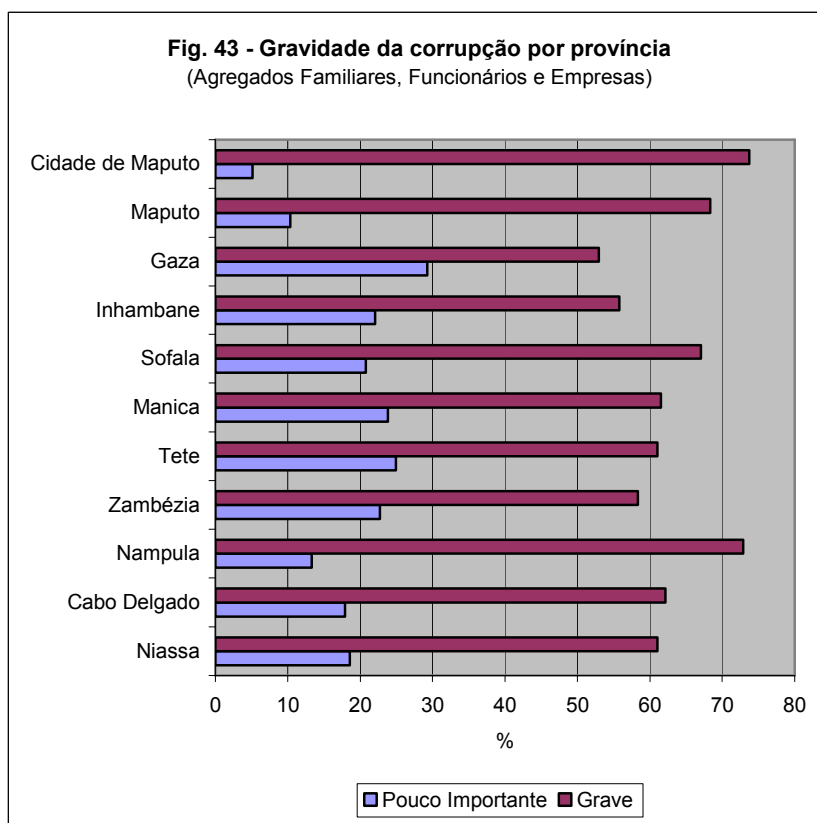
Não obstante esta diferença, há uma certa concordância entre os valores observados para os funcionários e as empresas (respectivamente 81% e 71% nos valores mais altos da escala de gravidade), apresentando os agregados familiares um menor grau de preocupação em relação à corrupção. Dentre estes últimos, há 24% que não lhe atribuem grande importância (valores 1 e 2 na escala de 1 a 5) (fig. 41).



A constatação de que a corrupção é fundamentalmente uma preocupação e um problema para as empresas e os funcionários é reforçada pelo facto dela ser principalmente um problema urbano (tabela 22.1 e fig. 42).



Enquanto nas áreas urbanas a percentagem de inquiridos que considera a corrupção como sendo grave ou muito grave é de 67%, um valor próximo das empresas (71%), nas áreas rurais a mesma percentagem é de apenas 47%.



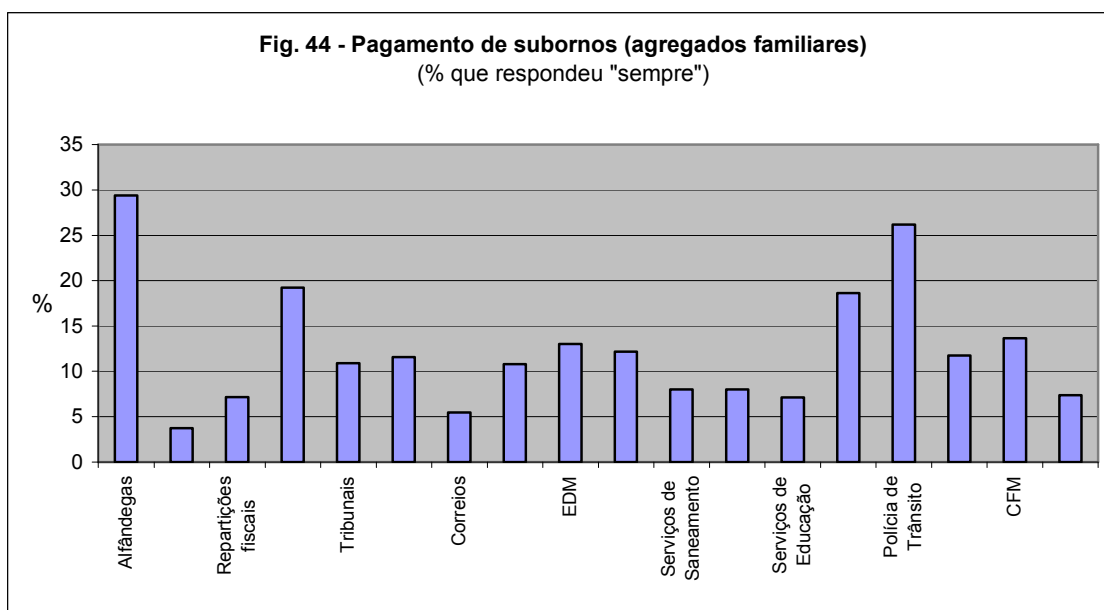
Considerando todos os inquiridos em conjunto, verifica-se que o sentimento de maior gravidade da corrupção (a percentagem dos que responderam 4 e 5 numa escala de 1 a 5) é particularmente

notório na Cidade de Maputo e na província de Nampula, seguindo-se depois as províncias de Maputo e de Sofala (tabela 22.2 e fig. 43).

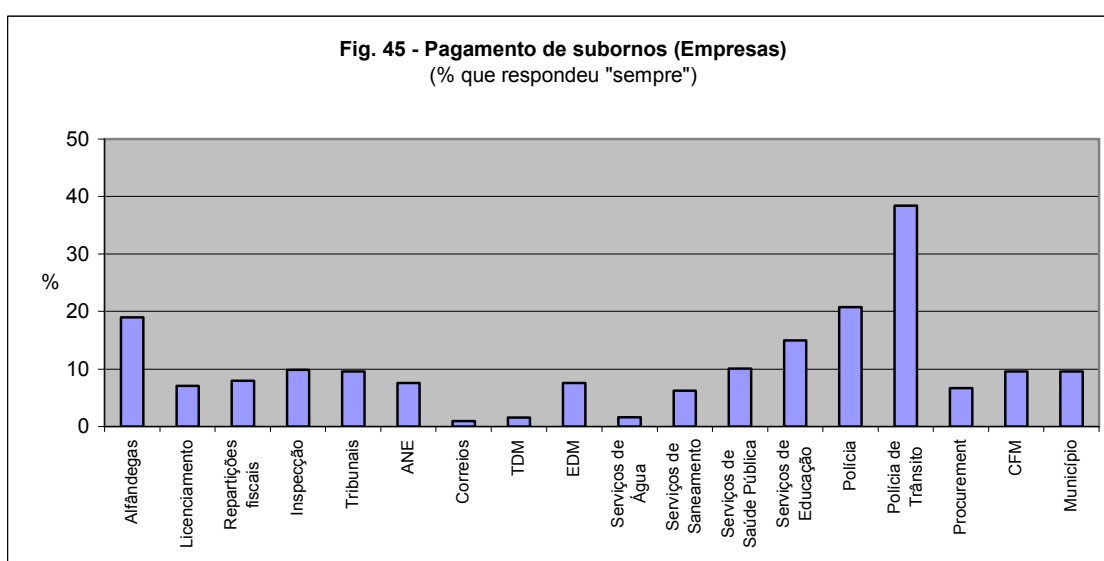
A província de Gaza destaca-se como aquela onde a percentagem dos que consideraram o problema da corrupção menos grave (29%) é a maior.

4.2. Subornos nos serviços públicos

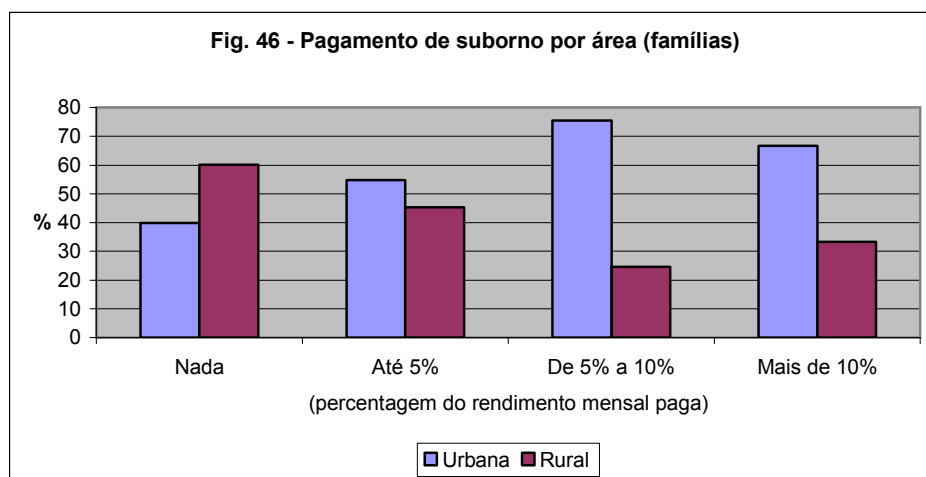
A fig. 44 dá uma ideia da percepção dos agregados familiares sobre o pagamento de subornos nos serviços públicos. Apenas no caso dos Serviços de Licenciamento e dos Correios a percentagem de inquiridos que pensa ser sempre necessário pagar suborno é inferior a 5 %. Numa série de outros serviços esse valor situa-se à volta dos 10%, destacando-se depois as Alfândegas (29%), a Polícia de Trânsito (26%), os Serviços de Inspeção (19%) e a Polícia (19%).



As empresas apresentam uma avaliação (fig. 45) que não difere muito dos agregados familiares. Também aqui as percentagens mais altas vão para a Polícia de Trânsito (38%), a Polícia (21%) e as Alfândegas (19%). Os Correios, as TDM e os Serviços de Água são os que apresentam os melhores resultados.

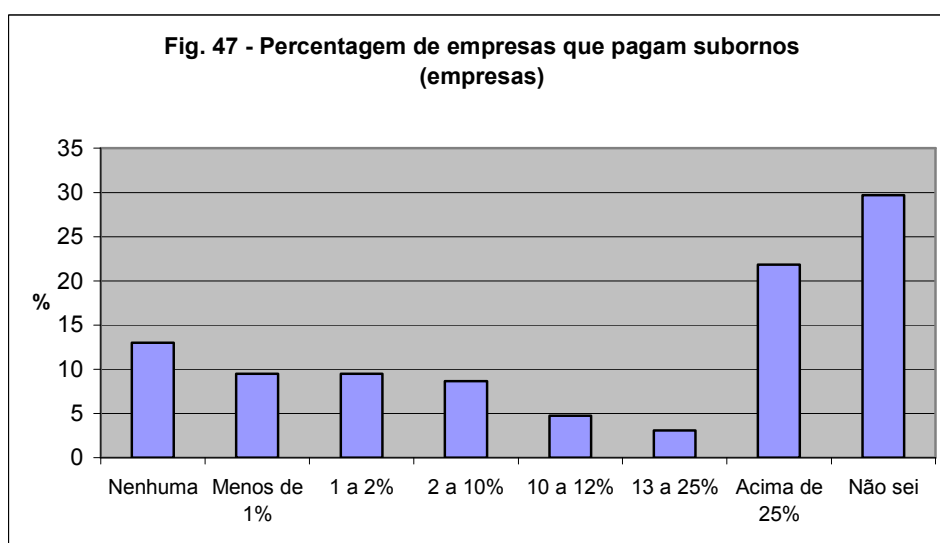


A tabela 23.1 mostra a avaliação da percentagem do rendimento mensal familiar que é dispendido em subornos. Perto de metade dos inquiridos (49%) pensam que as famílias não pagam nada de subornos, havendo no entanto 23% que pensam que o pagamento de subornos atinge um valor até 5% do rendimento, 12% entre 5% e 10% e 16% mais de 10%. Porém a incidência é diferenciada em termos de área, sendo as famílias urbanas mais sujeitas ao pagamento de suborno (tabela 23.2). Com efeito, aos 40% de urbanos que não pagariam nada, correspondem nas áreas rurais 60% (fig. 46).



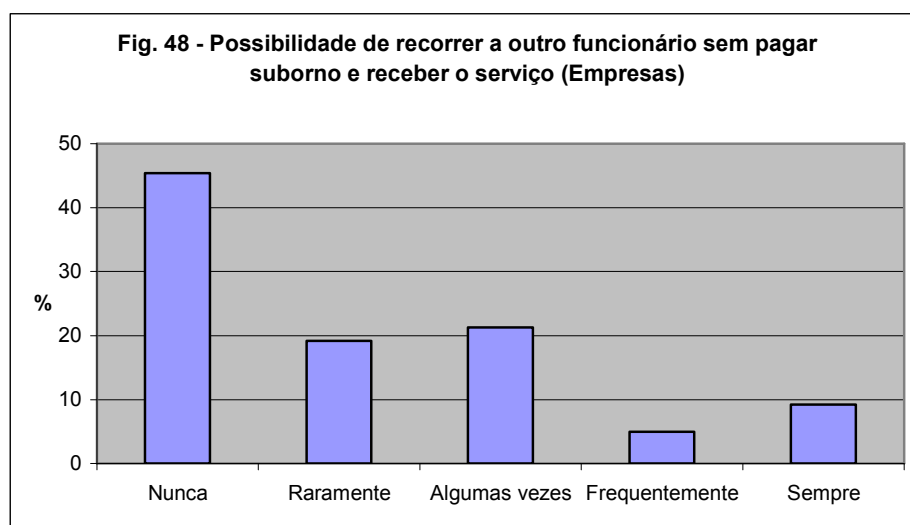
De acordo com os dados obtidos junto das empresas (tabela 23.3), estas são particularmente vulneráveis nas áreas dos pedidos de licenças (16% declaram que é sempre, ou a maior parte das vezes, necessário pagar gratificações) e de questões fiscais (15%).

Sobre a proporção de empresas que pagam gratificações, houve 30% que responderam “não sei”. Porém, das restantes 70%, houve 22% que responderam acima de 25% e só 13% responderam “nenhuma” (tabela 23.4 e fig. 47).

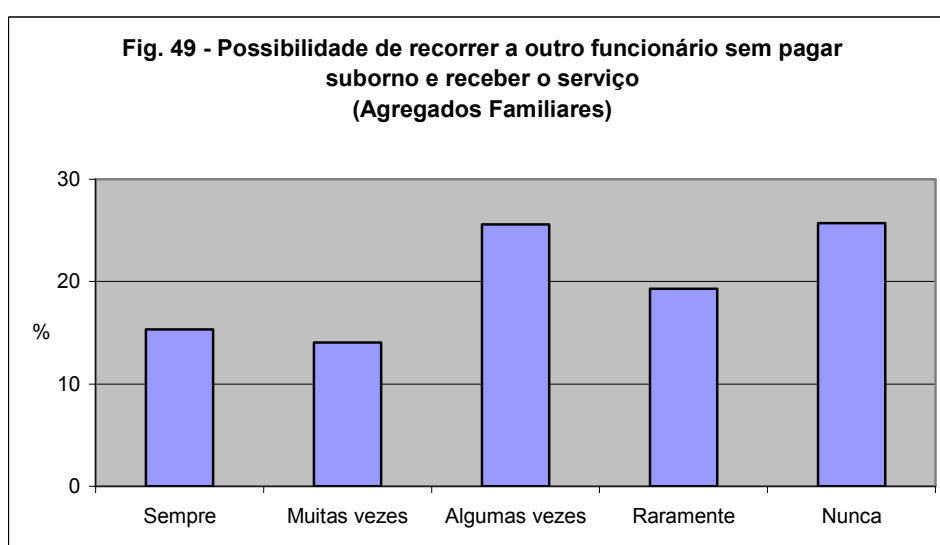


Na área de procurement (tabela 23.5), para além de 60% das empresas que declaram que a percentagem de contratos com suborno é nula, há quase 18% que consideram que o suborno acontece em mais de 10% dos contratos.

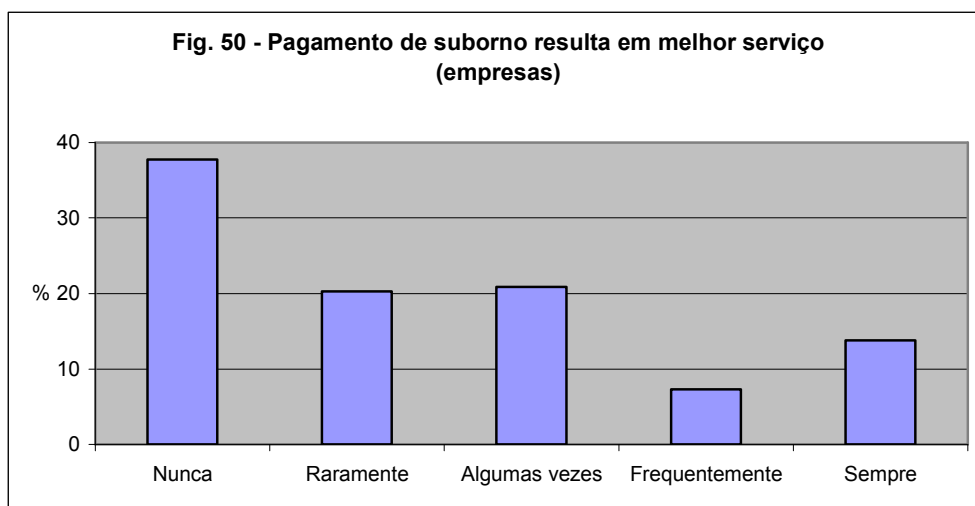
O pagamento de subornos parece difícil de evitar. Como se vê na fig. 48, quase metade das empresas (40%) (ou 45% se forem excluídas as que responderam “não sei”) são de opinião que nunca a substituição de um funcionário que age ilegalmente por um outro funcionário ou superior hierárquico resulta na possibilidade de receber um serviço correcto sem recorrer a suborno (tabela 23.6).



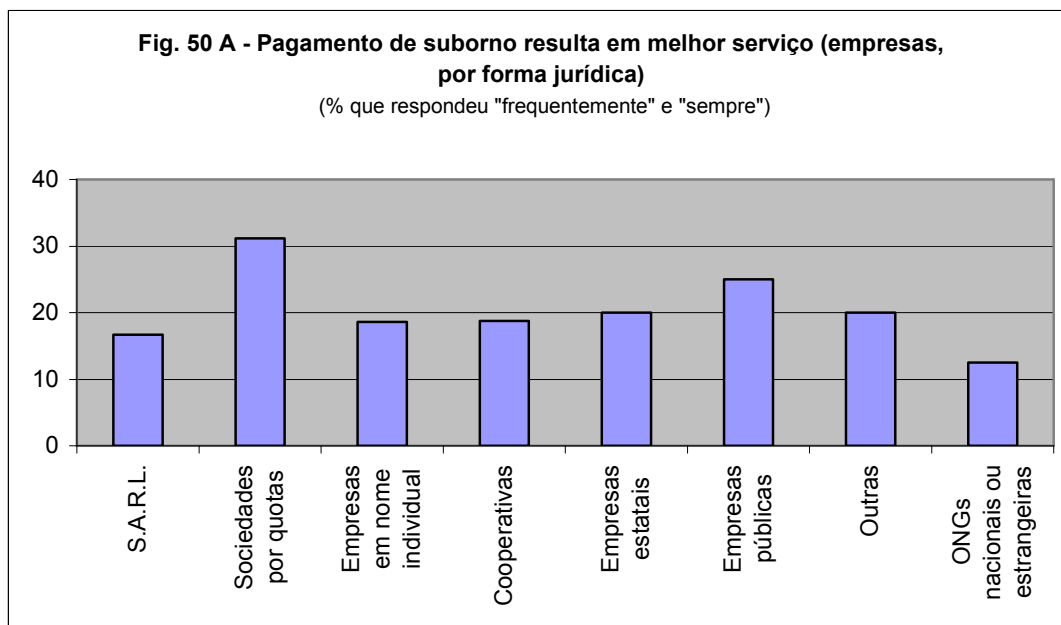
Na mesma questão feita aos agregados familiares (fig. 49) regista-se um valor de 45% de respostas segundo as quais só raramente, ou nunca (26%), o recurso a um outro funcionário ou superior evita o pagamento de suborno (tabela 23.7).



Quanto ao efeito do pagamento de suborno na qualidade do serviço prestado às empresas (tabela 23.8 e fig. 50), 46% consideram que as gratificações nunca, ou raramente, resultam numa melhoria do serviço.

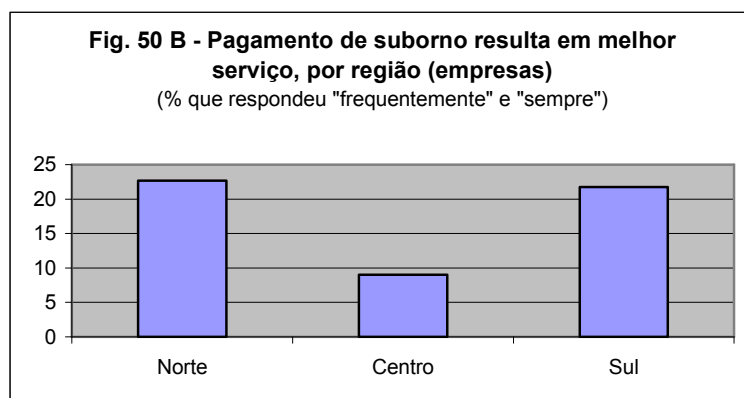


No entanto, como se vê na fig. 50 A, 31% das sociedades por quotas consideram que o pagamento resulta frequentemente ou sempre na prestação de um melhor serviço. Esta pode ser uma indicação do facto deste tipo de empresas ser particularmente vulnerável e depender da prática do suborno para o seu normal funcionamento.²⁸

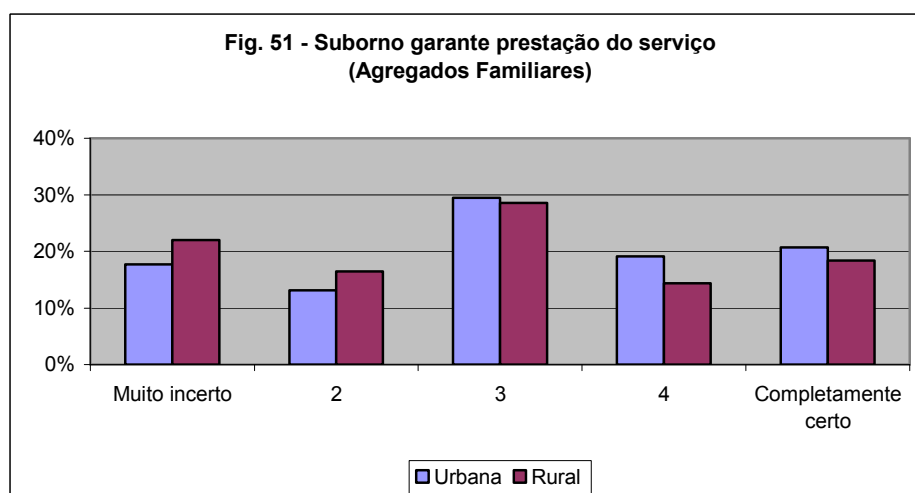


²⁸ A percentagem de 25% que aparece no caso das empresas públicas não tem significação, pois corresponde a apenas uma de quatro respostas deste tipo de empresas.

Em termos de região (fig. 50 B), constata-se que contrariamente ao Norte e ao Sul, onde cerca de 23% das empresas consideram que o pagamento de suborno se reflecte frequentemente ou sempre num melhor serviço, no Centro essa ideia é muito menos partilhada (9%).



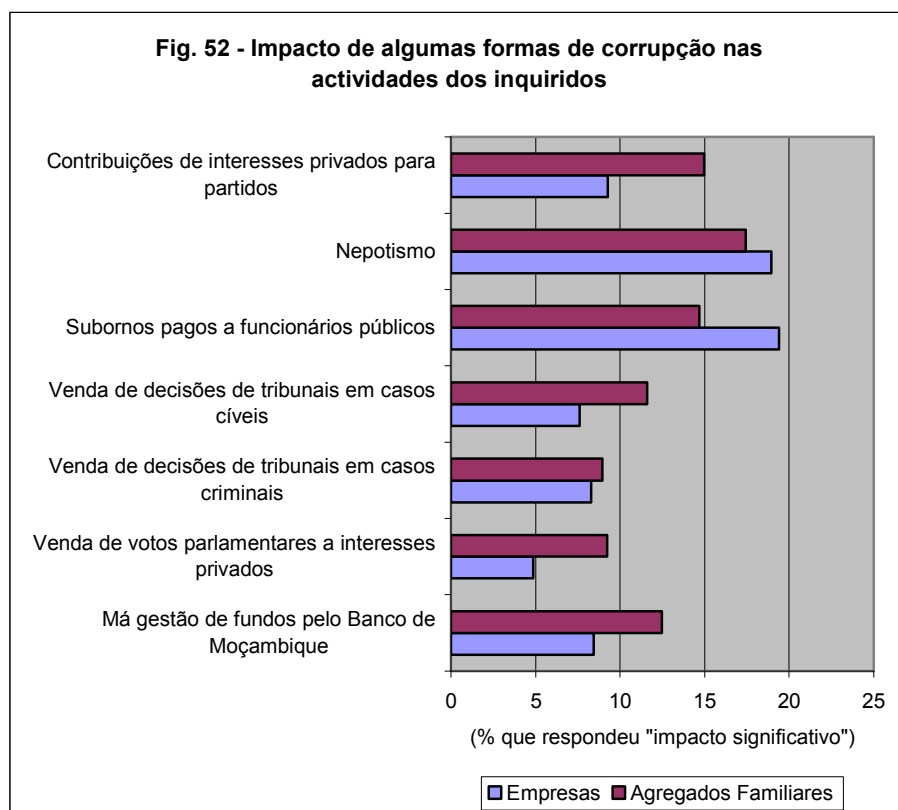
Pelo seu lado, os agregados familiares (fig. 51) têm uma opinião muito dividida sobre se o pagamento garante a prestação do serviço (tabela 23.9), o que confirma a posição das empresas, não havendo diferença significativa entre as áreas urbanas e rurais.



Estes dados indicam que o suborno está fundamentalmente ligado à simples prestação dos serviços e não a outros aspectos como seria a qualidade ou aceleração dos processos, à prestação de favores, ou à violação de regras.²⁹ Neste sentido, a cobrança indevida pelos funcionários aparece como uma prática de complemento salarial, num contexto de baixos salários.

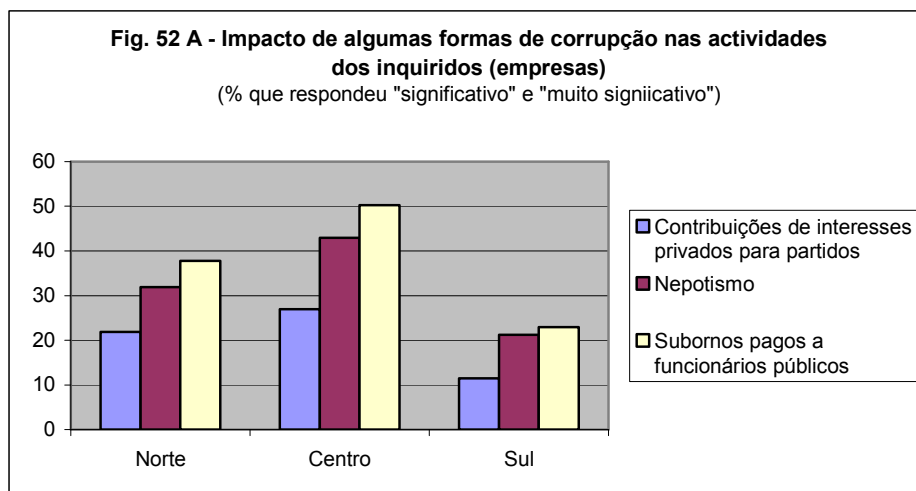
²⁹ O facto da maior parte dos actos corruptos se situarem no âmbito do que deveria ser uma relação normal do cidadão com o sector público e quase se resumirem a cobranças ilícitas para a prestação de um serviço, não significa que outro tipo de corrupção, menos visível, assente na violação deliberada das regras e das leis, seja inexistente ou menos importante.

As formas de corrupção que são consideradas mais graves pelos inquiridos (tabelas 24.1 e 24.2), tanto para as empresas como para as famílias, como se vê na fig. 52, são os subornos pagos aos funcionários e o nepotismo. No caso das famílias aparece com um certo destaque a contribuição para partidos políticos, o que deixa a entender que poderá haver em algumas áreas cobranças mais ou menos forçadas em favor de algum partido.³⁰

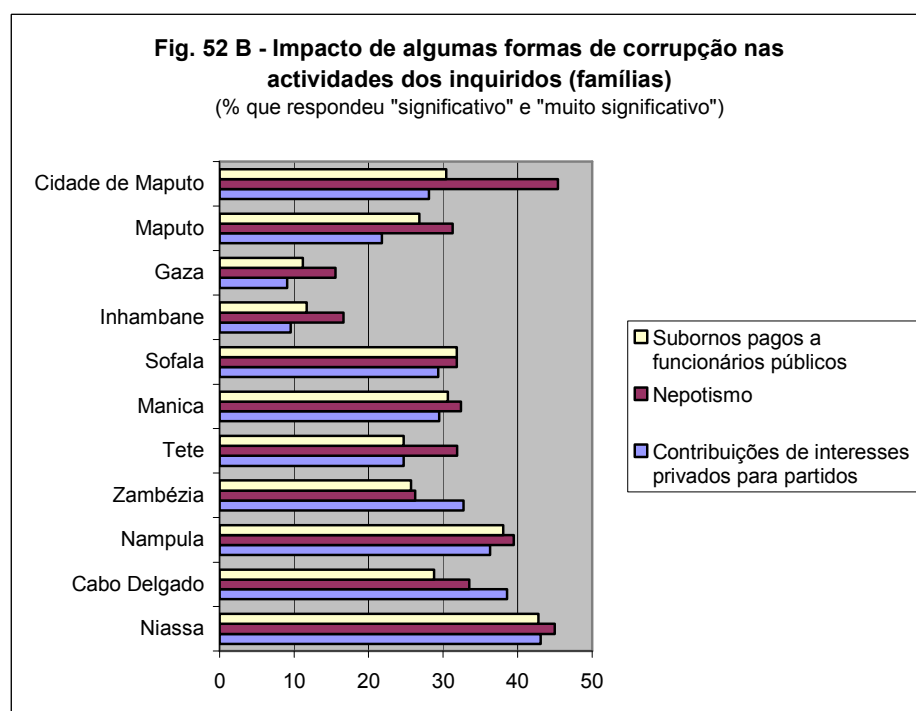


Considerando as empresas em termos da sua distribuição regional, observa-se (fig. 52 A) que se bem que a hierarquia seja a mesma, é na região Centro que se regista uma percepção de maior intensidade de impacto da corrupção na actividade dos inquiridos.

³⁰ Enquanto a média nacional de respostas nesta categoria (impacto significativo) é de 15%, há três províncias onde os valores observados são bastante superiores: Nampula, Niassa e Cabo Delgado (as três províncias do Norte), com 24%, 22% e 21%, respectivamente.

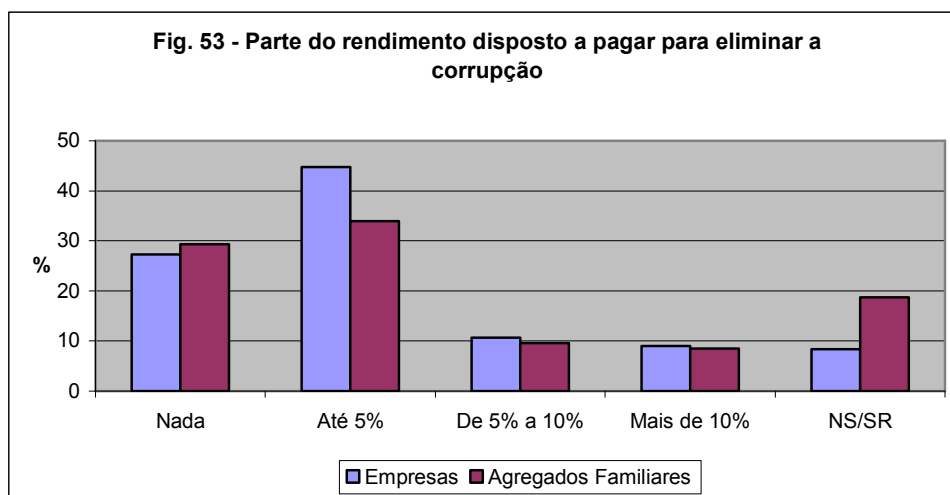


No caso das famílias (fig. 52 B), é de salientar a opinião prevalecente nas províncias de Gaza e Inhambane, que são aquelas onde a corrupção teria menor impacto para os cidadãos. A cidade de Maputo destaca-se pela referência ao nepotismo e as províncias do Norte (Niassa, Cabo Delgado e Nampula) são as que parecem sofrer mais o impacto das formas de corrupção mais referidas pelos inquiridos.



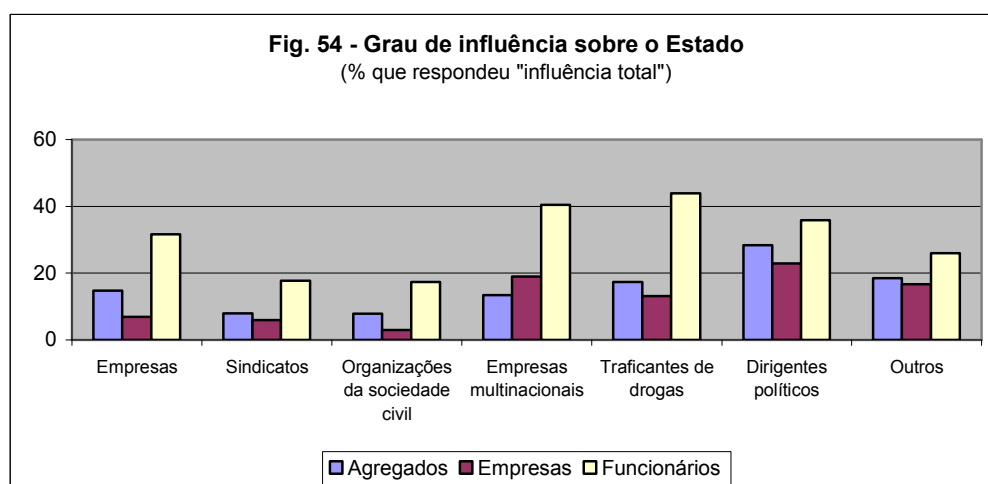
A fig. 53 mostra que existe uma maior disponibilidade por parte das empresas para sacrificarem parte do seu rendimento em favor da eliminação da corrupção, o que se compreende pelo obstáculo que esta pode representar no desenvolvimento dos negócios (tabelas 25.1 e 25.3). É de sublinhar

no entanto que a diferença não é muito significativa, pois a percentagem que não está disposta a sacrificar nada do seu rendimento é praticamente idêntica nos dois grupos e apenas há uma diferença para mais na percentagem dos que estariam dispostos a pagar até 5%.

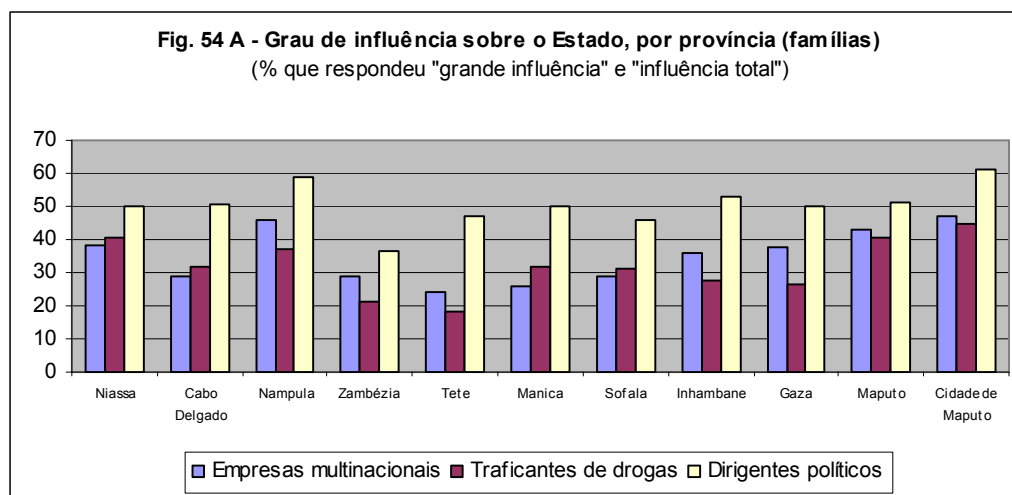


No caso dos agregados familiares, é de registar que as percentagens sobre a sua disposição para sacrificar uma parte do rendimento para eliminar a criminalidade (tabela 25.2) distribuem-se exactamente da mesma forma e nos mesmos valores que os relativos à sua disponibilidade para pagar para a eliminação da corrupção.

A percepção sobre a influência de determinados grupos sobre o Estado em benefício próprio, apesar de bastantes pontos comuns, apresenta também algumas diferenças entre agregados familiares, empresas e funcionários (tabelas 26.1 a 26.3 e fig. 54).



Para os agregados familiares há dois grupos que se destacam do ponto de vista da influência que exercem sobre o Estado para daí tirarem vantagens: os próprios dirigentes políticos (50% dos inquiridos respondeu que tinham “grande influência” ou “influência total”) e, depois, as empresas multinacionais³¹ (36%). Sublinhe-se que os traficantes de droga aparecem em terceiro lugar nesta ordem (32%), mas ocupam o segundo lugar, à frente das multinacionais, em termos de “influência total”. A distribuição provincial da opinião dos agregados familiares sobre os três principais grupos que teriam influência sobre o Estado é a que se pode ver na figura 54 A.

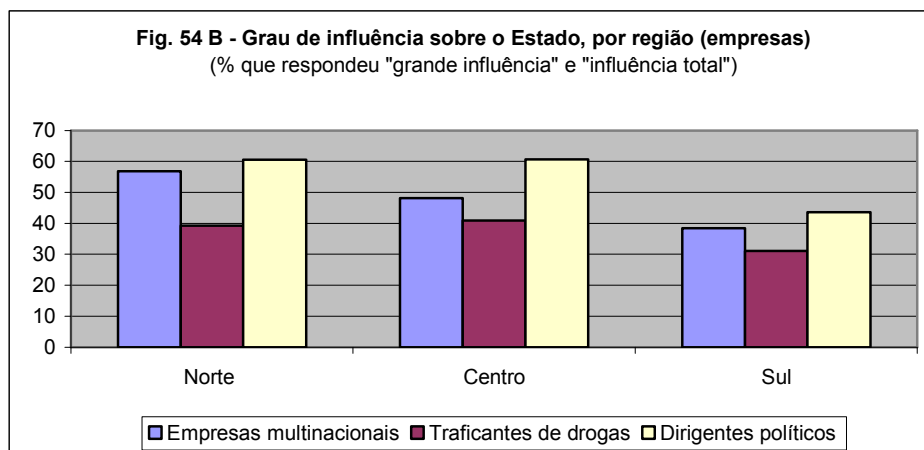


As empresas apresentam uma visão semelhante aos agregados familiares, mas mais marcada: dirigentes políticos (54% em “grande influência” ou “influência total”), empresas multinacionais (46%) e traficantes de droga (37%).³²

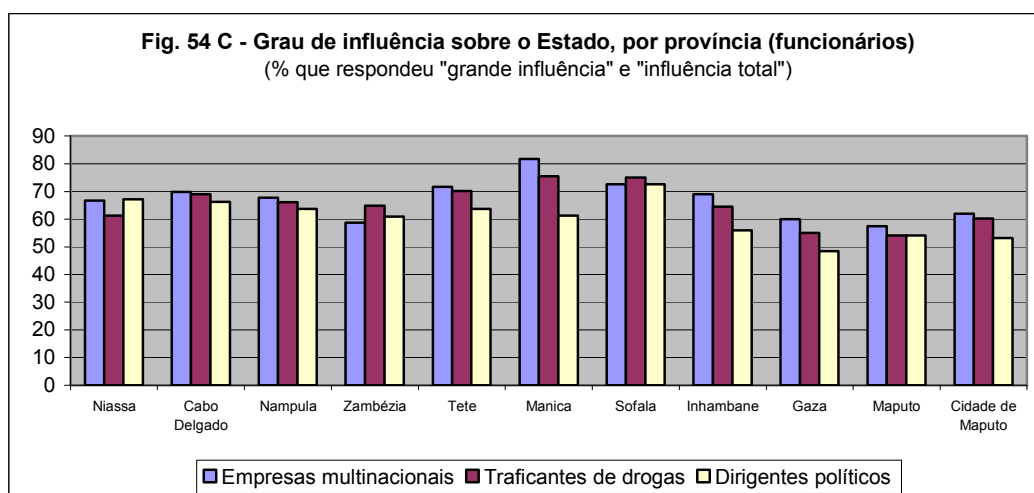
Em termos de distribuição regional, a opinião expressa pelas empresas inquiridas é a que se observa na figura 54 B. Embora não exista uma diferença significativa entre as três regiões, pode-se notar a habitual tendência para a região Sul apresentar valores mais baixos.

³¹ Pelo menos no caso dos agregados familiares, mas provavelmente para todos os três grupos inquiridos, esta categoria deve ser entendida numa perspectiva mais ampla de “empresas estrangeiras”, ou de “estrangeiros”.

³² Por outro lado, as empresas inquiridas consideram que há uma maior propensão para pagar subornos por parte das empresas internacionais (38% responderam “muito mais favoráveis”) e em seguida as empresas com ligações políticas (28%) ou com um político na direcção (27%). Os retalhistas, bares, cafés e pequenas empresas são os que obtêm uma maior percentagem de respostas na categoria “muito menos favoráveis”.



Finalmente, os funcionários colocam em primeiro lugar as empresas multinacionais (66%), logo seguidas dos traficantes de droga (64%) e dos dirigentes políticos (60%). A opinião dos funcionários (fig. 54 C) não apresenta variações provinciais significativas, embora se possa notar uma tendência para valores acima da média em Manica e Sofala e para valores abaixo da média em Gaza e Maputo.

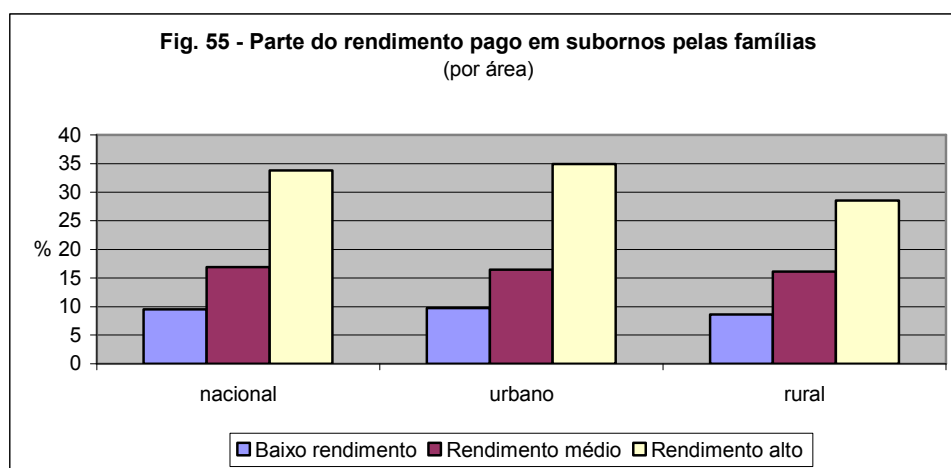


É muito marcada a percepção comum de agregados familiares, empresas e funcionários, que os dirigentes políticos usam o seu poder para benefício próprio e que, ao mesmo tempo, esse Estado que eles dirigem está à mercê de grupos que se dedicam a actividades criminosas.

4.3. O impacto diferenciado da corrupção

Um aspecto essencial a considerar do ponto de vista social e económico é o impacto diferenciado da corrupção nos agregados familiares e nas empresas (tabelas 26.4 a 26.7), pois ela não afecta de igual modo os vários estratos sociais nem os vários tipos de empresas.

Uma primeira análise dos dados revela que os agregados familiares mais atingidos pela corrupção em termos da percentagem do rendimento que é dispendida no pagamento de subornos são os de rendimento médio e alto.³³ Como se pode ver na fig. 55, enquanto a percentagem de agregados familiares de baixo rendimento que declara pagar mais de 10% do seu rendimento em subornos é de apenas 9%, as percentagens correspondentes para os rendimentos médios e altos são de, respectivamente, 17% e 34%.

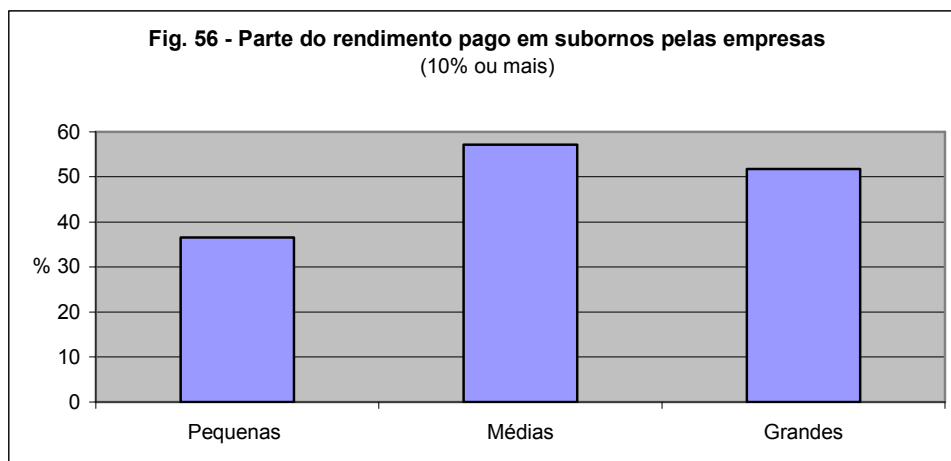


A figura 55 mostra igualmente que as famílias de rendimento alto são mais atingidas nas zonas urbanas que nas zonas rurais: 28% pagam mais de 10% do seu rendimento em subornos nas zonas rurais e 35% nas zonas urbanas.

Como se pode ver na fig. 56, são as empresas médias e grandes³⁴ que declaram ser mais atingidas pela prática do suborno. Enquanto 37% das pequenas empresas inquiridas declaram que mais de 10% das empresas do mesmo nível pagavam subornos aos funcionários públicos, o valor correspondente foi de 57% nas empresas médias e 52% nas empresas grandes.

³³ A classificação em três grupos de rendimento, baixo, médio e alto, aqui usada é muito elementar e apenas baseada no rendimento mensal declarado. No grupo dos agregados de baixo rendimento foram incluídos todos os que declararam ter um rendimento mensal igual ou inferior a 1000000,00Mt, representando 68% da amostra; o grupo de rendimento médio corresponde aos rendimentos situados entre 1000000,00Mt e 5000000,00Mt, representando 27% da amostra; o grupo de rendimento alto inclui todos os que declararam como rendimento mensal mais de 5000000,00Mt, representando 5% da amostra.

³⁴ As empresas foram classificadas em três grupos de acordo com um único critério, o número de trabalhadores a tempo inteiro. Assim, as pequenas empresas, até 10 trabalhadores, representam 68% da amostra, as médias empresas, de 10 a 30 trabalhadores, representam 14% da amostra e as grandes empresas, com mais de 30 trabalhadores, representam 18% da amostra.

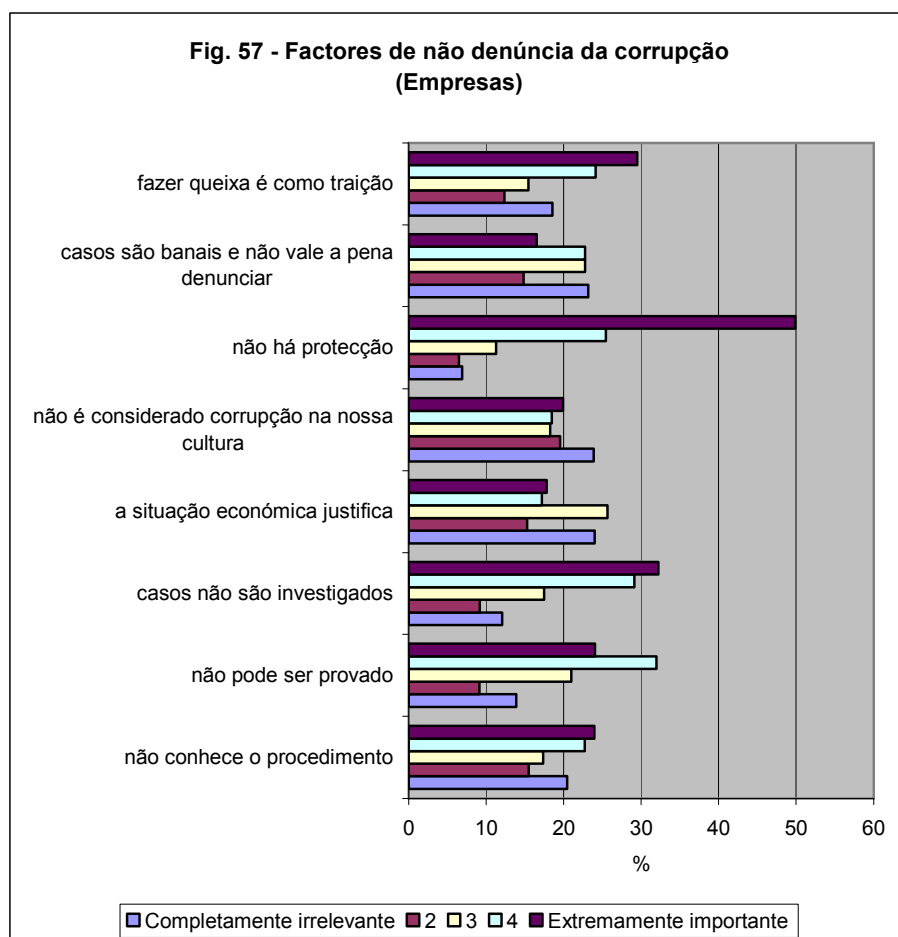


O facto de serem os agregados familiares mais favorecidos e também as empresas maiores que parecem ser mais atingidas pela corrupção pode compreender-se pelo nível de desenvolvimento e de recursos disponíveis em cada um destes grupos. Visivelmente a extorsão de subornos incide sobretudo sobre aqueles que têm as condições mínimas para os pagar, sendo a pressão aparentemente relativamente menor sobre os grupos mais desprovidos de recursos.

4.4. Mecanismos de denúncia da corrupção

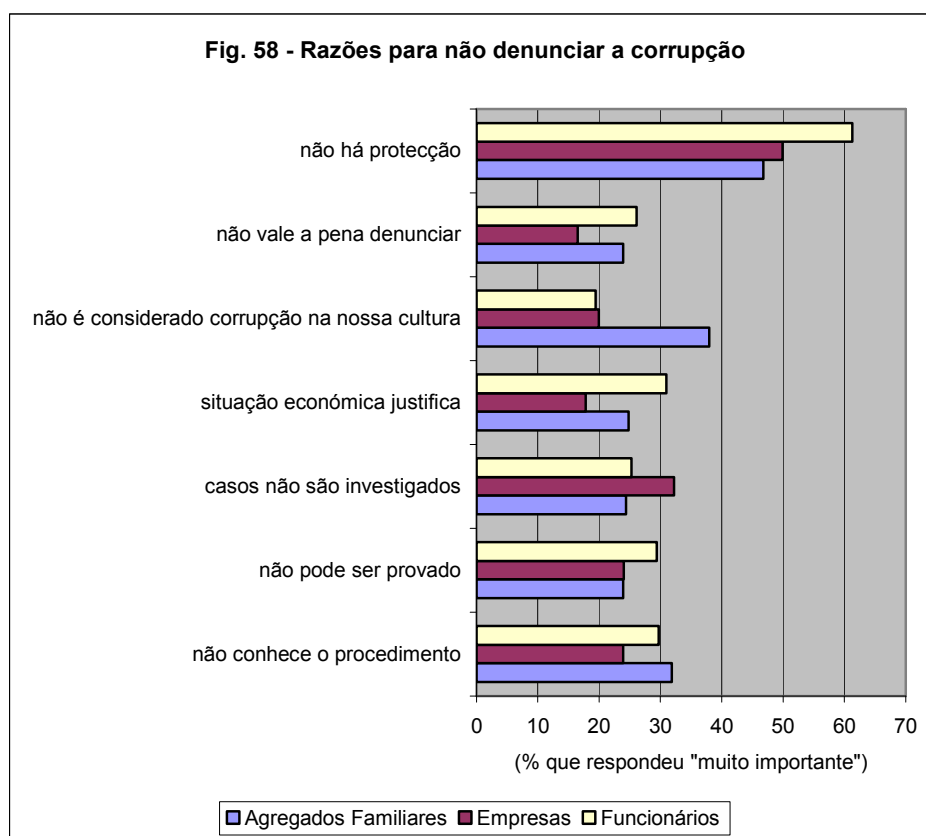
Não obstante a condenação clara da corrupção, a denúncia dos actos corruptos é uma prática visivelmente pouco enraizada entre as famílias, as empresas e os funcionários. Dos agregados familiares inquiridos, a grande maioria (90%) não sabe como denunciar um acto de corrupção e apenas 8% disseram que um membro da família teria feita uma denúncia ao longo dos dois últimos anos. Embora o número de respostas não seja estatisticamente significativo, é curioso notar (tabela 27.1) que a eficácia da denúncia é julgada fraca (35% contra 14% que a consideraram eficaz) e também que os denunciadores foram devidamente protegidos de eventuais perseguições (32% contra 14%).

As empresas são principalmente solicitadas a pagar subornos na sua relação com as alfândegas (29% dos inquiridos responderam “sempre” ou “frequentemente”), para a instalação de serviços públicos (28%) e para ganhar contratos (28%) (tabela 27.2) e cerca de 25% consideram as comissões e subornos como um grande obstáculo na relação de negócios com o governo (tabela 27.3).



A fig. 57 mostra que entre os factores que influenciam a decisão de não fazer a denúncia de actos de corrupção. Destaca-se como “extremamente importante” (50%) na opinião das empresas

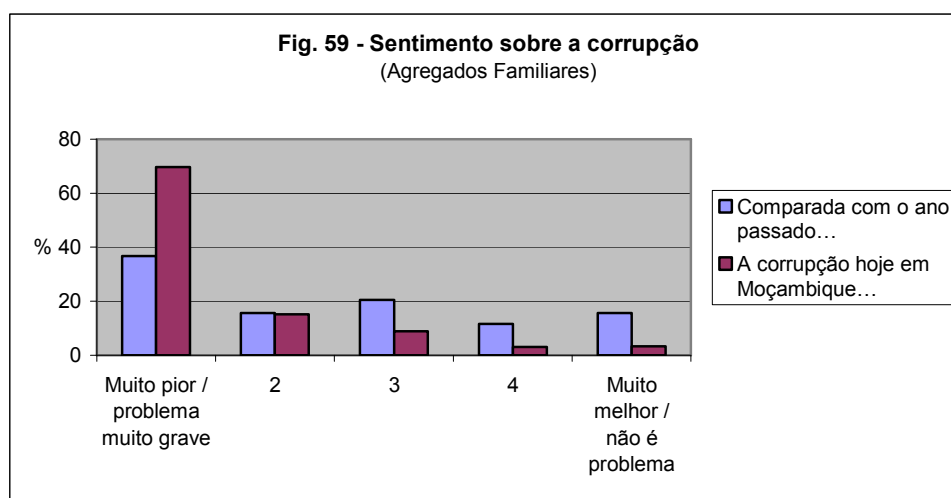
inquiridas o facto de não haver protecção em relação a eventuais represálias, seguindo-se em ordem de importância a ideia segundo a qual os casos nunca são investigados, nem punidos (32%).



A fig. 58 ilustra algumas diferenças entre as opiniões das empresas, dos agregados familiares e dos funcionários (tabelas 27.4 a 27.6). Assim, para além de um equilíbrio de posições em relação à dificuldade de fazer a prova dos casos de corrupção e em relação ao receio de represálias (50% para as empresas, 47% para os agregados familiares e 61% para os funcionários), nota-se que as empresas são menos confiantes no trabalho das instituições encarregadas de fazer as investigações (32%) e também menos tolerantes relativamente à justificação com base na situação económica (18%). Por seu lado, os agregados familiares denotam um menor conhecimento dos procedimentos (32%), mas sobretudo são numerosos a considerar que há uma série de práticas consideradas corruptas noutros países e que em Moçambique são aceites (38%).

4.5. Combate à corrupção

Ainda que a corrupção não apareça entre os primeiros problemas que afectam os cidadãos, do ponto de vista da hierarquia que eles próprios estabelecem³⁵, existe a consciência de que se trata de um problema grave, pois 70% dos inquiridos classificou-a como sendo “um problema muito grave” (tabela 28.1). Para além disso, a opinião dominante é que a corrupção não tem vindo a diminuir, pois dentre os inquiridos o grupo mais numeroso (37%) pensa que a corrupção aumentou desde o ano passado (tabela 28.2). A fig. 59 ilustra estas percepções dos cidadãos.

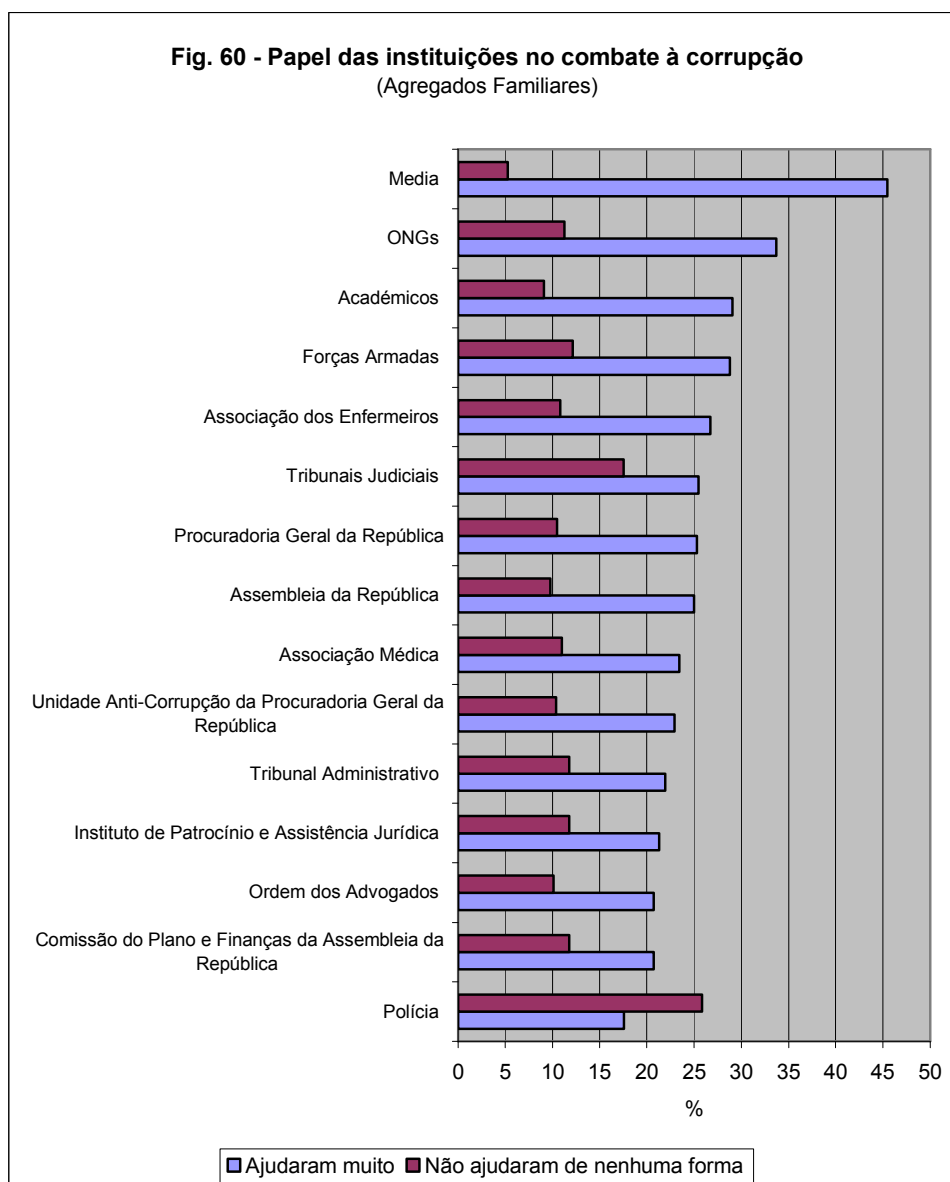


A maioria dos inquiridos é de opinião que a corrupção é principalmente promovida pelos políticos e funcionários públicos (41%), havendo no entanto 13% que pensam que ela é principalmente promovida pelos cidadãos e empresas (tabela 28.3). Ao mesmo tempo, 42% concordam que o governo tem um desejo sincero de combater a corrupção e 56% parecem convencidos que sem o governo fazer uma campanha contra a corrupção, ela será muito eficaz (tabelas 28.4 e 28.5).

Não obstante esta aparente confiança no governo, os inquiridos reconhecem um papel de maior relevo no combate à corrupção a instituições que são independentes dos poderes políticos (tabela 28.6). É assim que apenas os *media* e as ONGs se destacam (fig. 60) com valores superiores a 30% de respostas concordando que ajudaram muito.

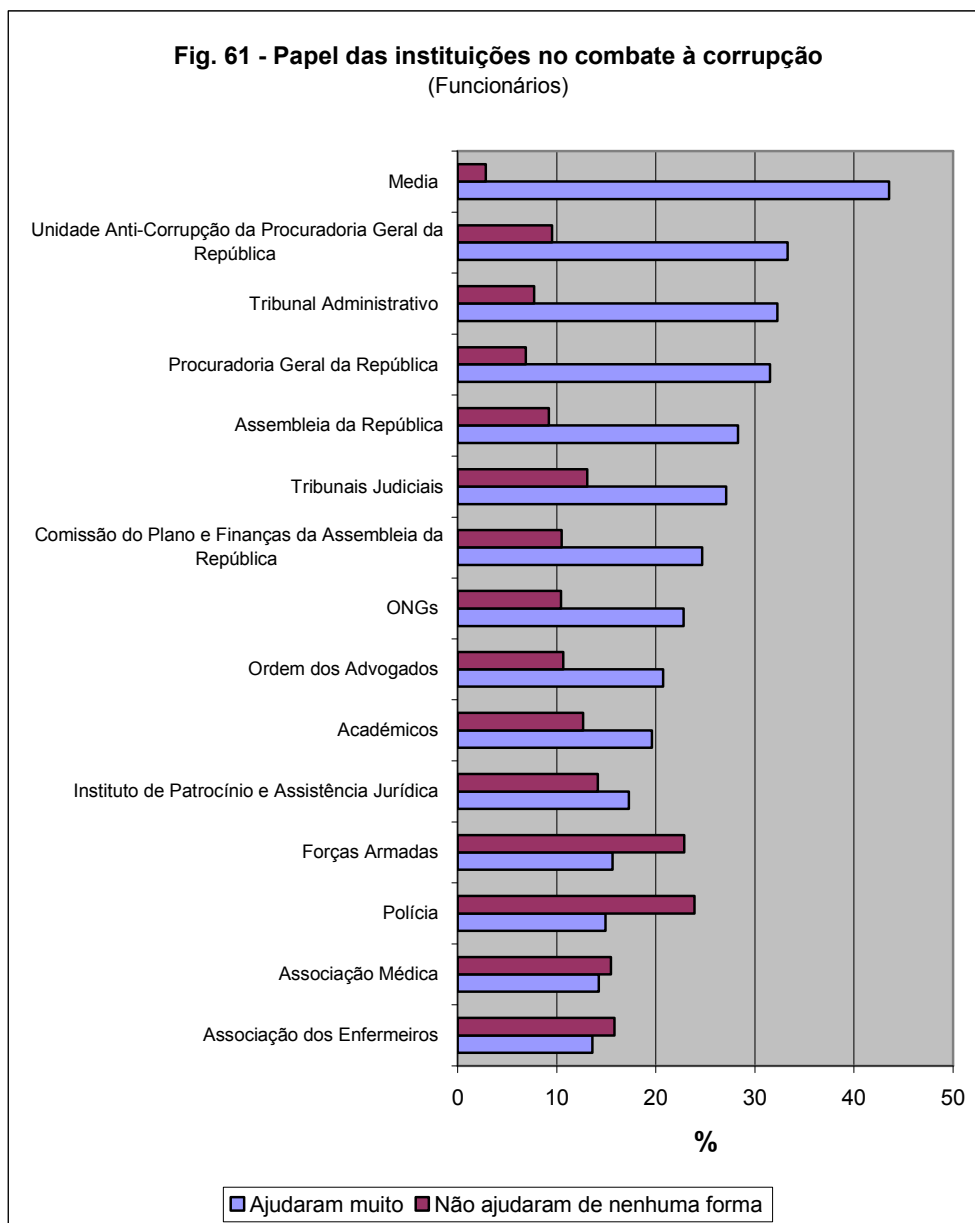
As instituições que deveriam estar na primeira linha da luta contra a corrupção encontram-se entre as que os cidadãos consideram não ter ajudado nada com os valores percentuais mais altos, destacando-se a polícia com 26% (uma percentagem que é mesmo superior à dos que declararam que a polícia ajudou muito) e os tribunais judiciais com 18%.

³⁵ Como se viu anteriormente, a corrupção aparece em oitavo lugar na ordem de preocupações dos agregados familiares.



É de notar que, embora a diferença seja mínima, a Unidade Anti-Corrupção da Procuradoria Geral da República recebe uma avaliação pior que a própria Procuradoria, apesar de ser um órgão especializado cuja missão é precisamente a de combater a corrupção. Uma explicação possível é que a existência desta Unidade seja pouco conhecida do público, mas não se pode excluir completamente a hipótese de que o julgamento constatado reflecta a falta de confiança dos cidadãos no seu trabalho.

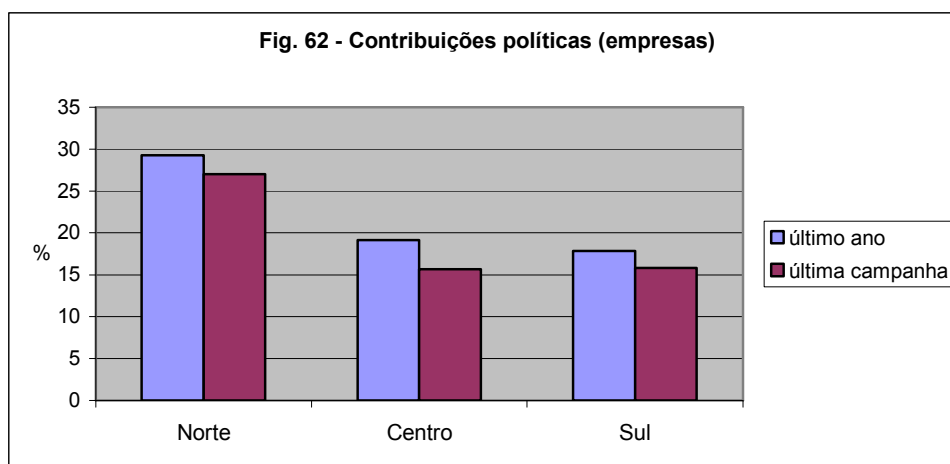
Os funcionários estabelecem uma hierarquia bastante diferente (tabela 28.7) sobre o papel das instituições no combate à corrupção (fig. 61).



Para além de um acordo em relação ao papel primordial dos *media*, os funcionários destacam a Unidade Anti-Corrupção da Procuradoria Geral da República, o Tribunal Administrativo e a própria Procuradoria da República.

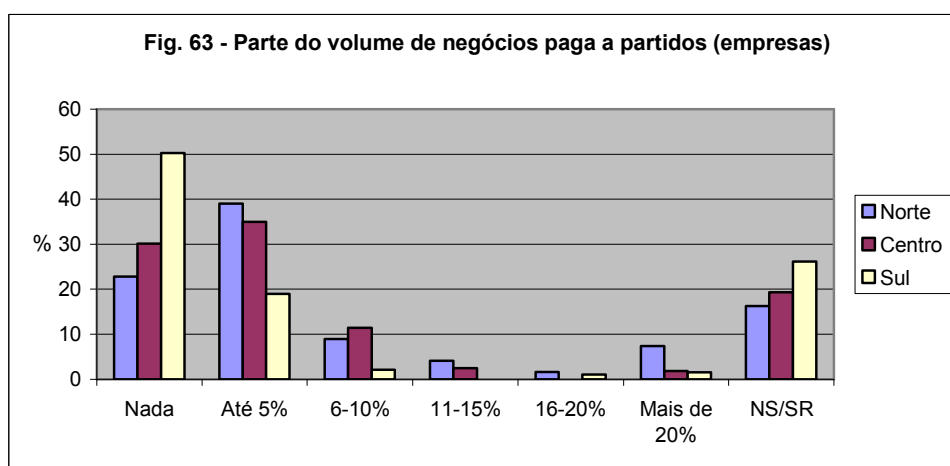
4.6. Empresas e financiamento político

De acordo com os resultados do inquérito, 21% das empresas inquiridas foram solicitadas a contribuir para um partido nos doze meses anteriores ao inquérito e 19% foram solicitadas durante a última campanha eleitoral. A distribuição da intensidade desta prática por região (tabelas 29.1 a 29.4) é ilustrada na fig. 62.



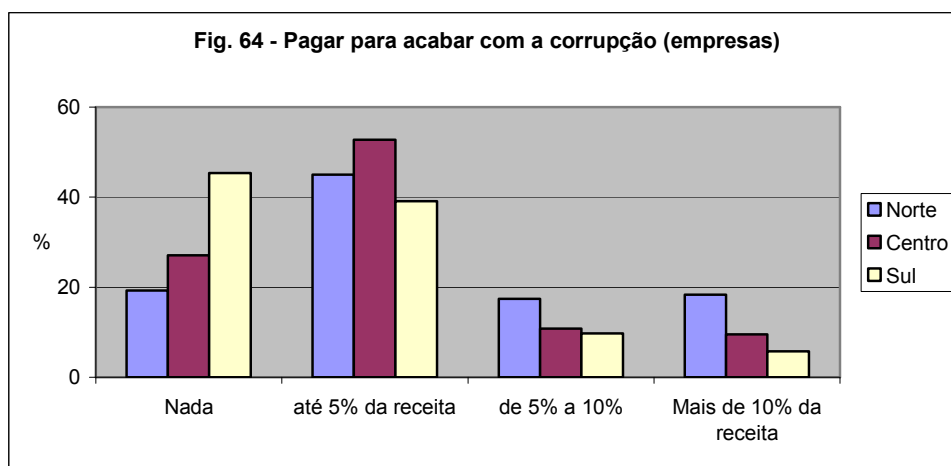
As empresas da região Norte são particularmente atingidas por este fenómeno,³⁶ o que reforça uma indicação que já aparecia no sentido da existência de uma “cobrança de imposto político” junto dos cidadãos na mesma região.

Como se pode observar nos dados apresentados na tabela 29.5 e na fig. 63, a gravidade da situação deste tipo de cobranças pode ser avaliada pelo facto de haver uma percentagem relativamente alta de empresas que declaram perder uma parte superior a 10% do seu volume de negócios em favor de partidos.

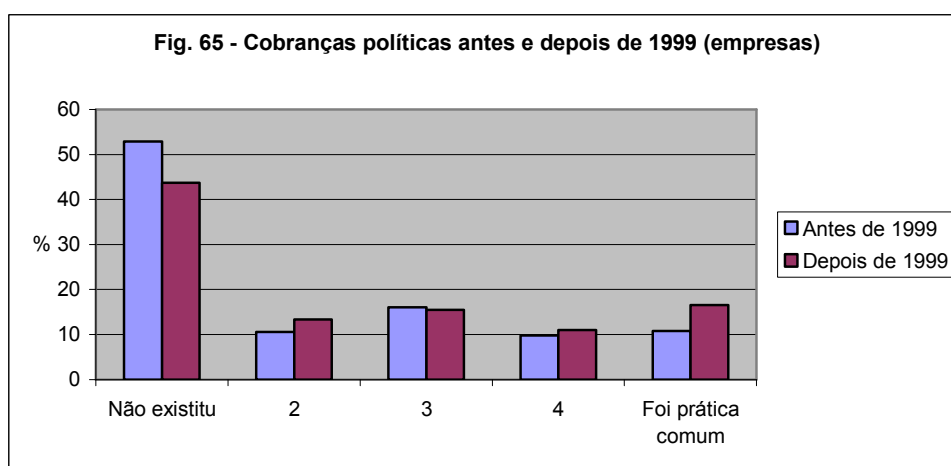


³⁶ Duas outras perguntas incluídas no questionário, mas colocando a mesma questão em relação às empresas em geral e não especificamente a inquirida dão os mesmos resultados (tabelas 29.9 e 29.10).

Em consonância com esta situação aparece a disponibilidade das empresas para sacrificarem uma parte das suas receitas para acabar com a corrupção (tabela 29.6 e fig. 64). São as empresas do Norte que manifestam a maior disposição de pagar para eliminar a corrupção (45% estariam dispostas a pagar até 5% das suas receitas e 18% mais de 10%). Embora numa escala mais modesta, as empresas do Centro são 53% dispostas a pagar até 5% e apenas 10% pagariam mais de 10% das suas receitas. Quanto às empresas do Sul, é de notar que se situam em todos os casos abaixo da média do que as empresas se dispõem a pagar.



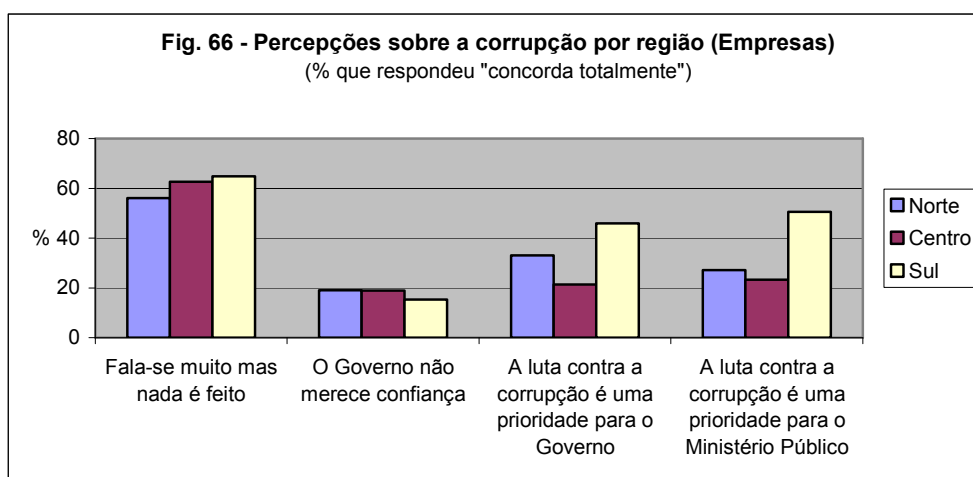
A disponibilidade das empresas para pagarem corresponde por outro lado ao sentimento que a cobrança política tem vindo a aumentar desde as últimas eleições gerais (tabelas 29.7 e 29.8), como se vê na fig. 65.



A principal razão porque as empresas doam fundos aos partidos (tabela 29.11) é para manterem boas relações (32%), seguindo-se a obtenção de vantagens económicas (22%). Na região Norte, a percentagem correspondente à manutenção de boas relações é a mais importante (41%), aparecendo as vantagens económicas a seguir com um valor bastante mais baixo (mas ainda superior à média nacional) de 27%.

Em geral, o sentimento predominante das empresas é que não há verdadeiramente um combate à corrupção (tabelas 30.1). De uma série de afirmações sobre diferentes aspectos relativos à corrupção e ao seu combate, a que maior concordância total recebeu foi a de que se “fala muito, mas não se faz nada” (62%). A segunda afirmação que recolheu mais apoio em termos de concordância total foi que “os políticos praticam a corrupção” (54%).

A análise das respostas por regiões (tabelas 30.2 a 30.4) mostra algumas tendências interessantes. Assim, por exemplo, o Sul, que é a região onde a afirmação de que se fala muito e não se faz nada recolhe maior concordância total, distingue-se das outras duas regiões pelo maior nível de discordância total (cerca do dobro do que se verifica nas duas outras regiões) na avaliação sobre a classe política, embora os valores percentuais dos que “concordam totalmente” seja muito bastante próximo em todas as regiões. Ao mesmo tempo, comparativamente, é no Sul onde há maior percentagem de concordância sobre as afirmações segundo as quais os homens de negócios e os cidadãos praticam a corrupção. Finalmente, não obstante não haver grandes variações regionais sobre a afirmação segundo a qual o governo não merece confiança, já sobre se a luta contra a corrupção é uma prioridade para o governo e para o Ministério Público, as respostas não deixam dúvidas. Como se pode ver na fig. 66, o Sul apresenta valores altos de concordância e no Centro e Norte observam-se valores bastante mais baixos.

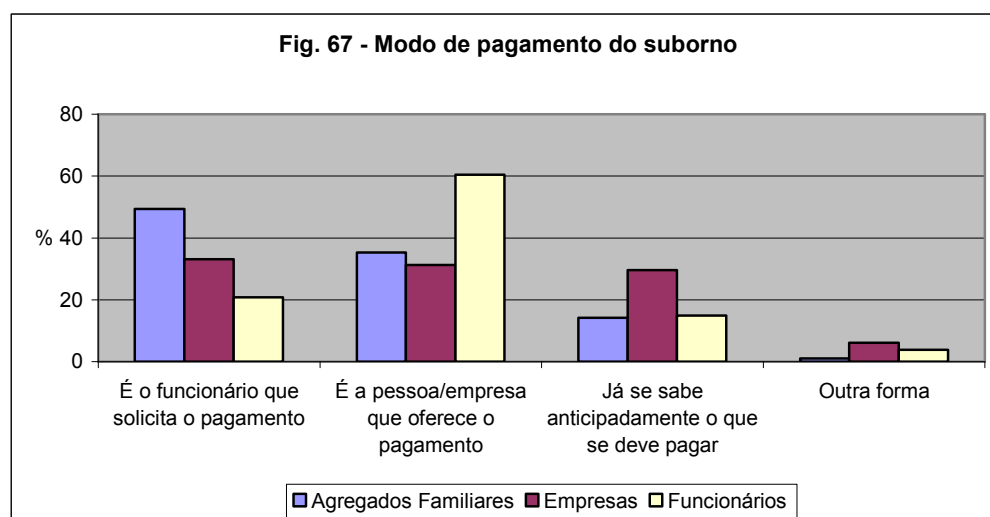


4.7. A visão dos funcionários sobre a corrupção

Os funcionários estão numa posição privilegiada para se pronunciarem sobre o fenómeno e as práticas da corrupção pública. A violação das regras dos concursos públicos nem sempre corresponde a práticas corruptas, mas tal é o caso por vezes e, sobretudo, permite que tal aconteça com maior facilidade. Ora, de acordo com os funcionários inquiridos, as exceções aos requisitos normalmente exigidos para os concursos públicos, embora aparentemente não sendo generalizadas, apenas 37% declararam que isso nunca acontecia, ocorrem com uma certa frequência. A tabela 31.1 mostra que 16% dos inquiridos declarou que havia desrespeito das regras dos concursos em cerca de metade das vezes (4%), em mais de metade das vezes (4%), ou sempre (8%).

Dos 70 funcionários que indicaram a percentagem dos contratos que envolviam gratificações (tabela 31.2), metade referiu até 10% dos contratos e metade dos restantes referiram que a percentagem de contratos envolvendo gratificações seria de 50% ou mais. Quanto à percentagem do valor do contrato que seria necessário pagar para ganhar o concurso, um terço dos 54 funcionários que responderam a esta questão com um valor referiu até 5%, um segundo terço disse ser entre 5% e 25% e o último terço apontou valores de 25% a 100%.

A visão dos funcionários sobre a situação que ocorre com mais frequência nos casos de pagamento de suborno é um pouco diferente da visão dos agregados familiares e das empresas. A fig 67 mostra que para os agregados familiares a situação mais comum é que o suborno seja solicitado pelos funcionários, que para as empresas há um equilíbrio entre as três principais modalidades indicadas e que para os funcionários são as pessoas e as empresas que tomam a iniciativa de propor o pagamento.

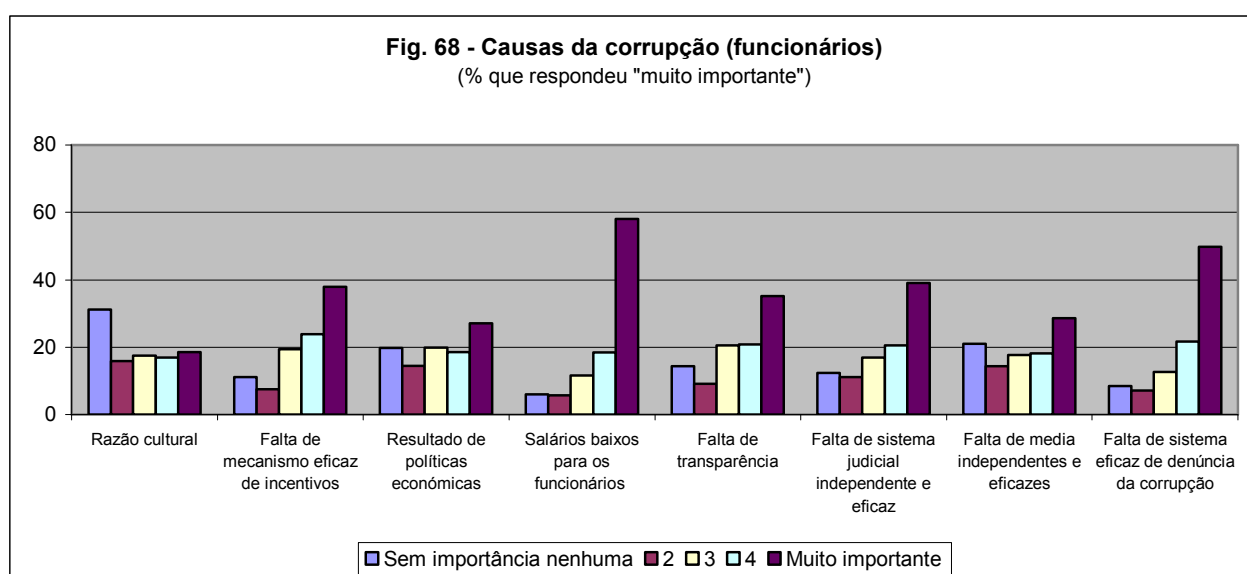


A maioria dos funcionários (61%) é de opinião que estes não recebem nada de subornos. Há no entanto, 14% que pensam que o salário oficial é acrescentado até 10% pelos subornos, 7% são de opinião que o acréscimo se situa entre 10% e 25% e 18% acham que o valor extra pode ir de 25% até 150% (tabela 31.3). De acordo com os dados apresentados na tabela 31.4, a percentagem do

valor do contrato normalmente exigida pelos funcionários com competência para celebrarem contratos com as empresas situa-se entre 1% e 10%. Enquanto as repostas que apontam estes valores correspondem a 32% dos inquiridos, apenas 18% disseram que a percentagem do valor do contrato cobrada como suborno era superior a 10% (8% indicaram um valor superior a 25% do contrato).

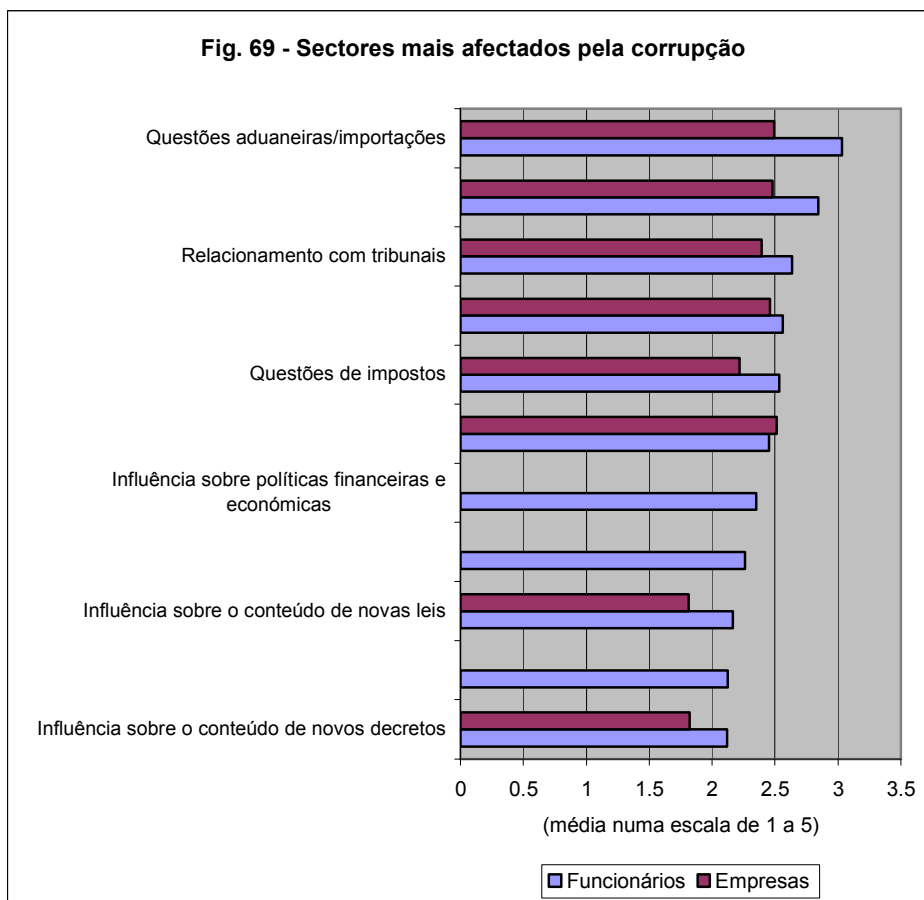
Os funcionários partilham a opinião dos outros grupos sobre a evolução negativa da corrupção nos últimos anos. Como se pode ver na tabela 31.5, a percentagem de funcionários que considerou o nível da corrupção no governo de Moçambique hoje “muito alto” (27,5%) é superior ao valor observado em relação ao período de “há mais de uma ano atrás” (21,9%).

Vistas na perspectiva dos funcionários (fig.68), as causas da corrupção (tabela 31.6) mais importantes são as que se relacionam com a baixa remuneração e a ausência de incentivos (58% e 38%, respectivamente), seguidas da ausência de um sistema eficaz de denúncia, reforçada pela falta de um sistema judicial independente e mais eficaz (50% e 39%, respectivamente).



Os sectores mais atingidos pelas práticas corruptas, na opinião dos funcionários, são principalmente (tabelas 31.7) os que tratam das questões aduaneiras e de importações (alfândegas) (63% de respostas nas categorias “frequentemente”, “a maior parte das vezes” e “sempre”) e os serviços que emitem licenças (56%). Imediatamente a seguir aparecem os tribunais (49%), seguidos dos contratos com o governo (47%) e dos impostos (45%). As empresas apresentam basicamente a mesma ordem (tabela 31.8), como se pode ver na fig. 69, onde são comparados³⁷ os valores médios das respostas dadas pelos dois grupos numa escala de 1 a 5.

³⁷ Em três das linhas as empresas não apresentam valores porque essas questões específicas não lhes foram colocadas.



É de sublinhar que a corrupção no sentido de influenciar o conteúdo de leis e outra regulamentação é a menos importante na opinião dos funcionários e que a diferença mais significativa entre funcionários e empresas é que estas últimas apresentam um valor mais elevado no caso do acesso aos serviços públicos.

4.8. Nota breve sobre os custos da corrupção

O fenómeno da corrupção tem efeitos negativos na vida económica do país na medida em que, ao criar um ambiente de negócios caracterizado pela incerteza, pode ser um forte desincentivo para o investimento, tanto nacional como estrangeiro. Por outro lado, há indicações que o seu impacto é diferenciado em termos de custos directos para as empresas e as famílias. Os dados disponíveis são insuficientes para uma análise profunda dos custos directos da corrupção, mas parecem indicar a tendência para um impacto relativamente mais importante sobre as famílias com menores rendimentos.

No caso das famílias, pode-se ver que, embora em termos absolutos a média do custo de suborno apurado pelo inquérito seja o mais baixo das três categorias consideradas (baixo, médio e alto rendimento), ele representa 11% de um salário de referência de 1 milhão de meticais, uma percentagem um pouco mais elevada que os 7% e 9% apurados respectivamente para os grupos de médio e alto rendimento.

	Baixo rendimento	Médio rendimento	Alto rendimento
Custo médio do suborno pago pelas famílias (Mt)	110 745	248 069	901 818
Custo médio do suborno como % de um salário de referência*	11.1%	7.1%	9.0%

* 1 000 000 Mt para o baixo rendimento, 3 500 000 Mt para o médio e 10 000 000 Mt para o alto.

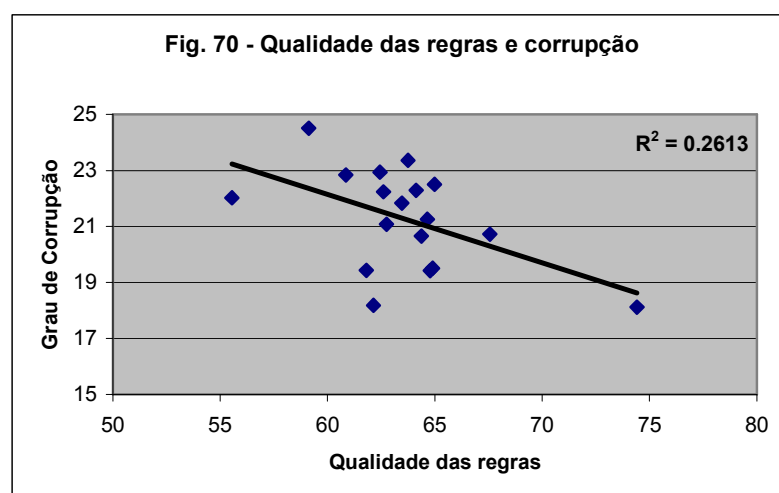
Uma das implicações desta situação é que a corrupção é, evidentemente, um dos obstáculos a ter em consideração na formulação de qualquer política de redução da pobreza.

5. GOVERNAÇÃO E CORRUPÇÃO

Este capítulo apresenta alguns dados sobre a relação entre a qualidade da governação e a corrupção, assim como os indicadores que dão uma visão de conjunto sobre cada uma destas dimensões no país, nas províncias e em 19 instituições onde foi realizado o inquérito.

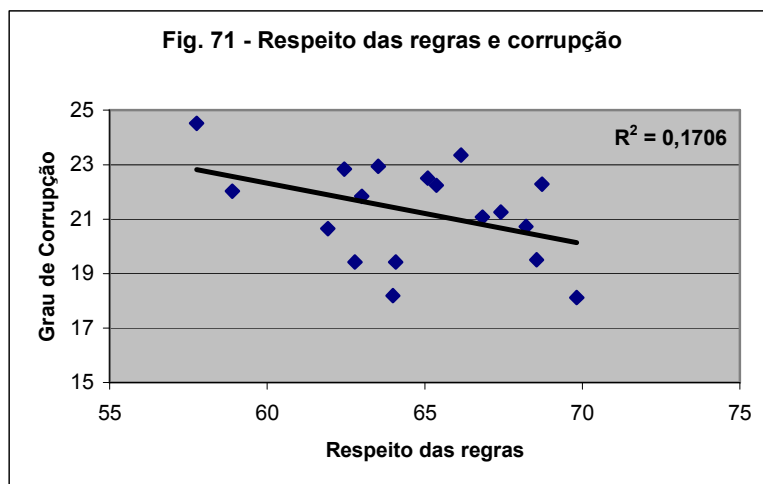
5.1. Relação entre governação e corrupção

Muito embora os valores encontrados não sejam muito elevados, existe uma correlação evidente entre a qualidade da governação (aqui considerada na base de uma série de variáveis construídas a partir do questionário aplicado aos funcionários públicos) e a corrupção.³⁸ A fig. 70 mostra, considerando as 19 instituições abrangidas pelo inquérito, que o grau de corrupção tende a ser menor quando a qualidade das regras é maior, isto é, quando as regras nos vários domínios, desde o recrutamento e a gestão do pessoal até à gestão do orçamento e dos contratos estão formalizadas por escrito, são claras e não exigem um número exagerado de procedimentos administrativos.

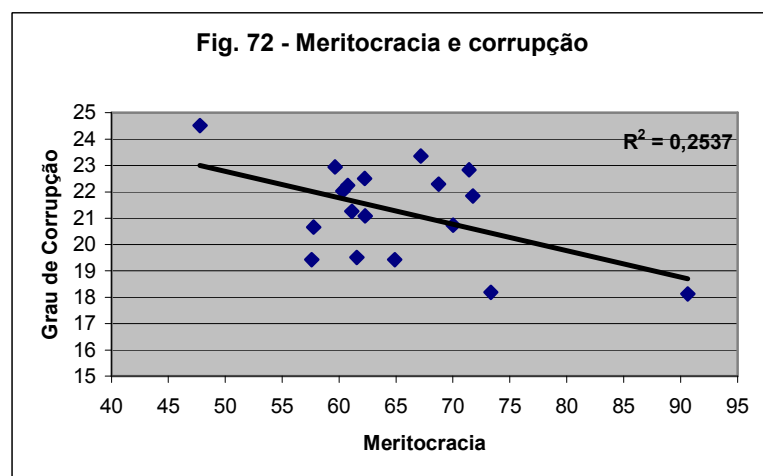


Se a qualidade das regras é importante e pode contribuir para diminuir a corrupção, o respeito das mesmas é também um aspecto essencial. A fig. 71 ilustra a correlação encontrada entre o respeito das regras e a corrupção.

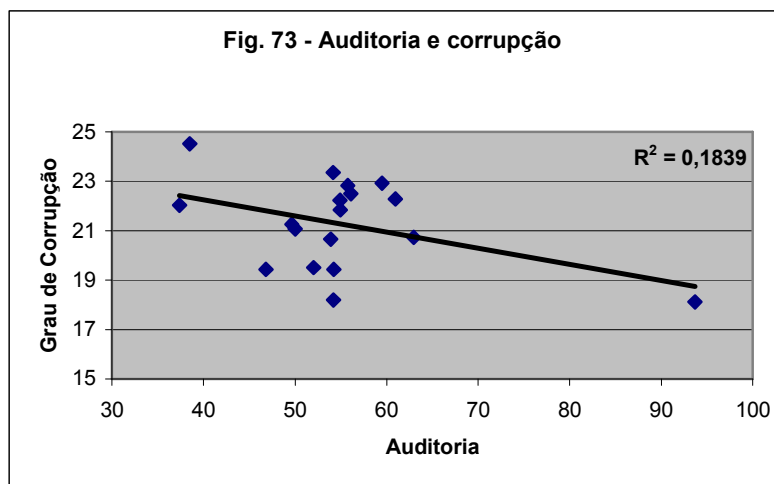
³⁸ Uma breve descrição do método usado e as perguntas usadas para a construção dos índices de governação e corrupção é apresentada no anexo 4.



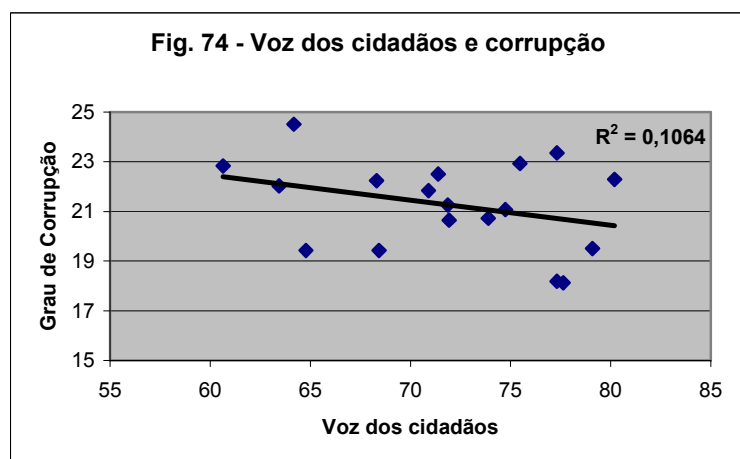
A segunda correlação mais forte observada foi entre a meritocracia e a corrupção (fig. 72). As instituições onde há uma boa qualidade do processo de recrutamento e gestão do pessoal tendem a registar menores índices de corrupção.



O controle das instituições pelos organismos de inspeção interna e externa é também um factor que pode contribuir para reduzir o nível de corrupção. A correlação encontrada entre a auditoria e a corrupção é a que consta da fig.73.



Finalmente, a fig. 74 mostra que também nas instituições onde os utentes têm mais capacidade de exprimir as suas necessidades e ver os seus interesses respeitados o índice de corrupção tende a ser ligeiramente mais baixo.



5.2. Indicadores de governação e corrupção por província e por instituição³⁹

O quadro 4 apresenta onze indicadores de governação calculados para cada uma das instituições listadas. A linha “total” dá o valor médio dos indicadores para o país e pode ser usada como referência para avaliar o desvio em cada caso. Para facilitar a leitura do quadro, foram assinaladas a verde as situações em que o indicador se situa pelo menos mais de dois pontos acima da média e a vermelho quando se situa pelo menos mais de dois pontos abaixo da média.

Uma leitura horizontal dá a ideia de conjunto sobre cada instituição. Assim, pode-se observar um contraste marcado entre as instituições melhor pontuadas, como o Tribunal Administrativo, o Banco de Moçambique ou o Ministério do Plano e Finanças, e as que têm pior pontuação, como o Ministério da Coordenação Ambiental, ou a Assembleia da República.⁴⁰

O quadro 4A apresenta os índices de corrupção encontrados para cada instituição, sendo de destacar a posição ocupada pelos Conselhos Municipais e pela Assembleia da República. Curiosamente, os tribunais judiciais figuram entre as instituições com menores índices de corrupção.

O quadro 5 apresenta doze indicadores de governação⁴¹ e os índices de corrupção calculados para cada uma das províncias. A sua leitura é semelhante à do quadro anterior. Foram neste caso assinalados a vermelho todos os casos em que o valor é dois pontos, ou mais, inferior à média nos indicadores de governação (excepto para a “politização”) e todos os casos em que o valor é dois pontos, ou mais, superior à média para os índices de corrupção.

³⁹ O modo de construção destes indicadores é apresentado no anexo 4.

⁴⁰ Deve-se aqui insistir na pouca fiabilidade destes resultados. Sublinhe-se que, para além de um óbvio enviesamento nas respostas nalgumas zonas do país (que afecta diferentemente os cálculos de cada instituição), nalguns casos o número de inquiridos na instituição foi muito reduzido, o que afecta a representatividade das respostas e a validade dos cálculos.

⁴¹ Foi aqui incluído o indicador “qualidade das regras”, que não aparece no quadro 4.

Quadro 4 - Indicadores de Governação por Instituição

	ACESSO*	AUDIT.	RESPEITO DAS REGRAS	RECURSOS	VOZ DOS CIDADÃOS	MERIT.	MISSÃO	POLITIZ.	SATISF. SALARIAL	ABERTURA	TRANSP.
Ministério do Interior	72	54	66	53	77	67	83	11	33	65	68
Ministério das Pescas	73	55	65	53	68	61	78	15	25	60	69
Ministério da Ind. e Comércio	59	52	69	49	79	62	84	11	29	61	70
Ministério da Coord. Ambiental	54	37	59	42	63	60	72	10	28	58	58
Ministério do Trabalho	75	54	62	51	72	58	83	10	29	64	67
Ministério do Plano e Finanças	56	63	68	63	74	70	79	8	41	73	73
Ministério das O. P. e Habitação	63	54	64	51	68	58	75	12	27	59	66
Ministério da Saúde	85	59	64	52	75	60	84	8	33	61	59
Ministério da Educação	74	55	63	48	71	72	80	9	27	64	66
Ministério dos R. M. e Energia	63	54	64	52	77	73	81	10	34	70	72
Ministério da Justiça	77	50	67	48	75	62	82	13	31	59	67
Ministério do E. S. C. e Tecnologia	64	56	62	52	61	71	70	38	27	63	71
Banco de Moçambique	50	94	70	71	78	91	88	13	81	72	94
Procuradoria da República	75	50	67	47	72	61	77	12	36	65	68
Tribunal Judicial	63	47	63	56	65	65	83	4	33	66	68
Tribunal Administrativo	75	61	69	66	80	69	83	10	58	70	83
Conselho Municipal	64	56	65	51	71	62	75	17	32	61	63
Assembleia da República	50	39	58	54	64	48	78	37	38	54	56
Total	70	54	65	52	73	64	80	11	32	63	66

* Os indicadores situam-se numa escala de 0 a 100. Quanto maior é o valor, melhor é o indicador de governação, excepto no caso do indicador "politização" que é um indicador negativo.

Quadro 4A - Indicadores de Corrupção por Instituição

	C GLOBAL*	C GERAL	C PESS	C ORÇ	C CONT
Ministério do Interior	23	42	22	8	14
Ministério das Pescas	22	45	30	3	10
Ministério da Indústria e Comércio	20	40	22	6	8
Procuradoria da República	21	42	23	6	11
Tribunal Judicial	19	40	22	5	8
Ministério da Coordenação Ambiental	22	41	25	5	13
Ministério do Trabalho	21	43	22	6	11
Ministério do Plano e Finanças	21	41	21	4	16
Ministério das Obras Públicas e Habitação	19	41	22	3	11
Conselho Municipal	23	47	26	8	11
Ministério da Saúde	23	44	22	4	18
Ministério da Educação	22	43	24	6	13
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	18	37	21	4	13
Ministério da Justiça	21	39	20	5	15
Assembleia da República	25	41	28	10	14
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	23	42	28	7	17
Banco de Moçambique	18	40	27	0	6
Tribunal Administrativo	22	37	19	18	15
Total	21	42	23	6	13

* Os indicadores situam-se numa escala de 0 a 100. Quanto maior for o valor, pior é o indicador de corrupção.

C GLOBAL = corrupção global; C GERAL = corrupção em geral; C PESS = corrupção na gestão do pessoal;

C ORÇ = corrupção na gestão do orçamento; C CONT = corrupção nos contratos públicos

Quadro 5 - Indicadores de governação e corrupção por província

	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cid. Maputo	Total
ACESSO*	75	74	66	76	65	84	72	69	66	70	63	70
AUDITORIA	69	58	57	59	58	69	60	43	43	41	51	54
TRANSPARÊNCIA	69	66	71	71	65	71	71	67	60	57	65	66
ABERTURA	74	65	63	66	64	73	67	69	50	53	62	63
SATISFAÇÃO SALARIAL	36	27	25	31	29	33	39	32	31	34	36	32
RESPEITO DAS REGRAS	72	67	68	67	64	68	66	65	61	59	61	65
QUALIDADE DAS REGRAS	66	61	66	66	60	67	65	63	62	60	63	64
RECURSOS	49	45	61	46	46	48	54	51	56	50	54	52
VOZ DOS CIDADÃOS	72	77	72	73	69	80	70	76	71	73	70	73
MERITOCRACIA	71	62	64	62	58	68	62	69	64	58	68	64
MISSÃO	87	79	77	81	87	94	84	76	81	77	76	80
POLITIZAÇÃO	7	5	14	4	14	4	8	10	12	16	18	11
C GLOBAL	19	17	21	18	21	20	23	20	19	25	25	21
C GERAL	39	37	42	39	41	42	48	41	39	44	46	42
C PESS	18	18	23	20	24	19	25	19	17	30	27	23
C ORÇ	4	3	3	3	4	2	6	4	5	10	10	6
C CONT	12	10	11	10	13	13	14	12	15	15	16	13

* Os indicadores situam-se numa escala de 0 a 100. Quanto maior é o valor, melhor é o indicador de governação, com excepção da politização que é um indicador negativo. No caso dos indicadores de corrupção, quanto maior é o valor, pior é o indicador.

6. CONCLUSÕES

O fraco desempenho dos serviços públicos e a corrupção são problemas que afectam os cidadãos e as empresas, embora não ocupem a primeira linha das suas preocupações. A diferença de avaliação que o relatório permitiu identificar entre as zonas rurais e urbanas mostrou que existem dois problemas distintos. Por um lado, para os cidadãos que vivem nas áreas rurais a prioridade é dispor e ter acesso aos serviços públicos; por outro lado, para os cidadãos das áreas urbanas a questão da qualidade dos serviços e da corrupção assume uma dimensão mais importante.

O funcionamento interno das instituições revela algumas fraquezas em termos de transparência dos processos e respeito das regras no recrutamento e gestão do pessoal, acompanhadas de uma centralização das decisões que reduz o campo de participação e responsabilização dos funcionários na vida das suas instituições. Do ponto de vista das remunerações, que são pouco motivadoras no sector público, o seu impacto parece concentrar-se mais no seio do grupo que mais facilmente encontra alternativas no mercado de trabalho, os técnicos, ou seja, aqueles que têm maior tendência para abandonar o sector. Esta situação tende a enfraquecer a capacidade e qualidade dos serviços públicos. Por outro lado, muitos funcionários recorrem a actividades extras para complementar o salário. Ora, mesmo excluindo a hipótese de que um dos recursos usados para complementar o salário seja a cobrança ilícita pela prestação de serviços, o simples facto dos funcionários desenvolverem outras actividades de rendimento para complementar o salário não pode deixar de influenciar negativamente no desempenho das suas tarefas normais.

A gestão dos orçamentos e contratos públicos é outra área em que se manifesta a fraqueza do sector público, registando casos de desrespeito das regras estabelecidas. Os orçamentos são frequentemente ultrapassados na linha de aquisição de bens e serviços, o que denota a fraqueza dos recursos disponíveis para o normal funcionamento das instituições, mas ao mesmo tempo, dada a fraqueza dos mecanismos de monitoria e controle das despesas, tende a alimentar a corrupção, nomeadamente através do sistema de comissões. O desrespeito das regras dos concursos públicos foi também assinalado como uma prática relativamente corrente por uma parte dos inquiridos.

A melhoria do funcionamento dos serviços públicos, na opinião dos próprios funcionários, passa em primeiro lugar por uma melhor capacidade de detectar e punir os casos de corrupção. mas outros aspectos como uma melhor formação do pessoal, melhor equipamento e mais recursos orçamentais são também decisivos. A questão salarial e de ligação da remuneração ao desempenho ocupa um segundo plano, o que indica uma consciência das insuficiências básicas que caracterizam a maior parte das instituições do sector público.

No conjunto do sector público, é a área da polícia e justiça (procuradoria e tribunais) que oferece a pior imagem. A polícia e os tribunais destacam-se entre os sectores com pior qualidade de serviço. No caso dos tribunais, à falta de independência do sistema judicial

em relação ao governo, juntam-se ainda na opinião dos inquiridos outros problemas como a corrupção, a morosidade e complexidade dos processos e a não aplicação das decisões. Para as empresas, não só o sector da justiça é problemático, mas também a falta de atenção por parte do governo às suas preocupações e problemas.

Cabe aqui destacar a opinião dominante nos três grupos de inquiridos sobre a grande influência - e uso em benefício próprio - que os dirigentes políticos, traficantes de droga e empresas multinacionais teriam sobre o Estado. Em paralelo, o financiamento político aparece como um problema de primeiro plano para as empresas e para alguns cidadãos, com incidência particular na zona Norte do país. Isto faz com que o Estado apareça como o instrumento de um grupo que se aproveita da posição que ocupa para tirar proveito pessoal.

O inquérito mostrou que prevalece o sentimento que a corrupção tem aumentado nos últimos anos, que o problema mais destacado no que respeita à denúncia de actos de corrupção é a falta de protecção e que no combate contra a corrupção as instituições públicas para isso vocacionadas têm um papel reduzido, apenas se destacando os *media*.

À luz dos resultados do inquérito, a par dos esforços de reforma do sector público em geral, a primeira prioridade numa estratégia de combate sistemático à corrupção deveria ser a construção de um sistema judicial independente, qualificado e eficiente.

7. REFERÊNCIAS

Assembleia da República e PNUD, 2003: Forum sobre Transparência e Corrupção: Responsabilização e Transparência – Instrumentos e Estratégias no Combate à Corrupção. Maputo, Programa PNUD de Apoio ao Sector da Justiça.

Berlin University of Technology / German Technical Cooperation Agency: 2004 (?). Inhambane Investment Climate Survey – Results and Suggestions.

D. Kaufmann, Aart Kraay & Pablo Zoido-Lobaton, 1999: Aggregating Governance Indicators. (<http://www.worldbank.org/wbi/governance>).

D. Kaufmann, F. Recanatini & S. Biletsky, 2002: Assessing Governance: Diagnostic Tools and Applied Methods for Capacity Building and Action Learning. (<http://www.worldbank.org/wbi/governance>).

Diane Eames & Alain Thery, 2002: Assessment of Corruption and Red Tape as Barriers to Trade and Investment in Mozambique – Final Report. USAID.

Ética Moçambique, 2001: Estudo sobre Corrupção – Moçambique 2001. Maputo, Ética Moçambique.

J. S. Hellman, G. Jones, D. Kaufmann & M. Schankerman, 2000: Measuring governance, corruption and state capture – How Firms and Bureaucrats Shape the Business Environment in Transition Economies. (<http://www.worldbank.org/wbi/governance>).

ANEXO 1 – DESENHO DA AMOSTRA DOS AGREGADOS FAMILIARES⁴²

1. Introdução

A amostra do *Inquérito da AustralCI-2003 (Agregados Familiares)* vai ser uma sub-amostra da Amostra Mãe que é baseada no RGPH 1997. A Amostra Mãe foi desenhada para servir o programa de inquéritos nacionais de agregados durante o período intercensal.

Aqui se descreve, em resumo, os aspectos mais importantes da metodologia da Amostra Mãe. O desenho de amostragem foi estratificado, com três estágios de selecção. A unidade primária de amostragem (UPA) é definida como um conjunto de áreas de enumeração adjacentes, que contêm entre 400 e 600 agregados na área urbana, e entre 400 e 500 agregados na área rural. A unidade secundária de amostragem (USA) é a área de enumeração (AE) delimitada para o RGPH 1997, que contêm entre 120 e 150 agregados na área urbana e entre 80 e 100 agregados na área rural. A USA corresponde ao cargo de trabalho de um recenseador. O tamanho da AE é prático para fazer uma listagem de agregados familiares. A actualização da base de amostragem é feita através de uma nova operação de listagem de agregados familiares dentro das AEs seleccionadas. Todos os agregados familiares dentro dos limites das AEs amostrais serão listados e a listagem vai ser usada para a selecção de agregados familiares no último estágio de amostragem.

O primeiro nível de estratificação da Amostra Mãe é por província, urbano e rural. Dentro da área urbana de cada província, o marco também é estratificado por cidades capitais, cidades com mais de 20,000 agregados familiares e resto urbano. No caso de Maputo Cidade, capitais provinciais e cidades grandes, também foram definidos sub-estratos sócio-económicos, baseado nos dados do RGPH 1997 para características da habitação e educação. Em Maputo Cidade, as UPAs foram classificadas em quatro estratos sócio-económicos explícitos e nas outras cidades se ordenou as UPAs por grupo sócio-económico para obter uma estratificação implícita com a selecção sistemática. No estrato resto urbano de cada província, as UPAs foram ordenadas por tamanho das cidades/vilas e a localização geográfica. Para a área rural dentro de cada província, se formaram sub-estratos por zona agro-climática.

Um total de 1,510 UPAs foram seleccionadas para a Amostra Mãe: 750 urbanas e 760 rurais. Quadro 1 apresenta a atribuição destas UPAs segundo província e área. Dentro de cada estrato explícito, as UPAs foram seleccionadas sistematicamente com probabilidade

⁴² Esta é uma versão reduzida do desenho amostral produzido em Novembro de 2003 para a Austral Consultoria e Projectos, Lda. por Carlos Creva Singano e Basílio Sozinho Cubula, ambos técnicos do Departamento de Métodos e Amostragem, Direcção de Censos e Inquéritos do Instituto Nacional de Estatística.

proporcional ao tamanho (PPT), usando como medida de tamanho o número de agregados recenseados dentro da UPA.

Quadro 1. Atribuição Proporcional Modificada das UPAs

Província	TOTAL		URBANO		RURAL	
	Amostra mãe inteira	Cada sub-amostra nacional	Amostra mãe inteira	Cada sub-amostra nacional	Amostra mãe inteira	Cada sub-amostra nacional
Niassa	80	8	40	4	40	4
Cabo Delgado	120	12	40	4	80	8
Nampula	300	30	130	13	170	17
Zambêzia	240	24	70	7	170	17
Tete	100	10	40	4	60	6
Manica	80	8	40	4	40	4
Sofala	130	13	80	8	50	5
Inhambane	100	10	40	4	60	6
Gaza	90	9	40	4	50	5
Maputo	–	120	80	8	40	4
Província						
Todas províncias	1360	136	600	60	760	76
Maputo – Cidade	150	15	150	15		
Moçambique	1510	151	750	75	760	76

Atribuição fixa para domínios urbano e rural, e Cidade de Maputo; quase-proporcional para as províncias.
1) modificada para garantir mínimo de 40 UPAs em cada subdomínio reatribuindo o resto proporcionalmente, e
2) arredondada a múltiplos de 10 para permitir a subdivisão da amostra em 10 sub-amostras nacionais.

2. Desenho da Amostra para Inquérito da Austral

Como se indicou antes, o desenho da amostra para o *Inquérito da AustralCI* vai ser baseado na Amostra Mãe. Por isso a definição de unidades de amostragem e a metodologia de estratificação são os mesmos que se usaram para elaborar a Amostra Mãe. Para determinar o tamanho e atribuição da sub-amostra que se deve seleccionar da Amostra Mãe, é necessário tomar em conta os objectivos do *Inquérito da AustralCI* e os recursos financeiros disponíveis que suportam um total de 2.500 agregados familiares.

2.1. Universo e Marco de Amostragem

Como no caso da Amostra Mãe, o universo definido para o *Inquérito da AustralCI* abrange todos os agregados familiares individuais e seus membros correspondentes, no território de Moçambique. Estão excluídos do universo alvo os residentes das habitações colectivas e os sem casa, os quais representam juntos apenas 0.35% da população total do país.

A Amostra Mãe (de 1,510 UPAs) foi desenhada de forma eficiente para servir a vários inquéritos nacionais de tipo demográfico e sócio-económico. Esta amostra é representativa ao nível nacional, provincial e segundo área urbana e rural.

2.2. Estratificação

Para seleccionar uma sub-amostra da Amostra Mãe, é necessário respeitar os estratos originais definidos para a base da Amostra Mãe, descritos na Secção 3. As UPAs na Amostra Mãe foram seleccionadas independentemente dentro de cada estrato explícito. Para os estratos urbanos dentro de cada província (cidades grandes, resto urbano e grupos sócio-económicos no caso de Maputo Cidade), as UPAs a serem seleccionadas na sub-amostra foram atribuídas proporcionalmente ao tamanho (número de agregados) de cada estrato. Neste caso a sub-amostra de UPAs foi seleccionada independentemente em cada sub-estrato.

Para a área rural dentro de cada província, existem vários sub-estratos agro-climáticos com poucas UPAs na Amostra Mãe (por exemplo, 2). Neste caso não seria praticável atribuir as UPAs para a sub-amostra do *Inquérito da AustralCI* proporcionalmente ao tamanho, dado que o número de UPAs amostrais atribuídas a alguns estratos pode ser menos de dois. Por esta razão, se recomenda ordenar as UPAs rurais da Amostra Mãe dentro de cada província primeiro por zona agro-climática e segundo geograficamente, e fazer uma selecção sistemática para toda a parte rural da província. Isso vai evitar a necessidade de atribuir a amostra entre todos os sub-estratos rurais e vai converter a estratificação explícita por zona agro-climática da Amostra Mãe em uma estratificação implícita. Dado que a sub-amostra vai ser seleccionada sistematicamente, este procedimento vai automaticamente resultar em uma atribuição proporcional da amostra entre os sub-estratos.

No marco para a Amostra Mãe as UPAs dentro de cada estrato explícito foram ordenados por vários critérios para proporcionar uma estratificação implícita quando as UPAs são seleccionadas sistematicamente. No caso das cidades grandes com excepção de Maputo Cidade, as UPAs foram ordenadas primeiro por código sócio-económico, e segundo de forma geográfica. Para o resto urbano, as UPAs foram ordenadas por tamanho da cidade/vila, e logo geograficamente. As UPAs rurais dentro de cada zona agro-climática também foram ordenadas de forma geográfica. Para a selecção sistemática da sub-amostra de UPAs dentro de cada estrato para o *Inquérito da AustralCI*, é importante preservar a ordem original da selecção da Amostra Mãe, para manter a estratificação implícita.

2.3. Tamanho e Atribuição da Amostra

Em geral, o tamanho da amostra depende do nível de precisão requerido para as estimativas mais importantes do inquérito para cada domínio. O erro amostral e coeficiente de variação tem uma relação inversa ao tamanho da amostra. Ao mesmo tempo, um tamanho de amostra muito grande é mais difícil de controlar e pode aumentar os erros não amostrais. A exactidão das estimativas do inquérito dependem de ambos tipos de erros. Então é importante que o tamanho da amostra seja prático de manejar, e que haja um bom sistema de controle de qualidade em todas as operações do inquérito.

O tamanho máximo da amostra é limitado pelo orçamento do Inquérito da AustralC1 2003, que foi estimado supondo uma amostra total de aproximadamente 2.500 agregados familiares. Estatisticamente, como a maior parte das estimativas deste inquérito

apresentam-se na forma de proporção, pode considerar-se $n = \left(\frac{z_{1-\frac{\alpha}{2}}}{2d} \right)^2$ como a dimensão

da amostra suficiente (por vezes mais do que suficiente) para conseguir a precisão e o nível de confiança desejados. Neste caso, dispensa-se a estimação da variância, $\sigma^2 = p(1-p)$ e atribui-lhe o valor de $\frac{1}{4}$, ou seja, o valor máximo que pode assumir.

Assim, para $p(1-p) = \frac{1}{4}$, obtém-se a expressão:

$$n = \frac{z_{1-\frac{\alpha}{2}}^2 \times \frac{1}{4d^2}}{1 + z_{1-\frac{\alpha}{2}}^2 \times \frac{1}{4d^2 N}} \Rightarrow n = \frac{z_{1-\frac{\alpha}{2}}^2 \times \frac{1}{d^2}}{4 + z_{1-\frac{\alpha}{2}}^2 \times \frac{1}{d^2 N}}$$

Estas duas fórmulas diferem-se apenas na utilização de N (tamanho da população alvo – agregados familiares⁴³) mas os resultados são muito próximos. Utilizando a 1ª fórmula

$n = \left(\frac{z_{1-\frac{\alpha}{2}}}{2d} \right)^2$, para $z = 1.96$ para 95% de confiança; $d = 0.02$ de precisão absoluta, temos n

$= 2,400$ agregados familiares (aproximadamente igual a 2.500)⁴⁴. Este tamanho é aproximadamente igual ao apresentado pela Instituição dona do Inquérito.

Também temos que tomar em conta os recursos humanos para o trabalho do campo a nível de cada província. Ao mesmo tempo queremos assegurar uma precisão razoável para cada domínio de análise.

Estudos realizados em outros países indicam que para um inquérito de opinião como o Inquérito da AustralC1 2003, o número óptimo de agregados familiares a seleccionar por segmento (como, por exemplo, a AE) é geralmente entre 8 e 25. E, tendo em conta somente critérios de eficiência Estatística, o número de agregados seleccionados por conglomerado rural pode ser igual ou um pouco menor que o tamanho médio urbano. No

⁴³ De acordo com o IAF2002-03, existem no país cerca de 3.800.000 agregados familiares.

⁴⁴ Este tamanho (de 2.400 A.F. é um tamanho calculado para um domínio como a província). Mas, a experiência mostra que as fórmulas matemáticas resultam em tamanho suficientemente grande e tendo em conta o carácter do Inquérito (Opinião), a representatividade do tamanho de 2.500 A.F. (mínimo de 180 A.F. e máximo de 420 A.F. por província) passa necessariamente pela utilização de técnicas de amostragem apropriadas como a estratificação e efeito de conglomeração na alocação da amostra pelos diversos estratos amostrais.

caso deste inquérito, e tendo em conta a taxa de substituição⁴⁵ e coeficientes de correlação intraclasse⁴⁶, o número de agregados a seleccionar numa AE urbana e rural deve ser similar. Assim, em cada AE deve-se seleccionar 15 AF.

Também é necessário tomar em conta que para alguns agregados não vai ser possível completar as entrevistas. Para evitar uma redução no tamanho da amostra efectiva, recomenda-se seleccionar três agregados de reserva dentro de cada AE amostral. Esta selecção deve ser aleatória, e feita antes de começar o inquérito, para evitar uma tendência do inquiridor em viciar a selecção do agregado familiar. Somente o supervisor deve substituir um agregado seleccionado que não pode ser entrevistado, depois de um maior esforço para fazer a entrevista no agregado seleccionado original. Os agregados de reserva podem ser seleccionados ao mesmo tempo que os agregados amostrais.

Para determinar uma atribuição aproximadamente óptima para as AEs amostrais entre o estrato urbano e rural dentro de cada província, é necessário tomar em conta a diferença de custos do trabalho de campo e a variação nas características mais importantes para estes estratos. Em geral, os custos são mais altos no estrato rural e a variabilidade de opiniões entre os agregados familiares é mais elevado no estrato urbano. O coeficiente de correlação intraclasse nas AEs urbanas ronda -0.5 à -1 (com a excepção das AEs das UPAs da Cidade de Maputo para estrato sócio-económico 04), isto é, próximo de -1 , mostrando a heterogeneidade ente os agregados familiares enquanto nas AEs rurais, o coeficiente de correlação intraclasse é de 0.5 à 1 , isto é, existem muita homogeneidade ente as unidades para várias características demográficas e sócio-económicos dos agregados familiares.

Primeiro examinamos uma atribuição proporcional das AEs amostrais dentro de cada província. Dado que tanto nos conglomerados urbanos como nos rurais vamos seleccionar 15 agregados familiares cada, a taxa de amostragem final para os agregados amostrais urbanos seria de 22% contra 78% para os agregados amostrais rurais, o que não é eficiente muito menos razoável, pois, como dissemos atrás, a variabilidade de opiniões é mais elevada nos conglomerados urbanos que nos rurais. O Quadro 3 apresenta a distribuição proporcional dos agregados entre urbano e rural para cada província, baseada nos dados do RGPH 1997.

⁴⁵ A taxa de substituição é de cerca de 20% nas AEs urbanas e 15% nas rurais.

⁴⁶ O coeficiente de correlação intraclasse mede o grau de homogeneidade (ou heterogeneidade) das unidades elementares (com relações a certas variáveis) dentro dos conglomerados ou AEs.

Quadro 2. Distribuição de Agregados segundo Província e Área, RGPH97

Províncias	Total de Agregados, RGPH97					
	Total		Urbano		Rural	
	Nº de Agregados	Nº de Agregados	% dentro da Província	Nº de Agregados	% dentro da Província	
MOÇAMBIQUE	3,634,562	956,896	26,3	2,677,666	73,7	
Niassa	189925	38558	20.3	151367	79.7	
Cabo Delgado	336497	49994	14.9	286503	85.1	
Nampula	794431	182556	23.0	611875	77.0	
Zambézia	726298	99977	13.8	626321	86.2	
Tete	267986	35749	13.3	232237	86.7	
Manica	202203	53764	26.6	148439	73.4	
Sofala	275792	111249	40.3	164543	59.7	
Inhambane	259444	52011	20.0	207433	80.0	
Gaza	228297	53384	23.4	174913	76.6	
Map. Província	174887	100852	57.7	74035	42.3	
Maputo Cidade	178802	178802	100.0	-	-	

A atribuição proporcional das AEs amostrais entre os estratos urbano e rural para cada província está apresentada no Quadro 3.

Quadro 3. Atribuição Proporcional de Áreas de Enumeração dentro de cada Província – Inquérito da AustralC1 2003

Províncias	Total		Urbano		Rural	
	AE Selec.	Agregados	AE Selec.	Agregados	AE Selec.	Agregados
MOÇAMBIQUE	167	2.760	36	645	122	2.115
Niassa	09	135	02	30	07	105
Cabo Delgado	15	225	02	30	13	195
Nampula	36	540	08	120	28	420
Zambézia	33	510	05	75	29	435
Tete	12	210	02	30	11	180
Manica	09	165	02	30	07	135
Sofala	13	270	05	75	08	195
Inhambane	12	210	02	30	10	180
Gaza	10	180	02	30	08	150
Map. Província	08	195	05	75	03	120
Maputo Cidade	08	120	08	120	-	-

Incluindo a Cidade de Maputo, a taxa de amostragem seria de 26% para o estrato urbano contra 74% para o Rural, o que ainda não é suficiente para representar fielmente o estrato urbano.

Comparando o número de AEs amostrais atribuída proporcionalmente ao estrato urbano de cada província (do Quadro 3) com o número de UPAs rurais, conclui-se que o estrato urbano no geral e, em particular de cada província está sub-amostrado. Experiência de outros países em inquéritos de opinião como este, sugerem um mínimo de 180 agregados

familiares distribuídos proporcionalmente entre os estratos com mais variabilidade e os com menos. Assim, tendo em conta esta afixação amostral por domínio, a amostra foi ajustada (Quadro 4). O número total de agregados familiares na amostra vai depender de como se atribui as AEs amostrais entre os estratos urbano e rural dentro de cada província.

Quadro 4. Atribuição Ajustada para a Amostra de Áreas de Enumeração e Agregados segundo Província e Área – Inquérito da AustralC1 2003

Províncias	Total		Urbano		Rural	
	AE Selec.	Agregados Selec.	AE Selec.	Agregados Selec.	AE Selec.	Agregados Selec.
MOÇAMBIQUE	165	2475	82	1225	83	1250
Niassa	12	180	6	90	6	90
Cabo Delgado	12	180	4	60	8	120
Nampula	28	420	12	182	16	238
Zambézia	24	360	7	105	17	255
Tete	12	180	5	72	7	108
Manica	12	180	6	90	6	90
Sofala	14	210	9	129	5	81
Inhambane	12	180	5	72	7	108
Gaza	12	180	5	80	7	100
Map. Província	12	180	8	120	4	60
Total Províncias	150	2.250	67	1000	83	1250
Maputo Cidade	15	225	15	225	-	-

No caso das áreas urbanas em cada província, as AEs amostrais especificadas no Quadro 4 foram atribuídas proporcionalmente entre os sub-estratos urbanos, como indicado no Quadro 5.

Quadro 5. Atribuição das UPAs Amostrais para o IAF 2002 aos Sub-Estratos Urbanos nas Províncias

Código Domínio/ Estrato	Província/Estrato	Agregados Urbanos Marco	UPAs Urbanas Marco	Atribuição UPAs na Amostra Mãe	Atribuição UPAs para InACP03
01 1	NIASSA – URBANA	38,558	76	40	6
01 1 01	Cidade capital – Lichinga	17,824	33	18	2
01 1 99	Resto urbano	20,734	43	22	4
02 1	CABO DELGADO – URBANA	49,994	97	40	4
02 1 01	Cidade capital – Pemba	16,850	34	13	1
02 1 99	Resto urbano	33,144	63	27	3
03 1	NAMPULA – URBANA	182,556	384	130	12
03 1 01	Cidade capital – Cidade de Nampula	66,841	166	48	3
03 1 02	Cidade de 20.000+ agregados – Nacala-Porto	37,391	70	27	3
03 1 03	Cidade de 20.000+ agregados – Angoche	20,425	38	14	2
03 1 99	Resto urbano	57,899	110	41	4
04 1	ZAMBEZIA – URBANA	99,977	197	70	7
04 1 01	Cidade capital – Quelimane	31,192	59	22	2
04 1 02	Cidade de 20.000+ agregados – Mocuba	24,792	49	17	2
04 1 03	Cidade de 20.000+ agregados – Gurue	23,008	51	16	1
04 1 99	Resto urbano	20,985	38	15	2
05 1	TETE – URBANA	35,749	70	40	5
05 1 01	Cidade capital – Cidade de Tete	21,993	39	25	3
05 1 99	Resto urbano	13,756	31	15	2
06 1	MANICA – URBANA	53,764	114	40	6
06 1 01	Cidade capital – Chimoio	33,022	73	25	4
06 1 99	Resto urbano	20,742	41	15	2
07 1	SOFALA – URBANA	111,249	214	80	9
07 1 01	Cidade capital – Beira	82,394	154	59	7
07 1 99	Resto urbano	28,855	60	21	2
08 1	INHAMBANE – URBANA	52,011	100	40	5
08 1 01	Cidade capital – Cidade de Inhambane	12,696	24	10	1
08 1 02	Cidade de 20.000+ agregados – Maxixe	22,617	42	17	2
08 1 99	Resto urbano	16,698	34	13	2
09 1	GAZA – URBANA	53,384	107	40	5
09 1 01	Cidade capital – Xai-Xai	19,599	38	15	2
09 1 99	Resto urbano	33,785	69	25	3
10 1	PROVINCIA DE MAPUTO – URBANA	100,852	195	80	8
10 1 01	Cidade capital – Matola	82,883	159	66	7
10 1 99	Resto urbano	17,969	36	14	1
11 1	CIDADE DE MAPUTO	178,802	348	150	15
11 1 01	Nível sócio-económico 1 (baixo)	46,669	88	39	4
11 1 02	Nível sócio-económico 2 (médio baixo)	42,537	82	36	3
11 1 03	Nível sócio-económico 3 (médio alto)	52,187	101	44	5
11 1 04	Nível sócio-económico 4 (alto)	37,409	77	31	3

2.4. Procedimentos de Selecção da Sub-Amostra de UPAs

As UPAs dentro de cada sub-estrato urbano e rural de cada província⁴⁷ foram seleccionadas com probabilidade proporcional ao tamanho de agregados familiares do Censo97. Para fazer esta selecção, usou-se os seguintes passos:

(1) Ordenar por código geográfico (Ordem crescente) as UPAs amostrais de cada sub-estrato urbano ou rural de cada província. A selecção de UPAs é independente em cada sub-estrato urbano ou rural de cada província.

(2) Acumular as medidas de tamanho (número de agregados na UPA) ao longo da lista ordenada de UPAs. A última medida acumulada de tamanho será o número total de agregados no Sub-estrato amostral (M_{hi}).

(2) Para obter o intervalo de amostragem para o sub-estrato h (I_h), dividir o número de agregados familiares dado sub-estrato por número de UPAs a serem seleccionadas na sub-amostra para o Inquérito da AustralC1-2003, conforme a atribuição feita Na tabela5 e 6. Nenhum caso em que $n_{03h} = n_h$, ou seja, em nenhum caso todas as UPAs do sub-estrato foram seleccionadas.

(4) Escolher um número aleatório (A_{hi}) entre 0 e I_h . Este nº corresponde a 1ª UPA elegida dentro do estrato. As UPAs seguintes obtêm-se adicionando o tamanho de agregados familiares da UPA anterior seleccionada com o intervalo de amostragem.

Estes passos foram seguidos usando uma folha electrónica de Excel para seleccionar as 165 UPAs com Probabilidade Proporcional ao Tamanho dentro de cada sub-estrato amostral urbano ou rural para o Inquérito da AustralC1-2003.

2.5. Procedimentos de Selecção de AEs

Para a selecção da AE dentro de cada UPA amostral, quando possível deve-se usar o marco actualizado de AEs para a UPA. Dentro de cada UPA na sub-amostra do Inquérito da AustralC1- 2003, vai-se seleccionar uma AE com probabilidades iguais usando os seguintes passos:

(1) Ordenar por código geográfico as AEs amostrais da UPA.

(2) Para obter o intervalo de amostragem para AE (i_h), dividir o número de agregados da UPA para o estrato h (n_h) por número de AEs a serem seleccionadas na UPA para o Inquérito da AustralC1- 2003. Neste caso a divisão é por um pois, apenas uma AE é seleccionada em cada UPA amostral.

⁴⁷ O estrato rural de cada província foi considerado como um e único após uma ordenação das UPAs por código geográfico dos distrito pois, no estrato rural existem muitos sub-estratos com uma ou duas UPAs para os quais não é aconselhável aplicar PPT.

(3) Escolher um número aleatório (A_h) entre 0 e I_h . A AE seleccionada fica identificada pelo número de selecção seguinte:

$$S_{hi} = A_h + [I_h \times (i - 1)]$$

arredondado por excesso,
onde $i = 1, 2, \dots, n_{02h}$

A i -éssima AE elegida é aquela com número de série igual a S_{hi} .

Estes procedimentos foram seguidos usando uma folha electrónica de Excel para seleccionar a sub-amostra de 165 AEs para o Inquérito da AustrIC1-2003.

Estes passos foram seguidos usando uma folha electrónica de Excel para seleccionar uma AE com Probabilidades iguais dentro de cada uma das 165 UPAs amostrais para o Inquérito da AustrIC1- 2003.

2.6. Listagem de Agregados Familiares dentro de AEs Seleccionadas

Para obter uma amostra actualizada de agregados dentro da Amostra Mãe, a selecção de agregados no último estágio de amostragem vai ser baseada numa listagem recente dentro de cada AE amostral. Para evitar tendências de uma selecção de agregados feita pelo inquiridor, recomenda-se fazer a listagem de agregados em cada AE amostral. Para a selecção utiliza-se a folha de selecção Urbana ou Rural dentro de cada província. Anexo 1: Modelo para listagem de agregados familiares.

2.7. Procedimentos de Selecção de Agregados Familiares

A selecção de agregados familiares dentro de cada AE amostral vai ser aleatório sistemático com probabilidades iguais, usando como base a nova listagem de agregados. Os três agregados de reserva vão ser seleccionados ao mesmo tempo que os agregados amostrais. Então se vão seleccionar 15 agregados dentro de cada AE tanto urbana como rural. Destes agregados amostrais em cada AE vão-se seleccionar três agregados de reserva sistematicamente, com um arranque aleatório. Os procedimentos da selecção sistemática de agregados envolvem os seguintes passos:

- (1) Verificar a listagem de agregados para a AE seleccionada e averiguar que cada agregado tem um número de série consecutivo.
- (2) Para obter o intervalo de amostragem de agregados para a AE (I_{hij}), dividir o número total de agregados listados dentro da AE (K_{hi}) pelo número de agregados a serem seleccionados (15).
- (2) Escolher um número aleatório (A_{hij}) entre 0 e I_{hij} . Os agregados elegidos ficarão identificadas pelos números de selecção seguintes:

$$S_{hijk} = A_{hij} + I_{hij} x(i-1),$$

arredondado por excesso,
onde $k = 1, 2, \dots, m_{hij}$;

$m_{hij} = 15$ tanto para AE urbana como para AE rural

O k -ésimo agregado elegido é aquele com número de série mais próximo de S_{hijk} sem ser inferior a S_{hijk} .

Uma folha electrónica de Excel foi elaborada para fazer a selecção dos 18 agregados, como também a selecção de 3 agregados de reserva em cada AE amostral.

ANEXO 2 – DESENHO DA AMOSTRA DAS EMPRESAS⁴⁸

1. Introdução

O inquérito *IN.EMP2004* é desenhado para produzir estimativas precisas de totais, taxas, percentagens e razões dos indicadores de Boa Governação e Corrupção para os domínios provincial, nacional assim como regional. A amostra, num total de 500 empresas, foi desenhada também para ser representativa a nível nacional nas formas jurídicas: S.A.R.L, sociedade por quotas, empresário em nome individual, sector cooperativo, ONG Estrangeira e ONG Nacional.

A base de amostragem para o *IN.EMP2004* é o Ficheiro de Unidades de Empresas (FUE) derivado dos dados do Censo empresarial realizado pelo INE em 2002, o qual inclui empresas em actividade em onze províncias (23 cidades) quase todos os distritos do país. Informação como actividade económica, forma jurídica ou legal e a localização geográfica conforme a nomenclatura do SEN⁴⁹ será usada para proporcionar uma eficiente estratificação e boa estratégia de amostragem para o inquérito.

2. Base e unidade de amostragem

A base de amostragem para o *IN.EMP2004* será o FUE⁵⁰ elaborado a partir do Censo de empresas (CEMPRE) realizado pelo INE em 2002. Este ficheiro inclui as empresas em actividade no território moçambicano. A informação recolhida no CEMPRE 2002 inclui número de empregados (Número de Pessoal ao Serviço), forma jurídica ou legal da empresa, ramo de actividade ou actividade principal e volume de negócios. Esta informação encontra-se desagregada pelas onze províncias do país.

A unidade de inquirição é a empresa. Em cada empresa seleccionada será inquirido o seu representante. Tendo em conta os objectivos do inquérito, a amostra será representativa para cada província e ainda para seis formas jurídicas: SARL, Sociedade por Quotas, empresário em nome individual, sector cooperativo, ONG nacional e ONG estrangeira. Assim, inferências estatísticas podem ser feitas para os domínios acima referidos.

O FUE completo inclui 48.221 empresas em actividade no país. Estes estabelecimentos empresariais incluem todas as Onze formas jurídicas. A base de amostragem para o *IN.EMP2004* da Austral. Não inclui as formas jurídicas 7, 8 e 11⁵¹ assim como as sucursais das empresas, por interesse próprio da Austral. Assim, neste relatório apresenta-

⁴⁸ Esta é uma versão reduzida do desenho amostral produzido em Fevereiro de 2004 para a Austral Consultoria e Projectos, Lda. por Carlos Creva Singano e Basílio Sozinho Cubula, ambos técnicos do Departamento de Métodos e Amostragem, Direcção de Censos e Inquéritos do Instituto Nacional de Estatística.

⁴⁹ SEN = Sistema Estatístico Nacional-Moçambique.

⁵⁰ FUE=Ficheiro de Unidades Empresariais, Moç.

⁵¹ 7=Outras; 8= associações e fundações e 11=Administração Pública.

se apenas a descrição da base de amostragem do IN.EMP2004 excluindo aquelas formas jurídicas. Esta base compõe-se de 31.606 empresas.

3. Base de amostragem e suas características

A base de amostragem para o IN.EMP2004 compreende 31.606 estabelecimentos económicos ou empresas (Quadro I).

Quadro I: Distribuição das empresas por província e forma jurídica, 2002.

Parâmetro	Forma Legal	01	02	03	04	05	06	09	10	Total
Província	Descrição	SAR L	Sociedade por quotas	Empresário em nome individual	Coop.	Emp. Estatal	Emp. Pública	ONG Nac.	ONG Estr.	
01	Niassa	22	42	663	0	4	25	13	13	782
02	C. Delgado	23	83	1251	5	4	33	8	5	1412
03	Nampula	77	233	2015	2	10	66	17	28	2448
04	Zambezia	60	180	721	1	7	36	15	25	1045
05	Tete	34	60	1439	1	4	16	5	4	1563
06	Manica	33	128	1853	6	2	26	16	12	2076
07	Sofala	101	423	5025	9	12	42	35	12	5659
08	Inhambane	40	162	1661	0	4	38	14	16	1935
09	Gaza	37	166	2825	2	5	36	9	9	3089
10	M. Prov.	85	385	2182	3	3	52	18	11	2739
11	M. Cidade	319	2195	6133	9	37	56	51	58	8858
Total		831	4057	25768	38	92	426	201	193	31.606

Fonte: FUE, Instituto Nacional de Estatística-Moçambique, 2002.

Cerca de 82% das empresas pertencem a forma jurídica “ Empresa em Nome Individual”, seguido da forma Legal ”sociedade por quotas” e S.A.R.L com 13% e 2.6%, respectivamente.

3.1. Estratificação

Uma das principais características dum eficiente desenho de amostra é a estratificação da base de amostragem em grupos homogéneos. A selecção é feita de forma independente em cada estrato, embora seja necessário ordenar a base segundo certos critérios em cada estrato afim de providenciar uma estratificação implícita quando a selecção sistemática é usada.

A natureza da estratificação depende das características ou variáveis a serem medidas no inquérito assim como dos domínios de análise ou estimação.

A base de amostragem para o IN.EMP2004 será estratificada pelo cruzamento de três (3) variáveis: localização geográfica (província), actividade económica e forma jurídica ou

legal. As variáveis Volume de negócio e Número de pessoal ao serviço mostram-se inadequados utilizá-los devido a má qualidade dos dados colhidos sobre estas variáveis.

3.1.1. Localização geográfica

As empresas foram classificadas segundo a localização geográfica da respectiva sede pelos domínios definidos de acordo com o Nível II da “Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos” (NUTS II) apresentado no SEN moçambicano (Quadro II):

- 01- Niassa
- 02- Cabo Delgado
- 03- Nampula
- 04- Zambezia
- 05- Tete
- 06- Manica
- 07- Sofala
- 08- Inhambane
- 09- Gaza
- 10- Maputo Província
- 11- Maputo Cidade

Quadro II: Estratificação da população de empresas por localização geográfica, 2002.

Código Prov	Nome Prov.	Nº Empresas	%
01	Niassa	782	2.5
02	Cabo Delgado	1412	4.5
03	Nampula	2448	7.7
Região Norte	-----	4642	14.7
04	Zambezia	1045	3.3
05	Tete	1563	4.9
06	Manica	2076	6.6
07	Sofala	5659	17.9
Região Centro	-----	10343	32.7
08	Inhambane	1935	6.1
09	Gaza	3089	9.8
10	M. Província	2739	8.7
11	M. Cidade	8858	28.0
Região Sul	-----	16621	52.6
<hr/>			
TOTAL		31.606	100

A maior parte das empresas localiza-se na Cidade de Maputo (28.0%), seguido de Sofala, Gaza, Maputo Província e Nampula com 17.9, 9.8, 8.7 e 7.7%, respectivamente. Em

termos regionais, a região Sul concentra a maior parte das sedes das empresas (52.6%), seguida da região centro com 32.7% e a região Norte com 14.7%.

3.1.2. Actividade Económica Principal

As empresas foram classificadas de acordo com a actividade económica de maior importância, medida pelo valor dos produtos fabricados ou dos serviços prestados. As categorias consideradas foram determinadas pela “Classificação Moçambicana de Actividades Económicas (CAE-Rev.1-1998)”, ao nível da divisão.

**Quadro III: Estratificação da população de empresas por ramo de actividade
(por secção CAE-Rev.1-1998)**

Secção da CAE-Rev.1	Total	%
A- Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	696	2.20
B- Pesca	150	0.47
C- Indústrias Extractivas	1330	4.20
D- Indústrias Transformadoras	1413	4.47
E- Produção e distribuição de electricidade, de gás e água	115	0.36
F- Construção	300	0.95
G- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	14831	46.92
H- Alojamento e restauração	4038	12.78
I- Transportes, armazenagem e comunicações	1100	3.48
K- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	741	2.34
M- Educação	5463	17.28
N- Saúde e acção social	1300	4.11
O- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	119	0.44
Total	31606	100

3.1.3. Forma Jurídica ou Legal

Constituíram-se oito categorias tendo em conta o estatuto jurídico das empresas para as quais a Austral está interessada (Quadro IV):

**Quadro III: Estratificação da população de empresas
por Forma Jurídica ou Legal**

Código da F. Jurídica	Descrição	Número de empresas	%
01	S.A.R.L	831	2.63
02	Sociedade por quotas	4057	12.83
03	Empresário em nome individual	25768	81.53
04	Cooperativa	38	0.12
05	Empresa Estatal	92	0.29
06	Empresa Pública	426	1.35
09	ONG Nacional	201	0.64
10	ONG Estrangeira	193	0.61
TOTAL		31.606	100

Experiências com outros inquéritos da natureza deste, realizados em outros países africanos, sobre Corrupção e Boa governação sugerem que a variável “forma jurídica ou legal” é a melhor para estratificação porquanto, muitas outras variáveis sobre corrupção estão fortemente correlacionadas com ela (variável forma jurídica ou Legal). Por exemplo, as empresas públicas tendem a ser mais corruptas que as da forma legal S.A.R.L ou da sociedade por Quotas. Assim, a forma jurídica ou legal é, neste inquérito, a variável de estratificação eficiente correlacionada com todas as outras.

Afim de produzir estratos mais homogêneos relativamente às diferentes características consideradas neste inquérito, cruzam-se dois critérios de estratificação: estratificação da população de empresas segundo a localização geográfica e a forma jurídica ou legal.

Quadro IV: Estratificação da população de empresas segundo a localização e a forma jurídica ou Legal, 2002

Parâmetro	Forma Legal	01	02	03	04	05	06	09	10	Total
Provincia (estrato)	Descrição	SARL	Sociedade por quotas	Empres. Indiv.	Coop.	Emp. Estatal	Emp. Pública	ONG Nac.	ONG Estr.	
01	Niassa	22	42	663	0	4	25	13	13	N1=782
02	C. Delgado	23	83	1251	5	4	33	8	5	N2=1412
03	Nampula	77	233	2015	2	10	66	17	28	N3=2448
04	Zambezia	60	180	721	1	7	36	15	25	N4=1045
05	Tete	34	60	1439	1	4	16	5	4	N5=1563
06	Manica	33	128	1853	6	2	26	16	12	N6=2076
07	Sofala	101	423	5025	9	12	42	35	12	N7=5659
08	Inhamban	40	162	1661	0	4	38	14	16	N8=1935
09	Gaza	37	166	2825	2	5	36	9	9	N9=3089
10	M. Prov.	85	385	2182	3	3	52	18	11	N10=2739
11	M. Cidade	319	2195	6133	9	37	56	51	58	N11=8858
Total		N12=831	N13=4057	N14=25768	N15=38	N16=92	N17=426	N18=201	N19=193	N=31.606

Fonte: FUE, Instituto Nacional de Estatística-Moçambique, 2002.

Assim, o cruzamento destas duas classificações produz dezanove (19) estratos homogêneos quanto à localização geográfica e à forma jurídica.

A base de amostragem para o IN.EMP2004 terá dois níveis de estratificação, mais a estratificação implícita dentro de cada estrato. O primeiro nível de estratificação corresponde aos onze (11) domínios geográficos de análise para o conjunto das formas jurídicas. Esta estratificação serve para providenciar maior eficiência estatística na alocação da amostra entre os domínios. O segundo nível de estratificação corresponde as formas jurídicas ou Legais em interesse da Austral. A amostra produz estimativas sólidas a 95% de confiança para as formas jurídicas SARL, Sociedade por Quotas, Cooperativa, ONG Nacional e ONG Estrangeira a nível nacional, nas quais foi garantido um mínimo de 15 empresas na amostra.

Em cada um destes níveis de estratificação, a base foi ordenada segundo a actividade económica (CAE Rev. 1-1998) afim de fazer uma selecção sistemática com probabilidades iguais.

4. Dimensionamento e repartição da amostra

Com base nos três critérios anteriormente referidos, a população de empresas é subdividida em estratos:

$$U_h, \text{ com } h = (m, l, k)$$

sendo

m : NUTS II-SEN (Localização geográfica)

l : CAE-Rev.1-1998

k : escalão de pessoal ao serviço

Todos os estratos foram estudados por amostragem, isto é, nenhum estrato foi considerado exaustivo ou incluiu-se todas as suas empresas na amostra. Para a alocação da amostra teve-se em conta os estratos m como domínios de análise definidos no SEN nacional e para a selecção teve-se em conta o estrato k . Afim de providenciar uma estratificação implícita com a selecção sistemática dentro de cada estrato k , a base foi ordenada por L .

Para realizar uma amostragem, é essencial definir a dimensão da amostra a seleccionar em cada estrato. Assim, é necessário estabelecer quais os objectivos a alcançar, nomeadamente ao nível da precisão e do nível de confiança da estimação, e calcular as dimensões amostrais mínimas necessárias para satisfazer esses pré-requisitos.

Em geral, o tamanho da amostra depende do nível de precisão requerido para as estimativas mais importantes do inquérito para cada domínio. O erro amostral e coeficiente de variação tem uma relação inversa ao tamanho da amostra. Ao mesmo tempo, um tamanho de amostra muito grande é mais difícil de controlar e pode aumentar os erros não amostrais. A exactidão das estimativas do inquérito dependem de ambos tipos de erros. Então é importante que o tamanho da amostra seja prático de manejar, e que haja um bom sistema de controle de qualidade em todas as operações do inquérito.

O tamanho máximo da amostra é limitado pelo orçamento do IN.EMP2004, que foi estimado supondo uma amostra total de 500 empresas. Estatisticamente, como a maior parte das estimativas deste inquérito apresentam-se na forma de proporção, pode

considerar-se $n = \left(\frac{z_{1-\frac{\alpha}{2}}}{2d} \right)^2$ como a dimensão da amostra suficiente (por vezes mais do que

suficiente) para conseguir a precisão e o nível de confiança desejados. Neste caso, dispensa-se a estimação da variância, $\sigma^2 = p(1-p)$ e atribui-lhe o valor de $\frac{1}{4}$, ou seja, o valor máximo que pode assumir. Utilizando esta fórmula, para $z = 1.96$ para 95% de confiança; $d = 0.03$ de precisão absoluta habitualmente usados neste tipo de inquéritos, temos $n = 700$ empresas (aproximado ao tamanho fornecido pela AustralC. –500 empresas). Cabe ao técnico de estatística alocar a amostra pelos vários estratos utilizando técnicas de amostragem mais eficientes.

Nestes tipos de inquérito, habitualmente impõe-se várias condições ao nível do coeficiente de variação (C.V)⁵² das variáveis localização geográfica e forma jurídica, em diferentes cruzamentos das variáveis de estratificação, que determinam a dimensão da amostra.

Assim, a dimensão total da amostra ($n=500$ empresas) foi repartida por forma a garantir:

- a) Coeficiente de variação não superior a 15% para a variável “localização geográfica” (11 províncias), nos seguintes cruzamentos:
 - i) CAE-Rev 1-1998 e forma jurídica;
 - ii) CAE Rev 1-1998 e localização geográfica regional (regiões Norte, Centro e Sul).
- b) Coeficiente de variação não superior a 10.0% para a variável “forma jurídica a nível Nacional;
- c) Mínimo de Quarenta (40) empresas para cada um dos onze (11) domínios de análise do SEN e
- d) Dimensão mínima de quinze (15) empresas para cada forma jurídica a nível Nacional;

⁵² $c.v.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\text{var}(\hat{X})}}{\hat{X}}$, sendo X a variável em estudo.

Quadro V: Repartição da amostra por cada domínio de análise

Província (Domínio)	Descrição	No Empresa - Base	Taxa de amostragem	Alocação Proporc.	Alocação Proporc. Modificada	Amostra Regional
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
01	Niassa	782	0.0158	13	40	128
02	C. Delgado	1412	0.0158	22	41	
03	Nampula	2448	0.0158	40	47	
04	Zambezia	1045	0.0158	18	45	176
05	Tete	1563	0.0158	25	39	
06	Manica	2076	0.0158	33	42	
07	Sofala	5659	0.0158	86	50	
08	Inhambane	1935	0.0158	31	39	196
09	Gaza	3089	0.0158	49	46	
10	M. Prov.	2739	0.0158	43	46	
11	M. Cidade	8858	0.0158	140	65	
Total		31.606		500	500	500

Dado que usa-se taxa de amostragem igual em todos estratos (províncias), o número de empresas na amostra por cada província varia em função do tamanho de estrato. Dentro de cada estrato (província), o tamanho da amostra é proporcional à dimensão (total de empresas na província). Por forma a garantir a representatividade da amostra por província e tendo em conta o mínimo necessário de 40 empresas por cada Domínio geográfico do SEN, a amostra foi ajustada (Quadro V, coluna 6). Neste ajuste também teve-se em conta as formas jurídicas SARL, Sociedade por Quotas, Empresa Pública e ONG pois, proporcionam maior variabilidade de opiniões entre elas (inter-correlação) e dentro delas (intra-correlação) (Quadro VI).

Quadro VI: Alocação da amostra de empresas pelas formas jurídicas pretendidas no estudo

Cod.Regiao	regBase	Código			Forma Juridica								
		Província	provBase	amostra	01	02	03	04	05	06	09	10	
01 – Norte	4642	01	782	40	3	11	22			-		1	3
		02	1412	41	3	11	22	4		-			1
		03	2448	47	9	9	23	2				1	3
02 – Centro	10343	04	1048	45	6	14	19	1				1	4
		05	1563	39	4	6	26	1				1	1
		06	2076	42	3	6	22	5				2	4
		07	5659	50	4	19	20	2				2	3
03 – Sul	16621	08	1935	39	5	5	26					1	2
		09	3089	46	11	7	24	2				1	1
		10	2739	46	6	10	23	3				2	2
03 – Sul	16621	11	8858	65	11	8	22	3	7	10	2	2	
Total	31.606		31.606	500	65	106	249	23	7	10	14	26	

Mas também, dado que estimativas precisas são requeridas para cada Domínio (província), as províncias com poucas empresas como Niassa e Cabo Delgado apresentam taxas de amostragem elevadas. A amostra apresentada no Quadro V (coluna 6) foi alocada proporcionalmente (mas modificada) ao tamanho (de empresas) em cada domínio, usando a seguinte fórmula matemática:

$$nh = \frac{N_h}{N} n$$

onde

n_h = N° de estabelecimentos empresariais alocadas no estrato h (províncias 01 à 11);

n = Total da amostra ($n= 500$);

N_h = Total de empresas no estrato h (Província).

5. Procedimentos de Selecção da amostra de empresas

As empresas foram seleccionadas de forma independente dentro de cada estrato (província), com probabilidades iguais usando os seguintes passos:

(1) Em cada forma jurídica dentro de cada província, ordenar as empresas por CAE Rev 1-1998.

(2) Para obter o intervalo de amostragem para empresa (i_h), dividir o número de empresas da forma jurídica por número de empresas a serem seleccionadas na forma jurídica para o IN.EMP2004 conforme a alocação apresentada no Quadro VI.

(4) Escolher um número aleatório (A_h) entre 0 e I_h . A empresa seleccionada fica identificada pelo número de selecção seguinte:

$$S_{hi} = A_h + [I_h x(i-1)]$$

arredondado por excesso,

onde $i = 1, 2, \dots, n_{04h}$

A i -éssima empresa elegida no estrato (forma jurídica) é aquela com número de série igual a S_{hi} .

Estes passos foram seguidos usando uma folha electrónica de Excel para seleccionar empresas com Probabilidades iguais dentro de cada forma jurídica conforme a alocação no quadro VI para o Inquérito às Empresas 2004.

ANEXO 3 – DESENHO DA AMOSTRA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Na ausência de uma base de dados actualizada e acessível dos funcionários públicos, foi decidida a utilização de uma amostra intencional, estratificada por província e definida em três etapas. Assim, numa primeira fase, foram seleccionadas 55 instituições públicas representativas dos vários tipos de organizações que compõem o Estado (Ministérios e Serviços, mas também outras agências públicas, tribunais, procuradorias e órgãos eleitos) e que, de acordo com a informação disponível, representam em termos quantitativos mais de 50% do total de funcionários. Esta lista (Quadro I) que se apresenta no foi submetida à aprovação da UTRESP.

Numa segunda fase, com base nos dados disponíveis (Quadro II) que dão uma estrutura aproximada do número de funcionários de cada instituição, a nível central e por província, foi determinado o número de inquiridos por província para uma amostra de 1000.

Procedeu-se depois à distribuição do número de casos em cada província entre dirigentes e técnicos e administrativos, seguindo os seguintes critérios:

- a) a nível central seriam inquiridos apenas indivíduos pertencentes ao grupo dos dirigentes, por forma a garantir que a amostra comporte um número significativo de “policy-makers” e altos funcionários;
- b) nas províncias estabeleceram-se para os dirigentes e os técnicos e administrativos quotas de 20% e 80%, respectivamente.

Finalmente, foi definido um número de inquiridos por cada instituição (Quadro III), procurando-se respeitar em linhas gerais a distribuição proporcional dos funcionários nessas instituições (maiores números para as grandes administrações públicas, como por exemplo a educação, a saúde e a polícia).

A identificação dos indivíduos a inquirir será feita para cada um dos grupos (dirigentes e técnicos e administrativos) a partir das listagens existentes nos serviços, a nível provincial, com recurso a uma tiragem aleatória (com recurso a uma tabela de números aleatórios).

A substituição de funcionários seleccionados cuja entrevista não seja possível, será feita através de uma nova tiragem aleatória usando o método acima referido (tabela de números aleatórios), mas com base numa listagem que abrangerá apenas o sector do funcionário não disponível. Caso no local não haja mais funcionários do mesmo sector, usar-se-á o mesmo método, mas com a listagem do conjunto dos funcionários dos serviços que tiverem representação local.

Quadro I
Lista de base das instituições para a amostra de funcionários

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
TRIBUNAIS JUDICIAIS	
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	
BANCO DE MOÇAMBIQUE	
MICOA	DN Gestão Ambiental
MINED	DN Ensino Básico DN Ensino Secundário DN Ensino Técnico DRH DAF
MESCT	UEM UP
MICOM	Gabinete do Sector Privado DN Comércio DN Economia DN Indústria
MINT	DN Migração D Identificação Civil DRH Comando Geral da Polícia (PIC, PT, PP)
MIJUST	DN Registos e Notariado DN Prisões
MOPH	Inspecção de Obras Públicas FIPAG ANE
MIPESCAS	Laboratório de Inspecção de Pescado
MPF	DN Orçamento DN Tesouro D Património do Estado Inspecção Geral de Finanças DG Alfândegas/UTRA
MIREME	DN Carvão e Hidrocarbonetos
MISAU	DN Saúde (Hospitais, Centros de Saúde) DRH
MITRA	Inspecção do Trabalho INSS
CONSELHOS MUNICIPAIS	Maputo Beira Nampula Nacala Quelimane Pemba

Quadro II

Instituição	Nível central		Maputo C		Maputo P		Gaza		Inhambane		Sofala		Manica		Tete		Zambézia		Nampula		Cabo Delgado		Niassa		TOTAL	%	
	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A	Dir.	T&A			
Assembleia da República (1)	5	239	0	0	1	11	1	10	1	22	1	29	1	24	1	21	1	14	1	15	1	8	1	20	428	1%	
Tribunais Judiciais (2)	0	96	0	165	0	100	0	47	0	75	0	86	0	36	0	32	0	48	0	87	0	70	0	96	938	2%	
Tribunal Administrativo	4	156	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0%	
Procuradoria da República (3)	8	27	21	32	14	16	8	0	13	0	11	0	7	0	7	0	9	0	17	0	10	0	8	0	208	0%	
Banco de Moçambique	0	584	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0	0	653	1%	
MICOA / DN Gestão Ambiental (4)	2	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	0%	
MINED / DN E. Básico / DN E. Secundário / DN E. Técnico / DRH / D	0	565	0	5393	0	3331	0	3390	0	3460	0	3890	0	2662	0	4029	0	6261	0	7673	0	4009	0	3395	48058	78%	
MESCT / UEM / UP (6)	88	3000	0	0	0	323	0	0	0	0	115	0	0	0	0	0	0	0	0	96	0	0	0	0	3622	6%	
MICOM / Gabinete Sector Privado / DN Comércio / DN Economia / DN	11	214	1	86	1	50	1	50	1	39	1	65	1	48	1	37	0	0	0	0	1	36	1	37	682	1%	
MINT / DN Migração / DIC / DRH / Comando Geral da Polícia / PIC / F	1	521	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	522	1%	
MJUJUST / DN Registos e Notariado / DN Prisões (9)	10	1235	2	328	1	0	2	120	1	69	1	101	1	78	1	45	1	56	1	137	1	89	1	46	2327	4%	
MOPH / Inspeção de Obras Públicas / FIPAG / ANE (10)	0	0	0	102	0	64	0	73	0	97	0	135	0	97	0	114	0	111	0	131	0	165	0	96	1185	2%	
MIPESCAS / Laboratório de Inspeção do Pescado (11)	0	14	0	0	0	12	0	0	0	1	0	10	0	0	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	41	0%	
MPF / DN Orçamento / Tesouro / Património do estado / DG Alfândeg	9	61	4	74	2	87	0	0	2	127	2	249	2	110	2	107	2	141	2	189	2	133	0	96	1403	2%	
MIREME / DN Carvão e Hidrocarbonetos (13)	4	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0%	
MISAU / DRH / DN Saúde - Hospitais e centros de saúde (14)	10	241	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	251	0%	
MITRA / Inspeção do Trabalho / INSS (15)	7	127	2	102	5	86	5	57	3	32	3	82	4	42	2	26	4	57	5	68	3	39	3	32	796	1%	
CONSELHOS MUNICIPAIS (16):	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Pemba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	214	0	0	215	0%	
Nampula	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Nacala Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	267	0	0	0	0	273	0%	
Quelimane	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
Maputo-cidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
TOTAL	159	7132	30	6282	24	4080	17	3747	21	3922	19	4793	16	3097	14	4413	17	6689	32	8701	19	4764	14	3818	61820		
Dir. + Técnicos e adm. / Total geral (%)	12%		10%		7%		6%		6%		8%		5%		7%		11%		14%		8%		6%		100%		
n inquiridos =	120		100		70		60		60		80		50		70		110		140		80		60		1000		

(1) Inclui todos os deputados e funcionários da AR a nível central e provincial

(2) Inclui todo o pessoal do Tribunal Supremo, dos Tribunais Provinciais e dos Distritais

(3) Inclui todos o pessoal da PGR e das Procuradorias Provinciais e Distritais

(4) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal da DN de Gestão Ambiental a nível central e local

(5) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal das DN de Ensino Básico, Secundário e Técnico a nível central, assim como o respectivo pessoal docente e administrativo em cada provincia

(6) Inclui todo o pessoal do Ministério a nível central e todo o pessoal docente e administrativo das duas Universidades em todas as provincias

(7) Inclui todo o pessoal do Gabinete do Ministro e dos serviços/direcções indicadas a nível central e em todas as provincias

(8) Inclui todo o pessoal do gabinete do Ministro, do Comando Geral da Polícia e do DRH a nível central e todo o pessoal da DN de Migração, D. Identificação Civil e dos vários ramos da polícia em todas as provincias

(9) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal das DN de Registo e Notariado e das Prisões a nível central e nas provincias

(10) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal das IOP, FIPAG e ANE a nível central e nas provincias

(11) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal do LIP

(12) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal das DN referidas a nível central e todo o pessoal das Direcções Provinciais de Finanças

(13) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal da DNCH a nível central e provincial

(14) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal da DRH e DN Saúde a nível central e todo o pessoal das Direcções Provinciais de Saúde e dos hospitais, maternidades, centros e postos de saúde nas provincias

(15) Inclui todo o gabinete do Ministro e todo o pessoal da Inspeção do Trabalho e do INSS a nível central e das provincias

(16) Para cada CM são incluídos os PCM e os Membros da AM, assim como todos os vereadores e funcionários dos diferentes serviços

Quadro III

Instituição	Nível centra		Maputo C		Maputo P		Gaza		Inhambane		Sofala		Manica		Tete		Zambézia		Nampula		Cabo Delga		Niassa		TOTAL	
	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A	D	T&A		
Assembleia da República (1)	12	-	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18
Tribunais Judiciais (2)	6	-	0	5	1	5	2	3	2	4	1	4	0	0	0	0	1	4	2	6	0	0	1	4	51	
Tribunal Administrativo	4	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	
Procuradoria da República (3)	6	-	2	5	1	5	0	0	2	4	1	4	1	4	0	0	1	8	2	6	1	6	1	4	64	
Banco de Moçambique	4	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	
MICOA / DN Gestão Ambiental (4)	4	-	0	0	0	0	1	2	1	4	1	2	0	0	0	0	0	0	1	4	1	4	0	0	25	
MINED / DN E. Básico / DN E. Secundário / DN E. Técnico	6	-	2	12	1	10	1	12	1	10	1	12	1	10	2	8	2	16	1	16	1	8	2	8	143	
MESCT / UEM / UP (6)	6	-	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	
MICOM / Gabinete Sector Privado / DN Comércio / DN Ecc	8	-	2	5	2	4	1	3	1	4	1	4	1	4	1	4	1	4	2	8	1	4	1	4	70	
MINT / DN Migração / DIC / DRH / Comando Geral da Polí	16	-	2	8	0	4	1	3	0	0	1	6	2	0	2	8	2	12	1	16	1	6	1	6	98	
MIJUST / DN Registos e Notariado / DN Prisões (9)	6	-	2	8	2	5	1	3	0	0	0	0	1	4	1	4	1	4	2	6	1	4	1	4	60	
MOPH / Inspeção de Obras Públicas / FIPAG / ANE (10)	6	-	0	4	2	4	1	3	1	4	1	4	1	2	1	6	1	4	1	6	1	4	1	2	60	
MIPESCAS / Laboratório de Inspeção do Pescado (11)	6	-	0	0	0	3	0	0	0	0	1	4	0	0	0	1	4	2	4	1	4	1	4	2	33	
MPF / DN Orçamento / Tesouro / Património do estado / D	12	-	2	4	2	4	2	3	1	4	2	4	1	4	2	6	2	6	2	6	1	4	1	4	79	
MIREME / DN Carvão e Hidrocarbonetos (13)	6	-	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	4	2	4	1	4	1	2	0	0	28	
MISAU / DRH / DN Saúde - Hospitais e centros de saúde (6	-	2	8	1	8	1	12	1	10	1	10	1	10	2	10	2	12	2	12	1	8	1	8	129	
MITRA / Inspeção do Trabalho / INSS (15)	6	-	2	5	2	4	1	4	0	0	1	4	1	2	1	4	2	4	1	6	1	4	1	2	58	
CONSELHOS MUNICIPAIS (16):	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pemba	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	0	10	
Nampula	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	0	0	10	
Nacala Porto	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	0	0	0	10	
Quelimane	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	0	0	0	0	0	0	10	
Beira	0	-	0	0	0	0	0	0	0	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	
Maputo-cidade	0	-	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	
TOTAL	120	-	20	80	14	56	12	48	12	48	16	64	10	40	14	56	22	88	28	112	16	64	12	48	1000	
n inquiridos =			120	100		70		60		60		80		50		70		110		140		80		60	1000	

ANEXO 4 – VARIÁVEIS DE GOVERNAÇÃO E ÍNDICES DE CORRUPÇÃO

Para a construção das variáveis de governação e índices de corrupção foi utilizado o seguinte método: em primeiro lugar, foram identificadas no questionário dos funcionários públicos as perguntas que poderiam ser usadas e que constam do quadro A; em segundo lugar, as respostas destas perguntas foram recodificadas – e invertidas quando necessário – para uma escala de 0 a 100; em terceiro lugar, foi calculada a nova variável de conjunto através de uma média simples; em quarto lugar, foi feita uma análise factorial nos casos em que o número de perguntas para formar a nova variável era superior a dois para determinar o peso de cada uma das variáveis elementares; depois de um exercício de “reliability analysis” foi feita de novo a análise factorial apenas com as variáveis que permitiam o valor alpha mais elevado e registados os “zscores” dos factores; finalmente, através de uma regressão sobre a variável de média simples obteve-se a nova variável ou índice.

Quadro A – Perguntas do inquérito usadas para a construção de variáveis de governação e índices de corrupção

Variável de governação	Nº da Pergunta	Pergunta
ABERTURA	FP – 1.2	As vagas são anunciadas dentro da instituição (ou fora, quando aplicável)
	FP – 2.3	As decisões sobre a execução do orçamento são anunciadas e abertas ao conhecimento público
ACESSO	FP – 4.2	O serviço público é acessível aos pobres
AUDITORIA	FP – 1.2	As decisões referentes à gestão do pessoal são sujeitas a controle regular pela unidade interna de inspecção
	FP – 2.3	As decisões sobre a execução do orçamento são sujeitas a auditoria pelo serviço de inspecção interna
	FP – 2.3	As decisões sobre a execução do orçamento são sujeitas a auditorias externas regulares feitas por profissionais qualificados e experientes
MERITOCRACIA	FP – 1.2	As decisões referentes à gestão do pessoal são baseadas na experiência profissional, no mérito ou no desempenho
	FP – 1.2	As decisões referentes à gestão do pessoal são baseadas no nível de educação
MISSÃO	FP – 7.1	Todos os funcionários conhecem claramente os objectivos e a estratégia da instituição
	FP – 7.1	Conhece claramente todas as suas responsabilidades e tarefas
RESPEITO DAS REGRAS	FP – 2.2	As decisões sobre o uso do orçamento da instituição são bem controladas (os responsáveis asseguram-se do seu cumprimento)
	FP – 2.2	As decisões sobre o uso do orçamento da instituição são aplicadas rigorosamente
POLITIZAÇÃO	FP – 1.2	As decisões referentes à gestão do pessoal são baseadas em filiação ou pressão política
QUALIDADE DAS REGRAS	FP – 1.1	As decisões da instituição relativas à administração, política e regulamentos do pessoal são feitas por escrito
	FP – 1.1	As decisões da instituição relativas à administração, política e regulamentos do pessoal são simples claras e fáceis de perceber
	FP – 2.2	As decisões sobre o uso do orçamento da instituição são definidas por escrito

Pesquisa Nacional sobre Governação e Corrupção

	FP – 2.2	As decisões sobre o uso do orçamento da instituição são simples, claras e fáceis de perceber
RECURSOS	FP – 2.13	As verbas orçamentais previstas respondem às necessidades no desempenho das tarefas
	FP – 2.13	Pessoal devidamente qualificado para responder às necessidades no desempenho das tarefas
	FP – 2.13	Equipamento de escritório responde às necessidades no desempenho das tarefas
	FP – 2.13	Gabinetes e espaço físico respondem às necessidades no desempenho das tarefas
SATISFAÇÃO SALARIAL	FP – 1.7	O salário é muito satisfatório
	FP – 1.7	Os outros benefícios (reforma, assistência médica, etc.) são muito satisfatórios
TRANSPARÊNCIA	FP – 1.2	As decisões referentes à gestão do pessoal são feitas de maneira transparente (sabe-se quem foi nomeado, transferido, ou recebeu aumento e porquê)
	FP – 2.3	As decisões sobre a execução do orçamento são feitas de maneira transparente (sabe-se quem recebeu e quanto)
VOZ DOS CIDADÃOS	FP – 4.3	Na instituição existem mecanismos claramente definidos que servem para tomar em consideração as reacções e as necessidades dos utentes
	FP – 4.3	Na instituição existem mecanismos claramente definidos para canalizar as reclamações ou as preferências dos utentes

CORRUPÇÃO EM GERAL (C_GERAL)	Calculado com base na capacidade para detectar e punir a corrupção (7.5), na avaliação do nível de corrupção nas instituições (8.1) e do engajamento destas no combate à corrupção (8.16)
CORRUPÇÃO NA GESTÃO DO PESSOAL (C_PESS)	Calculado com base na influência das relações familiares e de negócios (1.2) e na compra de empregos (8.9)
CORRUPÇÃO NA GESTÃO DO ORÇAMENTO (C_ORÇ)	Calculado com base na influência de pagamentos ilegais (2.3) e desvios do orçamento como resultado de fraude, uso irregular de fundos ou outro abuso (2.12)
CORRUPÇÃO NOS CONTRATOS PÚBLICOS (C_CONT)	Calculado com base nas excepções às regras dos concursos públicos (3.4) e nos pagamentos extra para a obtenção de contratos (3.5)
INDICE GLOBAL DE CORRUPÇÃO (C_GLOBAL)	Média aritmética de C_GERAL, C_PESS, C_ORÇ e C_CONT

ANEXO 5 – TABELAS DE GOVERNAÇÃO E DESEMPENHO DO SECTOR PÚBLICO

Tabela 1.1 – Problemas do país (Agregados Familiares)

	Sem importância	2	3	4	Muito Grave
	%	%	%	%	%
custo de vida elevado	3,6%	4,0%	9,4%	17,3%	65,7%
desemprego	2,5%	3,7%	8,2%	16,8%	69,0%
inflação	4,5%	5,9%	16,0%	23,0%	50,6%
criminalidade	14,6%	12,1%	16,7%	17,0%	39,7%
abuso/tráfico de droga	22,3%	14,2%	22,9%	14,9%	25,7%
instabilidade política	26,3%	19,8%	32,3%	11,3%	10,3%
ausência de liderança	28,2%	21,4%	30,4%	10,7%	9,2%
corrupção no sector público	11,9%	12,2%	19,5%	21,9%	34,5%
corrupção no sector privado	17,5%	16,0%	27,4%	19,4%	19,7%
baixa qualidade do ensino	15,9%	19,2%	27,5%	19,3%	18,1%
baixa qualidade da assistência médica	12,2%	14,1%	23,3%	20,4%	29,9%
custo elevado do ensino	14,4%	16,1%	26,4%	19,5%	23,5%
custo elevado da assistência médica	14,3%	15,3%	25,8%	19,9%	24,7%
conflito étnico	39,4%	22,7%	22,8%	7,8%	7,2%
conflito religioso	44,5%	22,6%	18,8%	7,3%	6,9%
conflito entre comunidades	42,5%	22,0%	18,7%	9,0%	7,9%
más estradas	8,6%	8,4%	16,3%	23,3%	43,5%
custo elevado dos serviços públicos	9,8%	13,2%	31,2%	23,4%	22,3%
falta de habitação	20,1%	16,6%	20,3%	18,0%	24,9%
falta de saneamento	20,0%	19,2%	23,2%	16,1%	21,5%
falta de água potável	9,3%	8,9%	15,1%	18,1%	48,6%
falta de comida	8,1%	7,1%	17,7%	19,2%	47,9%
injustiça social	18,2%	18,2%	27,5%	18,1%	18,1%
degradação do meio ambiente	24,3%	17,9%	26,4%	15,5%	15,8%

Tabela 1.2 – Problemas do país (Funcionários Públicos)

	Sem importância	2	3	4	Muito Grave
	%	%	%	%	%
custo de vida elevado	,4%	1,6%	3,7%	12,8%	81,5%
desemprego	,6%	1,3%	3,8%	11,1%	83,1%
inflação	1,2%	1,7%	8,2%	19,2%	69,7%
criminalidade	,9%	1,5%	5,7%	13,4%	78,5%
abuso/tráfico de droga	1,2%	4,1%	7,9%	18,6%	68,2%
instabilidade política	8,9%	11,3%	17,8%	22,8%	39,3%
ausência de liderança	8,8%	9,7%	20,0%	23,2%	38,2%
corrupção no sector público	2,4%	3,6%	13,4%	19,7%	60,8%
corrupção no sector privado	5,4%	9,6%	17,4%	21,9%	45,7%
baixa qualidade do ensino	3,1%	4,8%	15,8%	25,3%	51,0%
baixa qualidade da assistência médica	1,9%	5,3%	12,9%	22,7%	57,2%
custo elevado do ensino	3,2%	5,0%	12,4%	25,4%	54,1%
custo elevado da assistência médica	3,1%	4,5%	12,8%	24,3%	55,3%
conflito étnico	23,1%	18,9%	16,0%	12,5%	29,5%
conflito religioso	28,5%	20,1%	15,7%	12,4%	23,2%
conflito entre comunidades	28,1%	19,9%	15,5%	11,9%	24,6%
más estradas	3,5%	4,1%	14,3%	23,6%	54,6%
custo elevado dos serviços públicos	4,8%	8,0%	18,3%	24,1%	44,8%
falta de habitação	2,2%	2,2%	11,2%	21,8%	62,5%
falta de saneamento	2,4%	2,9%	9,3%	20,5%	64,8%
falta de água potável	3,0%	2,6%	10,9%	22,5%	60,9%
falta de comida	2,4%	4,4%	13,2%	19,2%	60,9%
injustiça social	2,6%	3,3%	13,0%	24,1%	57,0%
degradação do meio ambiente	3,5%	6,2%	14,5%	22,6%	53,2%

Tabela 1.3 – Problemas do país (Empresas)

	Sem importância	2	3	4	Muito Grave
	%	%	%	%	%
custo de vida elevado	1,7%	4,1%	19,4%	26,7%	48,1%
desemprego	4,1%	3,7%	12,4%	28,5%	51,2%
inflação	1,4%	6,8%	20,2%	32,1%	39,5%
criminalidade	3,5%	6,2%	14,9%	20,9%	54,5%
abuso/tráfico de droga	13,1%	15,2%	19,4%	25,3%	27,2%
instabilidade política	26,7%	26,9%	27,8%	11,0%	7,6%
ausência de liderança	23,2%	22,0%	29,9%	14,5%	10,4%
corrupção no sector público	5,2%	6,7%	17,5%	29,0%	41,7%
corrupção no sector privado	20,6%	15,5%	22,7%	21,8%	19,3%
baixa qualidade do ensino	7,1%	12,1%	27,9%	28,1%	24,9%
baixa qualidade da assistência médica	4,3%	9,3%	18,0%	33,1%	35,2%
custo elevado do ensino	10,0%	11,1%	22,0%	27,8%	29,1%
custo elevado da assistência médica	11,4%	11,2%	19,4%	26,3%	31,8%
conflito étnico	43,5%	25,3%	18,6%	7,6%	5,1%
conflito religioso	50,7%	24,5%	12,3%	7,5%	5,0%
conflito entre comunidades	55,0%	21,1%	13,6%	6,7%	3,6%
más estradas	3,7%	4,8%	15,5%	29,5%	46,5%
custo elevado dos serviços públicos	7,1%	15,1%	32,4%	25,7%	19,7%
falta de habitação	9,9%	11,0%	16,9%	28,7%	33,5%
falta de saneamento	10,1%	9,7%	13,2%	27,1%	39,9%
falta de água potável	7,1%	7,1%	17,9%	28,7%	39,3%
falta de comida	8,1%	10,2%	27,4%	22,8%	31,5%
injustiça social	9,5%	9,9%	27,7%	28,2%	24,6%
degradação do meio ambiente	10,1%	11,8%	25,6%	27,1%	25,4%

Tabela 2.1 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

	Nunca		Algumas vezes		Frequentemente		A maior parte das vezes		Sempre	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Baseadas na experiência profissional, no mérito ou no desempenho	77	8,0%	217	22,4%	113	11,7%	231	23,9%	330	34,1%
Baseadas no nível de educação	89	9,3%	175	18,2%	124	12,9%	228	23,7%	345	35,9%
Baseadas em laços familiares ou de amizade	719	74,1%	131	13,5%	40	4,1%	58	6,0%	22	2,3%
Baseadas em filiação ou pressão política	731	75,5%	126	13,0%	44	4,5%	43	4,4%	24	2,5%
Baseadas em grupos de influência no seio da instituição	620	63,9%	205	21,1%	54	5,6%	52	5,4%	39	4,0%

Tabela 2.2 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em laços familiares ou de amizade	Nunca	81,2%	84,0%	62,3%	74,1%
	Algumas vezes	11,7%	8,5%	18,4%	13,5%
	Frequentemente	3,4%	2,7%	5,6%	4,1%
	A maior parte das vezes	3,0%	3,1%	10,0%	6,0%
	Sempre	,8%	1,7%	3,7%	2,3%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2.3 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em filiação ou pressão política	Nunca	74,6%	83,8%	69,9%	75,5%
	Algumas vezes	17,4%	9,8%	12,6%	13,0%
	Frequentemente	3,8%	2,4%	6,7%	4,5%
	A maior parte das vezes	3,0%	2,0%	7,2%	4,4%
	Sempre	1,1%	2,0%	3,7%	2,5%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2.4 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em grupos de influência no seio da instituição	Nunca	64,2%	71,9%	57,8%	63,9%
	Algumas vezes	24,5%	17,6%	21,6%	21,1%
	Frequentemente	4,5%	4,4%	7,1%	5,6%
	A maior parte das vezes	3,0%	3,4%	8,3%	5,4%
	Sempre	3,8%	2,7%	5,1%	4,0%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2.5 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Influenciadas por ligações de negócios	Nunca	86,0%	88,8%	76,4%	82,8%
	Algumas vezes	10,9%	7,5%	8,4%	
	Frequentemente	2,3%	1,4%	4,2%	
	A maior parte das vezes	,8%	1,0%	8,1%	
	Sempre		1,4%	2,9%	
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.1 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério do Interior

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em laços familiares ou de amizade	Nunca	90,3%	93,3%	44,4%	74,2%
	Algumas vezes	6,5%		13,9%	7,2%
	Frequentemente		3,3%	25,0%	10,3%
	A maior parte das vezes	3,2%	3,3%	16,7%	8,2%
Total (n=98)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.2 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério do Interior

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em filiação ou pressão política	Nunca	87,1%	86,7%	58,3%	76,3%
	Algumas vezes	12,9%	10,0%	8,3%	10,3%
	Frequentemente			19,4%	7,2%
	A maior parte das vezes			11,1%	4,1%
	Sempre		3,3%	2,8%	2,1%
Total (n=98)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.3 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério do Interior

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em grupos de influência no seio da instituição	Nunca	74,2%	80,0%	41,7%	63,9%
	Algumas vezes	19,4%	13,3%	22,2%	18,6%
	Frequentemente	3,2%		16,7%	7,2%
	A maior parte das vezes		3,3%	13,9%	6,2%
	Sempre	3,2%	3,3%	5,6%	4,1%
Total (n=98)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.4 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério do Interior

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Influenciadas por ligações de negócios	Nunca	96,8%	90,0%	55,6%	79,4%
	Algumas vezes	3,2%	6,7%	13,9%	8,2%
	Frequentemente		3,3%	16,7%	7,2%
	A maior parte das vezes			13,9%	5,2%
Total (n=98)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.5 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Saúde

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em laços familiares ou de amizade	Nunca	75,8%	71,7%	60,0%	68,2%
	Algumas vezes	18,2%	19,6%	24,0%	20,9%
	Frequentemente		6,5%	4,0%	3,9%
	A maior parte das vezes	6,1%	2,2%	8,0%	5,4%
	Sempre			4,0%	1,6%
Total (n=130)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.6 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Saúde

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em filiação ou pressão política	Nunca	72,7%	84,8%	71,4%	76,6%
	Algumas vezes	24,2%	8,7%	22,4%	18,0%
	Frequentemente		2,2%	2,0%	1,6%
	A maior parte das vezes	3,0%	4,3%	4,1%	3,9%
Total (n=130)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.7 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Saúde

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em grupos de influência no seio da instituição	Nunca	45,5%	69,6%	56,0%	58,1%
	Algumas vezes	39,4%	21,7%	32,0%	30,2%
	Frequentemente	6,1%	4,3%	8,0%	6,2%
	A maior parte das vezes	9,1%	2,2%	2,0%	3,9%
	Sempre		2,2%	2,0%	1,6%
Total (n=130)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.8 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Saúde

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Influenciadas por ligações de negócios	Nunca	77,4%	87,0%	88,2%	85,2%
	Algumas vezes	22,6%	8,7%	2,0%	9,4%
	Frequentemente		2,2%	3,9%	2,3%
	A maior parte das vezes		2,2%	3,9%	2,3%
	Sempre			2,0%	,8%
Total (n=130)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.9 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Educação

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em laços familiares ou de amizade	Nunca	85,3%	84,3%	67,3%	78,3%
	Algumas vezes	5,9%	5,9%	25,0%	13,0%
	Frequentemente	5,9%	3,9%		2,9%
	A maior parte das vezes	2,9%	3,9%	3,8%	3,6%
	Sempre		2,0%	3,8%	2,2%
Total (n=138)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.10 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Educação

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em filiação ou pressão política	Nunca	84,8%	80,4%	80,8%	81,8%
	Algumas vezes	6,1%	7,8%	9,6%	8,0%
	Frequentemente		5,9%	3,8%	3,6%
	A maior parte das vezes	6,1%	3,9%	3,8%	4,4%
	Sempre	3,0%	2,0%	1,9%	2,2%
Total (n=138)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.11 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Educação

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Baseadas em grupos de influência no seio da instituição	Nunca	76,5%	68,0%	59,6%	67,2%
	Algumas vezes	23,5%	16,0%	23,1%	20,4%
	Frequentemente		8,0%	5,8%	5,1%
	A maior parte das vezes		6,0%	5,8%	4,4%
	Sempre		2,0%	5,8%	2,9%
Total (n=138)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.12 – Decisões sobre o recrutamento e gestão do pessoal

Ministério da Educação

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Influenciadas por ligações de negócios	Nunca	91,2%	86,0%	82,7%	85,4%
	Algumas vezes	2,9%	8,0%	13,5%	9,5%
	Frequentemente	2,9%	2,0%	1,9%	2,2%
	A maior parte das vezes	2,9%			,7%
	Sempre		4,0%	1,9%	2,2%
Total (n=138)		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 4.1 – Salário mensal total

	nº	%	% Válida	% Acumulada
1,000,000.00 Mt ou menos	38	3,8	3,9	3,9
Entre 1,000,000.00 e 3,500,000.00 Mt	438	44,2	44,6	48,5
Entre 3,501,000.00 e 5,000,000.00 Mt	119	12,0	12,1	60,7
Entre 5,001,000.00 e 10,000,000.00 Mt	152	15,3	15,5	76,1
Mais de 10,000,000.00 Mt	234	23,6	23,9	100,0
Total	981	98,9	100,0	
Missing System	11	1,1		
Total	992	100,0		

Tabela 4.2 – Satisfação com o salário

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	436	44,0	44,2	44,2
2	177	17,8	18,0	62,2
3	207	20,9	21,0	83,2
4	104	10,5	10,5	93,7
Concorda plenamente	62	6,3	6,3	100,0
Total	986	99,4	100,0	
Missing System	6	,6		
Total	992	100,0		

Tabela 4.3 – Satisfação com outros benefícios ligados ao emprego

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	394	39,7	40,1	40,1
2	178	17,9	18,1	58,2
3	165	16,6	16,8	75,0
4	131	13,2	13,3	88,3
Concorda plenamente	115	11,6	11,7	100,0
Total	983	99,1	100,0	
Missing System	9	,9		
Total	992	100,0		

Tabela 4.4 – Salário atrasado

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Entre 0 e 5 vezes	513	51,7	67,8	67,8
Entre 6 e 10 vezes	155	15,6	20,5	88,2
Mais de 10 vezes	89	9,0	11,8	100,0
Total	757	76,3	100,0	
Missing System	235	23,7		
Total	992	100,0		

Tabela 4.5 – Recurso a actividades extras para complementar o salário

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	180	18,1	18,3	18,3
2	138	13,9	14,0	32,3
3	191	19,3	19,4	51,6
4	216	21,8	21,9	73,5
Sempre	261	26,3	26,5	100,0
Total	986	99,4	100,0	
Missing System	6	,6		
Total	992	100,0		

Tabela 4.6 – Segurança do emprego público

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	47	4,7	4,8	4,8
2	22	2,2	2,2	7,0
3	68	6,9	6,9	13,9
4	151	15,2	15,3	29,2
Concorda plenamente	699	70,5	70,8	100,0
Total	987	99,5	100,0	
Missing System	5	,5		
Total	992	100,0		

Tabela 4.6.1 – Segurança do posto e possibilidade de promoção

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem certeza nenhuma	85	8,6	8,6	8,6
De certo modo incerto	66	6,7	6,7	15,3
Nem incerto nem certo	133	13,4	13,5	28,8
De certo modo confiante	304	30,6	30,9	59,7
Muito confiante	397	40,0	40,3	100,0
Total	985	99,3	100,0	
Missing System	7	,7		
Total	992	100,0		

Tabela 4.7 – Incentivos para todos os níveis de funcionários

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	312	31,5	31,6	31,6
2	166	16,7	16,8	48,5
3	159	16,0	16,1	64,6
4	136	13,7	13,8	78,4
Concorda plenamente	213	21,5	21,6	100,0
Total	986	99,4	100,0	
Missing System	6	,6		
Total	992	100,0		

Tabela 4.7.1 – Incentivos para todos os níveis de funcionários por região

% within REGIAO

		REGIAO				Total
			Norte	Centro	Sul	
Existem incentivos para todos os níveis de funcionários	Discorda plenamente	50,0%	31,0%	37,5%	27,7%	31,6%
	2		13,9%	11,0%	23,1%	16,8%
	3		15,7%	12,0%	19,5%	16,1%
	4		14,2%	13,0%	14,1%	13,8%
	Concorda plenamente	50,0%	25,2%	26,4%	15,6%	21,6%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 4.8 – Tendência para o pessoal de direcção passar ao sector privado

		nº	%	% Válida	% Acumulada
	Nunca	611	61,6	62,0	62,0
	Algumas vezes	185	18,6	18,8	80,7
	Frequentemente	45	4,5	4,6	85,3
	A maior parte das vezes	52	5,2	5,3	90,6
	Sempre	26	2,6	2,6	93,2
	NS/SR	67	6,8	6,8	100,0
	Total	986	99,4	100,0	
Missing	System	6	,6		
Total		992	100,0		

Tabela 4.9 – Tendência para o pessoal administrativo passar ao sector privado

		nº	%	% Válida	% Acumulada
	Nunca	579	58,4	58,8	58,8
	Algumas vezes	184	18,5	18,7	77,5
	Frequentemente	67	6,8	6,8	84,3
	A maior parte das vezes	58	5,8	5,9	90,2
	Sempre	37	3,7	3,8	93,9
	NS/SR	60	6,0	6,1	100,0
	Total	985	99,3	100,0	
Missing	System	7	,7		
Total		992	100,0		

Tabela 4.10 – Tendência para o pessoal técnico passar ao sector privado

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	455	45,9	46,1	46,1
Algumas vezes	232	23,4	23,5	69,7
Frequentemente	103	10,4	10,4	80,1
A maior parte das vezes	97	9,8	9,8	90,0
Sempre	44	4,4	4,5	94,4
NS/SR	55	5,5	5,6	100,0
Total	986	99,4	100,0	
Missing System	6	,6		
Total	992	100,0		

Tabela 5.1 – Informação sobre as decisões

	nº	%	% Válida	% Acumulada
O pessoal é raramente informado	39	3,9	3,9	3,9
2	58	5,8	5,9	9,8
3	110	11,1	11,1	21,0
4	181	18,2	18,3	39,3
O pessoal é sempre informado	600	60,5	60,7	100,0
Total	988	99,6	100,0	
Missing System	4	,4		
Total	992	100,0		

Tabela 5.2 – Participação nas decisões

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Os responsáveis raramente tomam em consideração as opiniões dos subordinados	80	8,1	8,1	8,1
2	111	11,2	11,2	19,3
3	170	17,1	17,2	36,5
4	261	26,3	26,4	63,0
Os responsáveis sempre tomam em consideração as opiniões dos subordinados	366	36,9	37,0	100,0
Total	988	99,6	100,0	
System	4	,4		
Total	992	100,0		

Tabela 5.3 – Informação das decisões ao público

As pessoas mais afectadas pelas decisões do sector público são as primeiras a serem informadas

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	228	23,0	23,3	23,3
2	141	14,2	14,4	37,7
3	165	16,6	16,8	54,5
4	174	17,5	17,8	72,2
Concorda plenamente	272	27,4	27,8	100,0
Total	980	98,8	100,0	
Missing System	12	1,2		
Total	992	100,0		

Tabela 6.1 – Fraude, desvio ou irregularidade no orçamento

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	109	11,0	11,4	11,4
Não	850	85,7	88,6	100,0
Total	959	96,7	100,0	
Missing System	33	3,3		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 – Excesso de despesas no orçamento do ano anterior

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	207	20,9	21,9	21,9
Não	740	74,6	78,1	100,0
Total	947	95,5	100,0	
Missing System	45	4,5		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 1 – Excesso de despesas de salários no orçamento

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	73	7,4	33,6	33,6
Não	144	14,5	66,4	100,0
Total	217	21,9	100,0	
Missing System	775	78,1		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 2 – Excesso de despesas de bens e serviços no orçamento

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	150	15,1	69,4	69,4
Não	66	6,7	30,6	100,0
Total	216	21,8	100,0	
Missing System	776	78,2		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 3 – Excesso de despesas de investimentos no orçamento

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	64	6,5	30,3	30,3
Não	147	14,8	69,7	100,0
Total	211	21,3	100,0	
Missing System	781	78,7		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 4 – Eficácia da monitoria da execução orçamental

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Totalmente ineficaz	68	6,9	7,0	7,0
2	76	7,7	7,9	14,9
3	212	21,4	22,0	36,9
4	267	26,9	27,7	64,6
Totalmente eficaz	342	34,5	35,4	100,0
Total	965	97,3	100,0	
Missing System	27	2,7		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 5 – Despesas são objecto de inspecção interna

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	601	60,6	61,7	61,7
Não	373	37,6	38,3	100,0
Total	974	98,2	100,0	
Missing System	18	1,8		
Total	992	100,0		

Tabela 6.2 6 – Despesas são objecto de inspecção pelo Tribunal Administrativo

	n°	%	% Válida	% Acumulada
Sim	536	54,0	55,2	55,2
Não	435	43,9	44,8	100,0
Total	971	97,9	100,0	
Missing System	21	2,1		
Total	992	100,0		

Tabela 6.6 – Excepções a requisitos sobre concursos públicos

	n°	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	359	36,2	36,7	36,7
Algumas vezes	229	23,1	23,4	60,1
Cerca de metade das vezes	34	3,4	3,5	63,6
Mais de metade das vezes	35	3,5	3,6	67,2
Quase todas as vezes	82	8,3	8,4	75,6
NS/SR	239	24,1	24,4	100,0
Total	978	98,6	100,0	
System	14	1,4		
Total	992	100,0		

Tabela 7.1 – Missão e objectivos das instituições

% within Nome da Organização

	Existe um documento escrito onde são definidos a missão e objectivos da instituição	
	Sim	Não
Ministério do Interior	86,6%	13,4%
Ministério das Pescas	90,3%	9,7%
Ministério da Indústria e Comércio	92,8%	7,2%
Procuradoria da República	86,2%	13,8%
Tribunal Judicial	84,8%	15,2%
Ministério da Coordenação Ambiental	95,7%	4,3%
Ministério do Trabalho	93,0%	7,0%
Ministério do Plano e Finanças	91,8%	8,2%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	91,4%	8,6%
Conselho Municipal	93,1%	6,9%
Ministério da Saúde	83,1%	16,9%
Ministério da Educação	96,3%	3,7%
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	90,0%	10,0%
Ministério da Justiça	81,8%	18,2%
Assembleia da República	88,2%	11,8%
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	93,8%	6,3%
Banco de Moçambique	100,0%	
Tribunal Administrativo	80,0%	20,0%
Total	89,5%	10,5%

Tabela 7.1.1 – Missão e objectivos das instituições por região

% within REGIAO

		REGIAO			Total
		Norte	Centro	Sul	
Existe um documento escrito onde são definidos a missão e objectivos da instituição	Sim	94,9%	92,6%	83,6%	89,5%
	Não	5,1%	7,4%	16,4%	10,5%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 7.2 – Conhecimento das responsabilidades e tarefas individuais

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	10	1,0	1,0	1,0
2	9	,9	,9	1,9
3	50	5,0	5,1	7,0
4	164	16,5	16,6	23,6
Concorda plenamente	753	75,9	76,4	100,0
Total	986	99,4	100,0	
Missing System	6	,6		
Total	992	100,0		

Tabela 7.2.1 – Conhecimento das responsabilidades e tarefas individuais por organização

% within Nome da Organização

	Você conhece claramente todas as suas responsabilidades e tarefas					Total
	Discorda plenamente	2	3	4	Concorda plenamente	
Ministério do Interior	1,0%	3,1%	7,2%	11,3%	77,3%	100,0%
Ministério das Pescas			6,5%	19,4%	74,2%	100,0%
Ministério da Indústria e Comércio			2,9%	11,6%	85,5%	100,0%
Procuradoria da República		1,5%	3,1%	30,8%	64,6%	100,0%
Tribunal Judicial			4,2%	10,4%	85,4%	100,0%
Ministério da Coordenação Ambiental		4,3%	8,7%	26,1%	60,9%	100,0%
Ministério do Trabalho	1,7%		3,4%	16,9%	78,0%	100,0%
Ministério do Plano e Finanças	2,7%	1,3%	4,0%	22,7%	69,3%	100,0%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	3,5%		7,0%	19,3%	70,2%	100,0%
Conselho Municipal	1,7%	1,7%	5,2%	12,1%	79,3%	100,0%
Ministério da Saúde			3,1%	15,5%	81,4%	100,0%
Ministério da Educação	2,2%	,7%	3,6%	16,8%	76,6%	100,0%
Ministério dos Recursos Minerais e Energia			10,0%	13,3%	76,7%	100,0%
Ministério da Justiça			6,1%	12,1%	81,8%	100,0%
Assembleia da República			11,8%	11,8%	76,5%	100,0%
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia		6,3%	12,5%	25,0%	56,3%	100,0%
Banco de Moçambique				50,0%	50,0%	100,0%
Tribunal Administrativo			20,0%		80,0%	100,0%
Total	1,0%	,9%	5,1%	16,6%	76,4%	100,0%

Tabela 7.3 – Engajamento na realização dos objectivos da instituição

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	35	3,5	3,5	3,5
2	85	8,6	8,6	12,2
3	171	17,2	17,3	29,5
4	293	29,5	29,7	59,2
Concorda plenamente	403	40,6	40,8	100,0
Total	987	99,5	100,0	
Missing System	5	,5		
Total	992	100,0		

Tabela 7.3.1 – Engajamento na realização dos objectivos da instituição por organização

% within Nome da Organização

	Todos funcionários se identificam e estão engajados na realização dos objectivos da instituição					Total
	Discorda plenamente	2	3	4	Concorda plenamente	
Ministério do Interior	2,1%	5,2%	14,4%	20,6%	57,7%	100,0%
Ministério das Pescas		6,5%	32,3%	32,3%	29,0%	100,0%
Ministério da Indústria e Comércio	1,4%	8,7%	11,6%	24,6%	53,6%	100,0%
Procuradoria da República	4,6%	7,7%	15,4%	44,6%	27,7%	100,0%
Tribunal Judicial	4,2%	14,6%	14,6%	18,8%	47,9%	100,0%
Ministério da Coordenação Ambiental	4,3%	17,4%	21,7%	30,4%	26,1%	100,0%
Ministério do Trabalho		3,4%	16,9%	39,0%	40,7%	100,0%
Ministério do Plano e Finanças	1,3%	6,7%	16,0%	36,0%	40,0%	100,0%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	1,8%	12,3%	17,5%	26,3%	42,1%	100,0%
Conselho Municipal	10,5%	10,5%	22,8%	22,8%	33,3%	100,0%
Ministério da Saúde	3,1%	7,7%	20,0%	28,5%	40,8%	100,0%
Ministério da Educação	5,1%	8,0%	16,7%	34,8%	35,5%	100,0%
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	13,3%	3,3%	16,7%	16,7%	50,0%	100,0%
Ministério da Justiça	3,0%	6,1%	16,7%	31,8%	42,4%	100,0%
Assembleia da República		11,8%	11,8%	35,3%	41,2%	100,0%
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	6,3%	37,5%	25,0%	18,8%	12,5%	100,0%
Banco de Moçambique		25,0%		25,0%	50,0%	100,0%
Tribunal Administrativo		20,0%	20,0%	40,0%	20,0%	100,0%
Total	3,5%	8,6%	17,3%	29,7%	40,8%	100,0%

Tabela 7.4 – Conhecimento dos objectivos e estratégia da instituição

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	79	8,0	8,0	8,0
2	103	10,4	10,4	18,4
3	188	19,0	19,0	37,4
4	230	23,2	23,2	60,6
Concorda plenamente	390	39,3	39,4	100,0
Total	990	99,8	100,0	
Missing System	2	,2		
Total	992	100,0		

Tabela 8.1 – Existência de padrões de desempenho na instituição

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	538	54,2	54,8	54,8
Não	443	44,7	45,2	100,0
Total	981	98,9	100,0	
Missing System	11	1,1		
Total	992	100,0		

Tabela 8.2 – O serviço é percebido pelos utentes como sendo de alta qualidade

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	60	6,0	6,1	6,1
2	72	7,3	7,3	13,4
3	209	21,1	21,3	34,7
4	238	24,0	24,2	58,9
Concorda plenamente	404	40,7	41,1	100,0
Total	983	99,1	100,0	
Missing System	9	,9		
Total	992	100,0		

Tabela 8.3 – O serviço é eficaz

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	116	11,7	11,8	11,8
2	106	10,7	10,8	22,6
3	220	22,2	22,4	44,9
4	246	24,8	25,0	69,9
Concorda plenamente	296	29,8	30,1	100,0
Total	984	99,2	100,0	
Missing System	8	,8		
Total	992	100,0		

Tabela 8.4 – O serviço é útil para reduzir a pobreza

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	84	8,5	8,5	8,5
2	54	5,4	5,5	14,0
3	123	12,4	12,5	26,5
4	183	18,4	18,6	45,1
Concorda plenamente	541	54,5	54,9	100,0
Total	985	99,3	100,0	
Missing System	7	,7		
Total	992	100,0		

Tabela 8.5 – Mecanismos para considerar as necessidades dos utentes

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Valid Sim	831	83,8	84,8	84,8
Não	149	15,0	15,2	100,0
Total	980	98,8	100,0	
Missing System	12	1,2		
Total	992	100,0		

Tabela 8.6 – Mecanismos para considerar as reacções dos utentes

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	27	2,7	2,8	2,8
Algumas vezes	149	15,0	15,4	18,2
Frequentemente	152	15,3	15,7	34,0
A maior parte das vezes	253	25,5	26,2	60,1
Sempre	385	38,8	39,9	100,0
Total	966	97,4	100,0	
Missing System	26	2,6		
Total	992	100,0		

Tabela 8.7 – Mecanismos para canalizar as reclamações dos utentes

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	33	3,3	3,4	3,4
Algumas vezes	120	12,1	12,4	15,8
Frequentemente	131	13,2	13,5	29,3
A maior parte das vezes	247	24,9	25,5	54,8
Sempre	438	44,2	45,2	100,0
Total	969	97,7	100,0	
Missing System	23	2,3		
Total	992	100,0		

Tabela 8.8 – Eficácia dos mecanismos de consulta

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Muito ineficaz	15	1,5	1,8	1,8
De certo modo ineficaz	33	3,3	3,9	5,6
Nem ineficaz nem eficaz	96	9,7	11,3	16,9
De certo modo eficaz	380	38,3	44,7	61,6
Muito eficaz	326	32,9	38,4	100,0
Total	850	85,7	100,0	
Missing System	142	14,3		
Total	992	100,0		

Tabela 8.9 – Eficácia dos mecanismos de reclamação

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Muito ineficaz	17	1,7	2,0	2,0
De certo modo ineficaz	49	4,9	5,8	7,8
Nem ineficaz nem eficaz	107	10,8	12,6	20,4
De certo modo eficaz	377	38,0	44,4	64,7
Muito eficaz	300	30,2	35,3	100,0
Total	850	85,7	100,0	
Missing System	142	14,3		
Total	992	100,0		

Tabela 8.10 – Reclamações resultam em acções disciplinares

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	182	18,3	21,5	21,5
Algumas vezes	329	33,2	38,8	60,3
Cerca de metade das vezes	68	6,9	8,0	68,3
Mais de metade das vezes	112	11,3	13,2	81,5
Quase todas as vezes	157	15,8	18,5	100,0
Total	848	85,5	100,0	
Missing System	144	14,5		
Total	992	100,0		

Tabela 9.1 – Instituição lida com o público

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sim	945	95,3	95,9	95,9
Não	40	4,0	4,1	100,0
Total	985	99,3	100,0	
Missing System	7	,7		
Total	992	100,0		

Tabela 9.2 – Instituição é acessível aos pobres

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Discorda plenamente	119	12,0	12,1	12,1
2	87	8,8	8,8	20,9
3	124	12,5	12,6	33,5
4	202	20,4	20,5	54,0
Concorda plenamente	454	45,8	46,0	100,0
Total	986	99,4	100,0	
Missing System	6	,6		
Total	992	100,0		

Tabela 9.3 – Instituição é acessível aos pobres (por região)

	REGIAO					
	Norte		Centro		Sul	
	nº	%	nº	%	nº	%
Discorda plenamente	41	14,9%	35	11,7%	43	10,5%
2	20	7,2%	19	6,4%	48	11,7%
3	28	10,1%	25	8,4%	71	17,3%
4	49	17,8%	63	21,1%	89	21,7%
Concorda plenamente	138	50,0%	156	52,3%	159	38,8%

Tabela 9.4 – Instituição é acessível aos pobres (por instituição)

		O serviço prestado pela sua organização é acessível aos pobres				Concorda plenamente	Total
		Discorda plenamente	2	3	4		
Ministério do Interior	nº	13	7	11	15	52	98
	%	13,3%	7,1%	11,2%	15,3%	53,1%	100,0%
Ministério das Pescas	nº	2	3	5	5	15	30
	%	6,7%	10,0%	16,7%	16,7%	50,0%	100,0%
Ministério da Indústria e Comércio	nº	18	5	6	13	27	69
	%	26,1%	7,2%	8,7%	18,8%	39,1%	100,0%
Procuradoria da República	nº	4	7	8	12	34	65
	%	6,2%	10,8%	12,3%	18,5%	52,3%	100,0%
Tribunal Judicial	nº	9	6	7	4	22	48
	%	18,8%	12,5%	14,6%	8,3%	45,8%	100,0%
Ministério da Coordenação Ambiental	nº	5	4	3	4	7	23
	%	21,7%	17,4%	13,0%	17,4%	30,4%	100,0%
Ministério do Trabalho	nº	5	5	5	14	29	58
	%	8,6%	8,6%	8,6%	24,1%	50,0%	100,0%
Ministério do Plano e Finanças	nº	12	14	11	20	18	75
	%	16,0%	18,7%	14,7%	26,7%	24,0%	100,0%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	nº	11	5	8	10	24	58
	%	19,0%	8,6%	13,8%	17,2%	41,4%	100,0%
Conselho Municipal	nº	8	5	12	12	21	58
	%	13,8%	8,6%	20,7%	20,7%	36,2%	100,0%
Ministério da Saúde	nº	7	2	9	25	85	128
	%	5,5%	1,6%	7,0%	19,5%	66,4%	100,0%
Ministério da Educação	nº	12	12	13	31	70	138
	%	8,7%	8,7%	9,4%	22,5%	50,7%	100,0%
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	nº	5	2	5	9	9	30
	%	16,7%	6,7%	16,7%	30,0%	30,0%	100,0%
Ministério da Justiça	nº	3	3	13	15	32	66
	%	4,5%	4,5%	19,7%	22,7%	48,5%	100,0%
Assembleia da República	nº	4	4	1	4	4	17
	%	23,5%	23,5%	5,9%	23,5%	23,5%	100,0%
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	nº		2	5	7	2	16
	%		12,5%	31,3%	43,8%	12,5%	100,0%
Banco de Moçambique	nº	1	1		1	1	4
	%	25,0%	25,0%		25,0%	25,0%	100,0%
Tribunal Administrativo	nº			2	1	2	5
	%			40,0%	20,0%	40,0%	100,0%
Total	nº	119	87	124	202	454	986
	%	12,1%	8,8%	12,6%	20,5%	46,0%	100,0%

Tabela 10.1 – Informação sobre decisões

		Sobre decisões importante tomadas na sua instituição				Total	
		O pessoal é raramente informado	2	3	4		O pessoal é sempre informado
Ministério do Interior	nº	11	7	9	12	59	98
	%	11,2%	7,1%	9,2%	12,2%	60,2%	100,0%
Ministério das Pescas	nº		2	8	7	14	31
	%		6,5%	25,8%	22,6%	45,2%	100,0%
Ministério da Indústria e Comércio	nº	1	1	8	8	51	69
	%	1,4%	1,4%	11,6%	11,6%	73,9%	100,0%
Procuradoria da República	nº		3	11	17	34	65
	%		4,6%	16,9%	26,2%	52,3%	100,0%
Tribunal Judicial	nº	4	1	2	7	33	47
	%	8,5%	2,1%	4,3%	14,9%	70,2%	100,0%
Ministério da Coordenação Ambiental	nº	2	2	5	5	9	23
	%	8,7%	8,7%	21,7%	21,7%	39,1%	100,0%
Ministério do Trabalho	nº	4	4	6	8	37	59
	%	6,8%	6,8%	10,2%	13,6%	62,7%	100,0%
Ministério do Plano e Finanças	nº	1	2	6	18	48	75
	%	1,3%	2,7%	8,0%	24,0%	64,0%	100,0%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	nº	2	5	14	8	29	58
	%	3,4%	8,6%	24,1%	13,8%	50,0%	100,0%
Conselho Municipal	nº	5	4	4	8	37	58
	%	8,6%	6,9%	6,9%	13,8%	63,8%	100,0%
Ministério da Saúde	nº	4	9	12	34	71	130
	%	3,1%	6,9%	9,2%	26,2%	54,6%	100,0%
Ministério da Educação	nº	2	8	10	21	97	138
	%	1,4%	5,8%	7,2%	15,2%	70,3%	100,0%
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	nº		1	3	7	19	30
	%		3,3%	10,0%	23,3%	63,3%	100,0%
Ministério da Justiça	nº	2	6	3	12	42	65
	%	3,1%	9,2%	4,6%	18,5%	64,6%	100,0%
Assembleia da República	nº	1	2	2	2	10	17
	%	5,9%	11,8%	11,8%	11,8%	58,8%	100,0%
Ministério do Ensino Superior, Ciência e	nº		1	6	5	4	16
	%		6,3%	37,5%	31,3%	25,0%	100,0%
Banco de Moçambique	nº				1	3	4
	%				25,0%	75,0%	100,0%
Tribunal Administrativo	nº			1	1	3	5
	%			20,0%	20,0%	60,0%	100,0%
Total	nº	39	58	110	181	600	988
	%	3,9%	5,9%	11,1%	18,3%	60,7%	100,0%

Tabela 10.2 – Participação nas decisões

		Quando as decisões são tomadas na sua instituição, os responsáveis				Total	
		Raramente tomam em consideração as opiniões dos subordinados	2	3	4		Sempre tomam em consideração as opiniões dos subordinados
Ministério do Interior	nº	16	9	14	20	39	98
	%	16,3%	9,2%	14,3%	20,4%	39,8%	100,0%
Ministério das Pescas	nº	4	2	7	13	5	31
	%	12,9%	6,5%	22,6%	41,9%	16,1%	100,0%
Ministério da Indústria e Comércio	nº	8	4	11	15	31	69
	%	11,6%	5,8%	15,9%	21,7%	44,9%	100,0%
Procuradoria da República	nº	5	11	13	12	24	65
	%	7,7%	16,9%	20,0%	18,5%	36,9%	100,0%
Tribunal Judicial	nº	7	6	7	13	15	48
	%	14,6%	12,5%	14,6%	27,1%	31,3%	100,0%
Ministério da Coordenação Ambiental	nº	2	4	5	6	6	23
	%	8,7%	17,4%	21,7%	26,1%	26,1%	100,0%
Ministério do Trabalho	nº	4	7	8	21	19	59
	%	6,8%	11,9%	13,6%	35,6%	32,2%	100,0%
Ministério do Plano e Finanças	nº	2	6	16	24	27	75
	%	2,7%	8,0%	21,3%	32,0%	36,0%	100,0%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	nº	5	5	14	16	18	58
	%	8,6%	8,6%	24,1%	27,6%	31,0%	100,0%
Conselho Municipal	nº	4	5	8	9	32	58
	%	6,9%	8,6%	13,8%	15,5%	55,2%	100,0%
Ministério da Saúde	nº	8	15	22	35	50	130
	%	6,2%	11,5%	16,9%	26,9%	38,5%	100,0%
Ministério da Educação	nº	9	19	16	42	51	137
	%	6,6%	13,9%	11,7%	30,7%	37,2%	100,0%
Ministério dos Recursos Minerais e Energia	nº		1	7	12	10	30
	%		3,3%	23,3%	40,0%	33,3%	100,0%
Ministério da Justiça	nº	4	7	15	15	24	65
	%	6,2%	10,8%	23,1%	23,1%	36,9%	100,0%
Assembleia da República	nº	2	3	2	1	9	17
	%	11,8%	17,6%	11,8%	5,9%	52,9%	100,0%
Ministério do Ensino Superior, Ciência e	nº		6	3	4	3	16
	%		37,5%	18,8%	25,0%	18,8%	100,0%
Banco de Moçambique	nº			1	2	1	4
	%			25,0%	50,0%	25,0%	100,0%
Tribunal Administrativo	nº		1	1	1	2	5
	%		20,0%	20,0%	20,0%	40,0%	100,0%
Total	nº	80	111	170	261	366	988
	%	8,1%	11,2%	17,2%	26,4%	37,0%	100,0%

Tabela 11.1 – Medidas para melhorar o desempenho da instituição

	Sem importância nenhuma	2	3	4	Muito importante
	%	%	%	%	%
Mais recursos do orçamento	,9%	1,7%	6,9%	11,8%	78,7%
Mais pessoal	8,8%	9,9%	13,4%	21,9%	45,9%
Pessoal melhor formado	,4%	,7%	4,3%	12,8%	81,8%
Salários mais elevados	1,0%	2,3%	7,3%	17,8%	71,6%
Maior autonomia de gestão	1,6%	2,6%	10,7%	21,5%	63,5%
Ausência de influência política	15,3%	8,8%	11,0%	12,3%	52,6%
Ligação mais estreita entre o desempenho e a remuneração	2,5%	2,9%	6,2%	18,7%	69,7%
Mais e melhor equipamento	,1%	1,8%	2,9%	13,9%	81,2%
Melhor comunicação entre o pessoal	1,0%	1,2%	5,3%	14,3%	78,2%
Melhor quadro legal	1,4%	3,0%	7,1%	17,6%	70,9%
Mandato operacional mais reduzido	15,1%	10,7%	18,0%	18,1%	38,1%
Melhor capacidade para detectar e punir a corrupção	,4%	2,0%	5,7%	9,0%	82,9%

Tabela 11.2 – Apoio para diferentes tipos de reformas do sector público

	Apoio totalmente nulo	2	3	4	Apoio total
	%	%	%	%	%
Definição do salário médio para os funcionários públicos	5,4%	3,7%	7,4%	13,3%	70,3%
Criação de um sistema de gestão do pessoal no sector público	1,5%	3,2%	7,7%	19,7%	67,8%
Redução do número de trabalhadores do Estado	47,8%	14,5%	15,2%	10,5%	12,0%
Descentralização administrativa do Estado	4,5%	6,2%	14,7%	19,6%	55,1%
Maior percepção sobre as funções do Governo	3,0%	4,5%	14,0%	25,6%	52,8%
Declaração pública regular dos bens dos funcionários públicos	8,5%	6,2%	14,0%	20,1%	51,1%
Simplificar os procedimentos administrativos	2,8%	2,1%	7,9%	20,0%	67,2%

Tabela 11.3 – Reforma prioritária no sector público

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Definição do salário médio	454	45,8	46,2	46,2
Criação de um sistema de gestão do pessoal	191	19,3	19,5	65,7
Redução do nº de trabalhadores do Estado	29	2,9	3,0	68,6
Descentralização administrativa do Estado	138	13,9	14,1	82,7
Maior perceção sobre funções do Governo	43	4,3	4,4	87,1
Declaração pública dos bens dos funcionários públicos	40	4,0	4,1	91,1
Simplificar os procedimentos administrativos	87	8,8	8,9	100,0
Total	982	99,0	100,0	
System	10	1,0		
Total	992	100,0		

Tabela 12.1 – As instituições mais desonestas (Agregados Familiares)

	A organização pública mais desonesta		A segunda organização mais desonesta	
	Count	%	Count	%
Conselho de Ministros	80	3,6%	49	2,3%
Partidos Políticos	210	9,4%	140	6,5%
Assembleia da República	49	2,2%	49	2,3%
Serviços de Finanças	40	1,8%	29	1,3%
Alfândegas	159	7,1%	120	5,5%
Direcção Nacional do Orçamento	25	1,1%	21	1,0%
Ministério da Indústria e Comércio	51	2,3%	36	1,7%
Ministério dos Transportes e Comunicações	55	2,5%	84	3,9%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	53	2,4%	47	2,2%
Banco de Moçambique	17	,8%	31	1,4%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	48	2,1%	56	2,6%
Ministério da Educação	73	3,3%	79	3,6%
Ministério da Saúde	168	7,5%	187	8,6%
Notários	17	,8%	27	1,2%
Ministério da Coordenação e da Acção Social	34	1,5%	28	1,3%
Correios	11	,5%	8	,4%
Polícia	529	23,6%	331	15,3%
Polícia de Trânsito	100	4,5%	203	9,4%
Inspeção do Estado	10	,4%	21	1,0%
Tribunais Judiciais	72	3,2%	112	5,2%
Procuradoria da República	14	,6%	33	1,5%
Governo Provincial	51	2,3%	57	2,6%
Governo Municipal	65	2,9%	131	6,0%
Direcção Nacional das Águas	198	8,8%	122	5,6%
Electricidade de Moçambique	50	2,2%	68	3,1%
Telecomunicações de Moçambique	6	,3%	14	,6%
Forças Armadas	14	,6%	19	,9%
Media	2	,1%	7	,3%
ONGs	8	,4%	21	1,0%
Instituições religiosas	11	,5%	13	,6%
Direcção Nacional de Migração	19	,8%	25	1,2%

Tabela 12.2 – As instituições mais desonestas (Funcionários)

	A organização pública mais desonesta		A segunda organização mais desonesta	
	Count	%	Count	%
Conselho de Ministros	7	,7%	7	,7%
Partidos Políticos	47	4,8%	30	3,1%
Assembleia da República	17	1,7%	15	1,5%
Serviços de Finanças	19	2,0%	13	1,3%
Alfândegas	53	5,4%	57	5,9%
Direcção Nacional do Orçamento	4	,4%	4	,4%
Ministério da Indústria e Comércio	13	1,3%	12	1,2%
Ministério dos Transportes e Comunicações	5	,5%	6	,6%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	6	,6%	3	,3%
Banco de Moçambique	9	,9%	12	1,2%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	19	2,0%	22	2,3%
Ministério da Educação	34	3,5%	18	1,9%
Ministério da Saúde	60	6,2%	56	5,8%
Notários	13	1,3%	9	,9%
Ministério da Coordenação e da Acção Social	14	1,4%	8	,8%
Correios	18	1,8%	17	1,7%
Polícia	220	22,6%	138	14,2%
Polícia de Trânsito	181	18,6%	183	18,8%
Inspeção do Estado	12	1,2%	15	1,5%
Tribunais Judiciais	30	3,1%	69	7,1%
Procuradoria da República	19	2,0%	29	3,0%
Governo Provincial			4	,4%
Governo Municipal	42	4,3%	57	5,9%
Direcção Nacional das Águas	19	2,0%	26	2,7%
Electricidade de Moçambique	70	7,2%	72	7,4%
Telecomunicações de Moçambique	12	1,2%	24	2,5%
Forças Armadas	5	,5%	10	1,0%
Media	3	,3%	10	1,0%
ONGs	4	,4%	12	1,2%
Instituições religiosas	6	,6%	10	1,0%
Direcção Nacional de Migração	13	1,3%	24	2,5%

Tabela 12.3 – As instituições mais desonestas (Empresas)

	A organização pública menos honesta		A segunda organização pública menos honesta	
	Count	%	Count	%
Conselho de Ministros	4	,9%	5	1,2%
Partidos Políticos	17	3,8%	20	4,6%
Assembleia da República	3	,7%	9	2,1%
Serviços de Finanças	5	1,1%	7	1,6%
Alfândegas	45	10,2%	27	6,2%
Direcção Nacional do Orçamento	1	,2%	1	,2%
Ministério da Indústria e Comércio	4	,9%	3	,7%
Ministério dos Transportes e Comunicações			7	1,6%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	2	,5%		
Banco de Moçambique	1	,2%		
Ministério das Obras Públicas e Habitação	9	2,0%	13	3,0%
Ministério da Educação	8	1,8%	10	2,3%
Ministério da Saúde	17	3,8%	20	4,6%
Notários	1	,2%	2	,5%
Ministério da Coordenação e da Acção Social	4	,9%	3	,7%
Correios	3	,7%	2	,5%
Polícia	134	30,3%	62	14,3%
Polícia de Trânsito	88	19,9%	90	20,7%
Inspecção do Estado	5	1,1%	9	2,1%
Tribunais Judiciais	19	4,3%	42	9,7%
Procuradoria da República	10	2,3%	5	1,2%
Governo Provincial	3	,7%	6	1,4%
Governo Municipal	15	3,4%	30	6,9%
Direcção Nacional das Águas	5	1,1%	11	2,5%
Electricidade de Moçambique	25	5,7%	28	6,5%
Telecomunicações de Moçambique	4	,9%	9	2,1%
Forças Armadas	1	,2%	1	,2%
Media			3	,7%
ONGs	3	,7%		
Instituições religiosas	2	,5%	3	,7%
Direcção Nacional de Migração	4	,9%	6	1,4%

Tabela 12.4 – A honestidade das instituições (Agregados Familiares)

	Muito desonesto		2		3		4		Muito honesto		NS/SR	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Conselho de Ministros	221	9,1%	166	6,8%	326	13,4%	354	14,5%	678	27,9%	688	28,3%
Partidos políticos	433	17,8%	302	12,4%	455	18,7%	365	15,0%	538	22,1%	338	13,9%
Assembleia da República	240	9,9%	200	8,3%	398	16,4%	428	17,7%	618	25,5%	540	22,3%
Serviços de Finanças	217	9,0%	223	9,2%	495	20,5%	352	14,6%	449	18,6%	682	28,2%
Alfândegas	466	19,2%	323	13,3%	395	16,3%	228	9,4%	328	13,5%	685	28,2%
DNO	205	8,5%	204	8,5%	494	20,5%	320	13,3%	345	14,3%	846	35,0%
Ministério da Indústria e Comércio	184	7,6%	238	9,8%	539	22,3%	450	18,6%	377	15,6%	634	26,2%
Ministério dos Transportes e Comunicações	264	10,9%	250	10,3%	561	23,1%	405	16,7%	431	17,7%	519	21,4%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	208	8,6%	186	7,6%	433	17,8%	455	18,7%	792	32,6%	358	14,7%
Banco de Moçambique	158	6,5%	164	6,7%	433	17,8%	390	16,0%	630	25,9%	655	27,0%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	269	11,1%	241	9,9%	506	20,9%	384	15,8%	446	18,4%	580	23,9%
Ministério da Educação	239	9,8%	198	8,1%	427	17,6%	511	21,0%	888	36,5%	168	6,9%
Ministério da Saúde	361	14,9%	313	12,9%	418	17,2%	468	19,3%	716	29,5%	150	6,2%
Notários	178	7,4%	215	8,9%	566	23,4%	353	14,6%	468	19,4%	638	26,4%
Ministério da Coordenação e da Acção Social	175	7,2%	181	7,5%	537	22,1%	353	14,5%	504	20,8%	677	27,9%
Correios	143	5,9%	145	6,0%	527	21,8%	386	16,0%	498	20,6%	713	29,6%
Polícia	865	35,6%	373	15,3%	334	13,7%	305	12,5%	391	16,1%	163	6,7%
Polícia de Trânsito	642	26,5%	349	14,4%	429	17,7%	301	12,4%	324	13,4%	380	15,7%
Inspeção do Estado	191	7,9%	217	9,0%	576	23,8%	293	12,1%	347	14,4%	794	32,8%
Tribunais Judiciais	368	15,2%	239	9,9%	501	20,7%	450	18,6%	497	20,5%	368	15,2%
Procuradoria da República	229	9,4%	192	7,9%	478	19,7%	341	14,1%	547	22,6%	638	26,3%
Governo Provincial	238	9,8%	181	7,5%	431	17,7%	512	21,1%	719	29,6%	348	14,3%
Governo Municipal	337	13,8%	216	8,9%	475	19,5%	415	17,0%	480	19,7%	512	21,0%
DNA	401	16,5%	268	11,1%	491	20,3%	372	15,4%	440	18,2%	451	18,6%
honestidade - EDM	251	10,4%	280	11,6%	522	21,6%	342	14,1%	359	14,8%	666	27,5%
TDM	177	7,3%	203	8,4%	519	21,4%	374	15,5%	404	16,7%	743	30,7%
Forças Armadas	115	4,8%	120	5,0%	412	17,1%	512	21,3%	863	35,9%	385	16,0%
Media	99	4,1%	84	3,5%	330	13,7%	448	18,6%	1197	49,7%	251	10,4%
ONGs	96	4,0%	108	4,5%	429	17,9%	472	19,7%	878	36,6%	419	17,4%
Instituições religiosas	84	3,5%	113	4,7%	384	15,9%	468	19,4%	1157	47,9%	209	8,7%
Direcção Nacional de Migração	165	6,9%	206	8,6%	545	22,7%	341	14,2%	439	18,2%	710	29,5%

Tabela 12.5 – A honestidade das instituições (Funcionários)

	Muito desonesto		2		3		4		Muito honesto		NS/SR	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Conselho de Ministros	26	2,6%	83	8,4%	206	20,9%	328	33,3%	280	28,4%	63	6,4%
Partidos políticos	155	15,7%	222	22,5%	288	29,2%	173	17,5%	84	8,5%	64	6,5%
Assembleia da República	80	8,1%	129	13,1%	251	25,5%	274	27,8%	211	21,4%	39	4,0%
Serviços de Finanças	74	7,5%	122	12,4%	273	27,8%	272	27,7%	200	20,4%	41	4,2%
Alfândegas	139	14,1%	187	19,0%	281	28,5%	201	20,4%	125	12,7%	53	5,4%
DNO	45	4,6%	104	10,6%	281	28,6%	296	30,1%	202	20,5%	55	5,6%
Ministério da Indústria e Comércio	56	5,7%	130	13,2%	298	30,3%	269	27,3%	148	15,0%	84	8,5%
Ministério dos Transportes e Comunicações	37	3,8%	96	9,7%	303	30,7%	291	29,5%	186	18,9%	73	7,4%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	31	3,1%	66	6,7%	244	24,8%	339	34,4%	254	25,8%	51	5,2%
Banco de Moçambique	50	5,1%	108	11,0%	258	26,2%	287	29,1%	220	22,3%	63	6,4%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	67	6,8%	149	15,1%	318	32,3%	266	27,0%	134	13,6%	51	5,2%
Ministério da Educação	68	6,9%	105	10,7%	278	28,3%	302	30,8%	193	19,7%	36	3,7%
Ministério da Saúde	98	9,9%	120	12,2%	292	29,6%	270	27,4%	176	17,9%	29	2,9%
Notários	58	5,9%	123	12,5%	311	31,6%	285	29,0%	172	17,5%	34	3,5%
Ministério da Coordenação e da Acção Social	55	5,6%	130	13,3%	294	30,0%	265	27,0%	176	17,9%	61	6,2%
Correios	91	9,3%	156	15,9%	296	30,2%	204	20,8%	132	13,5%	100	10,2%
Polícia	269	27,3%	215	21,8%	272	27,6%	134	13,6%	80	8,1%	16	1,6%
Polícia de Trânsito	313	31,8%	245	24,9%	249	25,3%	102	10,4%	61	6,2%	15	1,5%
Inspecção do Estado	90	9,2%	144	14,7%	255	26,0%	251	25,6%	168	17,1%	74	7,5%
Tribunais Judiciais	116	11,8%	155	15,7%	290	29,4%	231	23,4%	154	15,6%	41	4,2%
Procuradoria da República	78	7,9%	116	11,8%	314	31,9%	250	25,4%	186	18,9%	41	4,2%
Governo Provincial	28	2,8%	83	8,4%	233	23,7%	321	32,6%	288	29,2%	32	3,2%
Governo Municipal	116	11,8%	173	17,5%	312	31,6%	243	24,6%	106	10,8%	36	3,7%
DNA	66	6,7%	135	13,7%	348	35,4%	257	26,1%	131	13,3%	47	4,8%
EDM	121	12,3%	173	17,6%	325	33,1%	219	22,3%	128	13,0%	17	1,7%
TDM	49	5,0%	108	11,0%	270	27,4%	307	31,2%	222	22,6%	28	2,8%
Forças Armadas	23	2,3%	99	10,1%	261	26,5%	280	28,5%	217	22,1%	104	10,6%
Media	30	3,1%	71	7,3%	200	20,4%	327	33,4%	325	33,2%	26	2,7%
ONGs	19	1,9%	99	10,1%	251	25,6%	289	29,5%	260	26,6%	61	6,2%
Instituições religiosas	14	1,4%	62	6,3%	206	20,9%	315	32,0%	347	35,2%	41	4,2%
Direcção Nacional de Migração	54	5,5%	135	13,7%	301	30,6%	258	26,2%	173	17,6%	64	6,5%

Tabela 12.6 – A honestidade das instituições (Empresas)

	Muito desonesto		2		3		4		Muito honesto		NS/SR	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Conselho de Ministros	16	3,4%	46	9,8%	211	44,8%	130	27,6%	56	11,9%	12	2,5%
Partidos políticos	75	15,7%	118	24,7%	170	35,6%	77	16,1%	29	6,1%	9	1,9%
Assembleia da República	43	9,2%	76	16,2%	200	42,6%	101	21,5%	40	8,5%	9	1,9%
Serviços de Finanças	39	8,1%	89	18,6%	180	37,6%	123	25,7%	40	8,4%	8	1,7%
Alfândegas	111	23,7%	109	23,2%	145	30,9%	58	12,4%	26	5,5%	20	4,3%
DNO	17	3,8%	66	14,6%	212	46,8%	106	23,4%	23	5,1%	29	6,4%
Ministério da Indústria e Comércio	10	2,1%	69	14,7%	209	44,6%	123	26,2%	43	9,2%	15	3,2%
Ministério dos Transportes e Comunicações	25	5,3%	61	13,0%	215	45,9%	118	25,2%	39	8,3%	10	2,1%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	14	3,0%	51	10,8%	177	37,4%	167	35,3%	52	11,0%	12	2,5%
Banco de Moçambique	17	3,7%	53	11,4%	188	40,5%	130	28,0%	56	12,1%	20	4,3%
Ministério das Obras Públicas e Habitação	44	9,3%	103	21,9%	182	38,6%	105	22,3%	23	4,9%	14	3,0%
Ministério da Educação	23	4,8%	72	15,1%	189	39,7%	143	30,0%	44	9,2%	5	1,1%
Ministério da Saúde	35	7,3%	83	17,3%	197	41,1%	123	25,7%	36	7,5%	5	1,0%
Notários	23	4,8%	59	12,3%	221	46,2%	128	26,8%	42	8,8%	5	1,0%
Ministério da Coordenação e da Acção Social	17	3,6%	60	12,8%	219	46,7%	121	25,8%	34	7,2%	18	3,8%
Correios	31	6,6%	70	14,8%	196	41,4%	119	25,2%	36	7,6%	21	4,4%
Polícia	159	33,1%	143	29,8%	124	25,8%	37	7,7%	14	2,9%	3	,6%
Polícia de Trânsito	201	42,1%	143	29,9%	88	18,4%	28	5,9%	12	2,5%	6	1,3%
Inspeção do Estado	59	12,4%	100	21,0%	191	40,1%	91	19,1%	21	4,4%	14	2,9%
Tribunais Judiciais	62	13,0%	118	24,8%	186	39,1%	76	16,0%	24	5,0%	10	2,1%
Procuradoria da República	57	12,1%	96	20,3%	203	42,9%	71	15,0%	34	7,2%	12	2,5%
Governo Provincial	25	5,3%	48	10,1%	197	41,6%	140	29,5%	51	10,8%	13	2,7%
Governo Municipal	64	13,5%	93	19,6%	189	39,8%	95	20,0%	22	4,6%	12	2,5%
DNA	37	7,8%	99	20,8%	205	43,1%	98	20,6%	26	5,5%	11	2,3%
EDM	69	14,5%	98	20,6%	169	35,6%	94	19,8%	34	7,2%	11	2,3%
TDM	27	5,7%	66	13,9%	184	38,8%	127	26,8%	54	11,4%	16	3,4%
Forças Armadas	16	3,4%	53	11,3%	182	38,8%	142	30,3%	54	11,5%	22	4,7%
Media	13	2,7%	40	8,3%	147	30,6%	176	36,7%	97	20,2%	7	1,5%
ONGs	14	3,0%	38	8,0%	151	31,9%	157	33,1%	101	21,3%	13	2,7%
Instituições religiosas	13	2,7%	26	5,5%	128	27,0%	170	35,9%	127	26,8%	10	2,1%
Direcção Nacional de Migração	21	4,4%	79	16,6%	180	37,9%	140	29,5%	46	9,7%	9	1,9%

Tabela 13.1 – Uso de serviços públicos pelos Agregados Familiares

	Sim		Não	
	nº	%	nº	%
Alfândegas	95	3,9%	2340	96,1%
Licenciamento	28	1,1%	2412	98,9%
Repartições fiscais	94	3,9%	2345	96,1%
Inspeção	30	1,2%	2408	98,8%
Tribunais	120	4,9%	2313	95,1%
ANE	24	1,0%	2414	99,0%
Correios	60	2,5%	2380	97,5%
TDM	148	6,1%	2292	93,9%
EDM	301	12,3%	2140	87,7%
Serviços de Água	196	8,0%	2240	92,0%
Serviços de Saneamento	26	1,1%	2411	98,9%
Serviços de Saúde Pública	1224	50,2%	1213	49,8%
Serviços de Educação	950	39,0%	1487	61,0%
Polícia	191	7,9%	2240	92,1%
Polícia de Trânsito	46	1,9%	2388	98,1%
Procurement	21	,9%	2410	99,1%
CFM	24	1,0%	2411	99,0%
Município	143	5,9%	2294	94,1%

Tabela 13.2 – Uso de serviços públicos pelas Empresas

	Sim		Não	
	nº	%	nº	%
Alfândegas	153	31,5%	332	68,5%
Licenciamento	100	20,7%	383	79,3%
Repartições fiscais	299	62,0%	183	38,0%
Inspeção	199	41,4%	282	58,6%
Tribunais	93	19,2%	392	80,8%
ANE	21	4,3%	462	95,7%
Correios	79	16,3%	405	83,7%
TDM	240	49,7%	243	50,3%
EDM	310	64,2%	173	35,8%
Serviços de Água	175	36,2%	309	63,8%
Serviços de Saneamento	51	10,5%	433	89,5%
Serviços de Saúde Pública	161	33,3%	323	66,7%
Serviços de Educação	99	20,4%	386	79,6%
Polícia	161	33,2%	324	66,8%
Polícia de Trânsito	108	22,4%	375	77,6%
Procurement	48	9,9%	435	90,1%
CFM	59	12,2%	425	87,8%
Município	230	47,4%	255	52,6%

Tabela 13.3 – Uso de serviços públicos por área (Agregados Familiares)

		Sim		Não	
		nº	%	nº	%
Área urbana	Alfândegas	62	5,6%	1050	94,4%
	Repartições fiscais	78	7,0%	1036	93,0%
	Tribunais	77	6,9%	1034	93,1%
	Correios	48	4,3%	1066	95,7%
	TDM	135	12,1%	980	87,9%
	EDM	275	24,7%	840	75,3%
	Serviços de Água	163	14,7%	949	85,3%
	Serviços de Saúde Pública	637	57,1%	478	42,9%
	Serviços de Educação	518	46,4%	598	53,6%
	Polícia	127	11,4%	987	88,6%
Área rural	Alfândegas	27	2,2%	1203	97,8%
	Repartições fiscais	14	1,1%	1218	98,9%
	Tribunais	36	2,9%	1193	97,1%
	Correios	9	,7%	1224	99,3%
	TDM	8	,6%	1224	99,4%
	EDM	9	,7%	1224	99,3%
	Serviços de Água	20	1,6%	1211	98,4%
	Serviços de Saúde Pública	518	42,2%	710	57,8%
	Serviços de Educação	381	31,0%	847	69,0%
	Polícia	50	4,1%	1174	95,9%

Tabela 13.4 – Qualidade do serviço recebido (Agregados Familiares)

	Muito mau	Mau	Razoável	Bom	Muito bom
	%	%	%	%	%
Alfândegas	23,7%	27,8%	22,7%	11,3%	14,4%
Repartições fiscais	5,3%	10,6%	33,0%	33,0%	18,1%
Tribunais	10,0%	19,2%	27,5%	23,3%	20,0%
Correios	5,1%	5,1%	39,0%	33,9%	16,9%
TDM	5,4%	14,8%	34,2%	28,9%	16,8%
EDM	10,4%	20,5%	35,0%	22,6%	11,4%
Serviços de Água	8,1%	15,2%	29,3%	30,8%	16,7%
Serviços de Educação	3,9%	9,7%	31,0%	37,0%	18,3%
Polícia de Trânsito	36,2%	27,7%	14,9%	8,5%	12,8%
Município	17,4%	14,6%	20,1%	29,2%	18,8%
Serviços de Saúde Pública	6,3%	15,8%	28,7%	36,1%	13,1%
Polícia	25,8%	16,3%	22,6%	16,8%	18,4%

**Tabela 13.5 – Qualidade dos serviços de educação por província
(Agregados Familiares)**

% within Província

	Classificação da qualidade do serviço - Serviços de Educação				
	Muito mau	Mau	Razoável	Bom	Muito bom
Niassa	5,0%	16,7%	35,0%	33,3%	10,0%
Cabo Delgado	4,8%	4,8%	52,4%	23,8%	14,3%
Nampula	3,3%	3,3%	50,0%	23,3%	20,0%
Zambézia	4,3%	10,9%	23,9%	23,9%	37,0%
Tete	6,3%	5,3%	22,1%	23,2%	43,2%
Manica	4,5%	4,5%	14,8%	40,9%	35,2%
Sofala	8,1%	11,1%	19,2%	29,3%	32,3%
Inhambane	3,1%	9,4%	35,9%	45,3%	6,3%
Gaza	1,6%	7,3%	22,0%	64,2%	4,9%
Maputo	2,9%	12,5%	37,5%	40,4%	6,7%
Cidade de Maputo	2,0%	14,1%	45,6%	27,5%	10,7%
Total	3,9%	9,8%	30,9%	37,1%	18,3%

**Tabela 13.6 – Qualidade dos serviços de saúde por província
(Agregados Familiares)**

% within Província

	Classificação da qualidade do serviço - Serviços de Saúde Pública				
	Muito mau	Mau	Razoável	Bom	Muito bom
Niassa	6,2%	13,8%	44,6%	24,6%	10,8%
Cabo Delgado	6,0%	38,0%	26,0%	28,0%	2,0%
Nampula	2,6%	17,9%	33,3%	33,3%	12,8%
Zambézia	5,2%	12,1%	32,8%	24,1%	25,9%
Tete	7,2%	12,3%	22,5%	31,2%	26,8%
Manica	3,8%	5,7%	23,6%	41,5%	25,5%
Sofala	7,8%	10,1%	27,1%	29,5%	25,6%
Inhambane	5,5%	17,0%	26,7%	45,5%	5,5%
Gaza	3,0%	13,7%	19,0%	58,9%	5,4%
Maputo	6,5%	17,3%	33,8%	36,0%	6,5%
Cidade de Maputo	11,4%	24,7%	38,0%	21,1%	4,8%
Total	6,3%	15,9%	28,7%	36,1%	13,1%

Tabela 13.7 – Obstáculos para uma boa educação

	Sem importância nenhuma		2		3		4		Muito importante	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Custos ligados ao acesso ao ensino	277	15,8%	252	14,3%	256	14,6%	375	21,3%	598	34,0%
Sistema educacional está ultrapassado	454	25,9%	332	18,9%	417	23,8%	270	15,4%	280	16,0%
Capacidade profissional dos professores	268	15,3%	261	14,9%	364	20,7%	377	21,5%	487	27,7%
Falta de boas instalações, equipamentos e materiais didácticos	184	10,5%	175	10,0%	305	17,4%	377	21,5%	714	40,7%
Fraqueza da rede escolar	248	14,1%	216	12,3%	412	23,5%	329	18,7%	551	31,4%

Tabela 13.7.1 – Obstáculos para uma boa educação
(média numa escala de 1 a 5)

Província		Custos ligados ao acesso ao ensino	Sistema educacional está ultrapassado	Capacidade profissional dos professores	Falta de boas instalações, equipamentos e materiais didácticos	Fraqueza da rede escolar
Niassa	Média	3,45	2,94	3,49	3,88	3,29
	nº	129	129	129	129	129
	desvio padrão	1,369	1,440	1,219	1,281	1,410
Cabo Delgado	Média	3,08	3,00	3,31	3,78	3,59
	nº	128	126	127	126	128
	desvio padrão	1,367	1,226	1,231	1,320	1,264
Nampula	Média	3,69	2,90	3,26	3,90	3,67
	nº	271	270	270	269	270
	desvio padrão	1,443	1,471	1,542	1,333	1,478
Zambézia	Média	2,90	2,57	2,92	3,57	3,02
	nº	254	255	255	255	255
	desvio padrão	1,658	1,338	1,533	1,443	1,403
Tete	Média	3,29	2,66	3,49	3,40	3,14
	nº	119	119	119	119	119
	desvio padrão	1,525	1,547	1,478	1,596	1,585
Manica	Média	3,41	2,72	3,67	3,68	3,00
	nº	135	134	135	135	134
	desvio padrão	1,483	1,519	1,392	1,418	1,556
Sofala	Média	3,49	2,99	3,77	3,68	3,28
	nº	146	145	145	145	145
	desvio padrão	1,546	1,455	1,300	1,490	1,543
Inhambane	Média	3,60	2,54	3,07	3,83	3,77
	nº	134	133	134	134	134
	desvio padrão	1,399	1,390	1,380	1,192	1,163
Gaza	Média	3,64	2,45	2,99	3,82	3,90
	nº	132	133	133	133	133
	desvio padrão	1,514	1,459	1,475	1,211	1,127
Maputo	Média	3,81	2,76	3,43	3,64	3,59
	nº	134	133	134	134	133
	desvio padrão	1,134	1,274	1,259	1,300	1,201
Cidade de Maputo	Média	3,59	2,87	3,44	3,70	3,37
	nº	174	174	174	174	174
	desvio padrão	1,235	1,202	1,150	1,247	1,189
Total	Média	3,44	2,77	3,32	3,72	3,41
	nº	1756	1751	1755	1753	1754
	desvio padrão	1,469	1,402	1,409	1,358	1,401

Tabela 18.1 – Avaliação do sistema de justiça (Agregados Familiares)

	Discorda totalmente		Discorda parcialmente		Não concorda nem discorda		Concorda parcialmente		Concorda totalmente	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
O sistema da justiça não merece nenhuma confiança	459	19,0%	429	17,7%	585	24,2%	474	19,6%	472	19,5%
Os tribunais são completamente dependentes do governo	212	8,8%	349	14,5%	723	30,0%	474	19,6%	655	27,1%
Em Moçambique, só os fracos e os pobres é que não conseguem escapar às leis	230	9,5%	233	9,7%	482	20,0%	537	22,2%	932	38,6%
O sistema da justiça é pouco justo	235	9,8%	306	12,7%	828	34,4%	568	23,6%	470	19,5%
O sistema da justiça é manipulado por interesses económicos	261	10,9%	341	14,2%	747	31,1%	520	21,7%	530	22,1%
O sistema da justiça é mais corrupto que o governo	358	14,9%	358	14,9%	869	36,1%	347	14,4%	477	19,8%

Tabela 18.2 – Avaliação do sistema de justiça (Empresas)

	Discorda totalmente		2		3		4		Concorda totalmente	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sistema de justiça não merece confiança	89	18,4%	70	14,4%	137	28,2%	74	15,3%	115	23,7%
Tribunais são dependentes do Governo	67	14,0%	53	11,1%	109	22,9%	102	21,4%	146	30,6%
Fracos e pobres não conseguem escapar às leis	41	8,5%	36	7,5%	58	12,0%	62	12,8%	286	59,2%
Sistema de justiça é pouco justo	40	8,3%	49	10,2%	120	24,9%	118	24,5%	154	32,0%
Sistema de justiça é manipulado por interesses económicos	47	9,8%	58	12,1%	107	22,3%	105	21,9%	162	33,8%
Sistema de justiça é mais corrupto que o Governo	69	14,6%	73	15,5%	167	35,5%	70	14,9%	92	19,5%

Tabela 18.3 – Obstáculos no recurso aos tribunais (Agregados Familiares)

	Não é nada importante		Não tem grande importância		É um pouco importante		É importante		É muito importante	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Custo elevado	584	24,1%	402	16,6%	455	18,8%	435	18,0%	544	22,5%
Grat. elevada	642	26,6%	393	16,3%	665	27,6%	321	13,3%	390	16,2%
Corrupção	460	19,1%	424	17,6%	571	23,7%	436	18,1%	515	21,4%
Incompetência	554	23,0%	419	17,4%	614	25,4%	382	15,8%	444	18,4%
Demora	485	20,2%	410	17,1%	549	22,9%	482	20,1%	470	19,6%
Complexidade	504	20,9%	429	17,8%	630	26,2%	458	19,0%	387	16,1%
Execução	431	17,9%	401	16,6%	634	26,3%	461	19,1%	487	20,2%
Distância elevada	608	25,1%	370	15,3%	413	17,1%	335	13,8%	693	28,6%

Tabela 18.4 – Obstáculos no recurso aos tribunais (Empresas)

	Não é nada importante		Não tem grande importância		É um pouco importante		É importante		É muito importante	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Custo elevado	65	13,5%	56	11,6%	124	25,7%	156	32,3%	82	17,0%
Grat. elevada	77	16,0%	65	13,5%	114	23,7%	133	27,6%	93	19,3%
Corrupção	46	9,6%	34	7,1%	86	17,9%	161	33,5%	154	32,0%
Incompetência	72	14,9%	67	13,9%	91	18,9%	138	28,6%	114	23,7%
Demora	52	10,8%	45	9,4%	63	13,1%	137	28,5%	184	38,3%
Complexidade	56	11,7%	66	13,8%	119	24,9%	125	26,2%	112	23,4%
Execução	49	10,1%	40	8,3%	88	18,2%	161	33,3%	145	30,0%
Distância elevada	147	30,8%	71	14,9%	110	23,0%	90	18,8%	60	12,6%

Tabela 19.1 – Qualidade do serviço recebido (Empresas)

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	19	12,5%	22	14,5%	89	58,6%	19	12,5%	3	2,0%
Licenciamento	3	3,0%	6	5,9%	60	59,4%	26	25,7%	6	5,9%
Repartições fiscais	11	3,8%	34	11,7%	151	51,9%	78	26,8%	17	5,8%
Inspeção	11	5,5%	27	13,5%	93	46,5%	54	27,0%	15	7,5%
Tribunais	19	20,2%	22	23,4%	32	34,0%	13	13,8%	8	8,5%
Correios	7	9,0%	11	14,1%	27	34,6%	22	28,2%	11	14,1%
TDM	18	7,5%	30	12,4%	98	40,7%	73	30,3%	22	9,1%
Serviços de Água	24	13,6%	31	17,6%	70	39,8%	41	23,3%	10	5,7%
Serviços de Saneamento	11	21,6%	9	17,6%	24	47,1%	5	9,8%	2	3,9%
Serviços de Saúde Pública	15	9,2%	27	16,6%	63	38,7%	44	27,0%	14	8,6%
Serviços de Educação	11	11,2%	9	9,2%	38	38,8%	36	36,7%	4	4,1%
Polícia	38	23,8%	32	20,0%	67	41,9%	17	10,6%	6	3,8%
CFM	4	6,8%	12	20,3%	27	45,8%	13	22,0%	3	5,1%
Município	22	9,5%	32	13,8%	111	47,8%	51	22,0%	16	6,9%
EDM	54	17,4%	67	21,5%	124	39,9%	51	16,4%	15	4,8%
Polícia de Trânsito	41	36,9%	31	27,9%	34	30,6%	3	2,7%	2	1,8%
Procurement	5	10,4%	3	6,3%	22	45,8%	14	29,2%	4	8,3%

Tabela 19.1.1 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) - Niassa

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	1	5,3%	3	15,8%	11	57,9%	3	15,8%	1	5,3%
Licenciamento	1	8,3%	1	8,3%	5	41,7%	5	41,7%		
Repartições fiscais	1	3,2%	2	6,5%	18	58,1%	8	25,8%	2	6,5%
Tribunais	1	11,1%	3	33,3%	3	33,3%	2	22,2%		
Classificação da qualidade do serviço - ANE			1	20,0%	1	20,0%	2	40,0%	1	20,0%
Inspeção	1	4,3%	3	13,0%	8	34,8%	10	43,5%	1	4,3%
Correios	1	7,1%			7	50,0%	4	28,6%	2	14,3%
TDM	2	8,7%	1	4,3%	6	26,1%	12	52,2%	2	8,7%
EDM	3	11,1%	7	25,9%	14	51,9%	2	7,4%	1	3,7%
Serviços de Água	2	11,8%	5	29,4%	5	29,4%	4	23,5%	1	5,9%
Serviços de Saneamento	1	25,0%			2	50,0%			1	25,0%
Serviços de Saúde Pública	2	11,1%	2	11,1%	9	50,0%	5	27,8%		
Serviços de Educação	1	20,0%	1	20,0%	2	40,0%	1	20,0%		
Polícia	8	40,0%	2	10,0%	8	40,0%	2	10,0%		
Polícia de Trânsito	11	57,9%	3	15,8%	5	26,3%				
Procurement					7	70,0%	3	30,0%		
CFM	2	15,4%	4	30,8%	4	30,8%	1	7,7%	2	15,4%
Município	1	4,8%			10	47,6%	8	38,1%	2	9,5%

Tabela 19.1.2 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Cabo Delgado

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas			1	8,3%	9	75,0%	2	16,7%		
Licenciamento	1	4,8%			15	71,4%	4	19,0%	1	4,8%
Repartições fiscais	2	8,3%	3	12,5%	13	54,2%	4	16,7%	2	8,3%
Tribunais	6	42,9%	3	21,4%	2	14,3%	1	7,1%	2	14,3%
ANE	1	50,0%			1	50,0%				
Inspeção	3	18,8%	1	6,3%	8	50,0%	4	25,0%		
Correios					1	33,3%	2	66,7%		
TDM			5	22,7%	9	40,9%	6	27,3%	2	9,1%
EDM	6	28,6%	5	23,8%	6	28,6%	2	9,5%	2	9,5%
Serviços de Água	3	18,8%	2	12,5%	7	43,8%	4	25,0%		
Serviços de Saneamento	1	33,3%			2	66,7%				
Serviços de Saúde Pública	2	14,3%	1	7,1%	6	42,9%	3	21,4%	2	14,3%
Serviços de Educação	1	7,7%	3	23,1%	5	38,5%	4	30,8%		
Polícia	7	26,9%	5	19,2%	10	38,5%	2	7,7%	2	7,7%
Polícia de Trânsito	8	42,1%	6	31,6%	3	15,8%	2	10,5%		
Procurement			1	25,0%	2	50,0%			1	25,0%
CFM			3	25,0%	4	33,3%	5	41,7%		
Município	2	8,7%	2	8,7%	10	43,5%	8	34,8%	1	4,3%

Tabela 19.1.3 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Nampula

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	1	9,1%	3	27,3%	6	54,5%	1	9,1%		
Licenciamento			1	12,5%	5	62,5%	2	25,0%		
Repartições fiscais			2	8,7%	10	43,5%	10	43,5%	1	4,3%
Tribunais	2	66,7%			1	33,3%				
ANE										
Inspeção	1	14,3%	2	28,6%	2	28,6%	2	28,6%		
Correios					4	66,7%	2	33,3%		
TDM			4	28,6%	6	42,9%	3	21,4%	1	7,1%
EDM	2	8,7%	3	13,0%	8	34,8%	8	34,8%	2	8,7%
Serviços de Água	1	10,0%	1	10,0%	5	50,0%	3	30,0%		
Serviços de Saneamento					1	50,0%			1	50,0%
Serviços de Saúde Pública	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%				
Serviços de Educação							2	100%		
Polícia	1	16,7%			4	66,7%	1	16,7%		
Polícia de Trânsito	2	50,0%			2	50,0%				
Procurement					1	50,0%	1	50,0%		
CFM	1	20,0%			1	20,0%	2	40,0%	1	20,0%
Município					4	80,0%			1	20,0%

Tabela 19.1.4 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Zambézia

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	2	10,0%	1	5,0%	16	80,0%	1	5,0%		
Licenciamento					5	55,6%	4	44,4%		
Repartições fiscais	1	7,1%	1	7,1%	7	50,0%	4	28,6%	1	7,1%
Tribunais	1	33,3%	2	66,7%						
ANE										
Inspeção			1	16,7%	2	33,3%	1	16,7%	2	33,3%
Correios	1	100%								
TDM					7	46,7%	7	46,7%	1	6,7%
EDM	2	6,7%	5	16,7%	15	50,0%	7	23,3%	1	3,3%
Serviços de Água					9	100%				
Serviços de Saneamento			1	100%						
Serviços de Saúde Pública	1	14,3%	1	14,3%	4	57,1%	1	14,3%		
Serviços de Educação					1	33,3%	2	66,7%		
Polícia	4	50,0%			4	50,0%				
Polícia de Trânsito	1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%				
Procurement							1	100%		
CFM			1	33,3%	2	66,7%				
Município	1	14,3%			6	85,7%				

Tabela 19.1.5 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Tete

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	1	12,5%	2	25,0%	2	25,0%	2	25,0%	1	12,5%
Licenciamento									2	100%
Repartições fiscais			1	5,6%	8	44,4%	6	33,3%	3	16,7%
Classificação da qualidade do serviço - Tribunais					3	75,0%			1	25,0%
ANE										
Inspeção	1	5,9%	1	5,9%	9	52,9%	3	17,6%	3	17,6%
Correios									1	100%
TDM					5	50,0%	3	30,0%	2	20,0%
EDM	2	8,7%	4	17,4%	9	39,1%	4	17,4%	4	17,4%
Serviços de Água	2	20,0%	1	10,0%	4	40,0%	1	10,0%	2	20,0%
Serviços de Saneamento			1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%		
Serviços de Saúde Pública					5	41,7%	5	41,7%	2	16,7%
Serviços de Educação	1	16,7%			2	33,3%	2	33,3%	1	16,7%
Polícia			2	33,3%	4	66,7%				
Polícia de Trânsito	2	50,0%			1	25,0%			1	25,0%
Procurement										
CFM					1	100%				
Município			4	14,8%	14	51,9%	7	25,9%	2	7,4%

Tabela 19.1.6 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Manica

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	1	12,5%	1	12,5%	3	37,5%	3	37,5%		
Licenciamento					3	75,0%			1	25,0%
Repartições fiscais			3	17,6%	7	41,2%	7	41,2%		
Tribunais					2	100%				
ANE										
Inspeção	1	7,1%			3	21,4%	8	57,1%	2	14,3%
Correios			1	50,0%			1	50,0%		
TDM	2	10,5%			12	63,2%	4	21,1%	1	5,3%
EDM	4	15,4%	1	3,8%	14	53,8%	4	15,4%	3	11,5%
Serviços de Água	2	15,4%	1	7,7%	5	38,5%	5	38,5%		
Serviços de Saneamento										
Serviços de Saúde Pública							2	66,7%	1	33,3%
Serviços de Educação					1	50,0%	1	50,0%		
Polícia	1	25,0%			3	75,0%				
Polícia de Trânsito	1	50,0%	1	50,0%						
Procurement										
CFM										
Município			2	7,4%	12	44,4%	9	33,3%	4	14,8%

Tabela 19.1.7 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Sofala

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	4	20,0%	2	10,0%	12	60,0%	2	10,0%		
Licenciamento					9	81,8%	2	18,2%		
Repartições fiscais	1	3,4%	4	13,8%	13	44,8%	10	34,5%	1	3,4%
Tribunais			3	27,3%	5	45,5%	3	27,3%		
ANE					2	100%				
Inspeção	1	3,7%	4	14,8%	15	55,6%	6	22,2%	1	3,7%
Correios	2	16,7%	1	8,3%	3	25,0%	3	25,0%	3	25,0%
TDM	3	10,7%	5	17,9%	10	35,7%	9	32,1%	1	3,6%
EDM	15	39,5%	11	28,9%	10	26,3%	2	5,3%		
Serviços de Água	2	9,1%	6	27,3%	9	40,9%	3	13,6%	2	9,1%
Serviços de Saneamento	1	14,3%	1	14,3%	4	57,1%	1	14,3%		
Serviços de Saúde Pública					4	50,0%	4	50,0%		
Serviços de Educação					3	75,0%	1	25,0%		
Polícia	2	14,3%	3	21,4%	8	57,1%			1	7,1%
Polícia de Trânsito			4	44,4%	5	55,6%				
Procurement	2	25,0%			4	50,0%	2	25,0%		
CFM					7	87,5%	1	12,5%		
Município	3	12,0%	12	48,0%	5	20,0%	4	16,0%	1	4,0%

Tabela 19.1.8 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Inhambane

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas			1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%		
Licenciamento					3	75,0%	1	25,0%		
Repartições fiscais	1	3,7%	3	11,1%	15	55,6%	5	18,5%	3	11,1%
Tribunais	1	10,0%	3	30,0%	5	50,0%	1	10,0%		
ANE	1	33,3%			2	66,7%				
Inspeção			2	9,5%	14	66,7%	5	23,8%		
Correios	1	14,3%			1	14,3%	3	42,9%	2	28,6%
TDM	2	9,5%	2	9,5%	9	42,9%	6	28,6%	2	9,5%
EDM	2	12,5%	6	37,5%	5	31,3%	3	18,8%		
Serviços de Água	2	22,2%	1	11,1%	1	11,1%	5	55,6%		
Serviços de Saneamento	2	50,0%			1	25,0%	1	25,0%		
Serviços de Saúde Pública	1	3,7%	2	7,4%	6	22,2%	14	51,9%	4	14,8%
Serviços de Educação	2	10,5%			7	36,8%	8	42,1%	2	10,5%
Polícia	3	25,0%	1	8,3%	4	33,3%	2	16,7%	2	16,7%
Polícia de Trânsito	5	41,7%	3	25,0%	2	16,7%	1	8,3%	1	8,3%
Procurement	1	14,3%			1	14,3%	3	42,9%	2	28,6%
CFM			1	50,0%	1	50,0%				
Município	2	11,8%			7	41,2%	4	23,5%	4	23,5%

Tabela 19.1.9 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Gaza

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	3	33,3%	2	22,2%	4	44,4%				
Licenciamento							1	50,0%	1	50,0%
Repartições fiscais	1	4,0%	2	8,0%	16	64,0%	6	24,0%		
Tribunais					1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%
ANE					1	100%				
Inspeção			2	11,1%	10	55,6%	6	33,3%		
Correios			1	20,0%	1	20,0%	3	60,0%		
TDM	2	8,3%	4	16,7%	10	41,7%	5	20,8%	3	12,5%
EDM	6	18,2%	4	12,1%	14	42,4%	8	24,2%	1	3,0%
Serviços de Água	4	15,4%	3	11,5%	7	26,9%	9	34,6%	3	11,5%
Serviços de Saneamento	1	10,0%	1	10,0%	7	70,0%	1	10,0%		
Serviços de Saúde Pública	1	4,5%	5	22,7%	10	45,5%	4	18,2%	2	9,1%
Serviços de Educação	4	25,0%	2	12,5%	5	31,3%	4	25,0%	1	6,3%
Polícia	5	29,4%	3	17,6%	7	41,2%	2	11,8%		
Polícia de Trânsito	5	62,5%	2	25,0%	1	12,5%				
Procurement										
CFM	1	50,0%					1	50,0%		
Município			3	11,5%	17	65,4%	5	19,2%	1	3,8%

Tabela 19.1.10 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Maputo

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	4	21,1%	3	15,8%	11	57,9%	1	5,3%		
Licenciamento			1	7,1%	11	78,6%	2	14,3%		
Repartições fiscais	3	5,8%	6	11,5%	24	46,2%	15	28,8%	4	7,7%
Tribunais	4	23,5%	2	11,8%	7	41,2%	3	17,6%	1	5,9%
ANE	2	22,2%	3	33,3%	1	11,1%	2	22,2%	1	11,1%
Inspeção	3	9,7%	7	22,6%	10	32,3%	6	19,4%	5	16,1%
Correios			3	25,0%	4	33,3%	2	16,7%	3	25,0%
TDM	5	12,8%	7	17,9%	12	30,8%	10	25,6%	5	12,8%
EDM	9	20,5%	12	27,3%	16	36,4%	7	15,9%		
Serviços de Água	4	15,4%	6	23,1%	10	38,5%	4	15,4%	2	7,7%
Serviços de Saneamento	3	27,3%	3	27,3%	4	36,4%	1	9,1%		
Serviços de Saúde Pública	3	12,0%	6	24,0%	11	44,0%	3	12,0%	2	8,0%
Serviços de Educação	1	8,3%			5	41,7%	6	50,0%		
Polícia	6	20,0%	6	20,0%	12	40,0%	5	16,7%	1	3,3%
Polícia de Trânsito	4	21,1%	7	36,8%	8	42,1%				
Procurement	1	10,0%	2	20,0%	4	40,0%	3	30,0%		
CFM			2	22,2%	5	55,6%	2	22,2%		
Município	5	18,5%	5	18,5%	14	51,9%	3	11,1%		

Tabela 19.1.11 – Qualidade do serviço recebido (Empresas) – Maputo Cidade

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	2	10,0%	3	15,0%	12	60,0%	2	10,0%	1	5,0%
Licenciamento	1	7,1%	3	21,4%	4	28,6%	5	35,7%	1	7,1%
Repartições fiscais	1	3,2%	7	22,6%	20	64,5%	3	9,7%		
Tribunais	4	23,5%	6	35,3%	3	17,6%	2	11,8%	2	11,8%
ANE			1	50,0%	1	50,0%				
Inspeção			4	20,0%	12	60,0%	3	15,0%	1	5,0%
Correios	2	13,3%	5	33,3%	6	40,0%	2	13,3%		
TDM	2	7,7%	2	7,7%	12	46,2%	8	30,8%	2	7,7%
EDM	3	10,0%	9	30,0%	13	43,3%	4	13,3%	1	3,3%
Serviços de Água	2	11,1%	5	27,8%	8	44,4%	3	16,7%		
Serviços de Saneamento	2	33,3%	2	33,3%	2	33,3%				
Serviços de Saúde Pública	4	16,7%	9	37,5%	7	29,2%	3	12,5%	1	4,2%
Serviços de Educação	1	6,3%	3	18,8%	7	43,8%	5	31,3%		
Polícia	1	5,9%	10	58,8%	3	17,6%	3	17,6%		
Polícia de Trânsito	2	20,0%	4	40,0%	4	40,0%				
Procurement	1	16,7%			3	50,0%	1	16,7%	1	16,7%
CFM			1	25,0%	2	50,0%	1	25,0%		
Município	8	29,6%	4	14,8%	12	44,4%	3	11,1%		

Tabela 19.2 – Qualidade do serviço recebido (Empresas SARL e por quotas)

	Muito mau		Mau		Razoável		Bom		Muito bom	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	7	9,3%	13	17,3%	44	58,7%	10	13,3%	1	1,3%
Licenciamento	1	2,3%	4	9,1%	27	61,4%	8	18,2%	4	9,1%
Repartições fiscais	4	3,4%	13	11,0%	62	52,5%	33	28,0%	6	5,1%
Tribunais	10	23,8%	14	33,3%	11	26,2%	4	9,5%	3	7,1%
ANE	3	21,4%	1	7,1%	5	35,7%	3	21,4%	2	14,3%
Inspeção	5	5,4%	19	20,7%	40	43,5%	24	26,1%	4	4,3%
Correios	4	9,8%	8	19,5%	12	29,3%	10	24,4%	7	17,1%
TDM	7	6,5%	10	9,3%	44	40,7%	38	35,2%	9	8,3%
EDM	23	18,3%	30	23,8%	51	40,5%	16	12,7%	6	4,8%
Serviços de Água	9	11,3%	15	18,8%	32	40,0%	18	22,5%	6	7,5%
Serviços de Saneamento	8	30,8%	4	15,4%	9	34,6%	4	15,4%	1	3,8%
Serviços de Saúde Pública	2	4,2%	13	27,1%	19	39,6%	11	22,9%	3	6,3%
Serviços de Educação	4	20,0%	4	20,0%	8	40,0%	3	15,0%	1	5,0%
Polícia	15	26,3%	13	22,8%	23	40,4%	4	7,0%	2	3,5%
Polícia de Trânsito	17	30,4%	17	30,4%	19	33,9%	1	1,8%	2	3,6%
Procurement	3	15,0%	3	15,0%	8	40,0%	6	30,0%		
CFM	2	5,4%	8	21,6%	20	54,1%	6	16,2%	1	2,7%
Município	12	16,7%	15	20,8%	32	44,4%	11	15,3%	2	2,8%

Tabela 20.1 – O governo toma em consideração as preocupações das empresas

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	180	37,0	37,6	37,6
Raramente	111	22,8	23,2	60,8
Algumas vezes	93	19,1	19,4	80,2
Muitas vezes	16	3,3	3,3	83,5
Sempre	40	8,2	8,4	91,9
NS/SR	39	8,0	8,1	100,0
Total	479	98,6	100,0	
Missing System	7	1,4		
Total	486	100,0		

Tabela 20.2 – A mudança nas leis e regulamentos que afectam o negócio (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Totalmente imprevisíveis	130	26,7	26,8	26,8
Relativamente imprevisíveis	99	20,4	20,4	47,2
Nem imprevisíveis nem previsíveis	112	23,0	23,1	70,3
Relativamente previsíveis	88	18,1	18,1	88,5
Totalmente previsíveis	56	11,5	11,5	100,0
Total	485	99,8	100,0	
Missing System	1	,2		
Total	486	100,0		

ANEXO 6 – TABELAS DE CORRUPÇÃO DO SECTOR PÚBLICO

Tabela 21.1 – Corrupção no sector público (Agregados Familiares)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem importância	288	11,8	11,9	11,9
2	296	12,1	12,2	24,1
3	473	19,3	19,5	43,6
4	532	21,7	21,9	65,5
Muito Grave	837	34,2	34,5	100,0
Total	2426	99,1	100,0	
Missing System	21	,9		
Total	2447	100,0		

Tabela 21.2 – Corrupção no sector privado (Agregados Familiares)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem importância	423	17,3	17,5	17,5
2	386	15,8	16,0	33,5
3	662	27,1	27,4	60,9
4	468	19,1	19,4	80,3
Muito Grave	475	19,4	19,7	100,0
Total	2414	98,7	100,0	
Missing System	33	1,3		
Total	2447	100,0		

Tabela 21.3 – Corrupção no sector público (Funcionários)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem importância	24	2,4	2,4	2,4
2	36	3,6	3,6	6,1
3	132	13,3	13,4	19,4
4	195	19,7	19,7	39,2
Muito Grave	601	60,6	60,8	100,0
Total	988	99,6	100,0	
Missing System	4	,4		
Total	992	100,0		

Tabela 21.4 – Corrupção no sector privado (Funcionários)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem importância	53	5,3	5,4	5,4
2	95	9,6	9,6	15,0
3	171	17,2	17,4	32,4
4	216	21,8	21,9	54,3
Muito Grave	450	45,4	45,7	100,0
Total	985	99,3	100,0	
Missing System	7	,7		
Total	992	100,0		

Tabela 21.5 – Corrupção no sector público (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem importância	25	5,1	5,2	5,2
2	32	6,6	6,7	11,9
3	84	17,3	17,5	29,4
4	139	28,6	29,0	58,3
Muito Grave	200	41,2	41,7	100,0
Total	480	98,8	100,0	
Missing System	6	1,2		
Total	486	100,0		

Tabela 21.6 – Corrupção no sector privado (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Sem importância	98	20,2	20,6	20,6
2	74	15,2	15,5	36,1
3	108	22,2	22,7	58,8
4	104	21,4	21,8	80,7
Muito Grave	92	18,9	19,3	100,0
Total	476	97,9	100,0	
Missing System	10	2,1		
Total	486	100,0		

Tabela 22.1 – Gravidade da corrupção pública (Agregados Familiares)

			corrupção no sector público					Total
			Sem importância	2	3	4	Muito Grave	
Area Urbana	nº	77	92	198	286	457	1110	
	%	6,9%	8,3%	17,8%	25,8%	41,2%	100%	
Rural	nº	202	194	258	224	346	1224	
	%	16,5%	15,8%	21,1%	18,3%	28,3%	100%	
Total	nº	279	286	456	510	803	2334	
	%	12,0%	12,3%	19,5%	21,9%	34,4%	100%	

Tabela 22.2 - Gravidade da corrupção por província (Agregados Familiares, Funcionários e Empresas)

			corrupção no sector público					Total
			Sem importância	2	3	4	Muito Grave	
Niassa	nº	16	36	57	58	113	280	
	%	5,7%	12,9%	20,4%	20,7%	40,4%	100,0%	
Cabo Delgado	nº	16	37	59	59	125	296	
	%	5,4%	12,5%	19,9%	19,9%	42,2%	100,0%	
Nampula	nº	40	39	82	110	323	594	
	%	6,7%	6,6%	13,8%	18,5%	54,4%	100,0%	
Zambézia	nº	71	43	95	93	200	502	
	%	14,1%	8,6%	18,9%	18,5%	39,8%	100,0%	
Tete	nº	43	28	40	54	120	285	
	%	15,1%	9,8%	14,0%	18,9%	42,1%	100,0%	
Manica	nº	35	27	38	55	105	260	
	%	13,5%	10,4%	14,6%	21,2%	40,4%	100,0%	
Sofala	nº	37	30	39	63	153	322	
	%	11,5%	9,3%	12,1%	19,6%	47,5%	100,0%	
Inhambane	nº	22	39	61	72	82	276	
	%	8,0%	14,1%	22,1%	26,1%	29,7%	100,0%	
Gaza	nº	40	44	51	69	83	287	
	%	13,9%	15,3%	17,8%	24,0%	28,9%	100,0%	
Maputo	nº	12	23	72	94	137	338	
	%	3,6%	6,8%	21,3%	27,8%	40,5%	100,0%	
Cidade de Maputo	nº	5	18	95	139	192	449	
	%	1,1%	4,0%	21,2%	31,0%	42,8%	100,0%	
Total	nº	337	364	689	866	1633	3889	
	%	8,7%	9,4%	17,7%	22,3%	42,0%	100,0%	

Tabela 22.3 – Pagamento de suborno (Agregados Familiares)
(por instituição)

	Nunca		2		3		4		Sempre		NS/SR	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	32	37,6%	6	7,1%	9	10,6%	8	9,4%	25	29,4%	5	5,9%
Licenciamento	13	48,1%	4	14,8%	4	14,8%	4	14,8%	1	3,7%	1	3,7%
Repartições fiscais	49	58,3%	13	15,5%	6	7,1%	6	7,1%	6	7,1%	4	4,8%
Inspecção	14	53,8%	1	3,8%	2	7,7%	2	7,7%	5	19,2%	2	7,7%
Tribunais	45	40,9%	14	12,7%	13	11,8%	9	8,2%	12	10,9%	17	15,5%
ANE	11	42,3%	3	11,5%	2	7,7%	3	11,5%	3	11,5%	4	15,4%
Correios	42	76,4%	4	7,3%	2	3,6%	1	1,8%	3	5,5%	3	5,5%
TDM	74	53,2%	10	7,2%	16	11,5%	12	8,6%	15	10,8%	12	8,6%
EDM	143	51,8%	23	8,3%	32	11,6%	28	10,1%	36	13,0%	14	5,1%
Serviços de Água	97	53,6%	26	14,4%	16	8,8%	10	5,5%	22	12,2%	10	5,5%
Serviços de Saneamento	18	72,0%	1	4,0%	1	4,0%	1	4,0%	2	8,0%	2	8,0%
Serviços de Saúde Pública	647	56,4%	111	9,7%	115	10,0%	85	7,4%	92	8,0%	97	8,5%
Serviços de Educação	511	58,6%	82	9,4%	78	8,9%	73	8,4%	62	7,1%	66	7,6%
Polícia	76	42,9%	22	12,4%	10	5,6%	13	7,3%	33	18,6%	23	13,0%
Polícia de Trânsito	15	35,7%	1	2,4%	6	14,3%	4	9,5%	11	26,2%	5	11,9%
Procurement	14	82,4%							2	11,8%	1	5,9%
CFM	12	54,5%	3	13,6%			1	4,5%	3	13,6%	3	13,6%
Município	69	50,7%	12	8,8%	20	14,7%	9	6,6%	10	7,4%	16	11,8%

Tabela 22.4 – Pagamento de suborno (Empresas)
(por instituição)

	Nunca		2		3		4		Sempre		NS/SR	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alfândegas	68	39,1%	11	6,3%	27	15,5%	33	19,0%	33	19,0%	2	1,1%
Licenciamento	80	62,5%	12	9,4%	15	11,7%	10	7,8%	9	7,0%	2	1,6%
Repartições fiscais	202	64,3%	21	6,7%	41	13,1%	21	6,7%	25	8,0%	4	1,3%
Inspecção	140	62,5%	15	6,7%	24	10,7%	17	7,6%	22	9,8%	6	2,7%
Tribunais	71	61,7%	10	8,7%	14	12,2%	7	6,1%	11	9,6%	2	1,7%
ANE	42	79,2%			2	3,8%	4	7,5%	4	7,5%	1	1,9%
Correios	88	83,0%	12	11,3%	2	1,9%	3	2,8%	1	,9%		
TDM	208	80,0%	18	6,9%	22	8,5%	6	2,3%	4	1,5%	2	,8%
EDM	202	61,0%	35	10,6%	43	13,0%	25	7,6%	25	7,6%	1	,3%
Serviços de Água	151	79,1%	13	6,8%	16	8,4%	7	3,7%	3	1,6%	1	,5%
Serviços de Saneamento	58	72,5%	10	12,5%	2	2,5%	5	6,3%	5	6,3%		
Serviços de Saúde Pública	112	59,6%	9	4,8%	31	16,5%	16	8,5%	19	10,1%	1	,5%
Serviços de Educação	75	59,1%	9	7,1%	11	8,7%	10	7,9%	19	15,0%	3	2,4%
Polícia	84	45,9%	11	6,0%	22	12,0%	27	14,8%	38	20,8%	1	,5%
Polícia de Trânsito	41	29,7%	10	7,2%	13	9,4%	21	15,2%	53	38,4%		
Procurement	50	66,7%	6	8,0%	11	14,7%	2	2,7%	5	6,7%	1	1,3%
CFM	51	60,7%	11	13,1%	5	6,0%	8	9,5%	8	9,5%	1	1,2%
Município	158	62,7%	21	8,3%	30	11,9%	17	6,7%	24	9,5%	2	,8%

Tabela 22.5 – Pagamento de suborno por tipo de serviços (Agregados Familiares)

		Serviços públicos básicos	Serviços que atribuem licenças	Serviços dos impostos	Tribunais
Nunca	nº	1342	1500	1425	1507
	%	55,2%	61,7%	58,6%	62,4%
Algumas vezes	nº	604	442	428	392
	%	24,8%	18,2%	17,6%	16,2%
Frequentemente	nº	176	256	189	193
	%	7,2%	10,5%	7,8%	8,0%
A maior parte das vezes	nº	151	115	141	128
	%	6,2%	4,7%	5,8%	5,3%
Sempre	nº	158	118	248	195
	%	6,5%	4,9%	10,2%	8,1%

Tabela 23.1 – Percentagem média do rendimento mensal que é paga em subornos (Agregados Familiares)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nada	539	22,0	49,4	49,4
até 5%	246	10,1	22,5	71,9
de 5% a 10%	134	5,5	12,3	84,2
Mais de 10%	173	7,1	15,8	100,0
Total	1092	44,6	100,0	
System	1355	55,4		
Total	2447	100,0		

Tabela 23.2 – Percentagem média do rendimento mensal que é paga em subornos Por área (Agregados Familiares)

		Área		Total
		Urbana	Rural	
Nada	nº	208	314	522
	%	39,8%	60,2%	100,0%
até 5%	nº	128	106	234
	%	54,7%	45,3%	100,0%
De 5% a 10%	nº	95	31	126
	%	75,4%	24,6%	100,0%
Mais de 10%	nº	108	54	162
	%	66,7%	33,3%	100,0%
Total	nº	539	505	1044
	%	51,6%	48,4%	100,0%

Tabela 23.3 – Pagamento de suborno pelas empresas

	Nunca		Algumas vezes		Frequente		A maior parte das vezes		Sempre	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Pagamento de gratificações para procedimentos administrativos	260	54,6%	114	23,9%	53	11,1%	27	5,7%	22	4,6%
Pagamento de gratificações para pedidos de licenças	224	47,2%	126	26,5%	48	10,1%	34	7,2%	43	9,1%
Pagamento de gratificações para questões fiscais	257	54,2%	102	21,5%	43	9,1%	37	7,8%	35	7,4%
Pagamento de gratificações para contractos com o Estado	286	60,6%	79	16,7%	46	9,7%	33	7,0%	28	5,9%
Pagamento de gratificações para questões judiciais	290	61,3%	88	18,6%	35	7,4%	35	7,4%	25	5,3%

Tabela 23.4 – Proporção de empresas que pagam subornos (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
0%	63	13,0	13,0	13,0
Menos de 1%	46	9,5	9,5	22,5
1 a 2%	46	9,5	9,5	32,0
2 a 10%	42	8,6	8,7	40,6
10 a 12%	23	4,7	4,7	45,4
13 a 25%	15	3,1	3,1	48,5
Acima de 25%	106	21,8	21,9	70,3
Não sei	144	29,6	29,7	100,0
Total	485	99,8	100,0	
Missing System	1	,2		
Total	486	100,0		

Tabela 23.5 – Percentagem de contratos de procurement com suborno

		nº	%	% Válida	% Acumulada
Percentagem de contratos	,00	158	32,5	60,3	60,3
	,50	1	,2	,4	60,7
	1,00	2	,4	,8	61,5
	1,50	1	,2	,4	61,8
	2,00	4	,8	1,5	63,4
	3,00	6	1,2	2,3	65,6
	3,50	1	,2	,4	66,0
	4,50	1	,2	,4	66,4
	5,00	15	3,1	5,7	72,1
	6,00	1	,2	,4	72,5
	7,00	1	,2	,4	72,9
	7,50	1	,2	,4	73,3
	8,00	2	,4	,8	74,0
	9,00	1	,2	,4	74,4
	10,00	20	4,1	7,6	82,1
	12,00	2	,4	,8	82,8
	14,00	1	,2	,4	83,2
	15,00	3	,6	1,1	84,4
	20,00	5	1,0	1,9	86,3
	25,00	5	1,0	1,9	88,2
	30,00	3	,6	1,1	89,3
	35,00	1	,2	,4	89,7
	40,00	2	,4	,8	90,5
	45,00	1	,2	,4	90,8
	50,00	8	1,6	3,1	93,9
	60,00	2	,4	,8	94,7
	65,00	1	,2	,4	95,0
	70,00	4	,8	1,5	96,6
	75,00	1	,2	,4	96,9
	80,00	3	,6	1,1	98,1
	85,00	1	,2	,4	98,5
	90,00	2	,4	,8	99,2
	100,00	2	,4	,8	100,0
	Total	262	53,9	100,0	
Missing System		224	46,1		
Total		486	100,0		

Tabela 23. 6 - Substituição de um agente sem pagamento de gratificação (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	192	39,5	40,3	40,3
Raramente	81	16,7	17,0	57,4
Algumas vezes	90	18,5	18,9	76,3
Frequentemente	21	4,3	4,4	80,7
Sempre	39	8,0	8,2	88,9
Não sei	53	10,9	11,1	100,0
Total	476	97,9	100,0	
Missing System	10	2,1		
Total	486	100,0		

Tabela 23. 7 - Substituição de um agente sem pagamento de gratificação (Agregados Familiares)

	n	%	% Válida	% Acumulada
Sempre	373	15,2	15,3	15,3
Muitas vezes	342	14,0	14,1	29,4
Algumas vezes	623	25,5	25,6	55,0
Raramente	470	19,2	19,3	74,3
Nunca	626	25,6	25,7	100,0
Total	2434	99,5	100,0	
Missing System	13	,5		
Total	2447	100,0		

Tabela 23. 8 - Melhoria do serviço com pagamento de gratificação (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	134	27,6	30,0	30,0
Raramente	72	14,8	16,1	46,2
Algumas vezes	74	15,2	16,6	62,8
Frequentemente	26	5,3	5,8	68,6
Sempre	49	10,1	11,0	79,6
Não sei	91	18,7	20,4	100,0
Total	446	91,8	100,0	
Missing System	40	8,2		
Total	486	100,0		

Tabela 23.9 - Pagamento de gratificação garante prestação de serviço (Agregados Familiares)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Muito incerto	464	19,0	19,6	19,6
2	343	14,0	14,5	34,2
3	689	28,2	29,2	63,3
4	397	16,2	16,8	80,1
Completamente certo	468	19,1	19,8	99,9
Total	2363	96,6	100,0	
Missing System	84	3,4		
Total	2447	100,0		

Tabela 24.1 – Impacto da corrupção nas actividades dos inquiridos (Empresas)

	Nenhum impacto		2		3		4		Impacto muito significativo	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Má gestão de fundos pelo Banco de Moçambique	224	47,3%	77	16,2%	74	15,6%	59	12,4%	40	8,4%
Venda de votos parlamentares a interesses privados	282	59,6%	76	16,1%	59	12,5%	33	7,0%	23	4,9%
Venda de decisões de tribunais em casos criminais	261	55,4%	60	12,7%	59	12,5%	52	11,0%	39	8,3%
Venda de decisões de tribunais em casos cíveis	256	54,1%	62	13,1%	80	16,9%	39	8,2%	36	7,6%
Subornos pagos a funcionários públicos	191	40,3%	58	12,2%	54	11,4%	79	16,7%	92	19,4%
Nepotismo	207	43,6%	63	13,3%	56	11,8%	59	12,4%	90	18,9%
Contribuições de interesses privados para partidos	251	53,0%	65	13,7%	66	13,9%	48	10,1%	44	9,3%

Tabela 24.2 – Impacto da corrupção nas actividades dos inquiridos (Agregados Familiares)

	Nenhum impacto		2		3		4		Impacto muito significativo	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Má gestão de fundos pelo Banco de Moçambique	1256	51,7%	308	12,7%	290	11,9%	271	11,2%	303	12,5%
Venda de votos parlamentares a interesses privados	1183	48,8%	362	14,9%	433	17,9%	222	9,2%	224	9,2%
Venda de decisões de tribunais em casos criminais	1153	47,7%	428	17,7%	405	16,8%	212	8,8%	216	8,9%
Venda de decisões de tribunais em casos cíveis	1081	44,6%	346	14,3%	418	17,3%	296	12,2%	281	11,6%
Venda de decisões de arbitragem em conflitos contratuais	1132	46,9%	393	16,3%	423	17,5%	264	10,9%	200	8,3%
Subornos pagos a funcionários públicos	978	40,3%	339	14,0%	421	17,3%	334	13,8%	357	14,7%
Nepotismo	936	38,6%	315	13,0%	394	16,2%	359	14,8%	423	17,4%
Contribuições de interesses privados para partidos	1046	43,2%	300	12,4%	379	15,6%	335	13,8%	363	15,0%

**Tabela 25.1 – Parte do rendimento disposto a pagar para eliminar a corrupção
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
,00	539	22,0	23,6	23,6
,50	3	,1	,1	23,7
,75	1	,0	,0	23,8
1,00	25	1,0	1,1	24,9
1,50	5	,2	,2	25,1
1,75	1	,0	,0	25,1
2,00	77	3,1	3,4	28,5
2,50	4	,2	,2	28,7
3,00	26	1,1	1,1	29,8
4,00	6	,2	,3	30,1
5,00	98	4,0	4,3	34,4
6,00	7	,3	,3	34,7
7,00	5	,2	,2	34,9
7,50	3	,1	,1	35,0
8,00	4	,2	,2	35,2
9,00	2	,1	,1	35,3
10,00	113	4,6	4,9	40,2
11,00	1	,0	,0	40,3
12,00	3	,1	,1	40,4
13,00	1	,0	,0	40,4
15,00	26	1,1	1,1	41,6
19,00	1	,0	,0	41,6
20,00	36	1,5	1,6	43,2
23,00	1	,0	,0	43,2
25,00	22	,9	1,0	44,2
30,00	31	1,3	1,4	45,6
35,00	1	,0	,0	45,6
37,00	1	,0	,0	45,6
40,00	2	,1	,1	45,7
45,00	1	,0	,0	45,8
50,00	17	,7	,7	46,5
60,00	11	,4	,5	47,0
65,00	1	,0	,0	47,0
66,00	1	,0	,0	47,1
70,00	1	,0	,0	47,1
80,00	1	,0	,0	47,2
85,00	1	,0	,0	47,2
90,00	1	,0	,0	47,3
99,00	2	,1	,1	47,4
100,00	7	,3	,3	47,7
120,00	1	,0	,0	47,7
200,00	2	,1	,1	47,8
NS/SR	1192	48,7	52,2	100,0
Total	2285	93,4	100,0	
Missing System	162	6,6		
Total	2447	100,0		

**Tabela 25.2 – Parte do rendimento disposto a pagar para eliminar o crime
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
,00	727	29,7	37,2	37,2
,25	3	,1	,2	37,3
,50	11	,4	,6	37,9
,70	1	,0	,1	37,9
,80	1	,0	,1	38,0
1,00	110	4,5	5,6	43,6
1,50	3	,1	,2	43,8
2,00	380	15,5	19,4	63,2
2,50	1	,0	,1	63,2
3,00	52	2,1	2,7	65,9
4,00	15	,6	,8	66,7
5,00	259	10,6	13,2	79,9
6,00	8	,3	,4	80,3
7,00	4	,2	,2	80,5
8,00	1	,0	,1	80,6
9,00	1	,0	,1	80,6
10,00	181	7,4	9,3	89,9
12,00	2	,1	,1	90,0
13,00	3	,1	,2	90,1
15,00	4	,2	,2	90,3
16,00	1	,0	,1	90,4
17,00	1	,0	,1	90,4
20,00	28	1,1	1,4	91,9
22,00	1	,0	,1	91,9
25,00	7	,3	,4	92,3
30,00	62	2,5	3,2	95,4
37,00	5	,2	,3	95,7
40,00	2	,1	,1	95,8
45,00	2	,1	,1	95,9
50,00	10	,4	,5	96,4
60,00	25	1,0	1,3	97,7
90,00	11	,4	,6	98,3
95,00	11	,4	,6	98,8
99,00	1	,0	,1	98,9
100,00	21	,9	1,1	99,9
Total	1956	79,9	100,0	
Missing System	491	20,1		
Total	2447	100,0		

Tabela 25.3 – Parte do rendimento disposto a pagar para eliminar a corrupção (Empresas)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nada	131	27,0	27,3	27,3
Menos de 1%	95	19,5	19,8	47,1
1-5 %	120	24,7	25,0	72,1
6-10 %	51	10,5	10,6	82,7
11-25 %	16	3,3	3,3	86,0
Mais de 25%	27	5,6	5,6	91,7
Não sei	40	8,2	8,3	100,0
Total	480	98,8	100,0	
Missing System	6	1,2		
Total	486	100,0		

Tabela 26.1 – Influência sobre o Estado (Agregados Familiares)

	Nenhuma influência		Pouca influência		Uma certa influência		Uma grande influência		Influência total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Empresas	673	28,0%	511	21,2%	474	19,7%	393	16,3%	356	14,8%
Sindicatos	757	31,6%	515	21,5%	606	25,3%	330	13,8%	190	7,9%
Organizações da sociedade civil	726	30,2%	531	22,1%	585	24,4%	370	15,4%	189	7,9%
Empresas multinacionais	572	23,8%	414	17,3%	560	23,3%	530	22,1%	324	13,5%
Traficantes de drogas	831	34,7%	355	14,8%	449	18,8%	343	14,3%	415	17,3%
Dirigentes políticos	469	19,5%	272	11,3%	455	19,0%	523	21,8%	681	28,4%
Outros	119	32,4%	36	9,8%	85	23,2%	59	16,1%	68	18,5%

Tabela 26.2 – Influência sobre o Estado (Empresas)

	Nenhuma influência		Pouca influência		Uma certa influência		Uma grande influência		Influência total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Empresas	97	20,4%	106	22,3%	147	30,9%	93	19,5%	33	6,9%
Sindicatos	123	26,4%	114	24,5%	118	25,3%	83	17,8%	28	6,0%
Organizações da sociedade civil	153	32,6%	132	28,1%	122	26,0%	49	10,4%	14	3,0%
Empresas multinacionais	75	15,8%	63	13,3%	116	24,5%	130	27,4%	90	19,0%
Traficantes de drogas	141	30,4%	73	15,7%	80	17,2%	109	23,5%	61	13,1%
Dirigentes políticos	65	13,8%	52	11,0%	101	21,4%	146	30,9%	108	22,9%
Outros	6	16,7%	5	13,9%	10	27,8%	9	25,0%	6	16,7%

Tabela 26.3 – Influência sobre o Estado (Funcionários)

	Nenhuma influência		2		3		4		Influência total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Empresas	124	12,6%	102	10,4%	184	18,8%	260	26,5%	311	31,7%
Sindicatos	227	23,1%	196	20,0%	215	21,9%	169	17,2%	174	17,7%
Organizações da sociedade civil	236	24,1%	201	20,6%	214	21,9%	157	16,1%	170	17,4%
Empresas multinacionais	99	10,1%	83	8,5%	157	16,0%	245	25,0%	397	40,5%
Traficantes de drogas	160	16,4%	79	8,1%	112	11,5%	197	20,2%	429	43,9%
Dirigentes políticos	104	10,6%	88	9,0%	200	20,4%	236	24,1%	352	35,9%
Outros	46	31,5%	9	6,2%	36	24,7%	17	11,6%	38	26,0%

Tabela 26.4 – Impacto da corrupção nas famílias (nacional)

		Parte do rendimento que gasta em pagamento de gratificações							Total	
		0%	Menos de 1%	1 - 2%	2 - 10%	10 - 12%	13 - 25%	Mais de 25%		NS/SR
Baixo rendimento	nº	421	177	121	101	28	29	29	547	1453
	%	29,0%	12,2%	8,3%	7,0%	1,9%	2,0%	2,0%	37,6%	100%
Rendimento médio	nº	107	56	76	95	16	18	34	184	586
	%	18,3%	9,6%	13,0%	16,2%	2,7%	3,1%	5,8%	31,4%	100%
Rendimento alto	nº	15	6	12	14	8	7	9	35	106
	%	14,2%	5,7%	11,3%	13,2%	7,5%	6,6%	8,5%	33,0%	100%
Total	nº	543	239	209	210	52	54	72	766	2145
	%	25,3%	11,1%	9,7%	9,8%	2,4%	2,5%	3,4%	35,7%	100%

Tabela 26.5 – Impacto da corrupção nas famílias (urbano)

		Parte do rendimento que gasta em pagamento de gratificações							Total	
		0%	Menos de 1%	1 - 2%	2 - 10%	10 - 12%	13 - 25%	Mais de 25%		NS/SR
Baixo rendimento	nº	129	55	47	56	10	11	10	180	498
	%	25,9%	11,0%	9,4%	11,2%	2,0%	2,2%	2,0%	36,1%	100%
Rendimento médio	nº	72	32	58	77	10	11	26	128	414
	%	17,4%	7,7%	14,0%	18,6%	2,4%	2,7%	6,3%	30,9%	100%
Rendimento Alto	nº	12	6	10	13	8	6	8	23	86
	%	14,0%	7,0%	11,6%	15,1%	9,3%	7,0%	9,3%	26,7%	100%
Total	nº	213	93	115	146	28	28	44	331	998
	%	21,3%	9,3%	11,5%	14,6%	2,8%	2,8%	4,4%	33,2%	100%

Tabela 26.6 – Impacto da corrupção nas famílias (rural)

		Parte do rendimento que gasta em pagamento de gratificações								Total
		0%	Menos de 1%	1 - 2%	2 - 10%	10 - 12%	13 - 25%	Mais de 25%	NS/SR	
Baixo rendimento	nº	276	121	70	43	15	17	16	345	903
	%	30,6%	13,4%	7,8%	4,8%	1,7%	1,9%	1,8%	38,2%	100%
Rendimento médio	nº	32	20	15	11	5	6	4	51	144
	%	22,2%	13,9%	10,4%	7,6%	3,5%	4,2%	2,8%	35,4%	100%
Rendimento alto	nº	2		2	1		1	1	12	19
	%	10,5%		10,5%	5,3%		5,3%	5,3%	63,2%	100%
Total	nº	310	141	87	55	20	24	21	408	1066
	%	29,1%	13,2%	8,2%	5,2%	1,9%	2,3%	2,0%	38,3%	100%

Tabela 26.7 – Impacto da corrupção nas empresas

		Proporção de empresas que pagam gratificações							NS/SR	Total
		0%	Menos de 1%	1 a 2%	2 a 10%	10 a 12%	13 a 25%	Acima de 25%		
Pequenas	nº	45	36	33	32	18	5	61	92	322
	%	14,0%	11,2%	10,2%	9,9%	5,6%	1,6%	18,9%	28,6%	100%
Médias	nº	10	5	1	5	2	6	20	18	67
	%	14,9%	7,5%	1,5%	7,5%	3,0%	9,0%	29,9%	26,9%	100%
Grandes	nº	8	4	11	4	3	4	22	30	86
	%	9,3%	4,7%	12,8%	4,7%	3,5%	4,7%	25,6%	34,9%	100%
Total	nº	63	45	45	41	23	15	103	140	475
	%	13,3%	9,5%	9,5%	8,6%	4,8%	3,2%	21,7%	29,5%	100%

Tabela 27.1 – Experiência de denúncia de actos corruptos (Agregados Familiares)

	Pleno desacordo		2		3		4		Pleno acordo	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
	O processo foi muito eficaz	10	34,5%	4	13,8%	7	24,1%	4	13,8%	4
O processo foi muito simples	5	17,2%	6	20,7%	6	20,7%	8	27,6%	4	13,8%
O denunciante foi bem protegido de uma perseguição potencial	4	14,3%	2	7,1%	6	21,4%	7	25,0%	9	32,1%

Tabela 27.2 – Áreas onde as empresas devem pagar subornos

	Sempre		Frequente		Algumas vezes		Raramente		Nunca	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Instalação de serviços públicos	67	14,0%	69	14,4%	102	21,3%	48	10,0%	194	40,4%
Licenças e autorizações	53	11,0%	73	15,2%	113	23,5%	53	11,0%	188	39,2%
Impostos	41	8,5%	58	12,1%	87	18,1%	72	15,0%	222	46,3%
Contratos	78	16,3%	57	11,9%	83	17,4%	49	10,3%	211	44,1%
Alfândegas	60	12,6%	76	16,0%	103	21,7%	34	7,2%	201	42,3%
Tribunais	48	10,1%	69	14,5%	102	21,4%	61	12,8%	197	41,3%
Influenciar o conteúdo de leis	27	5,7%	36	7,5%	49	10,3%	74	15,5%	291	61,0%
Influenciar o conteúdo de decretos	28	5,9%	33	7,0%	50	10,5%	79	16,7%	284	59,9%

Tabela 27.3 – Obstáculos na relação de negócios com o governo

	Nenhum obstáculo		2		3		4		Grande obstáculo	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Processo demasiado complexo	148	31,1%	63	13,2%	93	19,5%	52	10,9%	120	25,2%
Demasiada concorrência	169	35,4%	56	11,7%	80	16,8%	81	17,0%	91	19,1%
Comissões e subornos	142	30,0%	48	10,1%	82	17,3%	76	16,1%	125	26,4%

Tabela 27.4 - Motivos para não denunciar casos de corrupção (Empresas)

	Completamente irrelevante		2		3		4		Extremamente importante	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
não conhece o procedimento	99	20,5%	75	15,5%	84	17,4%	110	22,7%	116	24,0%
não pode ser provado	67	13,9%	44	9,1%	101	21,0%	154	32,0%	116	24,1%
casos não são investigados	58	12,1%	44	9,1%	84	17,5%	140	29,1%	155	32,2%
situação económica justifica	116	24,0%	74	15,3%	124	25,7%	83	17,2%	86	17,8%
não é considerado corrupção na nossa cultura	115	23,9%	94	19,5%	88	18,3%	89	18,5%	96	19,9%
não há protecção	33	6,9%	31	6,5%	54	11,3%	122	25,5%	239	49,9%
não vale a pena denunciar	111	23,2%	71	14,8%	109	22,8%	109	22,8%	79	16,5%
fazer queixa é como traição	90	18,6%	60	12,4%	75	15,5%	117	24,1%	143	29,5%

**Tabela 27.5 - Motivos para não denunciar casos de corrupção
(Agregados Familiares)**

	Nada importante		2		3		4		Muito importante	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
não conhece o procedimento	82	21,4%	33	8,6%	70	18,3%	76	19,8%	122	31,9%
não pode ser provado	75	19,7%	42	11,1%	89	23,4%	83	21,8%	91	23,9%
processo complexo e moroso	36	9,5%	62	16,4%	97	25,7%	89	23,6%	93	24,7%
não é considerado corrupção na nossa cultura	49	13,0%	38	10,1%	64	17,0%	83	22,0%	143	37,9%
situação económica justifica	48	12,5%	45	11,7%	101	26,4%	94	24,5%	95	24,8%
casos não são investigados	40	10,5%	42	11,0%	123	32,3%	83	21,8%	93	24,4%
não vale a pena denunciar	53	13,9%	45	11,8%	93	24,4%	98	25,7%	91	23,9%
não há protecção	46	11,9%	33	8,6%	59	15,3%	67	17,4%	180	46,8%

**Tabela 27.6 - Motivos para não denunciar casos de corrupção
(Funcionários)**

	Sem importância nenhuma		2		3		4		Muito importante	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Não se sabe onde denunciar	264	26,9%	144	14,6%	144	14,6%	139	14,1%	292	29,7%
Não se pode apresentar provas	198	20,2%	138	14,1%	166	16,9%	191	19,5%	289	29,4%
O processo é demasiado complexo e moroso	179	18,4%	118	12,1%	193	19,8%	204	20,9%	281	28,8%
A corrupção é um hábito	292	29,7%	138	14,1%	172	17,5%	189	19,2%	191	19,5%
A gratificação pode ser justificada na base da situação económica actual	194	19,8%	107	10,9%	163	16,6%	212	21,7%	303	30,9%
Não seria feita nenhuma investigação sobre a denúncia	191	19,5%	141	14,4%	190	19,4%	209	21,4%	247	25,3%
Não há nenhuma acção mesmo quando há decisões que são tomadas	186	19,1%	134	13,8%	177	18,2%	221	22,7%	254	26,1%
As pessoas temem uma possível perseguição	70	7,1%	40	4,1%	79	8,0%	192	19,5%	603	61,3%
Os funcionários não querem trair os seus colegas	120	12,3%	79	8,1%	126	12,9%	188	19,2%	465	47,5%

**Tabela 28.1 – A corrupção em Moçambique hoje...
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
não é um problema	78	3,2	3,2	3,2
2	73	3,0	3,0	6,2
3	218	8,9	8,9	15,1
4	369	15,1	15,1	30,3
é um problema muito grave	1699	69,4	69,7	100,0
Total	2437	99,6	100,0	
Missing System	10	,4		
Total	2447	100,0		

**Tabela 28.2 – A corrupção hoje em comparação com o ano passado
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Muito pior	894	36,5	36,8	36,8
2	380	15,5	15,6	52,4
3	496	20,3	20,4	72,9
4	280	11,4	11,5	84,4
muito melhor	379	15,5	15,6	100,0
Total	2429	99,3	100,0	
Missing System	18	,7		
Total	2447	100,0		

**Tabela 28.3 – A corrupção é principalmente promovida...
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Pelos cidadãos e empresas	311	12,7	12,8	12,8
2	206	8,4	8,5	21,3
3	519	21,2	21,4	42,7
4	398	16,3	16,4	59,1
Pelos políticos e funcionários públicos	991	40,5	40,8	100,0
Total	2426	99,1	100,0	
Missing System	21	,9		
Total	2447	100,0		

**Tabela 28.4 – Vontade do governo combater a corrupção
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
não tem nenhuma vontade de combater a corrupção	216	8,8	8,9	8,9
2	171	7,0	7,0	15,9
3	439	17,9	18,0	33,9
4	589	24,1	24,2	58,1
tem um desejo sincero de combater a corrupção	1019	41,6	41,9	100,0
Total	2434	99,5	100,0	
Missing System	13	,5		
Total	2447	100,0		

**Tabela 28.5 – Eficácia de uma eventual campanha do governo contra a corrupção
(Agregados Familiares)**

	nº	%	% Válida	% Acumulada
muito ineficaz	114	4,7	4,7	4,7
2	105	4,3	4,3	9,0
3	347	14,2	14,2	23,2
4	502	20,5	20,6	43,8
muito eficaz	1372	56,1	56,2	100,0
Total	2440	99,7	100,0	
Missing System	7	,3		
Total	2447	100,0		

**Tabela 28.6 – Papel das instituições no combate à corrupção
(Agregados Familiares)**

	não ajudaram de nenhuma forma		2		3		4		ajudaram muito	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Papel dos Tribunais Judiciais no combate à corrupção	422	17,5%	287	11,9%	538	22,3%	547	22,7%	613	25,4%
Papel da Assembleia da República no combate à corrupção	231	9,8%	250	10,6%	720	30,5%	571	24,2%	591	25,0%
Papel da Unidade Anti-Corrupção da Procuradoria Geral da República no combate à corrupção	244	10,4%	285	12,1%	797	33,9%	488	20,7%	540	22,9%
Papel da Polícia no combate à corrupção	625	25,9%	436	18,0%	476	19,7%	456	18,9%	424	17,5%
Papel das Forças Armadas no combate à corrupção	291	12,2%	276	11,5%	633	26,5%	503	21,0%	689	28,8%
Papel dos media no combate à corrupção	127	5,3%	144	6,0%	434	18,1%	606	25,2%	1093	45,5%
Papel da Associação dos Enfermeiros de Moçambique no combate à corrupção	259	10,9%	270	11,3%	719	30,1%	501	21,0%	638	26,7%
Papel do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica no combate à corrupção	277	11,8%	302	12,8%	831	35,3%	441	18,8%	501	21,3%
Papel das ONGs no combate à corrupção	270	11,3%	219	9,1%	575	24,0%	525	21,9%	808	33,7%
Papel dos Académicos e Professores no combate à corrupção	219	9,1%	224	9,3%	669	27,8%	598	24,8%	700	29,0%
Papel da Ordem dos Advogados de Moçambique no combate à corrupção	240	10,1%	309	13,0%	816	34,3%	519	21,8%	492	20,7%
Papel da Associação Médica de Moçambique no combate à corrupção	263	11,0%	315	13,2%	743	31,1%	508	21,3%	560	23,4%
Papel da Procuradoria Geral da República no combate à corrupção	247	10,5%	261	11,1%	715	30,4%	536	22,8%	596	25,3%
Papel do Tribunal Administrativo no combate à corrupção	283	11,8%	346	14,4%	699	29,1%	549	22,8%	527	21,9%
Papel da Comissão do Plano e Finanças da Assembleia da República no combate à corrupção	278	11,8%	335	14,2%	833	35,3%	422	17,9%	488	20,7%

**Tabela 28.7 – Papel das instituições no combate à corrupção
(Funcionários)**

	não ajudaram de nenhuma forma		2		3		4		ajudaram muito	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Papel dos Tribunais Judiciais no combate à corrupção	129	13,1%	147	14,9%	219	22,2%	223	22,6%	267	27,1%
Papel da Assembleia da República no combate à corrupção	91	9,2%	126	12,8%	223	22,6%	267	27,1%	279	28,3%
Papel da Unidade Anti-Corrupção da Procuradoria Geral da República no combate à corrupção	94	9,5%	122	12,4%	206	20,9%	235	23,9%	328	33,3%
Papel da Polícia no combate à corrupção	235	23,9%	211	21,5%	235	23,9%	155	15,8%	147	15,0%
Papel das Forças Armadas no combate à corrupção	224	22,9%	164	16,8%	271	27,7%	166	17,0%	153	15,6%
Papel dos media no combate à corrupção	28	2,9%	45	4,6%	156	16,0%	322	32,9%	426	43,6%
Papel da Associação dos Enfermeiros de Moçambique no combate à corrupção	155	15,9%	207	21,2%	278	28,5%	203	20,8%	133	13,6%
Papel do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica no combate à corrupção	139	14,1%	148	15,1%	273	27,8%	253	25,7%	170	17,3%
Papel das ONGs no combate à corrupção	103	10,4%	141	14,3%	249	25,3%	267	27,1%	225	22,8%
Papel dos Académicos e Professores no combate à corrupção	124	12,7%	155	15,8%	255	26,0%	253	25,8%	192	19,6%
Papel da Ordem dos Advogados de Moçambique no combate à corrupção	105	10,7%	151	15,4%	270	27,5%	253	25,7%	204	20,8%
Papel da Associação Médica de Moçambique no combate à corrupção	152	15,5%	182	18,5%	286	29,1%	223	22,7%	140	14,2%
Papel da Procuradoria Geral da República no combate à corrupção	68	6,9%	104	10,6%	218	22,2%	283	28,8%	310	31,5%
Papel do Tribunal Administrativo no combate à corrupção	76	7,7%	90	9,1%	212	21,5%	290	29,4%	318	32,3%
Papel da Comissão do Plano e Finanças da Assembleia da República no combate à corrupção	103	10,5%	140	14,3%	236	24,1%	259	26,4%	242	24,7%

Tabela 28.8 – Parte do rendimento que as famílias estariam dispostas a pagar para acabar a corrupção

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nada	716	29,3	44,6	44,6
Menos de 1%	151	6,2	9,4	54,0
1% - 5%	466	19,0	29,0	83,1
6% - 10%	144	5,9	9,0	92,0
11% - 25%	54	2,2	3,4	95,4
Mais de 25%	74	3,0	4,6	100,0
Total	1605	65,6	100,0	
Missing System	842	34,4		
Total	2447	100,0		

Tabela 28.9 – Parte do rendimento que as empresas estariam dispostas a pagar para acabar a corrupção

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nada	131	27,0	27,3	27,3
Menos de 1%	95	19,5	19,8	47,1
1-5 %	120	24,7	25,0	72,1
6-10 %	51	10,5	10,6	82,7
11-25 %	16	3,3	3,3	86,0
Mais de 25%	27	5,6	5,6	91,7
Não sei	40	8,2	8,3	100,0
Total	480	98,8	100,0	
Missing System	6	1,2		
Total	486	100,0		

Tabela 29.1 – Contribuições políticas por região (último ano)

		Solicitação de contribuição para um fundo ou partido político nos últimos 12 meses		Total
		Sim	Não	
Norte	nº	36	87	123
	%	29,3%	70,7%	100,0%
Centro	nº	32	135	167
	%	19,2%	80,8%	100,0%
Suil	nº	35	161	196
	%	17,9%	82,1%	100,0%
Total	nº	103	383	486
	%	21,2%	78,8%	100,0%

Tabela 29.2 – Contribuições políticas por região (última campanha)

		Solicitação de contribuição para um fundo ou partido político durante a última campanha		Total
		Sim	Não	
Norte	nº	33	89	122
	%	27,0%	73,0%	100,0%
Centro	nº	26	140	166
	%	15,7%	84,3%	100,0%
Sul	nº	31	165	196
	%	15,8%	84,2%	100,0%
Total	nº	90	394	484
	%	18,6%	81,4%	100,0%

Tabela 29.3 – Contribuições políticas por província (último ano)

		Solicitação de contribuição para um fundo ou partido político nos últimos 12 meses		Total
		Sim	Não	
Niassa	nº	13	23	36
	%	36,1%	63,9%	100,0%
Cabo Delgado	nº	11	31	42
	%	26,2%	73,8%	100,0%
Nampula	nº	12	33	45
	%	26,7%	73,3%	100,0%
Zambézia	nº	6	36	42
	%	14,3%	85,7%	100,0%
Tete	nº	6	32	38
	%	15,8%	84,2%	100,0%
Manica	nº	6	33	39
	%	15,4%	84,6%	100,0%
Sofala	nº	14	34	48
	%	29,2%	70,8%	100,0%
Inhambane	nº	10	30	40
	%	25,0%	75,0%	100,0%
Gaza	nº	11	35	46
	%	23,9%	76,1%	100,0%
Maputo	nº	11	59	70
	%	15,7%	84,3%	100,0%
Cidade de Maputo	nº	3	37	40
	%	7,5%	92,5%	100,0%
Total	nº	103	383	486
	%	21,2%	78,8%	100,0%

Tabela 29.4 – Contribuições políticas por província (última campanha)

		Solicitação de contribuição para um fundo ou partido político durante a última campanha		Total
		Sim	Não	
Niassa	nº	14	21	35
	%	40,0%	60,0%	100,0%
Cabo Delgado	nº	8	34	42
	%	19,0%	81,0%	100,0%
Nampula	nº	11	34	45
	%	24,4%	75,6%	100,0%
Zambézia	nº	7	35	42
	%	16,7%	83,3%	100,0%
Tete	nº	4	34	38
	%	10,5%	89,5%	100,0%
Manica	nº	5	33	38
	%	13,2%	86,8%	100,0%
Sofala	nº	10	38	48
	%	20,8%	79,2%	100,0%
Inhambane	nº	9	31	40
	%	22,5%	77,5%	100,0%
Gaza	nº	13	33	46
	%	28,3%	71,7%	100,0%
Maputo	nº	6	64	70
	%	8,6%	91,4%	100,0%
Cidade de Maputo	nº	3	37	40
	%	7,5%	92,5%	100,0%
Total	nº	90	394	484
	%	18,6%	81,4%	100,0%

Tabela 29.5 – Parte do volume de negócio destinado a partidos

			Região			Total
			Norte	Centro	Sul	
Percentagem do volume de negócios da empresa que vai em favor de partidos políticos	0%	nº	28	50	98	176
		%	22,8%	30,1%	50,3%	36,4%
	Até 5%	nº	48	58	37	143
		%	39,0%	34,9%	19,0%	29,5%
	6-10%	nº	11	19	4	34
		%	8,9%	11,4%	2,1%	7,0%
	11-15%	nº	5	4		9
		%	4,1%	2,4%		1,9%
	16-20%	nº	2		2	4
		%	1,6%		1,0%	,8%
	Mais de 20%	nº	9	3	3	15
		%	7,3%	1,8%	1,5%	3,1%
	Não sei	nº	20	32	51	103
		%	16,3%	19,3%	26,2%	21,3%
Total	nº	123	166	195	484	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Tabela 29.6 – Parte da receita que pagaria para acabar com a corrupção

		Região			Total
		Norte	Centro	Sul	
Nada	nº	21	40	79	140
	%	19,3%	27,0%	45,4%	32,5%
até 5% da receita	nº	49	78	68	195
	%	45,0%	52,7%	39,1%	45,2%
de 5% a 10%	nº	19	16	17	52
	%	17,4%	10,8%	9,8%	12,1%
Mais de 10% da receita	nº	20	14	10	44
	%	18,3%	9,5%	5,7%	10,2%
Total	nº	109	148	174	431
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 29.7 – Prática de pagamento das empresas inquiridas a partidos (antes das eleições de 1999)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Não existiu	250	51,4	52,9	52,9
2	50	10,3	10,6	63,4
3	76	15,6	16,1	79,5
4	46	9,5	9,7	89,2
Foi prática comum	51	10,5	10,8	100,0
Total	473	97,3	100,0	
Missing System	13	2,7		
Total	486	100,0		

Tabela 29.8 – Prática de pagamento das empresas inquiridas a partidos (depois das eleições de 1999)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Não existiu	206	42,4	43,6	43,6
2	63	13,0	13,3	57,0
3	73	15,0	15,5	72,5
4	52	10,7	11,0	83,5
Foi prática comum	78	16,0	16,5	100,0
Total	472	97,1	100,0	
Missing System	14	2,9		
Total	486	100,0		

Tabela 29.9 – Prática de pagamento das empresas em geral a partidos (antes das eleições de 1999)

			Região			Total
			Norte	Centro	Sul	
Antes da última eleição parlamentar em 1999	Não existiu	nº	48	79	123	250
		%	40,3%	48,2%	64,7%	52,9%
	2	nº	16	24	10	50
		%	13,4%	14,6%	5,3%	10,6%
	3	nº	22	31	23	76
		%	18,5%	18,9%	12,1%	16,1%
	4	nº	19	18	9	46
		%	16,0%	11,0%	4,7%	9,7%
	Foi prática comum	nº	14	12	25	51
		%	11,8%	7,3%	13,2%	10,8%
Total	nº	119	164	190	473	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Tabela 29.10 – Prática de pagamento das empresas em geral a partidos (depois das eleições de 1999)

			Região			Total
			Norte	Centro	Sul	
Depois da última eleição parlamentar até ao presente	Não existiu	nº	42	60	104	206
		%	35,9%	36,6%	54,5%	43,6%
	2	nº	25	20	18	63
		%	21,4%	12,2%	9,4%	13,3%
	3	nº	21	27	25	73
		%	17,9%	16,5%	13,1%	15,5%
	4	nº	15	24	13	52
	%	12,8%	14,6%	6,8%	11,0%	
	Foi prática comum	nº	14	33	31	78
		%	12,0%	20,1%	16,2%	16,5%
Total		nº	117	164	191	472
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 29.11 – Razão de pagar a partidos

			Região			Total
			Norte	Centro	Sul	
Por convicção, obrigação moral	nº		12	29	32	73
	%		9,9%	17,6%	16,6%	15,2%
Para manter boas relações	nº		49	44	61	154
	%		40,5%	26,7%	31,6%	32,2%
Devido aos benefícios económicos daí resultantes	nº		33	44	28	105
	%		27,3%	26,7%	14,5%	21,9%
Devido às consequências de não fazê-lo	nº		8	5	9	22
	%		6,6%	3,0%	4,7%	4,6%
Outras razões	nº		4	5	14	23
	%		3,3%	3,0%	7,3%	4,8%
NS/SR	nº		15	38	49	102
	%		12,4%	23,0%	25,4%	21,3%
Total		nº	121	165	193	479
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 30.1 – Percepções sobre a corrupção (Empresas) - Nacional

	Concorda totalmente	2	3	4	Discorda totalmente
	%	%	%	%	%
Fala-se muito mas nada é feito	61,9%	15,3%	12,0%	4,1%	6,8%
A classe política não merece confiança	35,5%	15,8%	25,7%	12,4%	10,6%
Os meios de comunicação não merecem confiança	13,5%	8,3%	25,5%	23,0%	29,8%
O Governo não merece confiança	17,5%	13,7%	28,1%	20,2%	20,6%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Governo	34,3%	16,0%	19,8%	16,4%	13,5%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Ministério Público	35,3%	14,1%	24,1%	13,9%	12,5%
Cidadãos praticam a corrupção	46,9%	19,1%	20,6%	7,2%	6,2%
Políticos praticam a corrupção	53,8%	13,3%	19,0%	7,5%	6,4%
Homens de negócios praticam a corrupção	49,0%	17,6%	20,7%	6,0%	6,8%
Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos praticam a corrupção	19,4%	9,7%	27,8%	19,2%	24,0%
Associações e federações de empresários praticam a corrupção	30,2%	14,9%	23,9%	15,5%	15,3%

Tabela 30.2 – Percepções sobre a corrupção (Empresas) - Norte

	Concorda totalmente	2	3	4	Discorda totalmente
	%	%	%	%	%
Fala-se muito mas nada é feito	56,1%	22,8%	13,8%	3,3%	4,1%
A classe política não merece confiança	30,1%	19,5%	33,3%	11,4%	5,7%
Os meios de comunicação não merecem confiança	15,6%	11,5%	27,9%	28,7%	16,4%
O Governo não merece confiança	19,0%	19,0%	27,3%	22,3%	12,4%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Governo	33,1%	19,0%	17,4%	17,4%	13,2%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Ministério Público	27,0%	14,8%	28,7%	18,9%	10,7%
Cidadãos praticam a corrupção	37,4%	26,8%	23,6%	8,1%	4,1%
Políticos praticam a corrupção	50,8%	18,9%	18,0%	8,2%	4,1%
Homens de negócios praticam a corrupção	47,9%	19,8%	24,0%	8,3%	
Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos praticam a corrupção	20,0%	12,5%	25,0%	25,0%	17,5%
Associações e federações de empresários praticam a corrupção	26,7%	13,3%	20,8%	24,2%	15,0%

Tabela 30.3 – Percepções sobre a corrupção (Empresas) - Centro

	Concorda totalmente	2	3	4	Discorda totalmente
	%	%	%	%	%
Fala-se muito mas nada é feito	62,7%	16,3%	13,3%	3,6%	4,2%
A classe política não merece confiança	37,3%	15,7%	27,7%	10,8%	8,4%
Os meios de comunicação não merecem confiança	12,7%	5,4%	24,7%	20,5%	36,7%
O Governo não merece confiança	18,9%	11,0%	32,9%	12,8%	24,4%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Governo	21,3%	16,5%	29,9%	17,1%	15,2%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Ministério Público	23,3%	14,1%	33,1%	12,9%	16,6%
Cidadãos praticam a corrupção	42,5%	17,4%	24,0%	9,0%	7,2%
Políticos praticam a corrupção	51,5%	12,6%	21,6%	7,8%	6,6%
Homens de negócios praticam a corrupção	43,7%	20,4%	20,4%	5,4%	10,2%
Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos praticam a corrupção	15,2%	6,7%	27,4%	21,3%	29,3%
Associações e federações de empresários praticam a corrupção	23,6%	18,8%	30,9%	12,1%	14,5%

Tabela 30.4 – Percepções sobre a corrupção (Empresas) - Sul

	Concorda totalmente	2	3	4	Discorda totalmente
	%	%	%	%	%
Fala-se muito mas nada é feito	64,8%	9,7%	9,7%	5,1%	10,7%
A classe política não merece confiança	37,3%	13,5%	19,2%	14,5%	15,5%
Os meios de comunicação não merecem confiança	12,8%	8,7%	24,6%	21,5%	32,3%
O Governo não merece confiança	15,3%	12,8%	24,5%	25,0%	22,4%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Governo	45,9%	13,8%	12,8%	15,3%	12,2%
A luta contra a corrupção é uma prioridade para o Ministério Público	50,5%	13,8%	13,8%	11,7%	10,2%
Cidadãos praticam a corrupção	56,6%	15,8%	15,8%	5,1%	6,6%
Políticos praticam a corrupção	57,7%	10,3%	17,5%	6,7%	7,7%
Homens de negócios praticam a corrupção	54,1%	13,8%	18,9%	5,1%	8,2%
Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos praticam a corrupção	22,5%	10,5%	29,8%	13,6%	23,6%
Associações e federações de empresários praticam a corrupção	38,0%	12,5%	19,8%	13,0%	16,1%

Tabela 31.1 - Excepções às regras dos concursos públicos

	nº	%	% Válida	% Acumulada
Nunca	359	36,2	36,7	36,7
Algumas vezes	229	23,1	23,4	60,1
Cerca de metade das vezes	34	3,4	3,5	63,6
Mais de metade das vezes	35	3,5	3,6	67,2
Quase todas as vezes	82	8,3	8,4	75,6
NS/SR	239	24,1	24,4	100,0
Total	978	98,6	100,0	
Missing System	14	1,4		
Total	992	100,0		

Tabela 31.2 – Exceções às regras dos concursos públicos (Funcionários)

	nº	%	% Válida	% Acumulada
,00	413	41,6	85,5	85,5
,10	1	,1	,2	85,7
,20	1	,1	,2	85,9
,30	1	,1	,2	86,1
1,00	9	,9	1,9	88,0
1,50	1	,1	,2	88,2
2,00	5	,5	1,0	89,2
3,00	2	,2	,4	89,6
5,00	7	,7	1,4	91,1
10,00	9	,9	1,9	93,0
15,00	2	,2	,4	93,4
17,00	1	,1	,2	93,6
20,00	5	,5	1,0	94,6
25,00	1	,1	,2	94,8
30,00	3	,3	,6	95,4
35,00	2	,2	,4	95,9
39,00	1	,1	,2	96,1
40,00	4	,4	,8	96,9
50,00	6	,6	1,2	98,1
60,00	1	,1	,2	98,3
70,00	1	,1	,2	98,6
75,00	1	,1	,2	98,8
90,00	1	,1	,2	99,0
100,00	5	,5	1,0	100,0
Total	483	48,7	100,0	
Missing System	509	51,3		
Total	992	100,0		

Tabela 31.3 – Percentagem média do rendimento dos funcionários proveniente de subornos

	nº	%	% Válida	% Acumulada
,00	409	41,2	60,7	60,7
,20	1	,1	,1	60,8
,50	2	,2	,3	61,1
,70	1	,1	,1	61,3
1,00	7	,7	1,0	62,3
2,00	10	1,0	1,5	63,8
3,00	3	,3	,4	64,2
4,00	2	,2	,3	64,5
5,00	24	2,4	3,6	68,1
7,00	7	,7	1,0	69,1
8,00	2	,2	,3	69,4
9,00	2	,2	,3	69,7
10,00	33	3,3	4,9	74,6
12,00	1	,1	,1	74,8
14,00	1	,1	,1	74,9
15,00	15	1,5	2,2	77,2
16,00	1	,1	,1	77,3
17,00	2	,2	,3	77,6
20,00	16	1,6	2,4	80,0
25,00	12	1,2	1,8	81,8
27,00	1	,1	,1	81,9
30,00	18	1,8	2,7	84,6
35,00	7	,7	1,0	85,6
39,00	1	,1	,1	85,8
40,00	13	1,3	1,9	87,7
45,00	3	,3	,4	88,1
50,00	32	3,2	4,7	92,9
55,00	1	,1	,1	93,0
60,00	4	,4	,6	93,6
65,00	2	,2	,3	93,9
70,00	5	,5	,7	94,7
75,00	11	1,1	1,6	96,3
80,00	6	,6	,9	97,2
85,00	1	,1	,1	97,3
90,00	1	,1	,1	97,5
100,00	14	1,4	2,1	99,6
150,00	2	,2	,3	99,9
Total	674	67,9	100,0	
Missing System	318	32,1		
Total	992	100,0		

Tabela 31.4 – Percentagem dos contratos exigida como suborno

	nº	%	% Válida	% Acumulada
0%	127	12,8	12,9	12,9
Até 5%	158	15,9	16,1	29,1
6 a 10%	159	16,0	16,2	45,3
10 a 25%	105	10,6	10,7	56,0
Mais de 25%	74	7,5	7,5	63,5
NS/SR	358	36,1	36,5	100,0
Total	981	98,9	100,0	
Missing System	11	1,1		
Total	992	100,0		

Tabela 31.5 – Nível da corrupção

	Não existe		2		3		4		Muito alto	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Presentemente no Governo de Moçambique	69	7,0%	134	13,6%	281	28,5%	231	23,4%	271	27,5%
Há mais de um ano atrás no Governo de Moçambique	69	7,0%	166	16,8%	276	28,0%	259	26,3%	216	21,9%
Actualmente na sua instituição	331	33,6%	209	21,2%	234	23,8%	158	16,0%	53	5,4%
Há mais de um ano atrás na sua instituição	321	32,6%	212	21,5%	229	23,3%	160	16,3%	62	6,3%
É uma prática comum que empresas ou cidadãos paguem gratificações a funcionários	219	22,4%	195	20,0%	222	22,7%	196	20,1%	144	14,7%

Tabela 31.6 – Causas da corrupção (Funcionários)

	Sem importância nenhuma		2		3		4		Muito importante	
	Count	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Razão cultural	307	31,1%	157	15,9%	172	17,4%	167	16,9%	183	18,6%
Falta de mecanismo eficaz de incentivos	110	11,2%	74	7,6%	190	19,4%	234	23,9%	372	38,0%
Resultado de políticas económicas	194	19,8%	142	14,5%	195	19,9%	182	18,6%	265	27,1%
Salários baixos para os funcionários públicos	59	6,0%	56	5,7%	114	11,6%	181	18,5%	569	58,1%
Falta de transparência	141	14,4%	90	9,2%	202	20,6%	204	20,8%	345	35,1%
Ausência de um sistema judicial independente e eficaz	121	12,4%	109	11,2%	165	16,9%	201	20,6%	381	39,0%
Ausência de órgãos de informação independentes e eficazes	207	21,0%	142	14,4%	174	17,7%	179	18,2%	282	28,7%
Ausência de um sistema eficaz de denúncia de práticas de corrupção	84	8,5%	71	7,2%	125	12,7%	214	21,7%	490	49,8%

Tabela 31.7 – Sectores mais afectados pela corrupção (Funcionários)

	Nunca		Algumas vezes		Frequentemente		A maior parte das vezes		Sempre	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Acesso a serviços públicos como energia eléctrica, telefone, etc	229	23,3%	369	37,5%	177	18,0%	128	13,0%	80	8,1%
Obtenção de licenças e autorizações	150	15,2%	288	29,2%	234	23,7%	192	19,5%	122	12,4%
Questões de impostos	257	26,2%	286	29,1%	182	18,5%	172	17,5%	85	8,7%
Questões de contratos do Governo	276	28,2%	245	25,0%	194	19,8%	162	16,5%	102	10,4%
Questões aduaneiras/importações	162	16,5%	201	20,5%	229	23,4%	215	22,0%	171	17,5%
Relacionamento com tribunais	227	23,2%	269	27,5%	214	21,9%	169	17,3%	99	10,1%
Influência sobre o conteúdo de novas leis	387	39,6%	264	27,0%	171	17,5%	91	9,3%	65	6,6%
Influência sobre o conteúdo de novos decretos	407	41,6%	262	26,8%	160	16,4%	82	8,4%	66	6,7%
Influência sobre o conteúdo de novos regulamentos	401	40,8%	278	28,3%	153	15,6%	81	8,2%	69	7,0%
Influência sobre políticas financeiras e económicas	337	34,4%	250	25,5%	186	19,0%	129	13,1%	79	8,1%
Influência sobre políticas, leis, ou regulamentos através do financiamento a partidos políticos	373	38,0%	247	25,2%	173	17,6%	109	11,1%	80	8,1%

Tabela 31.8 – Sectores mais afectados pela corrupção (Empresas)

	Sempre		Frequente		Algumas vezes		Raramente		Nunca	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
instalação de serviços públicos	67	14,0%	69	14,4%	102	21,3%	48	10,0%	194	40,4%
obtenção de licenças e autorizações	53	11,0%	73	15,2%	113	23,5%	53	11,0%	188	39,2%
lidar com questões de impostos	41	8,5%	58	12,1%	87	18,1%	72	15,0%	222	46,3%
ganhar contratos	78	16,3%	57	11,9%	83	17,4%	49	10,3%	211	44,1%
alfândegas	60	12,6%	76	16,0%	103	21,7%	34	7,2%	201	42,3%
tribunais	48	10,1%	69	14,5%	102	21,4%	61	12,8%	197	41,3%
influenciar o conteúdo de leis	27	5,7%	36	7,5%	49	10,3%	74	15,5%	291	61,0%
influenciar o conteúdo de decretos	28	5,9%	33	7,0%	50	10,5%	79	16,7%	284	59,9%

Tabela 32.1 – Suborno e rendimento familiar

			Rendimento mensal			Total
			Menos de 1000000 Mt	De 1000000 Mt a 5000000 Mt	Mais de 5000000 Mt	
Parte do rendimento que gasta em pagamento de gratificações	0%	nº	421	107	15	543
		%	77,5%	19,7%	2,8%	100,0%
	Menos de 1%	nº	177	56	6	239
		%	74,1%	23,4%	2,5%	100,0%
	1 - 2%	nº	121	76	12	209
		%	57,9%	36,4%	5,7%	100,0%
	2 - 10%	nº	101	95	14	210
		%	48,1%	45,2%	6,7%	100,0%
	10 - 12%	nº	28	16	8	52
		%	53,8%	30,8%	15,4%	100,0%
13 - 25%	nº	29	18	7	54	
	%	53,7%	33,3%	13,0%	100,0%	
Mais de 25%	nº	29	34	9	72	
	%	40,3%	47,2%	12,5%	100,0%	
Não sei	nº	547	184	35	766	
	%	71,4%	24,0%	4,6%	100,0%	
Total	nº	1453	586	106	2145	
	%	67,7%	27,3%	4,9%	100,0%	

ANEXO 7 – OS QUESTIONÁRIOS

